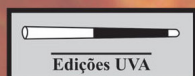


Organizadores
Edvanir Maia da Silveira
Raimundo Nonato Rodrigues de Souza
Tito Barros Leal

História e ensino

fontes, métodos e temas



Organizadores
Edvanir Maia da Silveira
Raimundo Nonato Rodrigues de Souza
Tito Barros Leal

História e ensino **fontes, métodos e temas**

Sobral/CE
2018



História e ensino: fontes, métodos e temas

© 2018 copyright by Edvanir Maia da Silveira, Raimundo Nonato Rodrigues de Souza e Tito Barros Leal (Orgs.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional



Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral - CE
CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613

Filiada à



Reitor

Fabianno Cavalcante de Carvalho

Vice-Reitora

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Diretora das Edições UVA

Maria Socorro de Araújo Dias

Conselho Editorial

Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente)

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo

Ana Iris Tomás Vasconcelos

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Claudia Goulart de Abreu

Eneas Rei Leite

Francisco Helder Almeida Rodrigues

Israel Rocha Brandão

Maria Adeline Monteiro da Silva

Maria Amélia Carneiro Bezerra

Maria José Araújo Souza

Maria Somália Sales Viana

Maristela Inês Osawa Vasconcelos

Raquel Oliveira dos Santos Fontinele

Simone Ferreira DinizRenata Albuquerque Lima

Tito Barros Leal de Ponte Medeiros

Virginia Célia Cavalcanti de Holanda

Catálogo

Karine Silva Ferreira CRB 3/1241



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1328

Renato Parente - Sobral - CE

(88) 3614.8748 / Celular (88) 99784.2222 / 9 9846.8222

sertaocult@gmail.com / mammarco@gmail.com

Conselho Editorial

Adriana Brandão Nascimento Machado

Carlos Augusto P. dos Santos

Isoriana Caracristi

Nilson Almino de Freitas

Regina Celi Fonseca Raick

Telma Bessa Sales

Virginia Célia Cavalcante de Holanda

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Revisão linguística

Roberto Pontes

H578 História e ensino: fontes, métodos e temas / Edvanir Maia da Silveira, Raimundo Nonato Rodrigues de Souza e Tito Barros Leal (Orgs.). - Sobral: Edições UVA; Editora Sertão Cult, 2018. 222 p.

ISBN: 978-85-9539-024-9 (Versão impressa/Edições UVA)

ISBN: 978-85-9539-021-8 (Versão E-book/Edições UVA)

ISBN: 978-85-67960-18-0 (Versão impressa/Sertão Cult)

ISBN: 978-85-67960-17-3 (Versão E-book/Sertão Cult)

1. História - Educação. 2. Ensino. 3. Métodos. 4. Silveira, Edvanir Maia da. 5. Souza, Raimundo Nonato Rodrigues de. 6. Leal, Tito Barros. I. Título.

CDD 371.009



Apresentação

Este livro que chega às suas mãos, amigo leitor, é marco nos esforços acadêmicos do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Aqui, doze textos sistematizam reflexões oriundas da prática profissional de um colegiado que, gradualmente, amadurece e, ao mesmo tempo, renova suas forças, ampliando as ambições na seara historiográfica cearense.

Nossa intenção foi trazer à tona a polifonia dos debates experimentados no cotidiano de nossas práticas acadêmicas. O ponto de partida foi a prática investigativa que lastreia nossa vivência como professores universitários e que, ademais, forma a base de qualquer reflexão em História.

Ao ler este volume, você verá que a variedade de temas é ampla, como também alargado é o espectro temporal de que damos conta. Queríamos um livro livre de limites, pois em tempos de pouca liberdade, qualquer cerceamento é inaceitável.

Entretanto, com vista a dar maior organicidade à obra, apoiamos nossos textos sobre três pilares estruturantes: *fontes, métodos e temas*.

Na primeira unidade alocamos os textos que refletem diretamente sobre aspectos próprios da relação historiador-fonte e suas consequências no ensino de História.

Abrimos os trabalhos com o texto de Francisco José Gomes Damasceno, *Abordagens das tradições populares no contexto contemporâneo: jovens cantadores, ciberantropologia e a utilização da netnografia — usos documentais na pesquisa histórica*. Nele o autor discute como os atores sociais ligados à tradição têm se apropriado das redes sociais para se reinventar, além de refletir como esse recurso do universo cibernético pode ser incorporado ao fazer historiográfico.

Seguimos com *História e subjetividades: a intensão de tocar “a pele que habito”*, com o qual Jailson Pereira da Silva analisa a realização de Pedro Almodóvar lançada em 2011 com o fim de buscar ampliar as dimensões da relação história-subjetividades. Assim, o filme em análise é tomado como ponto de atração em torno do qual o pensamento do historiador orbita.

Por sua vez, Raimundo Nonato Rodrigues de Souza, em *A construção da sociedade sertaneja na Ribeira do Acaraú*, analisa o processo de ocupação do sertão do Acaraú, a resistência das populações nativas a esse empreendimento, a formação da sociedade sertaneja e a criação das vilas estabelecidas naquele espaço. A partir do cruzamento de fontes, o autor demonstra como a fronteira agropastoril foi se dilatando pelos sertões do Acaraú, além de lançar vistas sobre os conflitos pela posse da terra entre colonos e nativos e analisar as estratégias clericais e laicas que buscavam efetivar a ocupação daquele sertão.

Finalizando este primeiro momento, Tito Barros Leal nos leva de volta à Grécia Antiga com o artigo *A ὕβρις do Rei Deus contra a ἀπετή dos livres homens: resíduos de Salamina na poética historiográfica esquiliana*. Partindo da leitura da tragédia *Os Persas*, além de indicar estratégias interpretativas para a fonte em análise, o historiador propõe um redimensionamento para a literatura grega, configurando-a como uma *poética historiográfica* ainda profundamente funcional nas lidas da História.

A segunda unidade do livro conta com estratégias metodológicas promovedoras do diálogo pesquisa-ensino em História.

Iniciamos a seção com Ana Amélia Rodrigues de Oliveira e seu *O potencial educativo dos museus históricos*. Tendo como objeto os museus históricos, a autora questiona o reducionismo apostado à função destes espaços tantas vezes entendido exclusivamente como lugar de preservação do passado. Neste texto a autora apresenta formas dinâmicas de utilização do espaço museológico como instrumento didático de reflexão histórica. Trata-se, portanto de uma instigante problematização sobre as potencialidades dos museus no ensino de História.

Edvanir Maia da Silveira, por seu turno, apresenta em *História política na sala de aula: reflexões sobre ensino de história e poder local na educação básica*, métodos para incorporar à sala de aula de história o debate em torno da renovação da história política, especialmente no tocante aos estudos em torno do poder local. O texto apresenta, ainda, propostas de atividades para auxiliar os professores no ensino da história local.

Já Nilson Almino de Freitas nos põe a pensar sobre *O filme e a pesquisa: que tipo de obra é essa?* O texto nos leva a refletir sobre o sistema de classificação das obras fílmicas, propondo um caminho metodológico para a prática de pesquisa na universidade, a linguagem utilizada para tal fim e estabelece um diálogo entre os métodos próprios das Ciências Sociais e da pesquisa em História.

Por fim, em *Fontes e acervos para a pesquisa e docência em História*, Telma Bessa Sales busca compartilhar reflexões sobre as fontes orais e acervos de pes-

quisas orais potencializando a prática do ensino de História. Trata-se de um relato de experiências do Grupo de Pesquisa - *História: memórias no plural*, vivenciadas no ano de 2011, na Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Na terceira e última unidade, apresentamos temas úteis à renovação de problemas experimentados nas salas de aula de História, alargamos debates, apresentamos novas leituras de experiências históricas e deslocamos paradigmas.

O primeiro texto desta seção é *Instrução, educação e diversão: aspectos da cultura associativa no Ceará (1900-1970)* onde Carlos Augusto Pereira dos Santos analisa como uma *cultura associativa* se inseriu no seio do operariado urbano, na zona noroeste do estado do Ceará, criando entidades educacionais, mútuas, classistas e outras representações, com objetivos de instruir, educar e divertir os associados e seus dependentes, tornando-os mais preparados para o mundo do trabalho.

Francisco Dênis Melo em seu *Ensino de História Medieval: história da Idade Média, história de outros homens e de outros dias*, discute os sentimentos de distanciamento e aproximação que experimentamos com esse espaço temporal específico da História. O escopo do texto é sensibilizar o leitor para a necessidade de se pensar o medieval como uma realidade de outros tempos, quando se realizavam outras vidas e outros dias eram vividos.

De volta ao Brasil e ao mundo contemporâneo, Geovan Nobre de Araújo se propõe a pensar *O PT apresentado como Partido dos Trabalhadores (1980-1988)*. Por meio de um estudo de história local, o autor analisa as formas de apresentação dessa organização política a partir do núcleo de Quixadá, buscando identificar a referência de um partido voltado para os interesses dos trabalhadores. O recorte temporal se justifica pelo ano da fundação oficial daquela associação partidária, até às eleições para prefeito de 1988, quando o candidato petista Luiz Oswaldo obteve a terceira colocação e o partido elegeu seu primeiro vereador no município.

Encerrando o volume, Mariana Albuquerque Dantas nos apresenta *Participação política, lideranças indígenas e identidade coletiva: índios de Barreiros na Insurreição Praieira (Pernambuco, década de 1840)*. O objetivo do texto é traçar um novo caminho de análise sobre a participação indígena nas revoltas do século XIX, enfocando a participação ativa de um grupo indígena (índios do aldeamento de Barreiros) localizado na zona da mata sul de Pernambuco, nos conflitos e nas articulações políticas da Insurreição Praieira. O argumento da historiadora é o de que esses indígenas atuaram com interesses próprios, na maioria das vezes, relacionados à defesa das terras do aldeamento, tornando-se

motivados a se envolver em embates armados, ainda que se vissem colocados em posição subordinada numa sociedade escravocrata e hierarquizada.

Contamos que você tenha boa leitura, caro amigo. Esperamos que os textos aqui reunidos ajudem a iluminar os caminhos da pesquisa e da docência em História.

Cordialmente,
Os organizadores.

Sumário

Unidade I – Fontes

1. Abordagens das tradições populares no contexto contemporâneo: jovens cantadores, ciberantropologia e a utilização da netnografia - usos documentais na pesquisa histórica. / 11

Francisco José Gomes Damasceno

2. História e subjetividades: a intensão de tocar “a pele que habito”. / 31

Jailson Pereira da Silva

3. A construção da sociedade sertaneja na Ribeira do Acaraú. / 45

Raimundo Nonato Rodrigues de Souza

4. A ὄβρις do Rei Deus contra a ἀρετή dos livres homens: resíduos de Salamina na poética historiográfica esquiliana. / 69

Tito Barros Leal

Unidade II – Métodos

5. O potencial educativo dos museus históricos. / 85

Ana Amélia Rodrigues de Oliveira

6. História política na sala de aula: reflexões sobre ensino de História e poder local na educação básica. / 95

Edvanir Maia da Silveira

7. O filme e a pesquisa: que tipo de obra é essa? / 107

Nilson Almino de Freitas

8. Fontes e acervos para a pesquisa e docência em História. / 125

Telma Bessa Sales

Unidade III - Temas

9. Instrução, educação e diversão: aspectos da cultura associativa no Ceará (1900-1970). / 145

Carlos Augusto Pereira dos Santos

10. Ensino de História Medieval: história da Idade Média, história de outros homens e de outros dias. / 161

Francisco Dênis Melo

11. O PT apresentado como Partido dos Trabalhadores (1980-1988). / 175

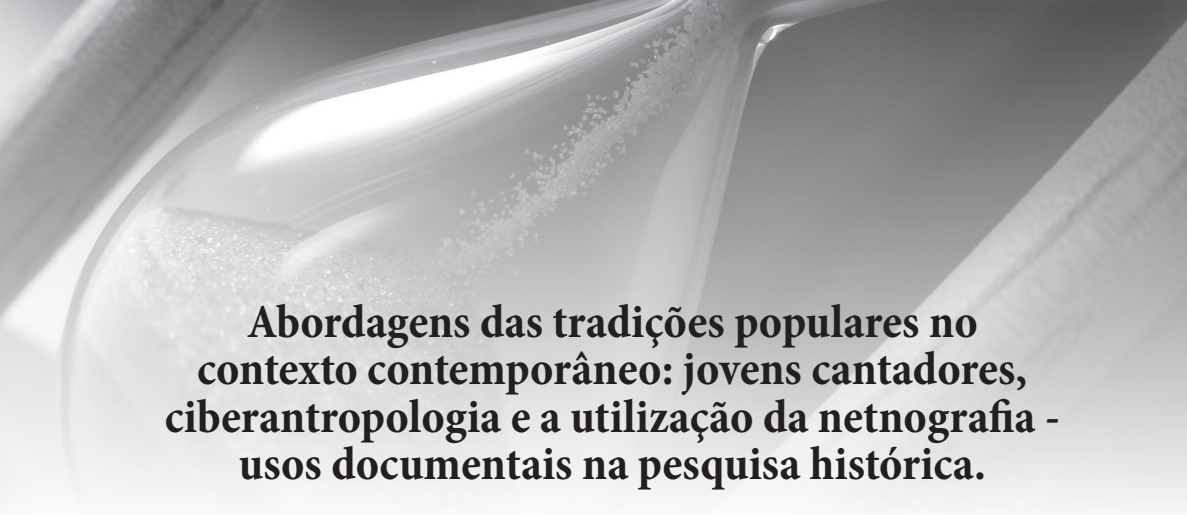
Geovan Nobre de Araújo

12. Participação política, lideranças e identidade coletiva: índios de Barreiros na Insurreição Praieira (Pernambuco, década de 1840). / 195

Mariana Albuquerque Dantas



Unidade I - Fontes



Abordagens das tradições populares no contexto contemporâneo: jovens cantadores, ciberantropologia e a utilização da netnografia - usos documentais na pesquisa histórica.

Francisco José Gomes Damasceno

Cantoria música e tradição

[...]

*Dar de cara com a blitz nas estradas com soldados armados de pistola
E afinar as dez cordas da viola quando elas estão enferrujadas
Ver mendigos famintos nas calçadas sem saber como e quando vão jantar
Ver o time que torço despencar pra segunda ou terceira divisão*

*Aturar as bobagens de Faustão
São as coisas que eu faço sem gostar
[...]¹*

A cantoria é, historicamente, uma expressão da cultura popular tradicional das mais caras à realidade dos homens dos sertões e hoje também das cidades. A bibliografia sobre a música no Brasil não se preocupou em incorporar estas manifestações, posto que desde os anos 20 do século passado, graças à tradição modernista que concebe a arte urbana como legítima representante estética dos paradigmas de transgressão artística, todas as manifestações ligadas à tradição rural foram automaticamente agrupadas em torno da ideia de folclore, onde se encontram em maior ou menor medida ainda hoje.

A longa tradição de caráter oral constituída com base nas experiências de homens e mulheres do “sertão” e cuja perpetuação se dava pela tradição oral, por uma memória – inclusive estética – própria, atentava contra a ideia de uma

¹ PEREIRA, Felipe; MOREIRA, Helânio. “São as coisas que gosto de fazer, são as coisas que faço sem gostar”. In: FELIPE PEREIRA e HELÂNIO MOREIRA. *A cara da juventude*. Natal, RN: Sem gravadora, 2015. 1 CD. Faixa 03.

música popular constituída no mundo rural. Ou na melhor das hipóteses, por se encontrar agregada, reunida, produzida, no contexto da festa, da dança, das crenças, e, das próprias tradições, esta (a cantoria) seria folclórica. Assim, tanto por suas características, como pelo fato de a cantoria não ser oriunda e não estar inserida nos meios urbanos que definiram a chamada música popular brasileira quando do surgimento desta conceituação, até hoje ela se encontra fora deste campo de análise e preocupações, que é, desde o início, proposta de nossa reflexão.

Realizada por homens de origem simples, em muitos casos agricultores, que paulatinamente foram desenvolvendo seus dons artísticos, se especializando na sua arte, e neste sentido dominando as regras de uma poética popular, eles – cantadores e cantoria – se expressam, pelo menos pelos registros existentes, desde meados do século XIX. No início do século XX os primeiros trabalhos a levarem em consideração esta tradição são produzidos por intelectuais preocupados em identificar e analisar as origens de nossas principais manifestações culturais.

Neste contexto podem ser entendidos alguns importantes trabalhos de estudiosos preocupados com o registro destas manifestações, como por exemplo, Câmara Cascudo (1984 e 1978), Mário de Andrade (1963), Juvenal Galeano (1962), Leonardo Mota (2002), e dentro desta tradição Oneyda Alvarenga (1982), F. Chagas Batista (1977), Vicente Salles (1985), entre outros.

Localizadas na primeira metade da centúria passada, a realidade da cantoria muito se alterou neste século e alguns intelectuais de diferentes áreas em trabalhos resultantes de pesquisas mais recentes se preocuparam com estas transformações, como é o caso de Travassos (1997), Osório (2005), Castro (2009), Sautchuk (2012) e Damasceno (2012).

As novas realidades sociais nas quais a cantoria se insere está relacionada com as alterações ocorridas no Brasil dos anos de 1950 para cá, em seu processo de violenta urbanização e a consequente migração de camadas cada vez mais numerosas da população para estes espaços urbanos. As grandes cidades proporcionam outros contatos e outras formas de manifestação da relação cantador-cantoria-público, introduzindo na cantoria mecanismos até então distantes ou mesmo inexistentes.

Trata-se de uma época marcada por uma volatilidade no que toca ao encurtamento das distâncias por meios de comunicação mais eficientes e popularizados, por uma crescente “virtualização” das relações, por um avanço de tecnologias, em novas configurações no mundo do trabalho, no mundo do lazer e nas relações sociais, o que tem sido entendido por alguns como pós-modernidade.

Os meios urbanos são por excelência o *locus* destas novas manifestações que se espriam de todas as partes do tecido social, e na qual a juventude se constitui como ator privilegiado, servindo de modelo para os demais segmentos e representando a fragmentação no que uma grande maioria de estudiosos costuma entender a partir do conceito de “tribos”.

Esta cantoria realizada nas grandes cidades (ou influenciada por suas realidades), feita por jovens em sua maioria oriundos dos sertões ou de espaços urbanos de pequeno e médio porte ligados ao meio rural, e que fundamentalmente se constitui como uma tradição – por definição uma manutenção, algo que se preserva – e ainda constituída em regras a serem observadas, torna a intervenção destes jovens nos novos meios, nos quais se inserem a partir da cantoria, particularmente importantes.

Assim, a compreensão de jovens se manifestando por meio da cantoria é o objeto de nossas preocupações, no sentido de investigar, inventariar, cartografar, registrar e analisar as trajetórias de vida de jovens cantadores como Raulino Silva (PE), João Lídio (PE), Aldeni e Aldeci Bessa (CE), André e Anderson Rodrigues (PB), Régis Trindade (CE), Jairo e Jeferson Silva (CE), Felipe Pereira (RN), entre tantos outros representantes desta arte hoje nos sertões e cidades do nosso país.

Há algum tempo, no mundo contemporâneo diversos sujeitos sociais se constituem de forma complexa constituindo uma verdadeira rede de trânsitos e fluxos² no que alguns teóricos e intelectuais têm apontado como principal característica uma verdadeira polifonia (por muitos deles colocada no âmbito do urbano, mas que preferimos imaginar de forma mais ampla) e que na mesma medida têm sido apropriadas pelas diversas mídias típicas de nossa contemporaneidade, que por sua vez têm revelado algumas manifestações, privilegiado outras e, sutilmente, esquecido algumas, que em nosso entendimento são fundamentais.

É neste contexto que a cultura assume papel primordial e que experiências estéticas precisam ser dimensionadas de outras formas. A discussão é bem matizada entre alguns teóricos. Neste sentido é interessante, pois coloca no campo de significações culturais no contemporâneo a discussão trazida por Featherstone, em sua obra intitulada *Cultura Global*. Nela o intenso debate mantido entre Wallerstein, Appudurai e Boyne, nos chama a atenção para a “cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial”, no sentido de contextualizarmos em determinado conjunto de referências esta multiplicidade de experiências contemporâneas que atestam a vitalidade das culturas populares em sua rica e plural expressão.³

2 APPUDARAI, Arjun. “Disjunção e diferença na economia cultural global”. In.: FEATHERSTONE, Mike. *Cultura Global*. Nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

3 Featherstone (1999).

Assim, apesar da polifonia⁴ existente, há também uma espécie de escolha ou direcionamento para o que “deve” ser mais ouvido, o que “seria mais belo”, o que “seria mais importante” e, associados a estas manifestações os sujeitos que as representam, nos colocando em um campo de disputas não só políticas, ideológicas, mas também nos campos estético e ético, posto que o que fundamentalmente se “esquece” de ouvir ou relevar são sujeitos sociais que propõem formas diversas de experimentar o mundo, nem sempre lastreadas no urbano ou no moderno como se deseja tanto. A esta identificação entre urbano, moderno e belo, se contrapõem noções outras referenciadas em compreensões e práticas baseadas na matriz “ética-estética”, assentadas e projetadas na e a partir da sabedoria popular, a cantoria bem representa esta matriz.⁵

Estas concepções geradas neste contexto (arte-transgressão estética, belo-urbano, arte-inovadora) forjadas pelos modernistas, ou melhor, estas primeiras noções modernistas (e a confusão entre uma “moderna arte brasileira e nacional” e a perspectiva futurista) capitaneadas pelos intelectuais e artistas da Semana de Arte Moderna de 1922, que mesmo antes deste evento já delineavam o que chamavam graças aos seus vínculos com a arte produzida na Europa, uma “arte moderna”, urbana, foram fundamentais na “alocação” de expressões como a cantoria como folclore, não sem grande contribuição de folcloristas interessados nesta busca das origens em um passado mítico.

A rejeição de fórmulas para eles “já desgastadas” de uma arte assentada na métrica, na rima, no desenvolvimento temático lírico e saudosista, sendo estas justamente características das artes populares e rurais, como ainda hoje o é no caso da cantoria,⁶ representavam o passado, um tipo de expressão que se distanciava do antropofágico universal por eles pretendido. Ainda que alguns deles e particularmente Mário de Andrade estivessem preocupados com estas manifestações trataram de qualificá-las enquanto folclore, mantendo-as distantes do conceito de arte que se forjava naquele momento e sua inclinação para o mundo urbano. E mais, ignoraram a lenta e sutil entrada da cantoria nas cidades pelas ondas do rádio acompanhando cantadores como José Alves Sobrinho, por exemplo.

Ainda hoje os cantadores e a cantoria tentam se libertar desta “alcunha” projetando o que fazem como arte.⁷ Não há a rejeição da cantoria enquanto tradição, arte e cultura, mas o entendimento de folclore como algo “parado no

4 JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003. 130p.

5 Cf. DAMASCENO, F. J. G. *Versos quentes e baiões de viola*: cantorias e cantadores do/no Nordeste Brasileiro no século XX. 01. ed. Campina Grande, PB: EDUFPG, 2012. 280p.

6 Cf. NEVES, José Maria. *Música Contemporânea Brasileira*. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1981. 200p.

7 OSÓRIO, Patrícia Silva. *Modernos e Rústicos*: Tradição, Cantadores Nordestinos e Tradicionalistas Gaúchos em Brasília. Brasília, DF: UNB, 2005. Tese de doutoramento. Depto. de Antropologia.

tempo” e a ação dos folcloristas em busca do “mito de origem”⁸ os relegou a um plano secundário do ponto de vista musical, e, sobretudo, do ponto de vista do entendimento de sua arte.

Apenas com as noções contemporâneas de estudiosos que atentam para a tradição como produção cultural que se reinventa no tempo e no espaço, assumindo nuances diferentes nos contextos sociais e históricos nos quais se inserem, reabilitam algumas destas manifestações do ponto de vista de suas pretensões (artísticas), mesmo assim, não são muitos os estudiosos que assumem a cantoria como música popular brasileira.

Jovens cantadores, tradição e modernidade

Há por parte dos jovens cantadores a formação de grupos cujas sociabilidades dão lugar a sociabilidades fundamentadas em bases eletivas, afetuais, por um gosto comum,⁹ e que se projetam e interferem nos meios sociais como existência de uma sensibilidade coletiva própria. Assim, a polifonia existente nas cidades proporciona a existência de mais uma experiência estética, mais uma sonoridade na paisagem sonora existente, e, ainda, uma voz que proporciona uma referência de alteridade neste quadro.

Este processo (migração, urbanização e adaptação dos mais jovens à cidade) engendrou uma reinvenção do sertão – que aparece sistematicamente representado em suas canções –, mas também uma espécie de adaptação do novo – à cidade, ao ambiente urbano – às suas necessidades, ou mesmo uma apropriação criativa que interferia e interfere nas formas de constituição destas fazendo-as sertanejas, ou manifestando de uma forma diferente a característica apontada de que as cidades nordestinas seriam uma extensão das vilas do interior. Neste sentido, vários são os aspectos apontados pelos cantadores de outras gerações (Geraldo Amâncio, Moacir Laurentino, Ivanildo Vila Nova, por exemplo) e os da nova geração (Raulino Silva, João Lídio, Régis Trindade, entre outros) como características da cantoria e das culturas populares nestes contextos contemporâneos.

Logo, as poéticas populares (ou poéticas orais para Zumthor),¹⁰ a cantoria, é sim um conjunto de regras poéticas e de escrita poética, mas não é apenas isso. Ela extrapola o campo da arte e se consubstancia na noção mais ampla de

8 CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

9 MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos – O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

10 ZUMTHOR, Paul. *Performance, percepção, leitura*. Tradução: Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: EDUC, 2000.

cultura. O que se pôde observar é que há uma ética para eles e para a cantoria. Ser poeta, gostar de cantar e ser cidadão se entrelaçam em uma arte que se caracteriza por uma poética própria – marcada pelo improviso; uma forma de musicalidade própria – o baião de viola em suas diversas formas e apropriações – e, um tipo de postura ética – cidadã, que incorporada pela arte lhe confere uma sentido ético-estético.¹¹ O ético e o belo se misturam em práticas de vida, que eles reinventam a partir de suas posições sócioartísticas.

Além disso, a cantoria, este “conjunto de regras, de estilos e de tradições que regem a profissão de cantador”¹² não deve ser confundida com outras tantas expressões das culturas populares, como adverte Ayala.¹³ Muito embora em inúmeros casos estes atores sócio-históricos desempenhem os mesmos papéis (como apontado anteriormente) possuem suas próprias peculiaridades e singularidades. O que é importante não perder de vista é o terreno fértil e comum que os origina e sustenta: o das manifestações populares e/ou da(s) cultura(s) popular(es).

Ressalte-se que o sistema de relações comunicativas que caracterizam esta manifestação acaba por se incorporar à própria experiência e à definição do cantador (como se pôde perceber com os diversos depoimentos de cantadores entrevistados), bem como acontece em outros gêneros. As diferenças existentes em cada um desses sistemas acabam por identificá-los e diferenciá-los. Ainda assim, possuir uma identidade própria não os retira do terreno fértil do popular, no qual se produzem e se articulam, construindo seus sentidos de mundo.

Mesmo em grandes centros urbanos o caráter de associação à festa e à celebração não se perdeu. Ainda hoje este aspecto lembra o que Paul Zumthor¹⁴ aponta como o caráter de “reiterabilidade” da poética oral, e no seu cerne o papel da própria memória.

Como produção poético-musical e artística, associada ao espaço da festa, na medida em que a cantoria acompanha os migrantes de diversos lugares do sertão para as cidades no contexto da urbanização ocorrida em nosso país na segunda metade do século XX, ela paulatinamente se insere nos meios urbanos utilizando o que convencionei chamar de *artimanhas*: a forma específica de manifestação de suas táticas, articuladas e desenvolvidas, amadurecidas a cada nova geração de cantadores, iniciada na arte, e em determinados momentos, forjando o lugar de reconhecimento de si e do outro.¹⁵

11 DAMASCENO, op. Cit.; MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos – O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

12 CASCUDO, Câmara. *Vaqueiros e cantadores*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 1984. p. 166.

13 AYALA, Maria Ignez Novais. *No arranco do Grito: aspectos da cantoria nordestina*. São Paulo: Ática, 1988. p. 17

14 ZUMTHOR, Paul. Op. Cit.

15 DAMASCENO, Op. Cit.

É nesse contexto de amplificação, de irradiação, de adaptação dessa manifestação a novos espaços, junto com aqueles que lhe dão sustentação social, que se manifestam hoje esses jovens cantadores em sua arte, tributária de uma tradição, de um passado do qual eles próprios são seus maiores representantes; e, ao mesmo tempo, expressa em uma época com características, regras, funcionalidades, perspectivas, visões de mundo, sujeitos e manifestações de arte próprias, matizadas hoje na noção de pós-modernidade.¹⁶

Produção documental: ciberespaço, netnografia e sujeitos históricos

*O mundo cresce segundo todos os especuladores
Os programas de PCs nos microprocessadores
Traz novidade aos clientes e lucro aos investidores
[...]
Dos PCs conectados muitas gentes viram fã
Os bate-papos on line via face, Instagram
É o presente mostrando o nosso futuro amanhã
[...]*¹⁷

O ciberespaço pode ser entendido como um meio recente (que envolve interação, criação e comunicação), possibilitado por uma interconexão mundial de computadores que segundo Pierre Lévy, “Consiste de uma realidade multidirecional, artificial ou virtual incorporada a uma rede global, sustentada por computadores que funcionam como meios de geração de acesso”.¹⁸ Constitui-se em um âmbito de interação entre pessoas, caracterizado pela objetividade, praticidade e ampla difusão de propagandas e ideias. Ao se mencionar o termo “espaço” conjectura-se nele a característica de território concretamente delimitado por meio de números e unidade de medida, todavia quando se trata de “ciberespaço” ampliam-se as conjecturas e abrem-se possibilidades de se refletir sobre este novo meio, o qual é interpretado por Augé como um “não lugar”, pois não possui relações identitárias, relacionais e históricas; para o pensador o lugar deve ser vivido e estar carregado de afetividade e memória, ideia que se aproxima da geografia humanística, esta que não se opõe, porém complementa-se à

16 JENKINS, Keith. “Construindo a história no mundo pós-moderno”. In.: *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 93-108.

17 PEREIRA, Felipe.; MOREIRA, Helânio. “A era digital”. In.: FELIPE PEREIRA e HELÂNIO MOREIRA. *A cara da juventude*. Natal, RN: Sem gravadora, 2015. 1 CD. Faixa 03.

18 LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2009.

geografia crítica esboçada por Milton Santos que considera ser o lugar constituído por horizontalidades e verticalidades possuidoras de pontos de interseção, que o originam, o que torna a globalização fragmentada contendo inclusões e exclusões de espaços conforme a relação de força de seus componentes econômicos e sociais que formam essas horizontalidades e verticalidades.

Tal espaço inicialmente conceituado está imbuído de um conjunto de técnicas, práticas e modos de pensar de um determinado grupo que o utiliza, conjunto este que pode ser compreendido aqui como cibercultura. Esta é abordada em textos como o de Paula Rocha e Sandra Montardo como um elemento de caráter contemporâneo e que vem recentemente despertando o interesse de diversos grupos, sejam eles de pesquisadores acadêmicos, grupos voltados para o cinema e o entretenimento até um grupo de pessoas comuns que não buscam muito além de informações.¹⁹

A cibercultura contém um sentido amplo e na busca por este sentido as ciências humanas tais como: História, Antropologia, Sociologia e Filosofia evocam um conjunto de fatos imaginários e reais que vêm a convergir na sua formação. Apesar de estar institucionalmente legitimada no campo da comunicação, ainda são relativamente poucas as produções a respeito da cibercultura e de aportes metodológicos inerentes a ela tal como a netnografia que será posteriormente discutida. Entendendo a cibercultura como o já citado conjunto de práticas e propagação de ideias que inclui determinada relação entre pessoas, pressupõe-se que seja possível estudá-la não estritamente em relação ao termo em si, mas como constituidora de um “espaço” utilizado por pessoas que se relacionam através dele, e para tal estudo existe uma área específica denominada de Ciberantropologia:

[...] a abordagem “extrínseca” configura uma Antropologia do Ciberespaço ao considerá-lo como mais um aspecto de outras realidades, enquanto que a abordagem “intrínseca” tenta estabelecer uma Antropologia no Ciberespaço, uma *Ciberantropologia*.²⁰

A partir do conhecimento desta área de estudo tendo como base a abordagem “intrínseca” anteposta e sabendo que a antropologia concentra-se na compreensão do homem inserido em sua teia de códigos e significados,²¹ *é possível*

19 ROCHA, Paula Jung. MONTARDO, Sandra Portela. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, v.4, Dezembro, 2005. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/issue/view/4>>. Acesso em: 14/07/16

20 GUIMARÃES JR., Mario José Lopes. O Ciberespaço como Cenário para as Ciências Sociais. *Ilha - revista de antropologia*. Programa de pós-graduação em antropologia social- UFSC, v.2, n°1, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/issue/view/540>>. Acesso em: 15/07/16. p. 147

21 GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

interpelar: como decorre o uso da Ciberantropologia a partir de uma perspectiva histórica?

A partir da afirmação de Marc Bloch: “o historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda”,²² entende-se a necessidade de se recorrer a métodos, materiais e análises específicas para que se torne exequível o estudo do objeto. Sendo o conhecimento constituído a partir do ato da produção documental, cabe ao historiador selecionar, coletar e atribuir a determinado documento o caráter de fonte histórica. Quando o objeto de estudo da história passa a utilizar o ciberespaço e se insere no campo de estudos da cibercultura, faz-se necessário ao pesquisador desenvolver maneiras de apreender materiais que possibilitem a análise do sujeito no meio em que ele está inserido, e, sendo ele produtor de uma cultura a propaga e a reinventa, a priori pela própria forma de propagação da mesma.

A maneira pela qual será aqui tratada, é uma forma de apropriação da netnografia que, como a Etnografia, consiste numa pesquisa, observação e análise de campo, contudo na primeira o pesquisador não se desloca fisicamente e tem o campo transposto para o meio virtual da internet. O pesquisador quando “vestido” de netnógrafo, se transforma num experimentador do campo, engajado na utilização do objeto pesquisado enquanto a pesquisa.²³

A netnografia para alguns estudiosos é vista como uma técnica da Etnografia. No entanto, não é uma questão resolvida e há diferentes posições que a definem como sendo esta um campo de atuação, um objeto de pesquisa, um local de pesquisa, e ainda um instrumento de pesquisa. Em nossos usos, além de local de pesquisa ela se constitui ainda como um dos nossos instrumentos, que associado à pesquisa documental e bibliográfica, o trabalho de campo e à observação direta e participante, constituem nosso *corpus documental*.

Vejam os exemplos das formas de apropriação destes jovens dos espaços virtuais. Iniciemos com uma postagem feita por jovem cantador piauiense, residente em Iguatu, que canta “duplado” com seu irmão, ambos já entrevistados por nós:

22 Marc Bloch, 2002.

23 KOZINETTS, 2007 *apud* AMARAL, Adriana, NATAL, Geórgia e VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. Ano:13, nº20, 2008. Disponível em:<<http://revista-seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/issue/view/341>>. Acesso em: 02/01/2016. p. 36.

Figura 1 - Decassílabo publicado por Jeferson Silva em sua “time line” e originalmente divulgada na página do Facebook de Cultura Nordestina Repente.



Disponível em: <https://www.facebook.com/repentista.culturanordestina?fref=ts>. Acesso em 14 de março de 2015, 18h41min.

Cultura Nordestina Repentista compartilhou a própria foto.
1 de fevereiro de 2013 · 🌐

sem diploma nenhum de formatura
e formada no verso que depende
como a radio é cultura so defende
cantador que cantando tem cultura
toda hora tem verso em Escritura
tem abaixo de viola todo dia
e a saudade do povo se inicia
todo vez que o programa se termina
e a radio cultura nordestina
o pulmao que da vida a cantoria
Por Jeferson Silva...
www.radioculturanordestina.com
ACessem!!!

Primeiro aspecto a atentar é a existência de uma página especializada em cultura nordestina e repente, o que revela a existência de uma verdadeira “teia” estabelecida pelos artífices que compõem este sistema chamado cantoria;²⁴ e

24 RAMALHO, Elba Braga. *Música e palavra no processo de comunicação social – A cantoria Nordestina*. Dissertação de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento. Fortaleza: UFC, 1992.

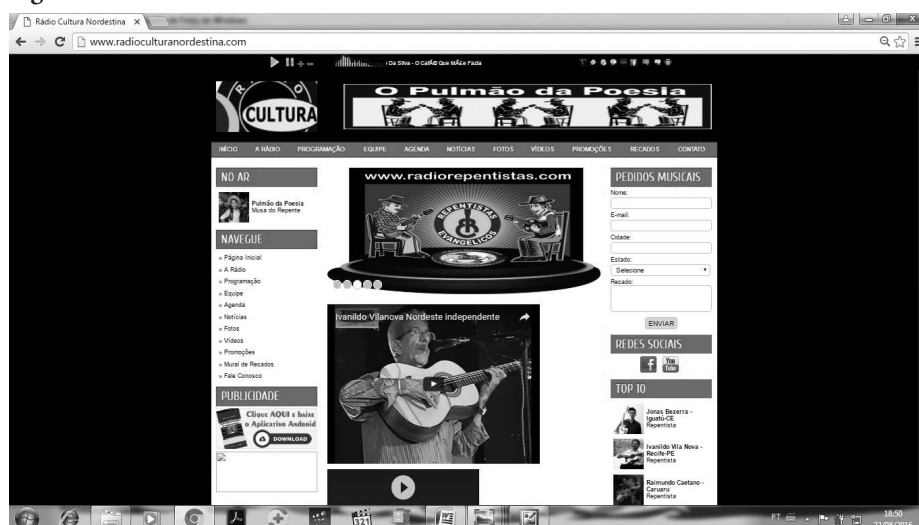
ainda a ampliação dos espaços físicos que se projetam dentro dos espaços virtuais de forma a repercutir suas realizações artísticas.

A importância de uma rádio que projeta suas vozes pelo mundo virtual estabelece outras dimensões para o consumo urbano - e rural - dessa música e de sua sabedoria vinculadas às suas formas de expressão e de vida e se tornou objeto de nosso trabalho de processar as fontes, estabelecer nossos marcos documentais.

O verso publicado ficaria apenas na memória dos participantes da cantoria na qual foi improvisado não fosse registrado no Facebook. Registro e memória se consubstanciam neste ato e revelam que por razões éticas e estéticas foi considerado bom o suficiente para este uso. Além disso, a exaltação a um elemento fundamental para a divulgação da cantoria - o programa de rádio - e neste caso a própria rádio que, especializada em música nordestina tem no repente o seu gênero mais importante, são aspectos que podemos avaliar como importantes neste «post».

Desta forma, aos poucos delineamos bordas que traçam este conjunto de práticas que caracterizam suas formas de apropriação cultural. O “print” seguinte copia o sítio da Rádio Cultura Nordestina:

Figura 2 - Site da Rádio Cultura Nordestina.

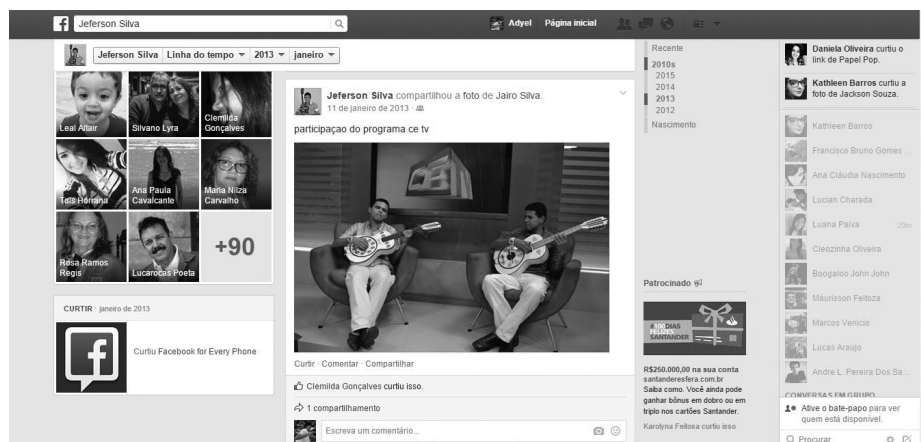


Disponível em: <http://www.radioculturanordestina.com/>. Acesso em 22 de agosto de 2016 às 11h34min.

Observe-se a ênfase dada à cantoria tanto nas representações dos desenhos - dois cantadores em uma porfia - caracterizados como sertanejos em dois desenhos distintos, e ainda no canto inferior, o renomado cantor Ivanildo Vila Nova com sua inseparável viola colada ao peito.

Outra importante característica em relevo é certa integração do uso das mídias. Nos casos que se seguem a televisão e a internet são objeto de um cruzamento de informações e de ressonâncias ético-estéticas:

Figura 3 - Participação da dupla de jovens cantadores Jeferson e Jairo Silva em edição do jornal CETV publicada por Jeferson Silva em sua “time line”.



Disponível em: <https://www.facebook.com/jefersonsilvapoetarepentista?fref=ts>. Acesso em: 14 de março de 2015, 18h41min.

Esse próximo “print” além de divulgar a participação em programa televisivo, revelando a visibilidade da jovem dupla, a integração de plataformas de mídia tem outra interessante característica enunciadora da cantoria como sistema. Divulgada inicialmente por um admirador da cantoria (público) o jovem cantor replica a foto em seu espaço virtual aumentando o alcance deste recurso:

Figura 4 - Participação da dupla de jovens cantadores Jeferson e Jairo Silva em edição do programa Ceará Diverso publicada por Jeferson Silva em sua “time line”.



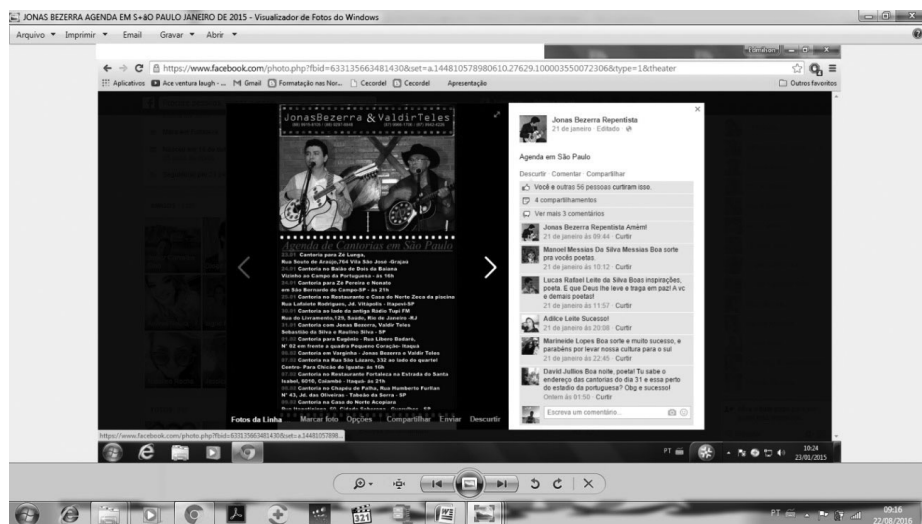
Disponível em: <https://www.facebook.com/jefersonsilvapoetarepentista?fref=ts>. Acesso em 14 de março de 2015, 14h22min.

Dessa forma se pode perceber não apenas a inserção destes jovens cantadores na grande mídia, mas suas formas de fazer destas inserções algo maior, que por um lado implica no reconhecimento dentro do próprio campo de sua atuação, além de promover de forma articulada suas imagens públicas.

Observe-se ainda, os padrões de suas vestimentas - preocupação dos cantadores em se apresentar bem – e, por fim, o recurso muito empregado do uso das violas em postura tradicional atualizando a imagem clássica dos cantadores de viola em punho, o que lhes confere legitimidade como representantes da antiga, mas atual arte da cantoria.

Outro aspecto comum entre os cantadores de hoje é a divulgação de suas agendas por meios virtuais. Vejamos a agenda de Jonas Bezerra, cantador de Iguatu, que muito influencia os dois cantadores anteriores, inclusive convidando-os para morar em Iguatu, onde residem no momento, e ainda para cantar em seu programa de rádio realizado numa emissora AM daquela cidade.

Figura 5 - Agenda de Jonas Bezerra no início de 2016, publicado pelo cantor em sua “time line”.



Disponível em: <https://www.facebook.com/jonasbezerra.repentista?fref=ts>. Acesso em 23 de janeiro de 2015, às 10h24min.



O jovem cantor cantou em diversas localidades de São Paulo no mês de janeiro e início de fevereiro. No dia 23 se apresentou em Grajaú; fez duas apresentações no dia 24, uma delas em São Bernardo do Campo; no dia 25 se apresentou em Itapevi; no dia 30 fez cantoria no Rio de Janeiro; no dia 31 volta a São Paulo cantando com Valdir Teles e Sebastião Silva; no dia 01 de fevereiro se apresenta na rua Libero Badaró; no dia 06 se deslocou para Varginha (MG) e cantou com Valdir Teles; no dia 07 se apresentou mais duas vezes para Chicão

do Iguatu e no restaurante Fortaleza; no dia 08 tocou na churrascaria Chapéu de Palha e no dia 09 na Casa do Norte Acopiara, quando encerra-se a programação.

A agenda bastante intensa de um jovem cantador nordestino em São Paulo é reveladora por vários aspectos. Vejamos alguns. Primeiro, os deslocamentos feitos nas grandes metrópoles e por cidades de porte médio é de fato revelador do alcance da cantoria no sudeste do país, já que além de São Paulo, ele fez ainda Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O caso específico de São Paulo é revelador das características apontadas na primeira parte deste artigo ao pensar o deslocamento da cantoria e dos cantadores dos sertões para as cidades. Vê-se na agenda nomes de pessoas identificadas pela sua origem (Chicão do Iguatu); lugares identificados pelas possíveis origens de seus proprietários (Restaurante Fortaleza, Casa do Norte Acopiara) estas relacionadas cidades nordestinas diretamente ou a elementos de nordestinidade (Chapéu de Palha e Chapéu de Palha). Trata-se de revelador aspecto do processo migratório que levou a cantoria às cidades e seus meandros.

As apresentações destes poetas em meios virtuais é sempre um caso à parte. A assunção da viola como companheira inseparável é destaque em suas elaborações. No “print” que se segue o jovem cantador revela algumas de suas características, das quais ressalto duas: 1) A foto de capa que serve de elemento identificador de seu perfil é justamente de uma viola acariciada, suavemente tocada na realização de uma nota tão antiga e tradicional quanto o próprio baião de viola, identificando-se aí um cantador; 2) a presença de uma foto sua e de sua amada, em juvenil postura romântica.

Figura 6 - Capa do facebook do jovem cantador João Lídio.



Disponível em: <https://www.facebook.com/joao.lidio.7?fref=ts>. Acesso em 18.08.2016 às 09h52min.

O mesmo João Lídio postou, em divulgação reveladora das reinvenções da cantoria, a seguinte divulgação:

Figura 7 – Divulgação de evento na página do facebook do jovem cantor João Lídio.



Disponível em: <https://www.facebook.com/joao.lidio.7?fref=ts>. Acesso em: 21 de março de 2015, 10h34min

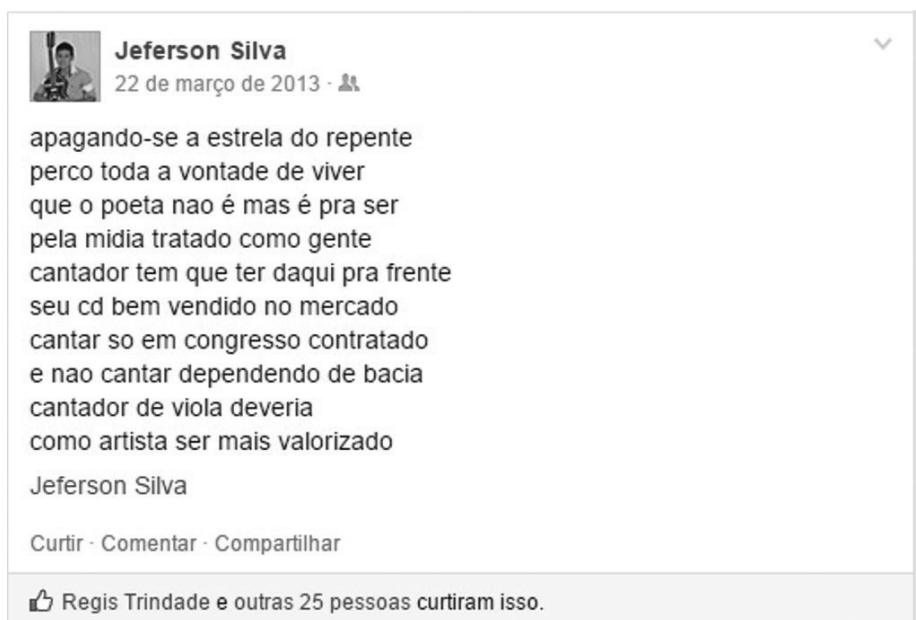


Trata-se de um “print” de uma das formas mais tradicionais de repente, a “cantoria de pé de parede”, aquela realizada há muito tempo, nos rincões rurais, e na qual, encostados em uma parede, lado a lado, com uma bandeja para arrecadar as doações dos presentes, os vates se enfrentavam na porfia. Esta é sem dúvida uma das formas mais caras aos cantadores e mais presente mesmo com todo o processo de “modernização” da cantoria em curso.

O que se torna notório na observação desta divulgação é a incorporação das novas tecnologias e de suas ferramentas de comunicação aliadas às práticas tradicionais de cantoria e de suas expressões mais resilientes. Assim postam-se (num jogo de sentidos) mais algumas, agora proporcionadas pelo mundo contemporâneo.

Reinvenções da Tradição e da História... último verso...

Figura 8 - “Post” colocado na “time line” de Jeferson Silva com decassílabo.



Disponível em: <https://www.facebook.com/jefersonsilvapoetarepentista?fref=ts>. Acesso em 14 de março de 2015 às 18h41min.

A tradição assumida como parte da arte de fazer, como essencialidade da cantoria, requer dos jovens poetas não apenas uma observância às regras assumidas pela expressão, como requer também pelas suas próprias necessidades e vivências uma prática de reinvenção cotidiana. Seja pela absorção das novas tecnologias, suas linguagens e formas de por elas se constituir, seja pela altera-

ção, negociação, manutenção ou qualquer outro mecanismo essencial a ela, a cantoria se revela atual por estes processos.

A mim, como historiador, cabe inspirar-me nas formas como a tradição por estas artimanhas se renova para existir. Desta forma, não só acompanho a trajetória da cantoria como absorvo para acompanhar novas formas de fazer historiografia (ou história como muitos preferem) e de tecer nossa teia de documentos e interpretações, com a qual recompomos a(s) realidade(s)...

Referências bibliográficas

ALVARENGA, Oneyda. *Música Popular Brasileira*. São Paulo: Duas cidades, 1982.

AMARAL, Adriana, NATAL, Geórgia e VIANA, Lucina. *Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital*. Ano:13, nº20, 2008. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/issue/view/341>>. Acesso em: 02/01/2016.

ANDRADE, Mário. “A música no Brasil.” In.: *Música, doce música*. São Paulo: Martins editora Ltda. 1963.

APPUDARAI, Arjun. “Disjunção e diferença na economia cultural global.” In.: FEATHERSTONE, Mike. *Cultura Global*. Nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

AYALA, Maria Ignez Novais. *No arranco do Grito: Aspectos da cantoria nordestina*. São Paulo: Ática, 1988.

BATISTA, F. Chagas. *Cantadores e poetas populares*. João Pessoa: Editora Universitária, 1997. 222p.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

CASCUDO, Câmara. *Vaqueiros e cantadores*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 1984.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, RJ/ Brasília, DF: José Olympio/INL, 1978. 452p

CASTRO, Simone Oliveira de. *Memórias da cantoria: palavra, performance e público*. Fortaleza: UFC, 2009. Tese de doutoramento em Sociologia.

- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHEVALIER, Henri Georges. Ciberantropologia e o twitter.com. In.: *Anais do II Simpósio de Comunicação, tecnologia e educação cidadã*. Bauru: Laboratório de estudos em comunicação, tecnologia e educação cidadã, 2009.
- DAMASCENO, F. J. G. *Versos quentes e baiões de viola: cantorias e cantadores do/no Nordeste Brasileiro no século XX*. 01. ed. Campina Grande, PB: EDUF-CG, 2012. 280p.
- GALENO, Juvenal. *Lendas e canções populares*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1962.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GUIMARÃES JR., Mario José Lopes. O Ciberespaço como cenário para as Ciências Sociais. *Ilha - revista de antropologia*. Programa de pós-graduação em antropologia social- UFSC, v.2, nº1, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/issue/view/540>>. Acesso em: 15/07/16.
- JENKINS, Keith. “Construindo a história no mundo pós-moderno.” In.: *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 93-108.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003. 130p.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos – O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- MOTA, Leonardo. *Cantadores – Poesia e linguagem do sertão cearense*. 7ª Edição. Fortaleza: ABC Editora, 2002.
- NEVES, José Maria. *Música Contemporânea Brasileira*. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1981. 200p.
- OSÓRIO, Patrícia Silva. *Modernos e Rústicos: tradição, cantadores nordestinos e tradicionalistas gaúchos em Brasília*. Brasília, DF: UNB, 2005. Tese de doutoramento. Depto. de Antropologia.
- RAMALHO, Elba Braga. *Música e palavra no processo de comunicação social – A cantoria Nordestina*. Dissertação de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento. Fortaleza: UFC, 1992.
- ROCHA, Paula Jung. MONTARDO, Sandra Portela. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, v.4, Dezembro, 2005. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/issue/view/4>>. Acesso em: 14/07/16

SALLES, Vicente. *Repente e Cordel*. Rio de Janeiro: FUNART/MINC, 1985. (Prêmio Silvio Romero).

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SAUTCHUK, João Miguel Manzollillo. *A Poética do improviso: prática e habilidade no repente nordestino*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

SCHNEIDER, Luis Carlos. Lugar e não-lugar: espaços da complexidade. *Revista do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul*, v.17,n. 01, p. 65-74, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/issue/view/297>>. Acesso em: 15/07/16.

TRAVASSOS, Elisabeth. “Notas sobre a cantoria no Brasil.” In.: CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shavan. *Portugal e o mundo: o encontro de culturas na música*. Lisboa: Nova Enciclopédia / Publicações Dom Quixote, 1997.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, percepção, leitura*. Tradução: Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: EDUC, 2000.

História e subjetividades: a intensão de tocar “a pele que habito”¹

Jailson Pereira da Silva

*“O mapa da epiderme exprime certamente mais que o toque mergulha profundamente no sentido interno”
(Michel Serres. Os cinco sentidos)*

O corpo: metonímia do sujeito

“O mapa da epiderme” insinua uma cartografia da pele. Há um sentido interno que, quem sabe, deseja nos dizer que a pele, ela mesma, é uma metonímia do sujeito. A ruga. O prêmio e o fardo dos que conseguem vencer os dias. A pele, cedo ou tarde, nos trairá o sonho da eternidade. *A pele goza/A pele muda/ A pele sangra*, como nos diz Maria Teresa Horta. Ela possui suas próprias artimanhas e sempre denuncia a passagem do tempo. Podemos estar à flor da pele e em nós habitam, desconhecidos, *lobos em peles de cordeiros*. Talvez, possamos dizer que a pele é, em si, uma metáfora da História, em certo sentido, *somos a pele que habitamos*. Não é de agora, no entanto, que conhecemos essas aproximações e encaixes entre a pele e a subjetivação. Conhecemos esse tropo não como uma exclusividade da nossa moderna racionalidade ocidental, tão acostumada à individualização exacerbada.

Sabemos que a pele é uma referência metafórica ao sujeito e à História também em outros tempos e espaços. Basta ver que, bem longe da maneira como hoje compreendemos o sujeito, os antigos astecas, para cultuar suas divindades, vestiam um dos seus índios como um Deus. Nesse gesto, buscavam a simetria entre imagem e representação e transformavam o sujeito escolhido naquilo que

1 Esse trabalho é tributário das discussões realizadas junto do Grupo de Pesquisa “História e documento: reflexões sobre fontes históricas”, do Diretório dos Grupos Pesquisa no Brasil - CNPq. Gostaríamos de agradecer, desde já, ao professor Santiago Jr., da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por suas contribuições e pela visão perspicaz que nos ajudaram a ver o mesmo, mas de modo diferente. Uma versão bastante inicial desse texto foi apresentada no 8º Seminário Brasileiro de História e Historiografia, ocorrido na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em 2014, na cidade de Mariana.

ele incorporava. Cultuavam essa *persona* em quarentena e cobriam seu corpo com as marcas que o associavam à divindade representada. Divinizado em sua pele, esse índio era agraciado com benesses e oferendas. Ao mesmo tempo, os devotos também punham sobre seus próprios corpos insígnias que os identificassem como místicos admiradores daquele Deus ali encarnado.

Depois de tudo, passado esse primeiro ato do rito sacrificial, esfolavam o corpo do índio-deus escolhido, da nuca até os calcanhares. Cuidadosamente, retiravam-lhe a pele inteira. Por fim, os devotos, literalmente, vestiam-se com o outro. Diminuídas as fissuras entre a alma e o corpo, em intercambiáveis camadas de significação, naquela pele vestimenta estava o *outro* de um *outro*. A pele do índio sacrificado era ele, mas também o Deus que ele representava; era, por fim, esse Deus na pele encarnado que o sacerdote vestia. Vestir-se com a pele do outro é assumir o lugar do outro, entrar em contato com o outro, estar, enfim, *em sua pele*. E, como um gesto simbólico, isso significa herdar suas dores e sensibilidade, poderes e fraquezas.

A pele, essa última fronteira entre o “eu” e o “outro”, é um dos centros de atração onde gravita a narrativa do filme “*A pele que habito*” (2011), de Pedro Almodóvar. No filme, inspirado na novela *Mygale*, de Thierry Jonquet, originalmente publicada em 1984, Roberto (Antonio Bandeiras) é um renomado cirurgião plástico. Depois da morte de sua esposa e vendo sua filha sofrendo com transtornos psicológicos, ele - num ato misto entre a vingança psicótica e a experiência científica - remodela violentamente o corpo de um rapaz, Vicente (Jan Cornet), reconstruindo-o à imagem e semelhança de sua ex-esposa, Gal.

Depois de uma vaginoplastia e outros procedimentos cirúrgicos não menos traumáticos, que incluem a criação e aplicação de uma pele artificial, por cima da pele do jovem Vicente, ressurgiu a bela Gal de anos atrás. Roberto, então, vislumbrando as transformações que impusera ao corpo do rapaz, batiza esse novo sujeito de Vera (personagem interpretado por Elena Anaya). Vicente tem agora a aparência de Gal, mas chama-se Vera. Talvez um sutil jogo de identidades e sujeitos esteja insinuado nos disfarces das palavras: Gal (*moça*) e Vera (*de veras, veracidade, verdadeiro*).

A verdadeira Gal, no entanto, não voltará mais porque morrera anos antes quando estava se recuperando, graças aos intensos cuidados de Roberto, seu marido, dos traumas psicológicos e das marcas físicas herdadas de um acidente automobilístico que sofrera justamente quando fugia com seu amante. Desfigurada pelas queimaduras resultantes do desastre, ela nunca mais vira o seu rosto, até o dia em que, caminhando como um fantasma, percebeu sua face refletida no vidro de uma janela. Gal também não se reconheceu no rosto deformado que viu. Assustada consigo mesma, não suportou o estranhamento. Lançou-se no vazio. Sua queda pela janela encerrou sua vida.

Roberto não escolheu o jovem Vicente por acaso. Tempos antes, durante uma festa, o rapaz tivera uma relação sexual abusiva com a filha do cirurgião. Embora não possamos saber se houve a penetração em si, haja vista que a garota, assustada, se descontrola com a situação, não se pode negar que houve uma invasão dessa esfera existencial que é o corpo. O fato, enfim, é que Vicente violentara o corpo da filha de Roberto; Roberto se apossara do corpo de Vicente.

Diante de sua nova pele,² Vicente não se reconhece. Além de tudo, ele não sabe da existência da Gal anterior, não sabe que aquele rosto e corpo - que não são seus, mas que estão colados a sua subjetividade - já tiveram dono. Se Vicente não se sente Vera, é na pele dela que ele habita. Se ele não se sente Gal é na aparência dela que ele existe.

As primeiras palavras que Roberto pronuncia na película (*o rosto nos identifica. Para as vítimas de um incêndio, não basta salvar-lhes a vida, precisam ter um rosto, ainda que seja o rosto de um morto*) indicam o caminho que será desenvolvido no enredo, pontuando as relações entre sujeito e identidades. Partindo dessas clivagens entre os sujeitos-outros no qual o jovem Vicente oscila, nosso intuito é movimentar possibilidades de reflexão acerca da relação história-subjetividades, tomando o filme de Almodóvar como o ponto de atração que faz nosso pensamento orbitar.

Para nós, essa pele nova, onde Vicente habita, precisa do tempo para transmutar-se em sujeito. De fato, depois das cirurgias, o jovem vê-se “um”, mas sente-se “outro”. Afinal, uma das primeiras coisas que disse ao fugir da mansão onde estava confinado e buscar os laços de sua vida anterior foi “*sou Vicente*”. Por outro lado, Vicente também sabe que não é mais Vicente. Ele sabe que há um deslocamento em seu ser e que a identidade não existe sem que o outro nos ajude a dizer o que somos.³ Seu empenho em dizer-se Vicente é ambivalentemente a assunção de que ele já o não é; porque o outro, exterior, assim não mais o reconhece.

Sem pressa, o cirurgião fez o seu trabalho. Moldou e esculpiu o corpo. Mas por que ele o fez? Por vingança? Contra quem? Contra Vicente, que violentara sua filha? Contra Gal, que ao se matar abreviou a dor da existência que Roberto lhe havia imposto (e é por isso que ele a traz de volta através do corpo de Vicente)? Contra ele mesmo, porque queria continuar vivenciando suas dores através das presenças da mãe e da filha, vingadas no corpo de Vicente? Talvez Roberto tenha feito tudo por saudade. Mas saudade de quem? Da Gal que não pode mais ter?

2 Os jogos entre pele e sujeito se aprofundam. Roberto batiza de “Gal” a pele artificial que cobre o corpo de Vicente. Vicente tem a aparência de Gal. Seu novo nome é Vera. Gal é o nome da sua pele.

3 HALL, Stuart. “*Quem precisa da identidade?*” In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. p. 89.

Quem sabe foi tudo por amor. E talvez por isso mesmo tudo pareça tão louco. Mas as perguntas permanecem: qual a verdadeira paixão de Roberto? Gal ou a ciência? A história do homem que por meio da ciência recria seu amor é conhecida. Quem sabe haja alguma contiguidade entre o Dr. Roberto Ledgard e “*Rotwang, o inventor*”, um outro famoso cientista criado no cinema. E a nova Gal, inventada por Roberto seria, assim, análoga à ginóide Hel⁴, criada por Rotwang e imortalizada por Fritz Lang, no filme *Metrópolis*? Seja como for, os dois cientistas são movidos por forças intensas que impulsionam suas ações. Essas forças, ainda que possam estar relacionadas ao passado, não significam, por sua vez, uma assunção da consciência histórica

Talvez possamos pensar que Roberto comete seu ato sádico e violento sem consciência clara do seu gesto. Afinal, como um cirurgião especialista, ele fora ensinado a apartar o corpo da enfermidade, *a viver o dualismo médico que negligencia o homem para se ocupar do corpo doente*.⁵ Antes de tudo, quem sabe, Roberto encarou Vicente como quem olha um doente. Nesse sentido, aquele novo corpo onde Vicente habita, ao mesmo tempo em que é punição, pode ser também um instrumento de *correção*, no sentido de aprimoramento da postura, uma ortopedia dolorosa fabricada para o modelamento da psique. Mas quem disse que Vicente era portador de uma psique doentia, que precisava ser corrigida? Talvez a ciência o diga. Ela mesma, que com seus discursos dá a existir os objetos dos quais se põe a falar, que domina até mesmo o que desconhece.⁶

Repitamos: o cirurgião fez o seu trabalho. Moldou o corpo. É preciso, agora, no entanto, que o tempo, esse escultor com cinzéis que tudo corta, entre em cena. Mas não é qualquer tempo que pode, novamente, talhar a identidade e alinhar esse sujeito consigo mesmo, porque não é todo tempo que possui o poder de historiar as coisas. E somente quando historiada, essa pele poderá exibir as marcas de subjetividade que lhe preenche a existência. Pois, como afirma Serres:

a pele historiada traz e mostra a própria história; ou visível: desgastes, cicatrizes de feridas, placas endurecidas pelo trabalho, rugas e sulcos de velhas esperanças, manchas, espinhas, eczemas, psoríases, desejos, aí se imprime a memória; porque procurá-las em outro lugar; ou invisível: traços imprecisos, carícias, lembranças de seda, de lã, veludos, pelúcias, grãos de rocha, cascas rugo-

4 *Rotwang, o inventor* é a personagem imortalizada por Fritz Lang, em *Metrópolis*, filme de 1927. Na trama, baseada num romance de Thea von Harbou, Rotwang não se conforma com a morte de seu grande amor, Hel. Por isso, cria uma ginóide com o intuito de fazê-la novamente presente em sua vida. Rotwang e Roberto, cada um a seu modo, recriam seus amores.

5 Le BRETON, David. 'A síndrome de Frankstein'. In: SANT'NNA, Denise Bernuzzi (org.). *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

6 FOUCAULT, Michel. 1989

sas, superfícies ásperas, cristais de gelo, chamas, timidez do tato sutil, audácias do contato pugnaz. (...) a pele vira porta-bandeira quando porta impressões.⁷

Esse corpo de Vicente ainda precisa se aparelhar de si, encontrar sentidos que encurtem a distância que supostamente atíça o conflito “essência X aparência”. Por fora um corpo harmônico, simétrico, moldado; por dentro, um corpo indisciplinado, desalinhado e em descompasso consigo mesmo.

Vicente, em certo sentido, não encontra a simetria, nem mesmo o encaixe, entre sua existência e as imagens do seu próprio corpo. Sua imagem dinâmica⁸ não se completa, porque lhe faltam as condições, não de resolver os dilemas da vida, mas de compreender as razões pelas quais eles se estabelecem e nos acompanham. Sua castração desdobra-se e vaza, extrapola o nível do inconsciente.

O sofrimento de Vicente é a materialização angustiante causada pela experiência de existir sem tempo. Seu sofrimento é, enfim, explosão da consciência de que essa existência não é (nem será) possível; ele percebe que não se pode anular a história, sem, com isso, abandonar o sujeito.

Vicente sofre porque esse corpo ainda não se fez. Isto porque as coisas só se fazem no tempo. É esse o verdadeiro fogo que faz arder os segredos da história. E o corpo Vera, coberto com uma pele artificial chamada Gal, no qual Vicente sente-se aprisionado, é frio. Muito embora saibamos que, como diz Michel Serres, “o corpo faz o corpo e o corpo faz o mundo. Ele sabe fazer o sujeito, ele pode fazer o objeto”,⁹ esse seu fazer usa o tempo como matéria-prima.

A pele e a ruga: fazer-se história, encher-se de tempo

Mas, como dissemos, não é de qualquer tempo que o corpo/ sujeito precisa. A Vicente não interessa o tempo psicanalítico que, conforme anotado por

7 SERRES, Michel. *Os cinco sentidos: filosofia dos corpos misturados*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 18.

8 Para Dolto a imagem do corpo não é um dado anatômico natural. Ela se constrói na história do sujeito, num jogo entre três modalidades de uma mesma imagem do corpo que se remanejam ao longo do desenvolvimento. É nas relações entre a *imagem de base* (uma mesmice de ser; uma continuidade que acompanha o sujeito), a *imagem funcional* (“imagem estênica de um sujeito que visa a realização do seu desejo”) e a *imagem erógena* (“lugar onde se focaliza o prazer ou o desprazer erótico na relação com o outro) que o corpo ganha os significados que ancoram sua existência no mundo, erigindo a sua “imagem (ou melhor, substrato) dinâmica”. É essa “*imagem dinâmica*”, resultado em conjunto das três imagens anteriores, que, efetivamente, “[são] continuamente sustentadas pelo desejo do sujeito de se comunicar com outro sujeito, por meio de um objeto parcial sensorialmente significado” (esse objeto, obviamente é o corpo). DOLTO, Françoise. *A imagem inconsciente do Corpo*. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 37.

9 SERRES, Op. Cit., p. 116.

Michel de Certeau, pensa passado e presente como se *um estivesse no outro*. Afinal, a história e a psicanálise possuem distintas estratégias do tempo, modos diversos de compreender e enfrentar a construção dos sujeitos. Modos díspares, mas, nem sempre, claramente distintos e separados. Nas palavras do próprio de Certeau:

elas (psicanálise e historiografia) pensam, de modo diferente, a relação do passado com o presente. A primeira reconhece um no outro. A psicanálise trata essa relação segundo o modelo da imbricação (um no lugar do outro), da repetição (um reproduz o outro sob uma forma diferente), do equívoco e do quiproquó (o que está “no lugar” do quê? Há, por toda parte, jogos de máscaras, de reviravolta e de ambiguidade). Por sua vez, a historiografia considera essa relação segundo o modelo da sucessividade (um depois do outro), da correlação (maior ou menor grau de proximidade), do efeito (um segue o outro) e da disjunção (um ou outro, mas não os dois ao mesmo tempo).¹⁰

Depois de consumada a transformação física, Vicente descobrirá que esse novo rosto que ele vê no espelho já pertencera a outro corpo. Nova explosão de sujeitos. Ele é outro. E esse outro existe exatamente porque existiu. A Gal morta, vive nesse ser que se sente Vicente, se chama Vera, se parece com Gal. Rompe-se a regra, segundo a qual, nos informa Michel Serres, “cada rosto pede uma máscara táctil original” e que “na pele, a alma e o objeto se avizinham, avançam, ganham ou perdem terreno”,¹¹ o que resta de Vicente, nessa nova pele? Nem *fractus* nem *fragmento*, nem Eros nem Thanatos, nem sujeito nem objeto, esse novo Vicente sofre por não ter História, sem saber o que, nele, é sua alma e o que é sua matéria. Sofre por não perceber os limites das fronteiras resilientes entre as subjetividades de dentro e de fora.

Vicente, o fictício exemplo singular, talvez, possa nos indicar que precisamos da História para saber o que em nós resta de nós mesmos, o que Clio, ela mesma que sempre transforma sua face, espera que façamos com nossa pele, nossa História, para nos constituirmos sujeitos. Talvez seja ainda válido lançar o olhar na direção daquela trilha apontada pelo freudismo que nos faz perceber que o singular pode dizer respeito ao coletivo de uma forma muito mais intensa do que podemos pensar à primeira vista.¹² O jogo dos *eus* que Vicente representa pode ter algo a dizer ao historiador; nos faz pensar que o singular não é o oposto do coletivo e os dilemas individuais podem ser casos exemplares, capazes de

10 CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: entre a ciência e a ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 73

11 SERRES. *Op. Cit.*, p. 18-19.

12 CERTEAU, Michel. *Op. cit.*, p. 91-97.

abrir frestas nas labirínticas paredes da existência. Há algo de “inconsciente na história”.¹³ Em certo sentido, silêncios, que devem ser explorados, interpretados, mas nunca esquecidos ou negligenciados.

Ao transformar Vicente em *outro*, o cirurgião Roberto age como se pudesse dominar os desdobramentos da História do sujeito. Como se tivesse controle sobre o ser do outro, porque controla seu corpo. Ele sabe, no entanto, que essa é uma transformação que se arrasta infinita e estafante, como o castigo de Sísifo. Aliás, essa transformação, não esqueçamos, é um castigo. Isso porque ela foi feita de fora para dentro, e não o contrário. Vicente, intimamente, não quis ser outro. Não quis ser Gal, nem Vera. Seu fardo está carregado dessa beleza. Beleza pesada porque, paradoxalmente, vazia de História. Seu *pathos*, sua paixão, aquilo que afeta o seu corpo e sua alma, é o seu próprio corpo. Vicente, como a Gal desfigurada, carrega antipatia por si mesmo como suas marcas definidoras.

Mas essa história da fabricação do outro é um castigo também para o próprio Roberto. Também pesa sobre ele um fardo. Ele nunca terminará sua criação. Ele nunca poderá exibi-la. Ele sempre estará preso a ela. Intimamente, ele precisa se indagar sobre o fim e a finalidade dessa história. Ele só tem, enfim, o controle da vida dela porque ela também exerce um domínio sobre a vida dele.

Por isso, esse Roberto inventor sabe dos limites de seu poder transformador e criador da História. Ele descobrirá que a história não é um teatro de marionetes. Roberto vai perceber que não há como dominar a história. Ele estará tal qual Mister Clay, o rico comerciante criado por Karen Blixen, em “*A história imortal*”.¹⁴ E saberá que a história não é, apenas, o que acontece. Ela é, antes, o significado que se dá ao acontecido. É por isso que não podemos dominar a História; porque suas significações transbordam, vazam, fogem do controle.

Mais do que dominar, no entanto, Roberto parece querer anular o sujeito Vicente, promover seu apagamento, condená-lo a viver na sombra (i)memorial da sua própria existência. Mas Vicente, como a Gal verdadeira, que morre quando se assusta com a imagem de seu rosto deformado, não conseguem esquecer. Gal não se livra de sua imagem bela, Vicente não se livra de seu passado masculino. Ele é incapaz de acomodar o passado, de resolvê-lo, de deixá-lo ser. Não enfrenta o luto. Não aceita sua perda. Nega. E sabemos que a incapacidade de se livrar

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Em “*A História Imortal*”, Mister Clay se irrita ao descobrir que uma das narrativas de que gostava - que contava as aventuras de um marinheiro que fora contratado para engravidar a mulher de um rico senhor que não tinha herdeiros - era falsa. Irritado, Mister Clay, que detestava fingimentos, dedica esforços para tornar a fábula verdadeira. Embora a história se consume, cada um dos sujeitos envolvidos na trama atribuirá um sentido novo à história vivida. A história de Mister Clay é retomada por Jurandir Freire Costa para pontuar uma discussão sobre “*a psicanálise e o sujeito cerebral*”. A referência completa do texto de Costa encontra-se no final desse trabalho.

do passado é uma prisão torturante. Como nos lembra Renato Mezan ao discutir a relação entre Freud e a cultura, a própria pulsão de morte está associada à repetição, e não apenas a agressividade. Ou seja, em certo sentido, enclausurar-se no passado transforma a história do indivíduo em repetição, decretando-se, assim, sua morte.¹⁵

Por acaso, isto posto, significa que, se Gal pudesse esquecer o acidente e Vicente esquecer das cirurgias que marcam suas peles, as angústias seriam imediata e plenamente resolvidas? Difícil responder, mas tendemos a pensar que não. Basta lembrar daquilo que nos apresenta um outro filme *Amnésia* (de Christopher Nolan), no qual, após um evento traumático (um assalto que resulta na morte de sua esposa e seu próprio espancamento), um sujeito perde a capacidade de memorizar acontecimentos recentes e passa a produzir imagens (fotografias) e fazer tatuagens em seu corpo para reter aquilo que julga essencial à sua própria sobrevivência. Em sua pele, esse homem atordoado pela incapacidade de reencontrar-se com sua história, escreve uma narrativa fragmentada, se esforçando para conseguir colocar o tempo em ordem.

Na pele existem tatuagens que mostram o que o tempo faz conosco, embora não saibamos exatamente o que ou por que as coisas acontecem. Se Gal e Vicente esquecessem, provavelmente, sofreriam a ausência da história, uma ausência de si, enfim, porque é a história - com suas tramas e dramas - o que nos faz ser o que somos.

Roberto quer anular o sujeito. A anulação, contudo, difere do puro extermínio. O extermínio impõe uma luta pelo esquecimento total. É preciso esquecer, aniquilar, a própria memória do esquecimento. “O esquecimento do extermínio - já nos alertaram - faz parte do extermínio”.¹⁶

Vicente, no entanto, não se esquece de si, desse si que existe fora do seu corpo, nos labirintos latejantes da memória e do desejo. Ele se imagina, a cada momento em que se olha no espelho; se olha, mas não se vê. Sua história, cindida, perde fios de contiguidade. Mas o tecido que sua trama costurou permanece latente em sua vontade de não ser, de não se sentir nesse outro que a imagem refletida no espelho lhe mostra. Há um arquivo apagado¹⁷, mas há também pistas

15 MEZAN, Renato. *Freud, Pensador da Cultura*. São Paulo: Brasiliense- Brasília: CNPq, 1985. p. 433

16 A expressão entre aspas pertence a Jean-Luc Godard e é retomada por Georges Didi-Huberman (2012:38), para analisar a maneira como os nazistas se esforçaram para “exterminar as marcas do extermínio” judeu. Segundo Didi-Huberman, os nazistas sabiam que a memória do extermínio significava a permanência do ser exterminado, por isso se empenharam no apagamento dos registros que contavam, ainda que de forma incompleta, a história das suas atividades.

17 Elisabeth Roudinesco (2006) trata do “poder do arquivo apagado” ao retomar a história do texto de Jacques Lacan “O estádio do Espelho” e os mistérios que rondam a versão original desse trabalho lacaniano, apresentado em 1936, durante o XIV Congresso da International Psychoanalytical Association (IPA). Segundo Roudinesco, Lacan retirou-se do Congresso porque fora interrompido durante a apresentação de

incontestes de sua existência. Sua vontade de história é sua testemunha. O testemunho é a denúncia não apenas do que vimos, mas também do que sabemos ou mesmo do que pensamos saber. É um ato de memória porque se articula ao conhecido, ao passado, portanto.

Vicente, em seu íntimo, é a testemunha de si; a prova de que ele existe, mesmo encoberto e transformado (aparentemente transformado?) em outro. Ele testemunha a existência de um *eu* cuja história solitária, mas inversamente narcísica, não é história porque não pode ser partilhada por outro. Nesse novo corpo, o ver não nos faz crer. Não há estranhamento, porque o estranho é um eu diferente. Quando digo: “você está estranho”, ou “você está diferente”, não nego que você é você. A mãe de Vicente, a mesma que nunca perdera a esperança de tê-lo de volta, na cena do reencontro, olha-o sem referências e, por isso, indiferente, nega-lhe o direito de ser ele mesmo.

A mulher de Roberto, Gal, mantém sua essência após o acidente que a desfigura. Ela é ela, apesar das transformações externas que a tornam uma *persona* sem rosto. Ela não tem rosto, falta-lhe a aparência. Mas tem *essência*, no sentido de que ela *está* nela (ao contrário de Vicente que está em outro). Ela é ela porque os outros a veem assim. A pele dessa Gal, esposa de Roberto, não é vazia de história. A rugosidade das cicatrizes - para retomar Michel Serres - é a própria denúncia de uma pele historiada.

Vicente, ao contrário ganha novo rosto, novo corpo e nova pele. Mas ele ainda é ele porque se sente assim. Sua pele é artificial não apenas porque feita em laboratório (criação humana e inatural), mas porque não traz marcas de subjetividade. Uma pele artificial que não queima, como a sua, é uma pele sem vida porque ao negar a destruição, ao negar a finitude, a dor, nega a própria existência e não deixa um lugar para a história habitar. Aquela pele nova, esgarça os fios do tempo, mas não rompe o tecido da memória de Vicente. Por isso sua angústia sem fim.

Há uma diferença entre as peles da Gal (esposa) e da Gal (Vicente) e não é na aparência que devemos procurá-la. Não basta dizer que uma é a beleza presente e que a outra é a beleza passada. A diferença entre as duas Gal não está nas temporalidades em si. As divergências encontram-se no papel que o tempo e a história desempenham em cada uma dessas peles; no modo como cada uma delas é encoberta pelo manto dos dias, na maneira como elas aderem ao corpo e ganham vida. A beleza da Gal-esposa foi queimada, não apenas pelo incêndio,

suas reflexões. Irritado, ele retirou-se do congresso e não enviou o texto para a publicação nos anais. Do texto original, no entanto, ficaram algumas pistas. Em primeiro, anotações feitas por Françoise Dolto, que estivera presente em uma conferência de Lacan, meses antes do evento da IPA. Em segundo lugar, existe um projeto de ensaio organizado pelo filósofo Alexandre Kojève e no qual Lacan deveria participar. Roudinesco retoma esse acontecimento do “arquivo apagado” para mostrar que, diante da História, o arquivo apagado pode provocar tantas versões e narrativas quanto o próprio excesso de arquivo.

mas pelo passar dos dias. A beleza da Gal-Vicente anda na contramão do tempo, os dias passam e Vicente vai se fazendo mais belo.

O que une as duas “*peles Gal*” é que ambas estão atravessadas pela experiência da dor. Mas a Gal (esposa) sofre por ver sua pele deformada preenchida pela história. A Gal (Vicente) por sua vez, sofre pelo vazio de história que essa pele lhe apresenta. A esposa olha e pensa em tudo que viveu. Vicente olha e pensa no que passará a viver. Incapazes de esquecer, entre o passado e o futuro, os dois corpos são massacrados pelo presente. Diante desse cenário assustador - sem passado, sem futuro - elas não conseguem mais narrar sua própria história. Sem narrativa possível não há vida possível. Diferentemente de outras ficções - filmicas, literárias, por exemplo - em *A pele que habito*, não há a possibilidade da viagem no tempo. Os dilemas da existência precisam ser resolvidos no presente. Não há subterfúgios ou chances de esquiva diante da dor.

No caso de Vicente, ao contrário dos astecas citados na abertura, não há o desejo de vestir a pele do outro. Não há transcendência, não há ganhos, não há trocas. Aquela pele lhe foi imposta e trouxe consigo uma subjetividade esquizofrênica que, apartada da história, flutua sem um cais de tempo onde possa ancorar. Diante dela, há um duplo vazio: não há identidade, não há identificação. E como nos disse Dominick LaCapra:

identidade não deve ser nem idealizada como sempre benéfica nem demonizada e visto como uma (se não a) fonte dos males políticos do mundo de moderno. Também não deve ser confundida com a identificação, no sentido de total fusão com outros em que a diferença é obliterada e a crítica equivale à traição.¹⁸ (Tradução nossa.)

Sem identidade nem identificação, não há de se estranhar o mal-estar do sujeito Vicente-Vera. Se a identidade e a identificação individual ou coletiva ocorrem diante da percepção da existência do outro, quem é o outro desse novo sujeito Vicente-Vera? Sua dor, talvez, provenha da percepção de sua solidão. Ele sabe que é único; como todos nós, ao fim, de algum modo o sabemos. Mas nossa unicidade não é apartada do outro. Nós vemos o outro. Nós reconhecemos o outro. Vicente vê o outro; mas sua visão é singular porque ele foi forçado a ser outro. A engolir o outro que era ele.

18 No Original, “identity should be neither idealized as always beneficent nor demonized and seen as a (if not the) source of the political ills of de modern world. Nor should it be conflated with identification in the sense of total fusion with others wherein difference is obliterated and criticism is tantamount to betrayal”. LaCAPRA, Dominick. *History in transit: experience, identity, critical theory*. New York: Cornell University Press, 2004. p. 37.

Vicente sabe que “ver mais” pode significar “ver menos”. A fisionomia, essa arte de traduzir os sinais visíveis do rosto, de evitar os enganos - como alertara, ainda no século XVII, Marin Cureau de la Chambre¹⁹ - que resultam do mau uso que o homem faz da voz e da língua, não é capaz de dizer tudo. O visto e o dito procuram a complementaridade. A imagem não é apenas luz, enquadramento, nitidez. Ela é corte temporal. Preso à deslizante “imagem inconsciente do corpo”,²⁰ Vicente não consegue alinhar sua existência porque é incapaz de superar seu narcisismo fundamental. Ele está impedido de retornar ao grau zero do seu Eu, impossibilitado de apagar as memórias de fruição, não apenas tátil, mas sensíveis (em sua totalidade) que pontuam as lembranças do seu corpo e da sua consciência.

O corpo é o nosso habitat mais seguro. Confidente dos desejos, morada de traumas e frustrações. O corpo é nossa última camada protetiva, nossa esfera mais familiar, mônada da nossa existência. Como nos diz David Le Breton:

Nas culturas ocidentais, o corpo humano está fundado num fechamento da carne sobre ela mesma e sobre a humanidade intrínseca e única dessa matéria que traça para o homem seu rosto e sua forma. A separação que distingue o indivíduo de um outro é rigorosa; o corpo de um homem não poderia se misturar estruturalmente ao de um outro. O corpo é o vetor da individualização, ele estabelece a fronteira da identidade pessoal; confundir essa ordem simbólica que fixa a posição precisa de cada indivíduo no tecido social significa apagar os limites identificadores do fora e do dentro, do eu e do outro; essa confusão coloca radicalmente em questão a firmação de si e faz duvidar sobre a natureza do outro. A igualdade do homem consigo mesmo, a identidade de si, implica a igualdade com seu corpo. A condição do homem é corporal. Subtrair-lhe alguma coisa, ou lhe acrescentar, coloca esse homem em posição ambígua, intermediária. As fronteiras simbólicas são rompidas.²¹

O que Vicente reclama é que essa imagem corpórea que se vê com clareza anula a fenomenologia daquilo que o fez ser o que é, promovendo um evanescer

19 “Porque a natureza não somente deu ao ser humano a voz e a língua para serem os intérpretes de seus pensamentos, mas desconfiando de que ele pudesse abusar delas, ainda fez falar sua fisionomia e seus olhos para desmenti-las, quando não fossem fies. Numa palavra, a natureza estampou toda a alma do ser humano no exterior e não há nenhuma necessidade de janela para ver seus movimentos, suas inclinações e seus hábitos, porque tudo isso aparece no rosto e nele está escrito em caracteres bem visíveis e bem manifestos”. CUREAU DE LA CAMBRE, 1660: 1, apud COURTINE, Jean Jacques. ‘O espelho da Alma.’ In: *História do Corpo: da Renascença às Luzes*.

20 DOLTO, apud TIUSSI, Carolina Cardoso. “O tratamento em grupo e a imagem inconsciente do corpo”. In: O DECLÍNIO DOS SABERES E O MERCADO DO GOZO, 8., 2010, São Paulo. *Proceedings online*. FE/USP, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000032010000100013&lng=en&nrm=abn>. Acesson: 13 Sep. 2016.

21 Le BRETON, David. “A síndrome de Frankstein”. In: SANT’NNA, Denise Bernuzzi (org.). *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 64.

do processo, das clivagens, das marcas, das cicatrizes que ensinavam um percurso, uma trilha, para que pudéssemos saber da História. A emocionada frase de Vicente, sempre ela, (“sou Vicente”²²) ao reencontrar os referenciais de sua vida anterior ao encontro com Roberto denuncia que ele teme não se ver. À primeira vista, ela impõe e necessita de uma realidade cogente, sem a qual nada parece fazer sentido.

Mas, sempre existe uma história inesperada e aquela mesma frase pode também ser vista como uma despedida e um começo: é o momento no qual o “Vicente-Vera”, quem sabe, despede-se do Vicente anterior e pode, enfim, tornar-se, novamente, sujeito de si, afinal, a frase é dita para uma mulher que o “Vicente-Vicente” desejava, sonhando em penetrar falicamente aquele corpo. Uma mulher que por sua vez sempre o rechaçava dizendo-lhe: “*desista Vicente, eu gosto de mulher*”. Vicente, agora habitando essa linda pele-mulher, quem sabe, poderá, enfim, encontrar uma forma de realizar o desejo de história e preencher o vazio da existência. Por caminhos inesperados, ele pode usar esse corpo novo como uma maquinaria de movimentação e realização dos seus sonhos e desejos. Antes de realizar os nossos sonhos e desejos, a percepção de que os possuímos é prova de que estamos vivos, e que, portanto, possuímos uma história. Se não podemos dominá-la, é certo que dela também não podemos fugir.

Resta tomar uma reflexão, apenas: como nós pretendemos dar conta, se é que isso nos seja possível, da História que nos associa, não apenas à pele nem ao corpo, apenas, mas à vida na qual habitamos.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: entre a ciência e a ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques & VIGARELLO, Georges (diretores). *História do Corpo: da Renascença às Luzes*. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

COSTA, Jurandir Freire. *O risco de cada um e outros ensaios de psicanálise e cultura*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007.

22 Françoise Dolto faz análise particular sobre o papel no nome próprio e sua relação com a autossignificação do sujeito. Segundo ela, “de todos os fonemas, de todas as palavras assim ouvidas pela criança, existirá um dentre eles que assumirá uma importância assegurando a coesão narcísica do sujeito: é seu prenome. Desde o nascimento, o nome - ligado ao corpo e à presença do outro - contribui de forma determinante para a estruturação das imagens do corpo, sendo aqui também incluídas as imagens mais arcaicas. (...) Mesmo no sono profundo, é a proferição de seu nome que pode despertar um sujeito. (...) Seu prenome é o primeiro e último fonema que está em relação com sua própria vida e com o outro, e que a sustenta, pois foi também, desde o nascimento, o significante de sua relação com a mãe. DOLTO, Françoise. *A imagem inconsciente do Corpo*. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 34-35.

DOLTO, Françoise. *A imagem inconsciente do Corpo*. São Paulo: Perspectiva, 2015

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

HUBERMAN, Georges-Didi. *Imagens apesar de tudo*. KKYM: Lisboa, 2012.

LaCAPRA, Dominick. *History in transit: experience, identity, critical theory*. New York: Cornell University Press, 2004.

Le BRETON, David. A síndrome de Frankstein. In: SANT’NNA, Denise Bernuzzi (Org.). *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

MEZAN, Renato. *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Brasiliense- Brasília: CNPq, 1985.

SANT’NNA, Denise Bernuzzi (Org.). *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SERRES, Michel. *Os cinco sentidos: filosofia dos corpos misturados*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Variações sobre o corpo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TIUSSI, Carolina Cardoso. “O tratamento em grupo e a imagem inconsciente do corpo.” In: O declínio dos saberes e o mercado do gozo, 8., 2010, São Paulo. Proceedings online. FE/USP, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032010000100013&lng=en&nrm=abn>. Access on: 13 Sep. 2016.

SILVA, Jailson Pereira da. “História e subjetividades: a intensão de tocar “a pele que habito”” In: Marcelo de Mello Rangel; Marcelo Santos de Abreu; Rodrigo Machado da Silva (Orgs.). *Anais do 8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia - Variedades do discurso histórico: possibilidades para além do texto*. Ouro Preto: EDUFOP, 2014. (ISBN: 9788528803372). Disponível em: http://www.seminariodehistoria.ufop.br/static_server/media/arquivos/sistema/trabalhos/Jailson_Pereira_da_Silva.pdf



A construção da sociedade sertaneja na Ribeira do Acaraú.

Raimundo Nonato Rodrigues de Souza.

Introdução

No contexto do final do século XVII e início do século XVIII, as sesmarias serviram como um dos mecanismos do avanço colonizador para os interiores e de permanência de sujeitos na terra, mediante a exigência de que as mesmas se tornassem produtivas sob a pena de perda da concessão. Teriam prioridade na concessão de sesmarias os que tinham participado da conquista, com serviços prestados na guerra contra o gentio brabo, ou os que eram gente de qualidade abonada, com recurso para explorar a terra e pagar dízimos.

João de Lira Tavares, ao comentar sobre as sesmarias, informou que no governo de D. Fernando foi incentivado o cultivo através de concessão de terras “sob o pagamento de uma renda barata, fixada na sexta parte dos fructos – a sesma – de onde a denominação sesmaria”¹ Na América Portuguesa, este instrumento de divisão de terras sofreu diversas modificações: sesmaria era a terra doada e não a sexta parte dos frutos; sua distribuição acabou concentrando a terra nas mãos de poucos e expropriando antigos moradores. A dinâmica da conquista fez com que este instrumento jurídico fosse se adaptando à realidade da expansão. Tavares, em seus comentários sobre as mudanças na legislação das sesmarias, relatou que desde 1698:

fora determinado que essa carta era um título provisório, valendo como definitivo a confirmação que era obrigado, cada concessionário a pedir ao rei, dentro do prazo de três anos. [...] As terras eram dadas sob a condição de que o concessionário as “houvesse, lograsse e possuísse” como coisa sua própria, para ele e todos seus herdeiros, sem pensão nem tributo algum mais que o dízimo a Deus Nosso senhor dos fructos que houvesse e lavrasse. [...] A

1 TAVARES, João de Lira. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Brasília: Senado Federal, 1982, p.12. (Coleção Mossoroense, volume CCXLV).

carta de sesmaria obrigava o posseiro a cultivar seus terrenos de modo que dessem frutos, a dar caminhos públicos e particulares para fontes, pontes, portos e pedreiras, e demarcar suas terras no praso de três anos.²

A primeira sesmaria solicitada e doada na ribeira do Acaraú, 1682, foi uma concessão a 26 pessoas moradoras nas Capitânicas de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. A solicitação afirmou que a terra pedida iniciava do “rio a que chamão os índios vulgarmente o Pará” e que se estendia do Rio Curu ao Acaraú. As referências sobre a sesmaria apenas informavam que começava “da costa do mar até cada humm delles suplicantes sejam satisfeitos das ditas três léguas em quadra a cada hum com todos os uteis que nella se acharem pera aproveitarem as terras” e a que solicitação das terras era em “remuneração dos seus serviços que tem feito e querem fazer a Coroa Real”.³

2 TAVARES, João de Lira. *Op. Cit.*, p.12.

3 Data e sesmaria do capitão Manuel Barreto da Silva e mais companheiros, v. 1, n. 29, 1682, p. 68. In: Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC. (Org.) *Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias*: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. (2 CD-ROM). Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Média, 2006. (Coleção Manuscritos)

N.º	REFERÊNCIA	RIBEIRA	SEMEIROS	ANO	ÁREA	MORADA	LOCALIZAÇÃO
01	Sesmarias Cearenses Vol. 01, n.º. 29	Curu ao Acaraú	Domingos Ferreira Pessoa Francisco Gomes Domingos de Mendonça Manuel Dias de Carvalho Maria de Lemos Manuel Barreto da Silva Francisco Martins Barrada João de Nobalhas Correia Estevão Velho Cabral Maria Rodrigues da Costa Joana Barreta André Fernandes Francisco Luzia Barreta Antônio da Costa (CE) Francisco Soares Jorge Coelho de Sousa Gonçalo Coelho de Sousa Sebastiana da Fonseca Violante da Fonseca Gracia Barreta Maria Vicente Solentino Marinho Falcão Antônia Tavares de Melo Paulo Coelho de Sousa Bartolomeu Nabo Baltazar Rodrigues da Costa	1682	3 X 1	Pernambuco, Rio Grande e Ceará	66 léguas do rio Paracuru até o Acaraú

Em contrapartida à concessão, o poder Régio, através de seus funcionários, concedeu e condicionou aos peticionários que sua obrigatoriedade e o “dízimo a Deos que pagarão dos frutos que nelles ouverem e serão obrigados a dar caminhos livres ao conselho pera fontes e pontes e serão obrigados a povoalas no termo da ley e eles perderão o direito que tiverem.”⁴

Na solicitação de terra para ocupar com atividades agropastoris, o fundamental era que esta fosse propícia para o criatório e para a cultura de subsistência. Por isso nos pedidos existiam referências a locais de águas, como os grandes Rios Curu, Mundaú, Aracatiaçu, Acaraú, Coreau e seus afluentes. Mas com o passar dos anos, estes sesmeiros e seus parentes, além de outros moradores, foram devassando o interior da Capitania e tendo informações sobre locais bons de pastos e águas.

Em suas petições, alegavam os serviços prestados na conquista, que a terra estava devoluta e desaproveitada e prometiam o aumento das rendas com a transformação das glebas em unidades produtivas. Segundo Rodrigo Ricupero:

De qualquer forma, servir à Coroa era uma das mais importantes formas de ascensão social e econômica, porquanto, como já vimos, o cofre de mercês gerido pelo monarca era amplo e as mercês variadas, o que permitia agraciar os serviços realizados pelos grandes e humildes, tanto na metrópole como por todo o Império.⁵

A argumentação dos colonos usada para a solicitação de terras se apropria deste pensamento e reforça a ação do governo colonial como o conquistador das terras, enquanto ressaltava que os sertões desocupados eram imensos e que, até então, eram improdutivos segundo a lógica da economia mercantil. Nessa lógica, a terra era vista como um imenso vazio, que precisava ser ocupada, aproveitando-se seus recursos hídricos e econômicos para a produção comercial. Os nativos, ainda segundo a lógica mercantilista, deviam receber uma educação baseada na fé e na disciplina do mundo do trabalho; seus territórios deviam ser destruídos e reordenados pela legislação fundiária lusa, que definiria o tamanho da gleba, o objetivo da ocupação, e os tributos a cobrar para manter o Estado Imperial Português.

Nesse sentido, a petição enviada aos funcionários reais, como ao capitão mor, fundamentava-se na conquista da terra, na diminuição das rendas reais por não serem os tributos pagos diretamente ao Estado luso, mas aos proprietários das terras a quem foram arrendadas para criação de gado. Ao ocupar o território da conquista, o colono estabelecia os currais e, posteriormente, solicitava

4 Idem, *Ibidem*.

5 RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil, 1530-1630*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 57.

a legalização do terreno. Como a expansão não foi uma atividade individual, mas coletiva, fruto de expedições militares, religiosas e particulares, o estabelecimento em uma determinada área requeria que esta fosse transformada numa atividade produtiva de criatório. Conforme Valdelice Carneiro Girão:

o tipo de povoamento, tendo como base a pecuária extensiva provocou a dispersão daquelas fazendas e o isolamento de seus habitantes. Apesar das condições econômicas da Capitania não favorecerem lucros compensadores ao Erário Real, a ação colonizadora se intensificava, através do rebanho, proporcionando, assim, o seu desenvolvimento comercial e urbano.⁶

A grande quantidade de terras desocupadas e devolutas, aquelas doadas, mas não ocupadas e que retornavam à Coroa para redistribuição, possibilitou a esta conceder o máximo de sesmaria para os sujeitos da conquista – soldados, missionários, índios aliados – para alguns habitantes de outras capitânicas, do reino e das ilhas portuguesas, que buscavam trabalho e enriquecimento. Eles foram estabelecendo currais, fazendas e avançando sobre as terras dos nativos, desencadeando uma série de guerras pela posse da terra, de um lado, e pela sobrevivência dos indígenas, de outro.

No início da ocupação do Acaraú, entre 1680-1699, foram registrados 04 pedidos de sesmarias e todos coletivos: um em nome do capitão Manoel Barreto da Silva e seus companheiros, num total de 26 pessoas, solicitando 78 léguas em quadro, do rio Paracuru (atual Curu) pela costa até o rio Acaraú. Nessa petição constam como sesmeiros, dentre outros, o sargento-mor Francisco Gomes, que exerceu os cargos de Vereador (1685, 1694,1698), Juiz Ordinário (1689) e procurador da Câmara da vila de Natal (1692).⁷

Segundo Emanuel Araújo:

Foi também a concessão de generosas extensões de terra em sesmaria, com efeito, que proporcionou a expansão da pecuária bovina sertão adentro no Nordeste. Devia ser bom negócio, visto que o gado era deixado à solta e os cuidados com ele eram mínimos, na verdade os estritamente necessários, como ferrá-los, curar feridas, protegê-los de onças, cobras, morcegos, cuidar de que não se perdessem e pouca coisa mais.⁸

6 GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1995, p. 79.

7 ALVEAL, Carmem. “Formação da Elite na Capitania do Rio Grande no pós-Restauração (1659-1691)”. In: Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime, 2008, Lisboa. *Anais[...]* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011, p. 6. Disponível em: <<http://www.iict.pt/pequenಾನobreza/arquivo/Doc/tls1-01.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2015. Ver: SILVA, Rafael Ricarte da. *Formação da elite colonial dos sertões de Mombaça: terra, família e poder (século XVIII)*.2010, 118f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2004.

8 ARAÚJO, Emanuel. “Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais”. In: DEL PRIORE. Mary. *Revisão do Paraíso*. Campus, 2000a, p. 52.

Foi realmente bom negócio uma vez que os colonos, seus familiares e agregados solicitaram terras, muitas vezes alegando não terem áreas suficientes para criarem o gado e desenvolver as lavouras. Dessa forma, ocuparam e expandiram a conquista para outras ribeiras ou sobre as “sobras” de terreno entre uma sesmaria e outra.

A partir das últimas décadas do século XVII e no decorrer dos oitocentos, o processo de expansão da fronteira vai se consolidando para além da Fortaleza da barra do Ceará, especialmente em rumo ao norte e ao sertão do Acaraú. As terras das ribeiras do Curu, Mundau, Aracatiaçu, Coreaú, Acaraú e da serra da Ibiapaba, rumo ao rio Parnaíba, foram simultaneamente ocupadas por não índios que se deslocavam das províncias vizinhas, de Portugal, e mesmo de outras paragens cearenses. As terras do Acaraú eram conhecidas desde 1656, inicialmente pelas entradas jesuíticas vindas do Maranhão até a serra da Ibiapaba e pela permanência destes missionários, como o padre Manoel de Pedrosa e Acenço Gago, que mantiveram contatos com diversos povos nativos da região, e ainda por expedições militares como visto em tópico anterior.

Na ribeira do Acaraú, em 1694, a ocupação se deu pela subida dos rios Acaraú, Coreaú, Aracatiaçu e seus afluentes, em busca de terras e pastos para os rebanhos de gado. Ao encontrar área propícia para o estabelecimento da fazenda, edificavam-se casas, currais e, posteriormente, solicitavam-se essas terras em sesmarias, uma vez que a política de ocupação territorial era realizada pelo pedido e confirmação de datas de sesmarias, sendo as concessões de terras legalizadas a partir do fim do século XVII, quando são baixadas determinações “por carta régia de 07 de dezembro de 1697 e as provisões de 02 de janeiro de 1699 e de 19 de maio de 1726 - regulando a extensão das concessões das sesmarias de quatro léguas quadradas, no máximo, para três léguas quadradas”.⁹

Com o significativo aumento de pedidos, as sesmarias acabaram se constituindo “com três léguas dispostas ao longo de um curso d’água, por uma largura, sendo meio para cada margem”.¹⁰ Em razão do alto grau de absenteísmo, haja vista que vários requerentes não se estabeleceram na região, a ocupação dessas sesmarias foi efetivada por vaqueiros, administradores de fazenda de criar, acompanhados de escravos e agregados, satisfazendo a necessidade de tomar posse dela e de garantir sua concessão.

As informações coletadas e inscritas em relatórios sobre rios, terras e moradores – fruto dos esforços das autoridades reais e de potentados que iam conquistando as terras, os nativos e a paisagem – mostram que eles foram sendo desconstruídos e nomeados a partir da ótica do colonizador. A experiência da

9 FROTA, Luciana Silveira de Aragão (Org.). *Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Estado do Ceará*. Fortaleza: SUDEC, 1974, v. 1, p. 23.

10 Idem. *Ibidem*, p. 25.

conquista em alargamento da fronteira real da Capitania possibilitou a eles terem informação e conhecimento de serras, rios, olhos d'água, poços, lagoas, riachos “na língua do nativo” e os renomear na língua do “branco”. Lugares referências buscados pelos solicitantes de terras sesmarias em áreas onde se padecia das agruras da falta e perenidade de águas nos rios. Logo, em um tempo em que a dependência do homem em relação à natureza era maior, no que tange a sobrevivência e manutenção da vida, não era de se estranhar que além da luta pelo controle da terra e, conseqüentemente, a definição de um território, a terra com a água passava a ser o grande foco das investidas de posses por parte dos agentes colonizadores, já que esse elemento era essencial e raro nos sertões com características climáticas do que hoje é conhecido com o semiárido.¹¹

Assim, a economia criatória se configurou, com o aporte da economia açucareira, de fatores ecológicos, da facilidade de deslocamento, pois gado é mercadoria que anda. Pedir sesmarias em vários lugares se devia à própria natureza da transumância da pecuária no semiárido e sua lógica de retiradas – daí os sesmeiros possuem terras nas planícies e planalto, conforme Macedo.¹²

Nesse contexto de expansão rumo ao norte foram registrados diversos pedidos de sesmarias e ambos coletivos, como a solicitação feita por Manoel de Góis e mais 06 companheiros, cuja terra iniciava na costa do Acaraú e adentrava o rio até 21 léguas, onde é hoje a cidade de Marco.¹³ Da mesma forma, o alferes Manoel Pinto Correa e Gonçalo Pinto Correia e mais 14 companheiros solicitavam terras nos rios Mundaú, Aracatiaçú e Aracati- mirim e argumentando que eles “são homens de cabedais përa povoarem todas as terras que sua alteza for servido darlas e porquanto querem os suplicantes virem povoarem esta capitania com os seus gados e mais fabricas assim de negros do gentio da guiné como de outras criaçoins [...]”.¹⁴ O capitão-mor da capitania do Ceará concedeu a cada um dos suplicantes três léguas de comprido com légua e meia por cada banda do rio. Entre eles temos três sesmeiros que assumiram cargos na edilidade de Natal: o alferes Francisco da Costa Travassos (vereador – 1689), o capitão de cavalaria Antônio Alves Correia (almotacel) e João Pinto Correia como Juiz Ordinário (1674, 1680) e almotacel.¹⁵

11 MORAES, Ana Paula da Cruz P. *Entre mobilidades e disputas: o sertão do rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750*. Fortaleza: UFC, 2015, p. 183. Tese (Doutorado)

12 MACEDO, Muirakytan K. de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Século XVIII)*. Natal, RN: Flor do Sal; EDUFERN, 2015, p. 82.

13 Data de sesmaria de Manoel de Goês e seus companheiros, Vol. 01, n.º. 36, 1683, p. 90. In: APEC. (Org.) *Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias*. Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Média, 2006. (Coleção Manuscritos).

14 Data de sesmaria do alferes Manoel Pinto Correia e o capitão Gonçalo Pinto Correia e seus companheiros, vol. 01, n.º. 39. 1683, p. 96 In: APEC. (Org.) *Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias*. Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Média, 2006. (Coleção Manuscritos).

15 ALVEAL, Carmem. *Op. Cit.*, p. 6; 8.

Em 1694, Pedro Rodrigues e seus 10 companheiros, moradores no Siará Grande, que viviam de criar gado, solicitavam 44 léguas em quadros de terra argumentando ao capitão mor em sua solicitação que se “[...] lhes consedesse por doação e sesmaria a cada hum delles três legoas de terras de comprido e duas de largo nas paragens nomeadas na petição, a saber: Mundahu, Aracatiassú e Aracatimirim [...]”.¹⁶

Devido ao critério de ocupação durante cinco anos, a política de concessão de terras, feitas pela Coroa Portuguesa, beneficiou especialmente aquelas famílias com cabedais, gados e escravos, como argumentou os Pinto Correia. Do ponto de vista da Coroa, além de garantir a efetiva ocupação da terra, “[...] os concessionários ficavam obrigados a povoá-las a pagar o dízimo à Ordem de Cristo dos frutos que nela houvesse, [...] a dar caminhos livres ao conselho para pontes, fontes e pedreira; e a cumprir sempre em tudo as ordens de sua majestade [...]”.¹⁷

Nesses primeiros anos da ocupação do sertão do Acaraú, poucos foram os sesmeiros que se estabeleceram e edificaram seus currais tornando efetiva sua posse, como era determinado pelo poder régio. Ressalta-se que no final dos seiscentos, somente 59 sesmeiros solicitaram terras na região do Acaraú e que alguns deles não ocuparam efetivamente esse território. Na solicitação, a área abrangida vinha do Mundau até o Acaraú, confrontando com a serra da Ibiapaba, Uruburetama e Caioca. Entre os sesmeiros alguns eram pardos como: Manoel Dias de Carvalho e Domingos Ferreira Pessoa.

Mesmo sem ter oficializado o pedido de sesmarias, diversos solicitantes ocuparam terras na ribeira do Acaraú e, conforme Araújo,¹⁸ foi organizada uma expedição ao sertão do Acaraú chefiada pelo coronel Leonardo de Sá, cap. Félix da Cunha Linhares, Antônio Marques Leitão e o ajudante Bento Coelho de Moraes. Essa expedição, provavelmente, foi realizada no ano de 1697, pois o Coronel Leonardo de Sá informou na solicitação de sesmaria de terras no rio Acaraú, no ano de 1702, que ele ocupava a terra solicitada desde este período¹⁹; ou seja, desde o fim da década de noventa do século XVII. Ressalta-se que esses militares moravam na região de Siupé e que pediram registro de sesmarias à Coroa nas primeiras décadas do XVIII anteriormente ocupadas por si e seus familiares.²⁰

16 Idem, *Ibidem*.

17 GOMES, José Eudes. *As milícias D'el Rey*. Tropas militares e poder no Ceara setecentista. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010, p. 137.

18 ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Cronologia sobralense (1604-1800)*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.

19 “CARTA de sesmaria que se passou ao Sargento mor Leonardo de Sá”. In: *Documentação Histórica pernambucana*. Sesmarias. Recife: Secretária de Educação e cultura, 1954, v. 1, p.80.

20 ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Op. Cit.*, p. 56.

Nesse mesmo ano de 1697, os padres Jesuítas, preocupados com a constante movimentação de tropas e de pessoas naquela região, solicitou ao rei terras para as aldeias que tinham como limite o Rio Aracatimirim, provavelmente o território dos Tremembé, até o Rio Timonha na fronteira com o Parnaíba.²¹

Mesmo com as terras concedidas, elas não foram ocupadas. Cinco anos depois a frente de expansão iniciou uma atividade de ocupação e solicitação da legalização dessas terras, como relata o capitão Francisco Gil Ribeiro, na justificativa do pedido de sesmária, no ano de 1702, onde afirmou que “elle mandou a sua custa descobrir um riacho”.²² Provavelmente, essa descoberta, realizada a mando do capitão, tenha se dado entre os anos de 1700 e 1701 – período em que enviou tropas para proceder reconhecimento do rio Parnaíba. Desse modo, na primeira década do XVIII a entrada do Acaraú até o Parnaíba proporcionou o conhecimento de diversos afluentes dos rios principais e também de serras e populações indígenas.

Nesse período, aqueles que mais receberam sesmarias foram os familiares dos principais envolvidos na entrada ao norte da Capitania; ou seja, as famílias do coronel Leonardo de Sá; vereador Antônio da Costa Peixoto; ajudante mulato Bento Coelho de Moraes; coronel Félix da Cunha Linhares; e os principais das aldeias Tabajara; os missionários jesuítas e seus familiares.

Ao analisar a primeira metade do século XVIII, observa-se que a fronteira luso-brasileira no vale do Acaraú está ocupada totalmente por 345 propriedades, espalhadas nas ribeiras dos principais rios. Percebe-se que no período de 1700 a 1709 foram feitos 67 pedidos e doadas 124 sesmarias para 84 sesmeiros. Este é o período em que a Coroa mais concede terras na primeira metade do Setecentos a solicitantes de diversas famílias: Sá, Araújo Costa, Rocha Franco, Araújo Chaves, os Coelho de Moraes e Dias de Carvalho.

Tabela 2 – Distribuição de Sesmarias na Rib. do Acaraú (1680-1829).

PERÍODO	COLETIVAS	INDIVIDUAIS	TOTAL
1680-1689	03	00	03
1690-1699	01	00	01
1700-1709	39	28	67
1710-1719	29	31	60
1720-1729	24	32	56
1730-1739	27	75	102
1740-1749	11	49	60
1750-1759	03	22	25

21 “CARTA Régia ao governador do Maranhão mandando dar sesmária aos índios do Ceará e marcando os limites dessas sesmarias, de 8 de janeiro de 1697”. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, n. 453, Tomo XXXVII, 1923, p. 69.

22 “CARTA de doação de sesmária que se passou ao capitão Francisco Gil Ribeiro”. In: *Documentação Histórica pernambucana*. Sesmarias. Recife: Secretária de Educação e cultura, 1954, v. 1, p 86.

1760-1769	00	01	01
1770-1779	01	01	02
1780-1789	00	04	04
1790-1799	01	12	13
1800-1809	00	07	07
1810-1819	01	09	10
1820-1829	00	03	03
TOTAL	140	274	414

Fonte: POMPEU SOBRINHO, Thomaz. *Sesmarias Cearense*. Fortaleza: SUDEC, 1979.

Em relação às sesmarias doadas no século XIX cabe observar que diversas delas foram para ratificar as datas compradas de outros sesmeiros que não ocuparam ou que ocuparam e posteriormente venderam e o novo proprietário precisava legalizar a sua posse.

TABELA 3 – Sesmeiros (1680-1829).

SESMEIROS	N o. SESMARIA	%	Total de Sesmarias	%
356	01	77,9	356	52,9
47	02	10,3	94	14,0
28	03	06,1	84	12,5
12	04	02,7	48	07,1
05	05	01,1	25	03,7
04	06	00,9	24	03,6
02	07	00,4	14	02,1
01	08	00,2	08	01,2
01	09	00,2	09	01,3
00	10	00,0	00	00,0
01	11	00,2	11	01,6
TOTAL: 457	---	100,0	673	100,0

Fonte: POMPEU SOBRINHO, Thomaz. *Sesmarias Cearenses*. Fortaleza: SUDEC, 1979.

Ao relacionar o número de sesmeiros com as propriedades, vimos que 356 (77,9%) deles, obtiveram uma sesmaria. Ou seja, cada um deles recebeu numa média de três léguas, perfazendo 53,1% das doações de terras; enquanto os outros 100 sesmeiros detiveram 46,9%. Esses dados enfatizam a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, constituindo imensas propriedades. Outro dado importante é a concentração de terras nas mãos de algumas famílias e de seus parentes, como os Araújo Chaves que obtiveram 20 sesmarias; os Rocha Franco com 10 sesmarias; a família Mota Pereira, também com 10 sesmarias; os Veras com 13 sesmarias; os Machado Freire com 17 sesmarias; os Cunha Araújo com 09; os Rocha Ferreira com 09; os Alves Ribeiro com 06; os Gomes Linhares com 05; os Cristovão de Menezes com 05; os Ribeiro de Sá com 07 e os Correia de Sá com 05. Somente as famílias citadas detinham 32,5% do total das sesmarias. Lembremos que muitos proprietários acabaram comprando parte das

terras de outros sesmeiros, como fez Pedro da Rocha Franco ao adquirir as terras de “Inácia Machado, Inês Pacheca, Úrsula da Câmara, Vitória Rodrigues da Câmara José Correia Peralta, Luiz Borges de Vivar, João Pereira de Veras, Pe. José Borges de Novais e seu irmão Alexandre Borges, terras sitas na ribeira do Timona (riacho Taipu e Paratiu) e na do Aracatimirim (Água das Velhas) e povoou tudo isto”.²³ Outros sesmeiros adquiriam terras junto com seus filhos, como fez Torquato da Rocha Ferreira e seus filhos Domingos da Rocha e Joaquim da Rocha;²⁴ também era possível aos requerentes peticionar sesmarias junto com suas respectivas esposas, para assim aumentar o número de propriedades.

Analisando os inventários da primeira metade do século XVIII, as terras informadas eram fruto da conquista da terra dos nativos, através das chamadas “guerras justas”, que “limparam” a terra, expulsando os nativos, apropriando-se de seus territórios e estabelecendo uma unidade produtiva – a fazenda – para criar gado e produzir alimentos, que serviriam para o seu abastecimento e para comercializá-los com os outros habitantes do sertão.

O comércio da terra começa a se estabelecer a partir do momento em que a fronteira luso-brasileira se instala, cabendo agora aos colonos se apropriarem de terras através dos mecanismos da compra ou do arrendamento de braças de terras de uma antiga sesmaria ou das fazendas já divididas pelos familiares, especialmente no momento das partilhas dos bens inventariados.

Se a conquista da terra foi importante para o controle dos sertões por parte da Coroa, o aproveitamento da terra para a produção exigiu o estabelecimento de uma atividade que fosse propícia aos tipos de solos e recursos hídricos dos sertões do Acaraú. Em todo os sertões da capitania cearense, o gado foi a mola mestra que proporcionou as entradas no semiárido, nas primeiras décadas do século XVIII. O criatório era uma atividade para o abastecimento das fazendas, mas, com a necessidade de alimentar as vilas urbanas da capitania de Pernambuco e de outras praças, começou a surgir um mercado regional de carne. Com a junção de rebanhos de muitos fazendeiros, formaram-se imensas boiadas, as quais seriam levadas para as feiras de gado.

Ruminando paisagens e incertezas, homens e gado deram o tom dos arranjos societários e econômicos das ribeiras do Acaraú.

A montagem das fazendas foi obra da população livre e escrava, que muitas vezes labutavam juntas, não em decorrência de uma

23 “Data de sesmaria de Pedro da Rocha Franco, vol. 06, n°. 370. 1717, p. 18”. In: APEC. (Org.) *Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias*. Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Média, 2006. (Coleção Manuscritos).

24 “Data de sesmaria de Torquato da Rocha e demais companheiros, vol. 10, n°. 59. 1717, p. 96”. In: APEC. (Org.) *Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias*. Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Média, 2006. (Coleção Manuscritos).

tolerância racial que as atividades pastoris permitiram, mas devido ao fato de que muitos proprietários de terras eram ou tornaram-se vaqueiros. Geralmente tinham poucos escravos, mas muito que vaquejar. Embora em números reduzidos, os cativos eram humanos amoeáveis, daí figurarem com destaque fiduciário nos inventários e testamentos, formando com o gado e as terras os principais esteios da fortuna dos proprietários de terras.²⁵

Com a ocupação de todas as terras, com o criatório, a consolidação dos projetos de aldeamentos jesuíticos na Ibiapaba e dos padres seculares na Meruoca e na Almofala, e a criação do Curato do Acaraú temos aí configurada uma reordenação espacial, política e social daqueles sertões.

O estabelecimento do Curato é denotativo do crescimento da população, da riqueza produzida com criatório e das estruturas do poder local. Em 1718, com a presença do padre João de Matos Monteiro na região, houve a necessidade de criar um curato responsável pela administração eclesiástica na ribeira do Acaraú, para concessão de autorização de casamentos e batizados, enterros e exumação de cadáveres. Buscava-se, assim, manter o controle sobre o rebanho de Cristo, criando tensões e disputas.

O Curato do Acaraú

De 1682 a 1823 foram feitas ao poder régio português 414 pedidos de sesmarias para a região do Acaraú, num total de 457 solicitantes. Nesse período, foram concedidas ao todo 673 datas de sesmarias nas ribeiras daqueles sertões. Muitas daquelas posses se transformaram em fazendas agropastoris e seus proprietários acumularam grandes cabedais. Nesses espaços, além da família dos proprietários, também viviam escravos e outros trabalhadores, aspecto que aponta para a dinâmica populacional. Alguns destes senhores concederam esmolas para um santo de sua proteção, especialmente braças de terra para o patrimônio do orago da fazenda, pleiteando junto às autoridades eclesiásticas licenças para edificações de capelas em suas propriedades. Como em poucas fazendas foram edificadas capelas, compreende-se que aquelas que as possuíam exerciam o controle do poder de mando local. Entende-se que, as capelas foram importantes para formação dos povoados, devido aos seus chãos serem utilizados para construção de casas ao redor sendo aos donos dos imóveis obrigados ao foro para o patrimônio da Igreja.

Um exemplo disso são as informações relatadas pelo Padre Matinhos num processo de 1722, contra os missionários jesuítas, Padre João Guedes, Francisco de Lira e o coronel Sebastião de Sá, onde se lê que quando veio aquele cura à

²⁵ MACEDO, Muirakytan K. de. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária* (Seridó – Século XVIII). Natal, RN: Flor do Sal; EDUFRRN, 2015, p. 82.

região não havia nenhuma igreja e que somente após o seu trabalho foram edificadas diversas capelas:

[...] uma que fez o coronel Félix da Cunha Linhares, outra o capitão Domingos Machado Freire e duas mais que estão para erigirem com licença que o justificante alcançou do reverendo cabido, uma da companhia a Pedro da Rocha e outra o coronel Rodrigo da Costa.²⁶

Até o ano de 1724 as povoações que surgiram na região estavam localizadas junto às capelas, inicialmente tendo imóveis os parentes do proprietário da terra, os moradores livres e libertos e os escravos do senhorio.

Esta dinâmica de consolidação da ocupação colonial da ribeira do Acaraú levou o bispado de Pernambuco a desmembrar o Curato de Fortaleza, no ano de 1718, criando o Curato do Acaraú, sendo nomeando como cura o padre João de Matos Monteiro, vulgo padre Matinhos, que já exercia as atividades religiosas na ribeira do Acaraú desde 1712.

A presença da Igreja tornou-se mais efetiva e fiscalizadora já que era permitido aos curas e padres licenciados, maior controle sobre a população, através dos sacramentos do batismo, casamento, unção dos enfermos, missas e cartas pastorais. Todavia, o controle nem sempre foi efetivo, como pode ser visto nas diversas reclamações de visitadores, missionários e padres contra as mancebias e festas, o que gerou fortes tensões entre os representantes da Igreja e alguns homens de bens daquelas ribeiras.

O curato do Acaraú abrangia as ribeiras dos Rios Aracatiaçu, Acaraú e Co-reau. Segundo Araújo, seu território “vai da foz do rio Mundaú a barra do rio Timonha”.²⁷ No período de 1725 a 1752, foram erguidas no Curato diversas capelas.

Tabela 4 – Capelas do Curato do Acaraú – Século XVIII

ANO	CAPELAS	Local	Senhor
1712	N. S. da Conceição	Aracati Mirim	Missão Tremembé
1718	N. S. da Conceição	Sítio S. José – Acaraú	Cel. Félix da Cunha Linhares
1719	N. S. do Livramento	Sítio Pará	Cap. Domingos Machado Freire
1724	N. S. da Conceição	Beruoca	Sebastião de Sá e Cosma Ribeiro
1726	Santa Cruz	Água das Velhas	-----
1726	Santo Antônio	Ibiguassu	Pedro da Rocha Franco
1726	Santo Antônio da Mouraria	Olho d'água do Coreau	Manoel Dias de Carvalho e D. Bárbara Cabral Olival

26 ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Op. Cit.*, p. 39.

27 Idem. *Ibidem*, p. 09.

1732	N. S. da Conceição	Santa Cruz Acaraú	Nicolau Peixoto e Domingas de Aguiar
1735	N. S. do Rosário	Riacho dos Guimarães	Alf. Lourenço Guimarães de Azevedo
1738	Senhora Santana	Olha d'água	Pe. Antônio dos Santos da Silveira
1746	N. S. da Conceição	Caiçara	Antonio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus

Fonte: ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Cronologia sobralense (1604-1800)*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.

Ao analisar o primeiro livro misto do Curato do Acaraú, 1725 a 1752, Frota relata que existiam as seguintes capelas nas fazendas daquela ribeira,

No 1º. livro de batizados e casamentos do Curato do Acaraú (1725-1730) já se fazia menção das capelas de Nossa Senhora da Conceição do Acaraú (atual Patriarca), de Santa Cruz da Água das Velhas, do Pará (atual Parazinho), da Beruoca, de Ibiguassú, da Lagoa das Pedras, do Moquem, de Santo Antonio do Olho d'Água, (ribeira do Coreau), de Nossa Senhora da Conceição dos Tremembés, de Santo Antonio de Imbuassú, as quais eram de taipa e coberta de palha; assim como as fazendas: Joazeiro, Sítio do Acarapé, Ubatuba, Olho d'Água do Joazeiro, Sapó, Córrego, Boa Vista do Aracati Mirim, Campo Grande, Almas, Lago, Sítio Frexeiras, Jaíbaras, Curral Grande, Cavoqueira, Jatobá, Marrecas, Macaco, Sítio da Cruz, Poço da Anta, Tapera do Aracati Mirim, Patos, Mundaú, Jacoca (Jacouca), Castrilhão, Curimatã, Jure, Caiçara, (na ribeira do Acaracu), Acarau Mirim, Timbauba, (Tibuba), Ipeiras, Cascavel.²⁸

Nesse livro foram registrados diversos sítios e fazendas, onde foram realizados atos religiosos, como batismo e casamento. Algumas destas propriedades continham uma capela instituída pelos proprietários, com autorização eclesiástica para funcionamento dos atos litúrgicos. Nas outras propriedades, como nas fazendas e sítios “Olho d'Água do Joazeiro, Sapó, Córrego Grande, Alagoa do Mato, Várzea Grande, Almas, Ytopoy, Corimatã e Acarape [...]”²⁹ os cultos eram realizados ao pé do “meu altar”, um altar portátil.

As Constituições do Arcebispado da Bahia, preocupadas com as distâncias das capelas nos sertões, exigiam que os locais para culto fossem decentes e aptos para dar o viático aos enfermos, em caso de necessidade. Provavelmente, essas regras não foram levadas ao pé da letra, pois os visitantes dos sertões do norte da Capitania de Pernambuco deixaram admoestações aos curas sobre o assunto.

28 FROTA, Dom José Tupinambá da. *História de Sobral*. Fortaleza: IOCE, 1974, p. 39.

29 Id. *Ibid.*, p. 40.

Com as informações sobre capelas e fazendas onde se realizaram os atos litúrgicos, segundo Frágoso, é possível “[...] mapear as relações de vizinhanças e a geografia política (parentesco e clientela) de uma dada freguesia”.³⁰

Ao redor destas capelas, foram construídas diversas casas, tanto dos doadores do terreno e seus parentes, quanto dos fazendeiros e agregados. A constituição do núcleo habitacional foi possível devido à doação dos chãos pelos proprietários do local onde foi edificada a capela. Estes chãos eram aforados e sobre eles edificadas casas que serviam de habitação nos festejos do padroeiro, nas cerimônias de casamentos, batizados e óbitos. Com o crescimento dos povoados, alguns deles foram elevados à vila, como Macaboqueira – 1776 (Granja), Caiçara – 1773 (Sobral).

Sobre a Ribeira do Acaraú, em 1765, o Governador José Cezar de Menezes, em “Idéia da população da capitania de Pernambuco e suas anexas [...]”, diz que nela existiam “13 capelas filiaes, 325 fazendas, 3.404 fogos, e 11.220 pessoas em desobriga”.³¹ O rápido crescimento econômico daqueles sertões da ribeira do Acaraú, especialmente da povoação de Caiçara, contribuiu fortemente para sua elevação à vila no ano de 1773.

De Caiçara a Vila de Sobral

Na fazenda Caiçara foi erguida, em 1742, uma capela em devoção a Nossa Senhora da Conceição. Em razão de sua posição central, por ocasião do desmembramento do Curato em 1758, esta passou a ser a sede da freguesia e a capela da Conceição tornou-se matriz, o que possibilitou um crescimento habitacional ao redor do referido templo. Conforme relata o Padre João Ribeiro Pessoa em “Notícias da freguesia da Caissara”, em 1767 havia naquela povoação “75 casas, das quaes 53 são de telha. Consta toda a freguesia de 21 mil almas de confissão e 670 fogos, dos quaes 105 são fazendas de gado maiores ou menores”.³²

Outro dado que chama a atenção no relato do Pe. Ribeiro³³ é relativo ao número de fogos: 460. Destes, 105 eram casas de fazendas, 75 casas do povoado e 490 fogos espalhados pelas diversas fazendas e sítios de plantar lavouras nas serras da Uruburetama e Meruoca.

30 FRAGOSO, João. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do rio de Janeiro (1600-1750)”. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Orgs.) *Conquistadores e negociantes*. Civilização brasileira, 2007, p. 2.

31 MENEZES, José Cesar de. *Op. Cit.* p. 4.

32 PESSOA, João Ribeiro. “Notícia da Freguezia de N. Sra. da Conceição da Caissara”. In: *Revista do Instituto do Ceará – RIC*, t. II, 1898, p. 142.

33 PESSOA, João Ribeiro. *Op. Cit.*, p. 142.

A ênfase do vigário nas casas de telha do povoado, provavelmente seja uma forma de afirmação da pujança da vila. Frota, afirma que elas “eram baixas e quase sempre de tijolos e cobertas de telhas e pertenciam a pessoas de boa linhagem”.³⁴ O padre informa ainda que havia mais 22 casas cobertas de palha, provavelmente edificadas nos arrebaldes do povoado; ou seja, nas localidades da Fortaleza e do Rosário onde hoje é a cidade de Sobral.

A área do Rosário formou-se a partir da doação de terra, feita em 1759, pelo casal Vicente Lopes Freire e Ana Maria de Jesus, proprietários da fazenda Córrego da Onça, nos arrebaldes da povoação da Caiçara, para edificação da Capela do Rosário dos Pretos, conforme a escritura:

[...] que doavão e adoavão a Virgem Puríssima senhora Nossa Senhora do Rosário trinta braças de terra em quadro para nelle se fundar huma capella para ser collocada a Imagem da dita senhora, cujas trinta braças de terra sempre forão seguinte pegado das testadas da terra da dita Quitéria Marques e Senhora da Conceição com trinta braças até a ilhargas thé onde chegarem e outras trinta do fundo da Capella mor para traz the se perder, digo, se prenderem ficando livre destas braças que doavão toda a terra que no âmbito da dita Capella se gastar e para que nella possuão fazer casas para viver quem quiser pagando o foro dellas para a dita senhora com condição porém que não poderão os ditos moradores fazerem currais nem caissara para criarem gado de nenhuma forma só que a dita Senhora e gados e seos quando os tenha poderá o dito levantar curral em que lhe dêem benefício, cuja graça só concedião os doadores para a dita Senhora, e não para pessoa alguma mais [...].³⁵

Outra parte da terra que formou a área do Rosário foi comprada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário junto ao preto Manuel de Souza Leal, onde foram construídas as casas dos seus membros e de uma população (forra e livre) egressa do cativo. Muitas dessas casas eram de taipa e cobertas de palha, como a primitiva Igreja dos Pretinhos.

No período da escrita das “Notícias da Caissara”, a região se desenvolvia com o comércio das carnes secas, couro e solas, vendidas para outras capitanias. Segundo Girão (1995), era “Para o Porto do Acaraú, vindo de Sobral, durante a safra que rumavam as boiadas, os carros de bois cheios de carnes, de couro e sola; dali transportados em sumacas, para os principais portos da colônia, principalmente Pernambuco”.³⁶

34 FROTA, D. José Tupinambá da. *Op. Cit.* p. 26.

35 Livro das histórias de criação, fundação, patrimônio, benção e mais documentos da igreja invocação de Nossa Senhora dos Homens Pretos, filial da matriz desta paróquia da Caiçara, 1767, fl. 3. Arquivo da Cúria Diocesana de Sobral.

36 GIRÃO, Valdelice Carneiro. *Op. Cit.* p.113.

Com o dinheiro adquirido nas vendas de carnes, os potentados locais começam a investir num modo de vida urbano, ter casa de comércio de porta aberta nos povoados, especialmente em Caiçara, tais quais as das elites das outras capitânias. Eles passaram a adquirir pratarias, porcelanas, joias, oratórios e escravos. Esse comércio foi fundamental no processo de luta política para o desmembramento da Vila do Sobral da de Fortaleza, em 1773.

Em 05 de julho de 1773 a povoação da Caiçara é elevada a Vila, com a denominação de Vila do Sobral. Na primeira reunião da Câmara, os camaristas discutiram como seriam pagas as obras da Câmara, da Cadeia e do Pelourinho, sendo que os recursos saíam da cobrança dos impostos da venda dos gados nos portos da vila.³⁷ A povoação de Caiçara quando de sua elevação à categoria de vila, em 1773, já tinha 12 ruas, conforme descrição abaixo:

1. Rua N. Sra. do Carmo (lado direito da praça da Matriz);
2. Rua detrás da Matriz;
3. Rua defronte da Matriz;
4. Rua esquerda da Matriz;
5. Rua do Rio (hoje, rua das Dores);
6. Rua N. Sra. dos Milagres;
7. Rua do negócio (rua do Menino Deus);
- Rua N. Sra. do Bom Parto (hoje, Rua Padre Fialho);
9. Rua da beira do rio (atrás da capela das Dores);
10. Rua da cadeia;
11. Rua campina da jurema (praça da várzea) e,
12. Rua da Gangorra.³⁸

Para além dos espaços arruados, existiam casas nos chamados arrabaldes, área mais distante do núcleo inicial do povoamento, como na Fortaleza e no Rosário, onde predominavam residências de taipa e de palha. Na sessão da Câmara da Vila do Sobral, em 21 de março de 1774, os camaristas aprovaram medidas para obrigar os proprietários de casas “a rebocar e caiar as casas que se acham no logradouro desta Vila à custa dos seus donos para asseio e lustre desta Vila”.³⁹ A preocupação com a estética da cidade faz com que os vereadores comecem a legislar para organizar o espaço urbano, mandando as pessoas concluírem suas edificações, fazendo arruamento, limpando ruas e ladeiras ou disciplinando o comércio, cujas vendas eram feitas por diversas pessoas, em condição livre ou escrava.

No livro de licenças da Câmara do ano de 1774 foram solicitadas 47 licenças para exercer as seguintes profissões: alfaiate, comerciante, seleiro, carapina, ferreiro, carpinteiro, sapateiro, tecelão. Das concedidas para o comércio, buscavam a venda em lojas, tendas públicas, fosse para vender secos e molhados, legumes ou aguardentes. Dentre os solicitantes, encontravam-se escravos, livres e egressos do cativo, como o carapina Tomas Correia de Sá; o alfaiate pardo André

37 ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Op. Cit.*, p. 261.

38 Idem, *Ibidem*, p. 262.

39 Id., *Ibid.*, p. 270.

Gomes; o tecelão Maurício de Azevedo da Conceição; a vendedora Romana Maria, escrava de Pedro Enes; o preto angola Pedro Quaresma, oficial de carapina; o sapateiro Bernardo Lindoso; e, por fim, o preto forro Manuel de Souza Leal, para vender publicamente em seu comércio de carne.⁴⁰

No ano de 1777, dez anos depois das informações prestadas pelo padre João Ribeiro Pessoa, na “Relação da Povoação da Caiçara” Sobral, tinha 678 fogos e 2708 pessoas em desobriga,⁴¹ excluindo-se crianças menores de 7 anos. Na referida década, a localidade teve um aumento de 149 moradias, isto é, de fogos. Mesmo com esse crescimento, a Vila do Sobral tinha dificuldades orçamentárias para satisfazer às necessidades de disciplinarização, quer nas atividades policiais, cobrança dos impostos ou limpeza das ruas e ladeiras das serras do Rosário, Meruoca e Uruburetama.

Em 02 de janeiro de 1778, a Câmara decidiu fazer “uma caiçara com carnaúbas fortes e duráveis para servir de curral para o gado vendido no porto do Acaraú e assim se poder controlar os impostos de venda”.⁴² Medida tomada em razão de muito gado ser abatido e as mantas transportadas para os barcos vindos de outras capitanias sem os proprietários pagarem a referida alíquota. Anteriormente, eles pagavam uma taxa aos proprietários da terra onde os barcos aportavam, o que dificultava o controle das autoridades sobre as vendas e respectivas taxas.

Naquele mesmo ano, o ouvidor da capitania do Ceará, José da Costa Dias e Barros, determina que se estabeleça patrimônio da Câmara “nas terras das serras da Meruoca e Uruburetama” e argumenta que o provimento é devido aos poucos recursos da Câmara da Vila do Sobral. A justificativa da medida residiu no argumento de que:

Visto outro si por hua pte. q' esta V^a. e a Câmara não podem conservar sem que lhe fasa bom e certo o fes patrimônio como manda o mesmo senhor p^a suprir as dispezas e pensoes anuais a que esta obrigd^a pellas ordenações: (e por outra pte se verifica q tñue contracto das carnes não he sufficiente p^a suprir as ditas dispezas, e q por isso se acha esta Villa e Câmera em húa indigência notória e extranhavel com tanto prejuízo da República qual he o de não haver Cadea, Caza de Câmera os padroens precisos parea os afferimentos, os cofres livrros necessários.⁴³

40 Livro de Registro de Licenças da Câmara da Vila do Sobral. 1774. NEDHIS/UVA.

41 JUCAS NETO, Clóvis Ramiro. *Primórdio da urbanização no Ceará*. Fortaleza: EDUFC/EDBNB, 2012, p. 177.

42 ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Op. Cit.*, p. 284.

43 “Carta do Ouvidor do Ceará, José da Costa Dias e Barros, à Rainha [D. Maria I], de 1779, apontando as causas da desordem na capitania e pedindo a aprovação de fintas. Cópias que se contem este caderno. [...]. Cópia n^o. 7 Provimento sobre a mesma matéria a foros da Câmara da V^a. do Sobral”. *Apud* JUCAS NETO, Clóvis Ramiro. *Op. Cit.* p. 491.

A primeira medida foi realizada em novembro de 1778, na Serra da Meruoca onde aforaram 110 sítios. O aforamento da Uruburetama foi feito no ano seguinte. Essa ação da Câmara da Vila do Sobral não foi tranquila já que alguns proprietários de sítios não reconheceram sua validade. As informações colhidas por este levantamento deram origem aos livros de Foral da Câmara. Nele está o seguinte registro: “Eusébio de Azevedo Farias, morador na fazenda Cruz do Padre, proprietário do sítio de plantar lavoura denominado São Domingos na Serra da Beruoca o qual comprou do capitão Antônio Alves Bezerra”⁴⁴

Em relação a cobranças das fintas para construção da Cadeia e Câmara, o ouvidor Dias Barros determinou as seguintes medidas:

§ 1º. A Câmara sem perda de tempo prosederá a hum alistamº geral de todas as fazendas e cítios de criar gados compreendidos no termo desta Vª. Advirto q̄ este alistamento será em três classes separadas. N prª classe se alistarão as milhores e mais povoadas fazendas; isto he aquellas q̄ comumentemte costumão render de trezentos ezerros pª sima. Na segunda classe se alistarão as fazendas medianas q̄ rendem menos de trezentos, e mais de cem bizerros, Na terceira classe se alistarão as fazendas menores que rendem menos de cem bizerros para baixo.

§ 2º. Nesta terceira classe entrarao tao bem em acrescimo separado todos os criadores que tem alguns gados ou lotes de egoas de seo ferro ainda q̄ não tenham terras próprias; com tanto que vivão Remediados. Entrarão tambem os sitios de plantar de conhecida possibilidade e avendo alguns mayores e tão lucrativos q̄ posão entrar na segunda classe a assim se fará.

§ 3º. O dito alistamento com a repartição das classes na forma sobredita, e com individuasão de seos donos fará o Juiz Presidente e mais corpo da Câmara com a devida proprorção e igualdade sem paixão alguma debaixo de juramento de seo cargos e pª melhor acerto e averiguasão poderrão servisse dos Republicos de melhor intelligência e conciencia q̄ convocarem asignando para [...] dia certo.

§ 4º. As fazendas da prª classe pagarão cada hua coatro mil réis, as da segunda clase dois mil réis, as da terceira mil réis, e isto por huma vês some.

§ 5º. O escrivão da Câmera fará hum quaderno soficiente para se levantar nelle o dº alistamento com a sobredita formalidade e com a margem larga pª por elle se cobrar e por em cada adsão a verba de paga; aq̄ quaderno será primeiro rubricado pelo juiz.

§ 6º. As formalidades e instrussões pª a boa applicasão e arecadasão deste succedeo as participares separadamente a Câmera a quem

44 Livro de Foral da Câmara, nº 2. (1782-1844), fl. 2. NEDHIS/UVA.

recomendo a prompta e fiel observancia deste provimento cm a mesma (cominação) antecedente. Vila do sobral 20 de Julho de 1778. José da Costa Dias e Barros⁴⁵

O caderno de registro recebeu o nome de Relações das Plantações da Vila do Sobral 1788, em dois volumes. Nele visualizamos a estrutura agrária da vila, dividida entre fazendas de criar e sítios de plantar lavouras. No alistamento foram elencados os nomes dos proprietários, rendeiros, administradores das fazendas, produção agropastoril, escravo e ferramentas. Foram listadas 572 pessoas, sendo 273 proprietários de escravos e 299 não detentores de cativos.

No ano de 1782, dados extraídos do rol de desobriga, a população da Vila de Sobral era 11.319, toda ela dispersa pelo seu termo: “6.207 ocupavam a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, 1.337 a freguesia de Amontada, 3.577 a freguesia da Serra dos Cocos e 1.198 a povoação de índios de Almofala”.⁴⁶ Sobre a importância econômica da Vila de Sobral, o Governador, fala que para esta ribeira: “costumão vir huns annos por outros vinte barcos a carregar carnes secas, couros e pau violete, e fazem florente seo comercio, e também da Capitania do Piauí, do qual se vem vender muito gado”.⁴⁷

Os dados apresentados demonstram não só o crescimento econômico da Vila de Sobral, mas também o alcance do seu comércio. Segundo Luis dos Santos Vilhena, em “Notícias Soteropolitanas”, em 1802:

Os gêneros principais de que se compõem o comércio do Distrito de Acaracú são em primeiro lugar couros, solas e carnes seccas, produtos dos muitos gados que nelle se crião podendo estender-se o número de suas fazendas de gados athé duas mil, produzindo cada huma annualmente de 500 a mil bezerros. Todos os gados, que não se empregam no consumo dos habitantes são levados para as matanças de Camocim, Acaracu e Itapajé, onde fabricam as suas carnes, secando-as e salgando os couros, a que tudo devem consumo e extração Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro [...].⁴⁸

45 “Carta do Ouvidor do Ceará, José da Costa Dias e Barros, à Rainha [D. Maria I], de 1779, apontando as causas da desordem na capitania e pedindo a aprovação de fintas. Cópias que se contem este caderno. [...]. Cópia nº. 8 Provimto sobre a mesma matéria a foros da Câmara da V^a. do Sobral.” *Apud* JUCAS NETO, Clóvis Ramiro. *Op. Cit.* p. 498.

46 MENEZES, José Cezar de. “Ideia da população da capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas costas, rios, e povoação notáveis, agricultura, número dos engenhos, contractos, e rendimentos reaes, augmento que estes tem tido &. ^a desde anno de 1774 [...]”. In: *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 40, Rio de Janeiro: Oficinas Graphics da Biblioteca Nacional, 1923, p. 108-109

47 *Idem*, 1923, p. 77.

48 VILHENA, Luis dos Santos. *Cartas de Vilhenas*. Notícias Soteropolitana e Brasília. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1922, v.2, p. 692-693.

Considerações finais

A produção de carnes, couros e solas era vendida nas principais capitanias brasileiras, demonstrando assim, que a pecuária era subsidiária da economia mercantil. Além de alimentar a população da Vila do Sobral, ela atendia ao comércio de outras capitanias. Não só de gado e seus subprodutos, como couros e solas, viviam os moradores da Vila do Sobral, mas de outros produtos como a farinha, milho, canas, pau violete e algodão, que segundo Vilhena: “Produz igualmente este distrito algodão em mais abundância, e melhor quantidade que o do Siará, por isso que as terras são mais seccas e apropriadas para a plantação e cultura dele”.⁴⁹

Com a demanda por algodão no mercado colonial, esse produto deixa de ser uma atividade para fins do mercado local e ganha espaço dentro do comércio internacional. Esta mudança faz com que tal atividade comece a ter área específica para sua produção. A partir disso, a lavoura algodoeira exige uma divisão dos espaços das fazendas para seu cultivo e também a utilização de mais mão de obra na sua plantação e colheita.

No ano de 1788, conforme as informações do livro de Registro das Plantações foram vendidas para a capitania de Pernambuco 900 arrobas de algodão em caroço, o equivalente a 13 toneladas e meia de algodão. Estas informações são importantes para se pensar como o Sertão do Acaraú, no século XVIII, estava interligado à economia atlântica como fornecedor de carnes, couros e algodão – vendidos ao mercado das capitanias – e do comércio de escravos.

Algumas décadas depois, em 1814, Luiz Barba Alardo de Menezes escreveu suas memórias, nas quais relata a situação da capitania cearense nos aspectos econômicos, administrativos e políticos. O autor faz uma descrição sobre os limites de cada município, suas povoações, suas igrejas e tropas. Em relação à população das vilas, disse ter a de Sobral 14.629 habitantes; Granja, com 4.924 e Vila Nova Del Rei, 7.623.⁵⁰ Em 1810, segundo o memorialista, foram exportados pelos portos da Capitania do Ceará 7.486 sacas de algodão, e nos portos de Sobral, “1474 saccas com 5581 arrobas pagando de imposto 895:850” e na de Granja apenas “78 saccas com 278 arrobas e pagando de imposto 44:550”.⁵¹

49 VILHENA, Luis dos Santos. *Op. Cit.*, p. 692.

50 Memória sobre a capitania independente do Ceara Grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma, Luiz Barba Alardo de Menezes. In: MACHADO, José de Almeida; PAULLET, Antônio da Silva; Luiz Alardo de Menezes. *Documentação Primordial sobre a Capitania Autônoma do Ceará*. Edição fac similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 53.

51 Memória sobre a capitania independente do Ceara Grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma, Luiz Barba Alardo de Menezes. In: MACHADO, José de Almeida (Orgs). *Op. Cit.*, p. 53.

Além do algodão e carnes, a exploração da mão-de-obra livre e escrava também contribuiu para fazer a riqueza dos potentados do Acaraú. Esses trabalhadores foram utilizados em diversas atividades, quer no criatório, charqueadas, algodão quer na agricultura de subsistência. O uso de escravos nas atividades agropastoris vem desde a ocupação do território da ribeira do Acaraú, com apreensão dos povos nativos nas entradas aos sertões ou na posterior aquisição de cativos para sua utilização nos trabalhos requeridos nas atividades econômicas.

Na ribeira do Acaraú o tripé gado, terra e cativo foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade agrária que se estabeleceu nesta região de fronteira entre as capitanias do Norte, desde o final do século XVII. Ao adentrar o sertão, os colonos luso-brasileiros iam estabelecendo seus currais. Posteriormente, dividiam essas áreas em fazendas, nas quais se estabeleciam, doavam-nas como dote ou as dividiam quando das partilhas entre seus herdeiros. Desse modo, se constituía uma estrutura de poder familiar e de mando.

Referências bibliográficas

ALVEAL, Carmem. Formação da Elite na Capitania do Rio Grande no pós-Restauração (1659-1691). In: Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime, 2008, Lisboa. *Anais[...]* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011. Disponível em: <<http://www.iict.pt/pequenonobreza/arquivo/Doc/t1s1-01.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2015.

ARAÚJO, Emanuel. “Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais.” In: DEL PRIORE. Mary. *Revisão do Paraíso*. Campus, 2000^a.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Cronologia sobralense (1604-1800)*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.

FROTA, Dom José Tupinambá da. *História de Sobral*. Fortaleza: IOCE, 1974.

FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Orgs.) *Conquistadores e negociantes*. Civilização brasileira, 2007.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão (Org.). *Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Estado do Ceará*. Fortaleza: SUDEC, 1974, v. 1.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1995.

GOMES, José Eudes. *As milícias D’el Rey*. Tropas militares e poder no Ceara setecentista. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

JUCAS NETO, Clóvis Ramiro. *Primórdio da urbanização no Ceará*. Fortaleza: EDUFC/EDBNB, 2012.

MACHADO, José de Almeida; PAULLET, Antônio da Silva; Luiz Alardo de Menezes. *Documentação Primordial sobre a Capitania Autônoma do Ceará*. Edição fac similar.

MORAES, Ana Paula da Cruz P. *Entre mobilidades e disputas: o sertão do rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750*. Fortaleza: UFC, 2015. Tese (Doutorado). PESSOA, João Ribeiro. “Notícia da Freguezia de N. Sra. da Conceição da Caissara.” In: *Revista do Instituto do Ceará – RIC*, t. II, 1898, p. 142.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil, 1530-1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

SILVA, Rafael Ricarte da. *Formação da elite colonial dos sertões de Mombaça: terra, família e poder (século XVIII)*. 2010, 118f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2004.

TAVARES, João de Lira. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Brasília: Senado Federal, 1982. (Coleção Mossoroense, volume CCXLV).

VILHENA, Luís dos Santos. *Cartas de Vilhenas*. Notícias Soteropolitana e Brasília. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1922, v.2.



A ὕβρις do Rei Deus contra a ἀρετή dos livres homens: resíduos de Salamina na poética historiográfica esquiliana.¹

Tito Barros Leal

Prólogo

Os ventos de um provável setembro sopravam sobre o mar do estreito de Salamina, enquanto mais um dia do remoto ano de 480 se ia preparando para suportar as histórias prontas a lhe serem inscritas.

As Moiras, senhoras da fortuna alheia, estavam decididas. Os homens, incapazes de antever, vivenciavam uma batalha já escrita.

Em sua rota diária, Hélios, “o vigilante”, lançava suas luzes sobre o palco do drama. Os sons das velas e dos remos, a respiração pesada e apreensiva, a fricção do suor escorrendo pelos corpos, as ondas e demais sons se misturavam produzindo magnífica *ouverture* para o episódio. Do alto do céu, controlando seus corcéis, o descendente de Urano testemunharia todos os passos, todos os gestos, cada movimento, então realizados.

Mas, pobres mortais! Como e quando poderiam dar vistas ao sol sem os olhos cegar?

E eis que entre as almas colocadas à sorte no cenário descrito, uma se destaca e grafa as experiências vividas. Em sua pena a memória de cidades unidas; em sua escrita a arte do lembrar.

Para que as dores experimentadas não fossem esquecidas, para que a vilania não se fizesse desejada, para que toda a Hélade falasse voz uníssona, um mortal ousou a imortalidade, conquistando-a no texto trágico.

É de Ésquilo de Elêusis, filho de Eufóron, eupátrida ático, que trataremos. Mais especificamente, buscaremos compreender sua contribuição para a histó-

¹ Texto originalmente apresentado no XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: História e Democracia, realizado pela Associação Nacional de História (ANPUH - Nacional), em Brasília, nas dependências da UNB, entre os dias em 24 e 28 de julho de 2017.

ria do mundo grego. Lançaremos nosso olhar sobre sua quota na cultura escrita grega ou, noutra perspectiva, buscaremos compreender até que ponto sua produção pode ser tida como uma tipologia historiográfica grega.

Desloquemos por um instante, nossos olhos daquele remoto ano 480. Avançamos oito anos. Chegamos em 472, ocasião da primeira apresentação d'*Os persas*, matéria prima para o desenvolvimento dos argumentos seguintes.

Sobre a fonte e o problema analisado

De todas as tragédias áticas às quais o mundo contemporâneo pode ter acesso² *Os persas* é a mais antiga, e uma das poucas a resistirem à vingativa ação de *Cronos*, chegando-nos em sua completude. Convém atentar ainda para o fato de que o referido texto traz em si curiosa especificidade: trata de um evento histórico.

No capítulo 6 da *Poética*, Aristóteles define a tragédia como:

imitação de uma ação elevada e completa, dotada de extensão, numa linguagem embelezada por formas diferentes em cada uma das suas partes, que se serve da ação e não da narração e que, por meio da compaixão e do temor, provoca a purificação de tais paixões.³

E continua o filósofo:

Por “linguagem embelezada” entendo a que tem ritmo, harmonia [e canto] e “por formas diferentes” haver algumas partes executadas apenas com metros, enquanto outras incluem o canto. Uma vez que a imitação é realizada por pessoas que actuam, a organização do espectáculo será necessariamente, em primeiro lugar, uma parte da tragédia; depois, a música e a elocução, pois é através destes elementos que realizam essa imitação. Considero elocução a própria combinação dos metros; e música tem um sentido absolutamente claro. Como a tragédia é a imitação de uma acção e é realizada pela actuação de algumas pessoas que, necessariamente, são diferentes no carácter e no pensamento (é através disto que

2 “Quando falamos de tragédia grega, baseamo-nos quase completamente nas obras conservadas dos três grandes trágicos: sete tragédias de Ésquilo, sete de Sófocles e dezoito de Eurípedes (se contarmos *Reso*).” ROMILLY, Jacqueline de. *A tragédia grega*. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 9.

3 Aqui nos valem da edição da *Poética* de Aristóteles da Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa, 2008), tradução de Ana Maria Valente e prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Sempre que necessário faremos referência à obra conforme notação clássica consagrada pelo trabalho de Immanuel Bekker, assim: *Poet.* 6, 1449b 21 - 27.

classificamos as acções [são duas as causas das acções: o pensamento e o carácter] e é por causa destas acções que todos venhem ou fracassam), o enredo é a imitação da acção entendendo aqui por enredo a estruturação dos acontecimentos, enquanto os caracteres são o que nos permite dizer que as pessoas que agem têm certas qualidades e o pensamento é quando elas, por meio da palavra, demonstram alguma coisa ou exprimem uma opinião.⁴

Não há nada na definição do filósofo de Estagira que proíba ao texto trágico a reflexão sobre experiências históricas. Por outro lado, a observação empírica advinda da manipulação dos manuscritos trágicos conhecidos, aponta para a clara preferência, tanto dos autores quanto do público espectador, pelos fatos míticos. Como, pois, explicar a motivação de Ésquilo para a escrita d'*Os persas*?⁵

Talvez a condição invulgar da peça possa ser aclarada por outra singularidade. Se por um lado a tragédia em questão está baseada em um momento histórico das Guerras Médicas, por outro, também o autor é personagem do próprio evento narrado. Sim, Ésquilo experimentou as dores e as glórias das Guerras Médicas nas batalhas de Maratona e Salamina.

A atuação na guerra contra os persas marcou profundamente a vida de nosso autor, prova disso está no epigrama sepulcral da lápide sob a qual descansa o tragediógrafo:

Αἰσχύλον Εὐφορίωνος Ἀθηναίων τόδε κεύθει
μνήμα καταφθίμενον πυροφόροιο Γέλας·
ἀλκὴν δ' εὐδόκιμον Μαραθῶνιον ἄλσος ἄν εἶποι
καὶ βαρυχαιτήεις Μῆδος ἐπιστάμενος.⁶

As rápidas considerações até agora apresentadas já nos permitem notar que o texto do qual tratamos é múltiplo em si. *Ficção*, pois é uma peça trágica; é *memória*, dada a narração da experiência do vivido; é *historiografia*, na medida em que expõe fatos vividos no passado.

E esta tripla condição d'*Os persas* nos pede uma breve pausa.

4 *Poet.* 6, 1449b 28 – 1450a 7

5 Antes de Ésquilo, Frínico, poeta trágico nascido em Atenas, que viveu entre os séculos IV e V a.e.c., teria apresentado, por volta de 494, uma tragédia intitulada *A captura de Mileto*, cujo tema seria o episódio das Guerras Médicas que redundou na conquista daquela cidade pelos persas. Além desta, em 476 logrou o prêmio do concurso trágico com a peça *As fenícias*. Outro drama histórico deste autor teria sido *Os justos*. Infelizmente todas as suas peças se perderam no tempo, restando-nos apenas informes e parca doxografia.

6 Em livre tradução: “Sob esta pedra jaz Ésquilo, / filho de Eufóron, o Ateniense, / que pereceu nas terras ricas em trigo de Gela; / da sua nobre bravura o bosque de Maratona pode falar, / assim como o persa de longos cabelos, que a conhece bem.” *Apud: Anthologiae Graecae Appendix*, vol. 3, Epigramma sepulcrale [S.l.: s.n.] p. 17.

Antes de seguirmos com as considerações acerca do escrito, precisamos refletir sobre três conceitos que serão caros à nossa argumentação, são eles: a *representação*, a *anamnese* e a *história*.

Comecemos, pois, pela representação.

A intenção de Êsquilo em representar a vitória dos gregos sobre os persas na batalha de Salamina está absolutamente clara na história. Porém, toda representação traz intencionalidades e são estas que nos interessam aqui.

A peça se passa na capital da Pérsia, Susa, no palácio real de Xerxes. Todos os personagens do drama são estrangeiros.

Atuam na tragédia o *Coro*, formado pelos anciãos e altos dignitários do rei Xerxes; a rainha *Atossa*, mãe de Xerxes e viúva do rei Dário; um *Mensageiro* persa regressado com informes da derrota em Salamina; o fantasma do *rei Dário*, pai de Xerxes; e *Xerxes*, rei dos persas, retornado da guerra.

Composto de 1670⁷ versos, o texto está estruturado em dois *párodos*, sendo um *anapéstico*⁸ e outro *lírico*; três *episódios* e três *estásimos*⁹ intercalados e um êxodo, conforme sistematização abaixo:

Passagem trágica	Versos	Tema
Párido Anapéstico	1-64	Catálogo com o nome dos grandes chefes que compunham o exército de Xerxes.
Párido Lírico	65-154	Professa a força do exército persa e pergunta sobre o andamento da guerra.
Primeiro Episódio	155-531	Entrada de Atossa narrando o sonho; entrada do mensageiro noticiando a derrota persa; catálogo com o nome dos combatentes mortos na guerra.
Primeiro Estásimo	532-597	Invocação de Zeus e lamento pela derrota.
Segundo Episódio	598-622	Monólogo de lamentação de Atossa.

7 1670 versos no original grego estampado na edição bilingue cuidada por Juanito de Souza Brandão (São Paulo: Mameluco, 2013) e por ele traduzido em prosa. Adotamos para fins deste trabalho a tradução de José Antônio Alves Torrano, composta em 1076 versos, publicada na revista *Letras Clássicas*, n. 6, p. 197-228, 2002. Sugerimos ainda cf. a tradução de Mário da Gama Kury (1376 versos), publicada na coleção *Tragédia grega Vol. IV* (Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 17-74). Pedimos licença para não indicarmos a referência completa a cada vez que citarmos a peça, pura questão de estilo. Informada a edição que nos guia, citaremos, ao lado do texto apenas o verso-guia.

8 O anapesto é uma unidade poético-rítmica. É composto por duas sílabas átonas e uma tônica em elevação.

9 As odes cantadas pelo coro entre cada episódio.

Segundo Estásimo	623-680	Dário é convocado para a peça.
Terceiro Episódio	681-851	Dário reflete sobre a ὕβρις de Xerxes e a força dos gregos.
Terceiro Estásimo	852-908	Nostalgia dos tempos de Dário e reconhecimento do fracasso de Xerxes.
Êxodo	909-1076	Entrada de Xerxes e reconhecimento da derrota.

Mas qual o motivo do tom xenofílico adotado por Êsquilo?

Apesar de parecer paradoxal, a intenção do autor é exaltar a vitória grega estetizando a cultura do derrotado, expondo a dor pérsica.

E é assim que o poeta eleuda inunda a plateia com nomes, cores e vestes extravagantes, sempre reforçando, como não poderia deixar de ser, o motivo primeiro das tragédias, a ὕβρις (hýbris). Conforme anota Rachel Gazolla, o texto trágico pode ser compreendido como uma análise sobre:

a desmedida [presente] nas ações dos heróis, permeando seus impulsos, desejos e decisões. Eles poderiam ter agido de modo mais equilibrado, refletindo sobre os próprios impulsos e valores? Poderiam ter ouvido as insistentes palavras de cautela do coro, do corifeu, ou de qualquer outro personagem? Sim, mas não o fizeram, não concerne aos heróis fazê-lo.¹⁰

A ὕβρις é uma desmedida, é ação além da possibilidade humana, é postura de enfrentamento com os deuses. Daí a participação de Zeus numa peça tão humanizada. Ele serve como explícito reforço dos valores gregos na guerra contra os persas os quais, por sua vez, acreditavam nos seus reis como seres divinos.

Além disso, manipulando o universo que cria, Êsquilo confere a Zeus gigantesca dimensão fazendo, inclusive emanar dele as bênçãos para a divinização dos reis pérsicos. É Dário, aliás, quem nos diz:

Pheû! Veio veloz o ato de oráculos, a meu filho
 Zeus incumbiu cumprir ditas divinas; eu, porém, (740)
 cria que os Deuses as cobriam em longo tempo,
 mas quando por si se apressa, Deus ainda ajuda.

Mas, incapaz de lidar com os desígnios divinos, tomado por profunda falta de piedade, arrebatado por ímpias atitudes, Xerxes, encarna em si a ὕβρις que o

10 GAZOLLA, Rachel. "Tragédia grega: a cidade faz o teatro". In: *Revista Philosophica*, nº 26 (2003), Instituto de Filosofia Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, p. 15.

corrói, destruindo sua força e descendo-o ao chão dos homens, estendendo ao seu reino as dores que lhe foram imputadas pela arrogância desmedida. Seguindo no lamento de Dário, lemos:

Agora a fonte de males aparece a todos os nossos.
Meu filho sem saber as cumpriu com nova audácia.
Quem esperou prender o fluxo do sacro Helesponto, (745)
como escravo em cadeias, fluente Bósforo de Deus,
e transmutou em passagem, e com peias compactas
compôs e conseguiu vasta via para vasto exército.

Mortal, supôs não com prudência que superaria (750)
Posídon e todos os Deuses. Esta doença da mente
não dominou meu filho? Temo que vasta riqueza custosa
a minha entre os homens seja presa de quem se apresse.

Sigamos, pois, com a estetização da dor.

Já no párodo anapéstico, a partir do verso 16 e até o final, num jogo de antíteses, Ésquilo expõe a tradição bélica dos persas valendo-se da técnica arcaizante da relação em catálogo, imortalizado no segundo canto da *Iliada* de Homero, comumente chamada de *Catálogo das naus*.

Outra antinomia manipulada pelo autor pode ser lida no primeiro episódio, entre os versos 174 e 200, na cena do sonho de Atossa, chave para muitas questões propostas na tragédia.

Leiamos, então:

Com muitos sempre noturnos sonhos
convivo, desde que meu filho com o exército
foi-se à terra dos jônios para dispersá-la,
mas ainda não tinha visto nada tão claro
como ontem à noite, o que te contarei. (180)

Pareceu-me que duas mulheres bem vestidas,
uma paramentada com véus pérsicos,
outra, com dóricos, viessem-me à vista,
mais notáveis que as de hoje no porte
e na beleza perfeita, irmãs do mesmo tronco, (185)
uma habitava a Grécia, a outra, a terra
bárbara, no sorteio recebidas por pátria.

Ao que me parecia ver, houve entre ambas,
uma querela, e meu filho, quando soube,
tentava conter e acalmar, e sob o carro (190)
atrela as duas, e põe-lhes o jugo
no pescoço. Uma se orgulhava dos jaezes
e nas rédeas tinha a boca dócil ao mando,

a outra esperneia e despedaça os arreios
com as mãos, arrebatada com violência, (195)
desenfreada, e quebra o jugo ao meio.
Cai o meu filho e aproxima-se o pai
Dario a lastimá-lo. E quando o vê,
Xerxes rasga as vestes sobre si mesmo.
Isso é o que vos digo ter visto à noite. (200)

O jogo estabelecido entre as duas imagens femininas destaca as diferenças político-culturais existente entre os mundos pérsico e grego. Quando as duas mulheres entram em querela, Xerxes se põe na condição de juiz. À moda persa, o Rei impõe seu jugo sobre o pescoço de cada uma das duas, dominando-as como corcéis prontos a puxar seu carro militar.

A de vestes persas ostentava com prazer os ferros que a prendiam ao Rei, já a de vestes gregas se negava a usar os aparatos censores da liberdade e repelindo os arreios com violência, derruba Xerxes.

Além de servir de resumo do que será encenado, a imaginação aviva no espectador a resistência grega e sua incansável defesa pela liberdade. Melhor dizendo, o sonho de Atossa reflete os anseios de vida individual estabelecido nas cidades-Estado gregas.

Poderíamos aqui deslindar, cena a cena, toda a peça. Em cada passagem um sem fim de considerações e, ainda assim, certamente não esgotaríamos o texto. Mas não temos espaço para seguirmos neste metro, por isso, pedindo vênias, bruscamente pausamos nossa linha de argumentação.

Passemos ao problema da anamnese esquiliana.

Toda tentativa anamnésica é, em si, um exercício de representação. Isso se dá porque o veículo fundamental do exercício da lembrança é a memória. Neste sentido, ao narrar a experiência da batalha de Salamina, Ésquilo está vivenciando um processo rememorativo.

Não nos cabe mostrar cultura historiográfica citando um sem número de títulos que versam sobre o problema da memória; nosso espaço é limitado. Pretendemos simplesmente compreender este compósito da História como uma das ferramentas que ajudaram nosso tragediógrafo a estruturar o drama histórico ora apreciado.

Para tal fim, seguimos as propostas teóricas lançadas por Paul Ricoeur em seu *A memória, a história, o esquecimento*. Com ele entendemos a memória a partir da tríade paradoxal *presença, ausência e anterioridade*.

É a ideia “do algo que já não está mais lá, mas um dia esteve” que marca a força da memória e, neste sentido a *anamnese* desenvolvida por Ésquilo e estendi-

da ao público promove certo sentido de reconhecimento do πάθος (páthos) de Xerxes e, dessa empatia flui a κάθαρσις (catarse), aquela tipologia específica de purificação tratada por Aristóteles, motivo ético-pedagógico do drama trágico.

N'Os persas, a memória esquiliana está presente em toda parte. Está na opção por ambientar a peça em Susa e também na utilização do recurso dos catálogos; está no esquecimento (ou ocultação) de nomes gregos e na presença de Zeus como partícipe da batalha. Seu processo anamnésico atua na peça construindo e desconstruindo a realidade da forma que lhe convém, promovendo a narrativa conforme seus interesses.

É fato: Êsquilo tem memórias vivas e claras sobre a batalha de Salamina. Nem uma década havia se passado desde a vitória ateniense contra os Persas. Então, diante do exposto, qual o motivo da presença de Zeus interferindo na ação humana? Por que o autor manipula a realidade dos fatos por ele vivenciados? Que ligações pode haver entre o agir humano e a experiência divina?

A resposta a essas questões nos parece relativamente simples, mas nos impõe um retorno ao problema anteriormente apresentado. Lembremos: interessa a Êsquilo *representar* a realidade. Na escrita do tragediógrafo não há objetiva preocupação em apresentar a *história* tal como ela foi; não custa lembrar: em sua essência *Os persas* foram compostos como tragédia, não como história da guerra médica.¹¹

Em todo caso, mesmo como tragédia, o texto narra uma situação que, em parte — grande parte, diga-se —, vincula-se muito mais ao universo da ποιήσις (poiésis), ou seja, do fazer inventivo, que à τέχνη (tekné) investigativa ou memorial.

Devemos afirmar, portanto: na balança, bem pesada, e na escala, bem medida, a poética tem mais peso e mais comprimento que a história inscrita n'Os persas.

Mas então, por que nos arriscamos em buscar uma tipologia historiográfica nas páginas esquilianas?

E eis que passamos ao terceiro ponto do nosso raciocínio: a história.

Estamos tratando de época submetida a uma lógica temporal muito diferente da nossa. O tempo de Êsquilo está vinculado a categorias sociais e religiosas profundamente enraizadas no seio de uma πόλις (pólis) em franco processo de metamorfose.¹²

11 A própria história (ιστορία) como investigação, estava apenas em seus primeiros passos. Heródoto, tido por Cícero como *pai da história*, foi contemporâneo de Êsquilo e não é difícil aceitar que os dois tenham sido leitores mútuos.

12 Cf. LEAL, Tito Barros. “Quando as divindades se humanizam – Mito, ética e história em Édipo Rei.” In: *Kínesis*, v. III, nº 05, (2011), Marília/UNESP, p. 1-13.

Deve ficar claro que os textos trágicos, de par com as epopeias, as crônicas, as comédias e toda sorte de literatura produzida e promovida na Grécia, são *locus* de guarda, de preservação e de manutenção da memória social, uma vez que a história (tipologia de escrita que irromperia e romperia com a literatura) ainda não se havia firmado.

Tal fato interfere de modo decisivo na produção do saber histórico daquela sociedade. Heródoto, usualmente aceito como *pai da História*, somente traria sua obra à luz no correr dos anos 450 e 430. Ainda assim, Clio esperaria por aproximados 30 anos até que os aperfeiçoamentos propostos por Tucídides viessem a emancipá-la dos cuidados das irmãs mais velhas: Érato, Melpômene e Tália.

Diante disto, é certo que as tentativas de compreender e narrar o passado ainda guardavam vínculos muito estreitos, tanto com a lógica do mito quanto com a lógica literária.¹³

Aos nossos olhos, portanto, *Os persas* representam um elo entre uma tipologia anterior de lidar com o passado e a novidade nascente que viria a ser a história e, nesta perspectiva, mesmo não produzindo história (do ponto de vista técnico ou tipológico), Êsquilo faz história entre os helenos.

Germina de nossa última afirmação uma dupla leitura: 1) Êsquilo faz história porque apresenta peça primorosa e com ela conquista o prêmio das *Dionísias urbanas*; 2) ao tempo em que produz escrita sobre um momento da história de sua gente.

Cruzamento de fontes e redimensionamento dos problemas

Convém agora uma leitura comparada entre *Os persas* e a *História*, ou seja, entre Êsquilo e Heródoto. Tal exercício pode contribuir para aclarar as proximidades e os distanciamentos de ambas as formas de exposição dos eventos vivenciados na Batalha de Salamina. A leitura em paralelo proporciona, ainda, evidenciar as possibilidades historiográficas subjacentes nos escritos trágicos.

Antes, porém, um breve retorno ao pensamento de Aristóteles.

Na *Poética*, o filósofo do Liceu nos apresenta clássica passagem onde propõe a distinção entre história e poesia, vejamos:

¹³ Aliás, mesmo a produção de Heródoto e de Tucídides parece não ter alterado tão significativamente a lógica de produção do saber histórico. Sobre esse problema, cf. p.ex. CORNFORD, Francis M. *Thucydides mythistoricus*. Londres: Edward Arnold, 1907 e, especialmente sobre a questão da interpretação de Heródoto sobre os persas, cf. PIRES, Francisco Murari. “Mithistória do debate persa (Heródoto, III, 80-82)”. In: *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 10, dezembro 2002, p. 183-192.

O historiador e o poeta não diferem pelo facto de um escrever em prosa e o outro em verso (se tivéssemos posto em verso a obra de Heródoto, com verso ou sem verso ela não perderia absolutamente nada o seu carácter de História). Diferem é pelo facto de um relatar o que aconteceu e outro o que poderia acontecer. Portanto, a poesia é mais filosófica e tem um carácter mais elevado do que a História. É que a poesia expressa o universal, a História o particular.¹⁴

Tal alegação estava alicerçada na certeza mantida pelo filósofo de que a história não era uma arte mimética, desvinculando-a, portanto, do campo da *ποίησις*.

Evitando anacronismos convém uma explicação: Aristóteles escreve *a posteriori*,¹⁵ ele já conhecia a História e em seu tempo, por certo, o debate que propunha perceber (ou estabelecer) uma distinção entre história e poesia estava mais claro. Porém para seus antecessores, ao que parece, o problema ainda não estava devidamente configurado.

Lidos em paralelo, o Livro VIII da *História* de Heródoto, intitulado *Urânia* e o primeiro episódio d'*Os persas*, apontam para a impossibilidade de estabelecer diferenciações absolutas entre as culturas escritas praticadas pelos autores.

Da leitura comparada emergem *transtextualidades*, importantes resíduos literário-culturais.¹⁶ Uma delas pode ser facilmente percebida quando da con-

14 *Poét.*, 6, 1451b 37 – 1459a 7

15 Eudoro de Souza no prefácio à sua tradução à poética aristotélica (São Paulo: Ars poetica, 1993, p. 8) afirma que a obra teria sido produzida entre os anos 335 e 323. Levando em conta as datas fixadas para *Os persas* (472, primeira encenação) e para a *História* (entre 450 e 430), temos um distanciamento de aproximadamente 140 anos entre o texto esquiliano e o aristotélico, e de 115 anos entre o texto de Heródoto e o do filósofo de Estagira. Fica claro que Aristóteles falava de um “outro lugar”, ainda mais se relevadas as transformações político-sociais ocorridas na Grécia que viriam atingir diretamente a vida de Aristóteles, dentre as quais a forte reação antimacedônica irrompida em Atenas a partir de 322.

16 Ao sistematizar a teoria da residualidade, Pontes (1999) estabeleceu critérios para a identificação e o estudo dos resíduos culturais referidos em áreas distintas de estudo até então sem critérios ou embasamento teórico claros para suas análises. A valorização e reconhecimento da existência dos resíduos culturais de tempos passados foram percebidos e afirmados por diversos autores. A percepção dos resíduos na literatura se dá de forma natural e, costumeiramente, não planejada. Uma das questões que suscitou a sistematização da teoria em pauta foi a dificuldade de fixação da periodologia literária, pois inúmeros escritos de diversos autores apresentam características de outros períodos além daquele em que foram enquadrados. Para o teórico da residualidade isto é um indicício da presença de resíduos de outros tempos. Por isso, o método residual se identifica com a percepção da presença do espírito de uma sociedade, de uma cultura precedente, em uma cultura contemporânea, surgindo vivamente e especialmente através de formas artísticas, como é o caso, por exemplo, da literatura popular cearense que nos propomos a investigar.

A proposta teórico-investigativa da teoria da residualidade vem sendo desenvolvida pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa Estudos de Residualidade Literária e Cultural – GERLIC, que atua no Departamento de Literatura da Universidade Federal do Ceará e faz parte do Diretório de Pesquisas do CNPq desde 2002, sob a liderança dos professores doutores Roberto Pontes e Elizabeth Dias Martins. Derivativos do GERLIC, novos grupos de estudos sobre a teoria foram surgindo e se fixando noutras Universidades, como é o caso do Grupo de Pesquisa em Literatura em Estudos Transdisciplinares e Residuais – LETRAR, criado em 2015 e sediado em Manaus, ligado ao Departamento de Letras da Universidade Federal do Amazonas,

frontação entre a longa exposição da batalha apresentada pelo Mensageiro persa à Rainha Atossa (vv. 353-432) e a descrição da mesma cena inscrita no capítulo 84 do Livro VIII da *História*. Seguem os excertos para posterior análise.

Diz o mensageiro:

Logo, navio contra navio bate o aríete
brônzeo, dá início ao combate o navio
grego, e quebra a proa do navio fenício
toda, um contra outro dirige a nave. (410)

Primeiro a torrente do exército persa
resistia, mas como muitos navios atulhavam
o estreito, não se davam recíproco auxílio,
uns com outros colidiam suas brônzeas (415)

proas, quebravam todo o renque de remos;
e os navios gregos, não sem perícia,
em círculo ao redor vulneram e reviram
cascos de navios, não mais se via o mar,
coberto de naufrágios e de morte de mortais, (420)
pontais e recifes estavam cheios de mortos,
remavam em fuga sem ordem todos os navios,
quantos pertenciam ao exército bárbaro.

Escreve Heródoto:

Logo que a força naval grega se pôs em movimento, os persas lançaram-se sobre ela. Os navios gregos recuaram um pouco na direção da costa, sem virar de bordo, para cair em seguida sobre o inimigo, quando Amínias, ateniense e habitante do burgo de Palena, avançou à frente dos outros e abordou um navio persa, ficando, todavia, em situação embaraçosa. Os outros acorreram em seu auxílio; e assim teve início o combate, segundo a versão dos Atenienses. Dizem, porém, os Eginetas, que foi o navio enviado aos Eácidas o primeiro a entrar em contato com a frota persa. Há quem diga também que um fantasma apareceu aos combatentes gregos sob a forma de uma mulher e, com voz bastante forte para ser ouvida por toda a frota, animou-os a avançar, depois de tê-los assim censurado ao vê-los indecisos e receosos: “Infelizes, quando cessareis de recuar?”¹⁷

liderado pelas professoras Cássia Maria Bezerra do Nascimento e Rita do Perpétuo Socorro Barbosa de Oliveira e, também, do *Grupo de Estudos em Residualidade Antigo-Medieval – GERAM*, criado em 2016, ligado ao Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú e liderado pelo professor Tito Barros Leal. Este, especificamente tem por finalidade debater e aprofundar as propostas apresentadas por Roberto Pontes, conformando-as com as especificidades do pensamento histórico próprios dos mundos Antigo e Medieval.

17 HERÓDOTO. *História*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1950, p. 645-646

A ação descrita por Êsquilo, apesar de cristalizada por uma estetização profunda, traz em si uma marca muito humana. Não se encontra em nenhuma parte da narrativa do Mensageiro única menção a interferências sobrenaturais. Por outro lado, na cena apresentada por Heródoto, vemos a ação de um espetro¹⁸ que, segundo uma fonte do historiador, parece ter dado impulso ao evento narrado.

Ora, bem observados os dois ângulos, em que substâncias uma e outra obra se diferenciam?

Apesar do acima exposto, Heródoto tende a se inclinar para uma narrativa verdadeira. Diferentemente de Êsquilo, cuja intenção primordial com *Os persas* foi a de construir uma comoção estética capaz de promover a *κάθαρσις* no público e, com isso, ensinar os valores necessários para o bom funcionamento da πόλις.

No caso do *pai da história*, a preocupação fundamental residia em apresentar o que viu e o que experimentou; e, mesmo em discordância, o que lhe foi dito por alguma testemunha. Assim, buscava “evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo e que as grandes e maravilhosas explorações dos gregos, assim como as dos bárbaros, permanecessem ignoradas”.¹⁹

Tanto é assim que no capítulo 5 do Livro I da *História*, o autor escreve: “quanto a mim, não pretendo absolutamente decidir se as coisas se passaram dessa ou de outra maneira”²⁰ e, mais adiante, no capítulo 122 do segundo livro, reitera sua proposta com as seguintes palavras: “quanto a mim, não tive outro fito em toda esta história senão o de contar o que ouvi dizer”.²¹ E esta assertiva permanece ao longo de toda a obra, tal como um mantra que não deixa o autor vacilar na ficção.

Ainda assim o recurso não funciona a contento.

Aliás, naquele tempo enevoado, princípio das distinções formais entre a história e a poesia, a ambivalência das narrativas se impunha fortemente.

Como bem anotou Marx na *Introdução à contribuição à crítica da economia política*, “a arte grega não podia surgir, em nenhum caso, em uma sociedade que exclui toda relação mitológica com a natureza, que exige do artista uma imaginação que não se apoie na mitologia”.²² Sendo assim, ainda ao tempo de

18 Aliás, o Livro VIII da *História* está repleto de menções a fantasmas (cap. 84) e deuses (caps. 26, 64 e 94, p. ex.).

19 HERÓDOTO. *Op. cit.*, p. 30.

20 *Ibid.*, p. 32.

21 *Ibid.*, p. 192.

22 MARX, Karl. *Introdução à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 271.

Ésquilo e de Heródoto uma primeira historiografia grega viria a se estabelecer no terreno fértil da ποιήσις.

Tanto *Os persas* quanto a *História* guardam essa relação visceral estabelecida entre *aquilo-que-se-passou* e *aquilo-como-poderia-ter-se-passado*. Reside aí, toda uma ontologia da História, preterida ao longo da jornada que viria a conduzir a lida de Clio aos salões de doutos intelectuais e, posteriormente, à esterilidade imaginativa da academia, apartando a História de suas vinculações diretas, lastreadas na fruição do *propriamente-real* com o *absolutamente-fantástico*.

Encaminhamentos finais.

As tragédias gregas versam sobre lendas e heróis. Com sua narrativa fixada em evento histórico e personagens reais, *Os persas* são, *ipso facto*, uma “anomalia” na lógica poética trágica.

Tal fato não invalida de forma alguma tudo que defendemos até o presente. Pelo contrário. A tipologia historiográfica da qual as tragédias fazem parte está para além da própria narrativa do fato histórico. Paradoxal? Não, nem de longe!

A história vinculada no texto trágico diz respeito à própria historicidade da tragédia enquanto evento da *pólis*. Se elas normalmente não refletem *sobre* a história, refletem *a* própria história e, assim procedendo, discutem problemas efetivos do cotidiano do mundo grego.

Pertencentes ao *antes-da-história*, as tragédias e, *modo generalis* toda a cultura escrita tirada na hélade até o século IV pelo menos, são profundamente úteis, tanto para compreender as lógicas de produção que buscavam dar conta do passado naquele tão distante ontem, recompondo (ou produzindo) uma memória e, ao seu modo, lidando com a historicidade dos homens; quanto nos ensinando, ou (re)lembrando um modo válido de produzir conhecimento histórico.

Resta aos leitores do presente, intrépidos investigadores do além-tempo, buscar meios suficientes que possibilitem lidar com as especificidades da (re) constituída antiqüíssima historiografia greciana.

Referências bibliográficas:

CORNFORD, Francis M. *Thucydides mythistoricus*. Londres: Edward Arnold, 1907

GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GAZOLLA, Rachel. “Tragédia grega: a cidade faz o teatro.” In: *Revista Philosophica*, nº 26 (2003), Instituto de Filosofia Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, p. 1-18.

LEAL, Tito Barros. “Quando as divindades se humanizam – Mito, ética e história em Édipo Rei.” In: *Kínesis*, v. III, nº 05, (2011), Marília/UNESP, p. 1-13.

_____. “Tragédia, filosofia e a construção do agir ético-histórico na Grécia entre os séculos V e IV a.C.” In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

MARX, Karl. *Introdução à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São. Paulo: Expressão Popular, 2008.

PONTES, Roberto; MARTINS, Elizabeth Dias (Orgs.). *A residualidade ao alcance de todos*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015.

PONTES, Roberto. *Poesia insubmissa afrobrasílusa*. Rio de Janeiro-Fortaleza: Oficina do Autor/EUFC, 1999.

PIRES, Francisco Murari. “Mithistória do debate persa (Heródoto, III, 80-82).” In: *História da historiografia.*, n. 10 (2002), Ouro Preto, p. 183-192.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2004

ROMILLY, Jacqueline de. *A tragédia grega*. Lisboa: Edições 70, 2008

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das idéias*. São Paulo: UNESP, 2010.

VERNAN, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Lisboa: Edições 70, 1987.



Unidade II - Métodos



O potencial educativo dos museus históricos

Ana Amélia Rodrigues de Oliveira

A celebração, a evocação e a memória devem obrigatoriamente estar presentes no museu histórico. Não, porém, como objetivos e sim como objetos de conhecimento.
(Ulpiano Bezerra de Menezes)

A primeira ideia que vem à cabeça da maioria das pessoas quando pensam em museu é a de que se trata de um lugar onde se guardam coisas velhas, antigas e sem nenhuma utilidade. É considerável a recorrência dessa associação, que relaciona o museu a um simples depósito onde se guardam coisas que perderam o seu valor de uso. Seríamos levianos se desconsiderássemos o caráter preservacionista dessas instituições culturais, já que abrigam em seu acervo peças raras e de grande valor histórico. Mas considerar esses lugares apenas por esse ponto de vista seria limitar a infinidade de abordagens possíveis de serem trabalhadas em suas exposições. Como afirma a professora Magaly Cabral, o museu é muito mais que um depositário de peças velhas “[...] é um sistema simbólico que atua como mediador na relação homem/mundo e possui um estatuto social que o qualifica como lugar onde valores culturais são preservados, estudados e expostos”¹.

Segundo a autora, o museu constitui-se num sistema de comunicação, uma linguagem, onde os objetos funcionam como palavras, que acompanhados de fotos, textos e outros recursos, compõem o discurso museológico. Nesse caso, Magaly Cabral tenta definir um conceito mais generalizante, que englobe todas as categorias de museus, o que não desmerece a sua definição. Nesse texto, voltaremos nossas atenções para as análises em torno dos museus históricos.

Nos últimos anos a historiografia tem lançado um novo olhar sobre os Museus, fazendo de um espaço antes considerado um templo de exaltação de uma memória específica, objeto de reflexão histórica.

1 CABRAL, Magaly. *A palavra e o objeto*. Cadernos Paulo Freire. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/Museu do Ceará, 2006, p. 8.

O aparecimento do museu como um dos objetos privilegiados pelos debates historiográficos recentes não é aleatório, visto que essa instituição está estreitamente relacionada com as discussões sobre a nação, a história-memória nacional e o patrimônio.²

Mas qual a importância de estudar lugares como esses? Por que a historiografia tem se preocupado com questões relativas aos museus? Toda sociedade, para afirmar e reforçar sua identidade busca meios que possibilitem a construção de uma memória. A literatura já foi bastante utilizada com essa finalidade, assim como o cinema, e a própria historiografia, sendo o museu histórico mais um elemento utilizado para esse fim. Para esclarecer melhor essa questão, faz-se necessário um breve histórico sobre os museus de história no Brasil.

Para alguns pesquisadores,³ o ano de 1922 é considerado um marco de consolidação dos museus históricos no Brasil, quando são criados o Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro e o Museu Paulista, ambos como resultado das comemorações do Centenário da Independência. O Museu Paulista foi criado em 1893, mas como museu de História Natural. Em 1917, quando o historiador Affonso de Taunay assumiu a direção da instituição, começou-se a modificar o caráter desta, que passou a priorizar em suas exposições os assuntos relacionados à História Nacional. Em 1922, o Museu reabre suas portas, depois de alguns anos fechado para a realização das modificações que tinham o intuito de comemorar e celebrar o Centenário da Independência. O objetivo de Taunay ao reorganizar o Museu Paulista era recontar a história do Brasil através das exposições, construindo uma memória histórica que ressaltasse a importância dos paulistas na construção da história do país, inclusive no processo de consolidação da Independência.

Diferentemente da história nacional contada no Museu Histórico Nacional, no Museu Paulista, a possibilidade de uma nacionalidade brasileira começava ainda no período colonial, com o processo de (re)conhecimento e posse do território brasileiro pelos paulistas. A proclamação da Independência em solo paulista não foi valorizada como episódio exemplar que precisaria ser rememorado por seu valor ético para o presente, mas por seu conteúdo histórico verdadeiro. O essencial era o ponto de chegada e somente ele, pois o que lhe precedia pertencia a uma cadeia de causalidade e de sucessão que se dirigia irremediavelmente para o desfecho.⁴

2 BREFE, Ana Cláudia Fonseca. "Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública." In: *Projeto História*, São Paulo, n 17, nov. 1998, p. 284.

3 HOLANDA, Cristina Rodrigues. *Museu Histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da história (1932-1942)*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Estado, 2005.

4 BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista*. Affonso de Taunay e a memória nacional (1917-1945). São Paulo: Unesp, 2005, p. 81.

Já o Museu Histórico Nacional surge ocupando parte do Pavilhão das Grandes Indústrias da Exposição Internacional Comemorativa, instalada no bairro da Misericórdia, na cidade do Rio de Janeiro.⁵ Sob a direção de Gustavo Barroso, a instituição passou a ter, como objetivo, a preservação das tradições históricas já consagradas, através do “culto da saudade”, ritual de sacralização de datas e fatos nacionais. A preocupação com a salvaguarda do passado era vista por Barroso como essencial diante das transformações vividas no início do século e que, segundo ele, ameaçavam os valores tradicionais da sociedade brasileira.

A História que vai sendo apresentada nesses museus tem a finalidade de atender aos interesses de uma elite que tenta construir uma memória que a eternize como sujeito transformador da realidade. Índios e negros também passam a fazer parte dessa história, mas a partir do ponto de vista de quem a escreve. Nesse sentido, o mais importante não é saber se indígenas e negros são incorporados à história, mas de que forma são definidos. Diante disso, não é possível pensar um museu histórico como um lugar ingênuo ou inocente, pois estamos nos referindo a um território que, dentro da sua dinâmica, determina uma hierarquia, segmenta o tempo, aloca espaços, constrói memórias e estabelece sentidos.⁶ O museu histórico é um lugar de construção do passado, que através de seu acervo material, compõe uma dada interpretação do tempo vivido.

Na perspectiva de Pierre Nora, esses lugares de memória⁷ surgem a partir do momento em que a memória deixa de ser uma prática vivida no cotidiano para se tornar o resultado de uma organização voluntária e seletiva. “Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas”.⁸ Os lugares de memória nascem do sentimento de que não há memória espontânea. Daí a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, que se tornarão provas e registros daquilo que se foi. Instituições como museus, arquivos, bibliotecas, monumentos, surgem com a finalidade de salvaguardar

5 “A Exposição Internacional funcionou como uma grande vitrine do progresso nacional, atendendo aos anseios de mostrar uma nação centenária desenvolvida e civilizada segundo os padrões ditados pelas cidades europeias. Os visitantes que circulassem entre pavilhões como os de Ciência, Tecnologia, Comércio, Indústria e Transporte deveriam ter a impressão de estar acompanhando a evolução do país que, em 1822, conquistou a sua autonomia política e cem anos depois teria alcançado o grau de modernidade ditado pelo século XX”. MAGALHÃES. Aline Montenegro. *Culto da saudade na Casa do Brasil*. Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2006, p. 24 (Coleção Outras Histórias, v.49).

6 BREFE, Ana Cláudia Fonseca. “Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública.” *Projeto História*. São Paulo: n. 17, p. 281-315, nov. 1998.

7 Na perspectiva de Pierre Nora lugares de memória seriam lugares, instituições, rituais criados com o intuito de preservar uma memória, eu diria, oficial; diferentemente do que acontecia anteriormente, quando a memória era algo vivido no cotidiano e sua preservação era realizada pelos próprios grupos sociais. NORA, Pierre. “Entre História e Memória. A problemática dos lugares.” In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, 1993, p. 7-28.

8 Idem, p. 14.

uma memória que deixou de ser múltipla e coletiva, para se tornar única e sagrada.

Em consonância com a concepção de história daquele momento os museus históricos passaram a ser entendidos como o lugar das coisas do passado, afirma a historiadora Cristina Holanda. Os objetos ali exibidos tinham uma única finalidade: exaltar e celebrar os feitos gloriosos e as personalidades da nação brasileira. Dessa forma, cabia a uma pequena parcela da população, à elite, o reconhecimento pelas mudanças no processo histórico, mitificando algumas “personalidades” de nossa história, como D. Pedro I, Duque de Caxias, Floriano Peixoto e tantos outros.

Mas como lançar um novo olhar sobre o museu? De que forma podemos utilizar esse espaço como lugar de reflexão histórica? Nos últimos anos a renovação da historiografia tem nos permitido perceber as potencialidades dos museus. As mudanças nas abordagens e na metodologia proporcionada pela renovação dos estudos históricos têm nos despertado para o dinamismo desses lugares de memória. Dentro da perspectiva da História Social, todos nós somos sujeitos de nossa própria história, somos responsáveis pelas mudanças que acontecem em nossas vidas, desconstruindo a ideia de que somente a elite é sujeito transformador da realidade. Assim, se antes o museu era o lugar de sacralização dessas elites, nos últimos anos vem abrindo espaço para os debates acerca da construção social da memória, onde todos somos sujeitos transformadores de nossa realidade.

De acordo com Cristina Holanda, dentro dessa nova perspectiva surgida nas últimas décadas, o museu histórico busca promover a consciência histórica, rompendo com o tradicionalismo que destacava apenas a atuação das elites, estimulando a reflexão crítica e o mais importante, evidenciando as diferenças. Para que isso seja possível é necessário que sejam realizadas modificações no tipo de abordagem feita, e uma das primeiras coisas a fazer, é rever o caráter das exposições apresentadas. Se antes o museu tradicional tinha um caráter enciclopédico, exibindo grande quantidade de objetos com a pretensão de apresentar uma síntese histórica do tema abordado na exposição, privilegiando determinados eventos considerados relevantes para o país, a nova proposta museológica se destina a definir recortes e temáticas para a organização das salas. O objetivo então não é esgotar toda a discussão de um determinado assunto, mas instigar o visitante a pensar a exposição de forma crítica, provocando reflexões a partir das problemáticas sugeridas.

Para fazer de um lugar como esse objeto de reflexão, é de fundamental importância entender qual é a verdade do museu, ou seja, compreender todas as implicações que giram em torno da montagem de uma exposição, como cenário, iluminação, escolha das peças, entendendo toda uma linguagem que lhe é

própria. O próprio processo de escolha de determinados objetos para compor uma exposição subentende a exclusão de tantos outros, o que nos faz concluir que há uma relação profundamente dinâmica entre exposição e reserva técnica.⁹ Quando recolhemos um determinado objeto para fazer parte de um museu, estamos imediatamente atribuindo significado a ele. Ao tornar um relógio peça de acervo, estamos ressignificando esse objeto, que passa a adquirir um sentido que ultrapassa a sua simples função de uso, que não é mais a de informar as horas, mas suscitar questões que possibilitem analisar o tipo de relação que estabelecemos com o tempo.

Entender esse fluxo de peças que trafegam dentro dos espaços do museu é crucial para refletirmos sobre a construção de sentidos que vai se constituindo através das exposições apresentadas. Assim, afirma Cristina Holanda:

Não obstante, a disposição dos objetos nas salas não se dá de modo aleatório. No plano ideal, tudo deve ser colocado de forma planejada, a partir dos problemas históricos selecionados para reflexão de quem adentra as salas. Entenda-se por problemas históricos aqueles questionamentos que nos permitem interpretar a estruturação, o funcionamento, as mudanças e as permanências de uma sociedade.¹⁰

Dessa forma, a exposição deve sempre ser vista como uma possibilidade de leitura, nunca assumindo a condição de conhecimento acabado. O museu vai perdendo, assim, seu ar de sacralidade, seu caráter de templo, abrindo espaço para múltiplas interpretações da realidade a partir dos objetos expostos. Peças que antes nos remetiam à celebração de “personalidades” consagradas pela historiografia ganham outro sentido a partir das novas abordagens das exposições, onde a reflexão se inicia a partir da problematização do acervo.

E como isso é possível? Como problematizá-los? No museu, o ponto de partida para qualquer análise são os objetos, e o primeiro passo é estabelecer uma nova relação com eles, utilizando-os como fonte histórica, onde possam ser analisados em vez de reverenciados. É aqui que surge a ideia do objeto gerador, inspirada no trabalho do educador Paulo Freire que utilizava “palavras geradoras” para alfabetizar adultos.

A ideia do objeto gerador consiste em levantar questões a partir dos objetos que fazem parte do nosso cotidiano, percebendo o quanto podem ser significativos para a compreensão da realidade que nos cerca. De acordo com Régis Lopes:

9 Lugar no museu destinado à guarda dos objetos que não se encontram em exposição.

10 HOLANDA, Op. Cit., p. 32.

O primeiro objetivo do trabalho com o objeto gerador é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do seu humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber – leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras.¹¹

Como já foi dito, o objeto não existe apenas como criatura, mas como elemento criador. Por consequência do pensamento cartesiano, aprendemos ao longo da vida que as coisas são feitas para serem dominadas pelo homem, inclusive a natureza. Por esse motivo, muitas vezes, nossa relação com o mundo é de distanciamento. Nosso interesse é apenas por aquilo que atende às nossas necessidades imediatas, e acabamos perdendo a sensibilidade de nos envolver com aquilo que nos cerca. Estamos tão absorvidos na nossa rotina eletrizante que não temos tempo para sentir o mundo, pois sempre atribuímos a ele um caráter utilitarista. Falar sobre isso se faz extremamente necessário para mostrar que é exatamente essa falta de sensibilidade que nos impede de perceber o quanto os objetos que compõem esse mundo podem falar sobre ele.

Inúmeros objetos foram e são capazes de modificar nossa rotina e acabamos muitas vezes nos tornando submetidos a eles. Podemos utilizar o exemplo do relógio, que altera significativamente o nosso dia a dia, atuando como uma espécie de regulador de nossas atividades diárias, determinando o horário do almoço, do jantar, a hora de acordar e tantas outras ações rotineiras. E o celular, objeto introduzido no nosso cotidiano mais recentemente? Há alguns anos vivíamos perfeitamente sem ele. Quem se imagina hoje vivendo sem um? Os objetos criam em nós necessidades que antes não tínhamos. A necessidade de sermos encontrados em qualquer lugar só aparece com o advento do celular. Antes disso, havia outras maneiras de nos comunicarmos de algum lugar.

Diariamente fazemos uso de inúmeros objetos, mas quase nunca pensamos sobre eles. Analisar os objetos que fazem parte do nosso cotidiano é muito mais do que apreendê-lo dentro de seu caráter utilitário. É antes de tudo, exercitar a reflexão sobre o mundo em que vivemos.

Problematizar os objetos numa sociedade consumista como a nossa é um exercício indispensável. Pensar, por exemplo, no descarte de coisas que vão se tornando obsoletas com rapidez tão grande, que não conseguimos estabelecer laços de afetividade com eles. É isso mesmo! Afetividade. Todos nós temos algum objeto que guardamos a sete chaves porque possui uma carga de repre-

11 RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto* – o museu no ensino de História. Chapecó: Editora Argos, 2004, p. 32.

sentatividade muito grande, ou porque nos lembra certo momento especial, ou pessoa importante.

A proposta do objeto gerador é exatamente mostrar como é possível levantarmos inúmeras questões a partir da leitura de um objeto qualquer, esteja ele ou não em um museu. Entender como é possível aprender história através dos objetos.

Defende-se, portanto, uma História dos Objetos que pressupõe o estudo da História nos Objetos: o objeto é tratado como indício de traços culturais que vão ser interpretados na exposição do museu ou na sala de aula. Assim, qualquer objeto pode ser visto como fonte de reflexão, desde o tronco de prender escravos em exposição no Museu do Ceará até o copo descartável que faz parte do nosso cotidiano. O tronco, com toda sua carga dramática, abre inúmeras possibilidades de estudos, não somente sobre o nosso passado, mas também para questionarmos a história dos instrumentos de tortura no presente. Da mesma forma, o copo descartável pode servir de material para uma infinidade de estudos sobre a sociedade de consumo na qual estamos inseridos e sobre a qual temos pouca consciência histórica.¹²

Mas temos um problema aqui. Infelizmente esse tipo de análise proposta não se realiza em outros lugares, já que não temos o hábito de perceber o objeto além do seu caráter funcional. Vivemos rodeados por eles, mas quase nunca refletimos sobre eles, o que dificulta a nossa percepção. Por isso, Régis Lopes fala da necessidade do desenvolvimento de programas de alfabetização museológica que tenham o intuito de sensibilizar o visitante diante do que está sendo exposto. Da mesma forma que exercitamos a leitura das palavras, precisamos exercitar a leitura dos objetos. É nisso que consiste a alfabetização museológica, em analisar o objeto a partir de problemáticas, a partir de seu estranhamento, o que pode ser iniciado pelo professor ainda na sala de aula.

Os museus têm sido muito mal aproveitados como recurso didático. É comum vermos professores fazendo uso dos museus com o único objetivo de ilustrar os assuntos discutidos em sala de aula ou de reforçar o estereótipo da história tradicional, dos heróis, dos grandes acontecimentos. Se o professor está falando sobre a escravidão, a ida ao museu serve apenas como mera ilustração do tema. Não há nenhum exercício de crítica em relação ao assunto.

Assim, para exercitar a leitura do objeto, o professor pode pedir aos alunos que tragam de casa algum objeto para ser discutido em sala de aula. Levantar questões sobre a estrutura física (cor, tamanho, cheiro, época) é fundamental

12 Idem, p. 22.

para iniciar o processo de problematização da peça. Pedir que o aluno fale de sua relação com o objeto escolhido ou então que crie um enredo em torno do objeto analisado, permite ao estudante aguçar sua sensibilidade, o que facilitará uma futura visita ao museu. A alfabetização museológica deve ser uma atividade preparatória para sensibilizar a percepção. Abaixo seguem algumas sugestões de atividades, propostas pela historiadora Cristina Holanda, que podem ser utilizadas pelo professor em sala de aula:

1. Desenvolva em sala de aula, antes de chegar ao museu, atividades que propiciem o contato do estudante com diferentes objetos. É preciso que eles percebam que os artefatos podem nos fornecer muitas informações a respeito da sociedade que os produziu e se transformou a partir dos seus usos.
2. Selecione um “objeto gerador”, um objeto de inserção significativa na vida cotidiana de seus alunos, para iniciar as atividades. Levante questionamentos sobre a sua estrutura física (cor, tamanho, cheiro), quando e como foi fabricado, a sua funcionalidade atual, as vantagens e desvantagens de seu uso etc.
3. Crie situações onde o “objeto gerador” seja explorado. Solicite a criação de estórias coletivas ou individuais em que esse objeto tenha um papel decisivo. Compare esse objeto com outros que também fazem parte da experiência vivida. Peça que os alunos colem depoimentos de pessoas mais velhas sobre a utilização desse “objeto gerador” em outros tempos. Caso seja um objeto que não existia anteriormente, pergunte como as pessoas viviam sem ele, quais as mudanças observadas no comportamento dos indivíduos após a sua invenção.
4. Também discuta com antecedência o funcionamento do Museu. Leve os alunos a refletir sobre: o respeito que deve ser dedicado aos monitores que estão conduzindo a visita, pois são pessoas preparadas para o desempenho de sua função; a proibição de abrir alimentos nas exposições, para evitar danos ao patrimônio; o impedimento de fotografar, filmar ou tocar os objetos, para que os mesmos possam ser preservados adequadamente; a solicitação de falar em voz baixa para que todos possam ser escutados. Essas questões, quando retomadas no museu, serão mais bem compreendidas.
5. Estimule a participação dos estudantes no espaço museológico. Observe se eles estão prestando atenção aos questionamentos do monitor. Não permita que eles se distanciem do grupo. Ajude-os a promover perguntas sobre os objetos que estão vendo. Promover a pergunta é mais importante do que dar respostas prontas, pois aguça o debate e a consciência crítica.

6. Ao retornar para a sala de aula, desenvolva novas atividades que permitam aos alunos refletir sobre o que viram e ouviram no museu. Esse é um passo importante para que o professor avalie o aprendizado dos educandos e mensure os aspectos positivos da visita.
7. Com o amadurecimento do trabalho continuado com os objetos geradores pode-se envolver os estudantes na montagem de uma exposição comunitária, envolvendo a escola, o bairro, a paróquia etc. Fotografias, objetos diversos, depoimentos podem ser coletados para montar exposições temáticas, sobre a história da urbanização, dos movimentos sociais no bairro etc.

No entanto, é importante destacar que é preciso haver um trabalho conjunto entre o museu e a escola. Como ressalta Régis Lopes, o museu não pode ser apenas um roteiro de passeio de final de ano, mas deve fazer parte de um programa educativo mais amplo, incluindo a questão das visitas monitoradas e a relação do museu com a sala de aula e outros espaços. Nesse caso, deve ser responsabilidade do museu manter estratégias de orientação para os professores, mas é necessário que haja uma grande adesão por parte das escolas, pois só assim é possível obter os resultados desejados.

Minhas reflexões sobre museu e ensino de história são fruto da minha dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, mas principalmente da minha experiência profissional de sete anos no Museu do Ceará, onde comecei como monitora e depois assumi a coordenação do Núcleo Educativo.

Desde 2001 o Museu do Ceará vem desenvolvendo um projeto educativo que se tornou referência em todo o país. Dentro de uma metodologia freireana, o museu tem baseado seu trabalho na ideia do “objeto gerador”, já discutido anteriormente. O trabalho vem se realizando de forma integrada com as escolas que o visitam, sejam públicas ou particulares. A partir do momento em que a escola agenda a visita, é oferecida ao professor uma oficina chamada *Como visitar um museu de história?*, realizada pelo Núcleo Educativo do museu. O objetivo de tal oficina é apresentar ao professor as novas perspectivas dos museus históricos, despertando-o para o potencial que o contato com os objetos pode proporcionar. Assim, o professor renova o seu olhar em relação ao papel educativo dos museus, desconstruindo uma visão tradicional que ainda se faz bastante presente.

Chegando para realizar a visita, o grupo é acompanhado por um monitor que assume a função de facilitador. A participação do mediador educativo nas visitas é indispensável, pois é ele quem tem a função de aguçar no visitante o interesse pelo objeto. Seu trabalho não consiste em ser um mero reproduzidor de

informações, pois isso as placas de identificação já o fazem. Consiste em instigar o visitante a olhar, estranhar, questionar o objeto, e iniciar a reflexão a partir de questões que, a princípio, podem parecer bobas, mas é exatamente por não as fazermos, que deixamos de questionar os objetos que nos cercam. Perguntas como “pra que serve?”, “do que é feito?”, “a quem pertenceu?”, “de que época é?” são fundamentais para iniciar um processo de problematização.

Assim, o objetivo de nosso artigo é tentar mostrar aos professores o quanto rica pode ser a visita a um museu, seja ele de que tipo for. Nesse caso, nos voltamos para a análise em torno dos museus históricos por termos um maior conhecimento em torno das questões relacionadas a esse tipo de museu, o que não desmerece o caráter educativo dos demais. De acordo com a historiadora Cristina Holanda, um Museu que se pretende educativo deve ir além das preocupações com a guarda de seu patrimônio. Precisa realizar uma análise permanente sobre a sua atuação, que inclui desde a pesquisa sobre a formação de seu acervo até o planejamento das exposições, priorizando as ações que façam emergir a discussão da pluralidade de memórias que estão nas tramas da nossa história.

Referências bibliográficas

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista. Affonso de Taunay e a memória nacional (1917-1945)*. São Paulo: Unesp, 2005.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. “Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública.” In: *Projeto História*. São Paulo: n. 17, p. 281-315, nov. 1998.

CABRAL, Magaly. “A palavra e o objeto.” In: *Cadernos Paulo Freire*. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/Museu do Ceará, 2006.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. *Museu Histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da história (1932-1942)*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Estado, 2005.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da saudade na Casa do Brasil*. Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2006. (Coleção Outras Histórias, v.49).

NORA, Pierre. “Entre História e Memória.” A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, 1993.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto – o museu no ensino de História*. Chapecó: Editora Argos, 2004.



História política na sala de aula: reflexões sobre ensino de história e poder local na educação básica

Edvanir Maia da Silveira.

Introdução

Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada.¹

A renovação da história política tem aberto um campo de possibilidades para a retomada dos estudos políticos com abertura para novos temas, novos problemas e novas abordagens para “velhos” temas. A ampliação desse campo de estudo se deveu, principalmente, à parceria da História com a Ciência Política.

De acordo com René Rémond, o político não tem fronteiras naturais, ora se dilata, ora se retrai. Essas variações obedecem às necessidades externas e refletem também as flutuações do espírito público. As tentativas de fechar suas fronteiras dentro de limites traçados para todo sempre são inúteis.² Para ele, na definição do político a referência mais constante é ao *poder*: “assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder (...)”³

Nesse sentido, é esclarecedora a assertiva de Kenneth O. Morgan sobre o objeto da história política: consiste em estudar, para qualquer corte do objeto social, como o poder é buscado, exercido, desafiado, usado abusivamente e negado. Isso implicaria, para Morgan, a abertura do historiador da política à interação, em dados momentos ou conjunturas, de enormes variedades de forças políticas, sociais, econômicas, culturais e psicológicas, bem como o uso

1 RÉMOND, René. Do político. In: *Por uma História política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.p. 442

2 Ibidem, p. 443

3 Ibidem, p. 444

de materiais documentais extremamente variados, em especial para a história contemporânea.⁴

Mas como essa renovação chega à educação básica? Em que medida os estudantes do ensino fundamental e médio têm acesso a essas novas leituras? Como o poder local é refletido nas aulas de história da educação básica?

O objetivo deste texto é discutir como a renovação da história política tem se consolidado nas reflexões acerca do poder local na educação básica e propor atividades que possam auxiliar os professores no ensino da história local.

A renovação da história política

De acordo com a historiadora Marieta de Moraes, com a renovação historiográfica proposta pela Escola dos *Analles* e as gerações que se seguiram, a história política foi duramente criticada. Na contramão dos novos debates, a história política se configurava com a história típica eventual, superficial sem articulação dos eventos com as causas mais profundas. Sua atenção se concentrava nos grandes personagens, negligenciando as multidões trabalhadoras.

Ela acrescenta que esse quadro foi lentamente se alterando a partir de alguns fatores externos e internos. As crises que desregularam as economias liberais acabaram por alargar o raio de atuação do Estado com a implementação de políticas públicas que interferiam no curso da economia. Internamente, as duras críticas recebidas acabaram por estimular reflexões dentro da própria disciplina, apontando para sua renovação e a aproximação com outras disciplinas como a ciência política, a antropologia, a sociologia ou a psicanálise, que abriu campos e trouxe novos aportes.⁵

A parceria com a ciência política é uma das mais profícuas, permitindo que o tema da participação na vida política ocupe um espaço fundamental na história:

os estudos sobre processo eleitoral, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais tem se expandido constantemente. Os contatos com a sociologia, a linguística e antropologia também tem frutificado através do desenvolvimento de trabalhos sobre a sociabilidade, análises de discurso e história da cultura.⁶

4 MORGAN, Kenneth O. *Apud* CARDOSO, Ciro Flamarion. *A história política e a tentação culturalista*. S.n.t. p. 11-14.

5 FERREIRA, Marieta de Moraes. "A nova "velha História": o retorno da história política." In.: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992/10 p. 267

6 Idem

No Brasil, segundo a historiadora Angela de Castro Gomes, não é à toa que a década de 1970 elegeu o tema da política como seu centro nervoso, expandindo o entendimento de política e incorporando à história definitiva e legitimamente o tempo presente como um período primordial de análise.⁷

Toda essa literatura, grosso modo, gira em torno da compreensão do fenômeno do autoritarismo no país, movida pela necessidade de entender o golpe de 1964 e as causas do colapso do regime liberal-democrático instaurado pela constituição de 1946. Por conseguinte, ela assume uma perspectiva histórica nítida, já que não só era inviável pensar as características do regime militar sem um retorno ao pré-64, como era evidente que as bases do autoritarismo brasileiro deitava raízes profundas nas formulações e experiências de períodos anteriores, com destaque para o Estado Novo (1937-1946).⁸

A autora ressalta que, não por acaso, duas das instituições mais importantes sobre o estudo do presente foram criadas nos anos 70: O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro (1973) e o Arquivo Edgard Leuenroth na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em São Paulo, 1974.

Nesse denso campo de estudo que é a produção acerca do tema na história do país, a autora conclui que importa assinalar que em toda a sua diversidade, esta é uma grande reflexão sobre a construção da identidade nacional brasileira, que não pode ser empreendida independentemente de uma reflexão sobre o processo de construção do nosso Estado Nacional. Provavelmente por isso, mais recentemente têm surgido textos que se concentram em tratar de ideologias políticas, em analisar mitos político/científicos e, inclusive, em pensar uma cultura política brasileira: “A forma como os cidadãos de um país experimentam a política – seus valores, seus medos, sua memória coletiva e suas expectativas – pode dizer muito sobre a sociedade em que vivem e sobre o “lugar” que nela têm ocupado os intelectuais.”⁹

Historiografia cearense

Durante muito tempo a *política* no Ceará também foi objeto privilegiado de sociólogos e cientistas políticos. Mas, nas últimas décadas os historiadores têm

7 GOMES, Angela de Castro. “Política: história, ciência, cultura etc.” In.: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1996 -17 p. 65

8 Ibidem.

9 Ibidem, p. 79

“resgatado” esse objeto ao seu fazer, aumentando substancialmente a produção na área. No noroeste cearense a Universidade Estadual Vale do Acaraú é a principal referência; no seu Centro de Ciências Humanas é possível encontrar artigos, monografias, dissertações e teses, produzidas por estudantes e profissionais da Universidade ou formados por ela; no curso de História o grupo de pesquisa *História e Cultura Política*, sob minha coordenação, vem contribuindo de forma significativa para o aprofundamento do tema. O grupo promove encontros mensais para discussão de textos; apresentação de trabalhos em eventos; publicação de artigos em revistas científicas e produção de monografias. Recentemente duas monografias foram defendidas por pesquisadores do grupo: *Os Comunistas em Sobral-CE (1940-50)* de Ricardo Luiz Martins e *Manda brasa na Arena: práticas e representações do Bipartidarismo em Santana do Acaraú-CE (1966-79)* de Rafael Júnior dos Santos.¹⁰

Contudo, é preciso reconhecer que ainda é muito escasso o número de publicações. A falta de apoio institucional dificulta sobremaneira a divulgação dessas produções. O livro *A ditadura civil-militar em Sobral*, organizado por mim e pelo historiador João Teófilo é uma coletânea dos principais trabalhos sobre o tema, que só em 2017 conseguimos tornar público. Outra contribuição importante para publicização dessas produções tem sido a coletânea *Nas Trilhas do Sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará*, que em 2017 publicou sua quarta edição, reunindo trabalhos de pesquisadores do interior, de diferentes regiões do estado.¹¹ A realização do *I Encontro Nacional de História Política* em Fortaleza-CE, promovido pelo GT de História Política da ANPUH em 2015, também foi uma ação importante para divulgação e aprofundamento do tema.

Ensino de história e poder local

Maria Toledo no seu estudo sobre o ensino de História, nas séries fundamentais, afirma que, a história local e do cotidiano é o núcleo dos estudos históricos nesse período da escolaridade das crianças brasileiras. Para o desdobramento metodológico desse núcleo, a construção da historicidade do local deve-se realizar por intermédio das atividades professorais (de pesquisa e ensino) com a participação dos alunos e seus familiares. Por meio dessa ação, espera-se que o conceito de localidade “assuma uma materialidade espacial de relações sociais vivenciadas”.¹²

10 O grupo sob minha coordenação reúne estudantes e professores em encontros mensais no Centro de Ciências Humanas – Universidade Estadual Vale do Acaraú.

11 A coletânea é uma iniciativa de professores da UVA e da Educação Básica do município de Ipu e Sobral-CE.

12 TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. “História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história.” In.: *Antiteses*, vol. 3, n. 6, jul-dez de 2010, pp. 743-758. <http://www.Uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>

A história local, visível como proposta para o ensino de História e aceita em boa medida entre os envolvidos com o tema, pode permitir romper com a história tradicional e superar, em qualidade de saber histórico, os *Estudos Sociais*, uma vez que permite romper com as práticas de transposição de conteúdos pré-estabelecidos para o estudo regulado do passado nacional. Entende-se, no entanto, que a história local carece de estudos acadêmicos mais especificamente voltados para esse “tipo” ou “abordagem” da escrita da história e para compreensão de como se relaciona teoricamente com o ensino escolar.¹³

Sobre o conceito de história local, ela apresenta duas teses principais, a primeira, a história do lugar vinculada à história regional ou micro-história. A segunda, a história local como estratégia ou método de ensino que articula o cotidiano, o local ao nacional. A autora apresenta, portanto, algumas características básicas da história local:

1. É uma história que parte do presente para o passado;
2. É mais qualitativa do que quantitativa;
3. É mais limitada na ambição de generalizações;
4. É mais concreta, buscando aproximações com o cotidiano e o conhecimento empírico;
5. Tem caráter mais monográfico, mas atento à teoria e ao método.¹⁴

Ao discutir a história local como estratégia para o ensino de História, Luis Alberto M. Alves¹⁵ diz que não se trata de deslocalizar os conteúdos científicos, mas de relocalizar o saber científico a serviço de uma globalização, que ele conceitua como um reaproveitamento da globalização para preservação do traço identitário local. Ele acrescenta que a utilização de forma apropriada da Localidade pode constituir um fator essencial à motivação para os conteúdos e o exercício da cidadania:

[...] a localidade, seja num componente testemunhal seja na arquitectónica pode constituir um exemplo privilegiado de nosso passado, que aproxima o professor ao aluno, que o enraíza no seu espaço, que o forma criticamente no exercício da sua cidadania e que o aproxima do saber histórico.¹⁶

13 Ibidem.

14 Ibidem, 10.

15 ALVES, Luis Alberto Marques. “A história local como estratégia para o ensino de História.” In: *Researchgate*. Lisboa: University of Porto, 04 de março de 2014. p 65-72.

16 Ibidem, p.68-69.

Em pesquisa recente desenvolvida por estudantes dentro da disciplina de História do Ceará II,¹⁷ constatou-se que os conteúdos de história do Ceará não fazem parte do currículo da maioria das escolas do noroeste cearense, em nenhum nível. Os raros casos em que tais conteúdos são explorados são nos aulões¹⁸ dirigidos a candidatos a exames vestibulares, que ainda cobram esses conhecimentos. Outro exemplo são professores que por conta própria inserem tais conteúdos nas suas aulas, nem sempre com uso de material didático.

No caso da história do município a deficiência é ainda maior. Os raros momentos de estudo da história local, constatados na pesquisa, ocorrem na semana do município, quando os estudantes são estimulados a pesquisar a história da cidade, quase sempre focados na origem do lugar ou nas personalidades que “marcaram” a história do município. A fonte é na maioria das vezes sempre uma apostila produzida por um memorialista ou autodidata, depositada na biblioteca da escola, que é consultada ano após ano sem nenhuma revisão.

Entre os principais argumentos para a negligência da História do Ceará na educação básica, estão a não inserção dela no currículo e a falta de material didático. Se considerarmos o número de profissionais com formação universitária, essa reclamação pareceria fora de lugar, se não soubéssemos que a produção acadêmica ainda fica muito restrita às secretarias dos cursos e bibliotecas das universidades. Além do mais, essas produções são escritas numa linguagem que não atende ao grande público, muitas vezes nem mesmo os autores desses trabalhos, que se tornam professores da educação básica, conseguem fazer uso do seu texto na sala de aula.

O acesso do grande público à produção acadêmica é ainda um assunto em constante debate. Não é fácil traduzir conceitos teóricos densos para uma linguagem mais didática, a chamada *transposição didática*, especialmente para crianças e adolescentes. Alguns conseguem fazer isso com muita maestria, mas essa não é a regra. Já propus esse desafio para vários estudantes, que não levaram à frente. Eu mesma não perseverei o suficiente para executar o projeto.

Aqui no noroeste cearense são poucos os livros didáticos sobre história local em uso na educação básica dos municípios. O mais antigo é o de Sobral - *Descobrimo e construindo Sobral – conhecimentos de Geografia e História*, de autoria da geógrafa Isorlanda Caracristi e da historiadora Giovana Saboya, publicado pela Editora Demócrito Rocha, Fortaleza, 2004. Uma segunda publicação, também englobando História e Geografia foi feita em 2011,¹⁹ *Construindo Sobral*, de autoria de Lidia Santos, Nicolai Araújo e Roberto Galvão. Sob o patrocínio do IPHAN, as obras contemplaram as cidades com patrimônio tombado em

17 Atividade de avaliação desenvolvida na disciplina de História do Ceará II, no sétimo período do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, concluída em janeiro de 2017.

18 Aulas-show ministradas para grande plateia em períodos próximos às provas de exame vestibular.

19 SANTOS, Lidia Noemia; ARAÚJO, Nicolai Vlademir Gonçalves de; GALVÃO, Roberto. *Construindo Sobral – Ensino Fundamental I*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011. (Projeto Infância e Patrimônio).

Sobral, Viçosa do Ceará e Aquiraz. No mesmo ano, foi publicado o de Cruz, *História D'Aqui- um lugar para nossa História na escola*, de Gleiciane Freitas. Outros dois já foram construídos, mas se encontram ainda no prelo, o do município de Camocim, *Historiando Camocim*, de autoria dos historiadores Carlos Augusto P. dos Santos e Gleiciane Freitas, e o de Santa Quitéria: *História – Santa Quitéria*, de Humberto Sales, Fernando Araújo e Jardson Rodrigues. Não tenho conhecimento da existência de outras obras noutras regiões do estado. No campo da História do Ceará, as obras do historiador Airton de Farias, agora com a parceria de Gleiciane Freitas, ainda são as principais referências.

A Universidade avançou quando tornou obrigatória a produção de monografia como requisito para conclusão dos cursos de licenciatura. Isso dá ao futuro professor habilidades e competências acerca dos caminhos e instrumentos para produção do conhecimento, que é fundamental para um profissional da educação. Outra contribuição importante para que esse conhecimento chegue às escolas foi a criação das disciplinas: *Ação educativa em Museus*, *Ação educativa em Arquivo*, *Educação Patrimonial*, *Oficina de Instrumentos didáticos*, *Prática em História e novas tecnologias*, além de várias disciplinas de estágios que permitem ao formando instrumentalizar-se para o exercício da disciplina de História. O acesso a arquivos, museus e outros espaços de memória abrem portas importantes para o conhecimento da história local pelo futuro professor. Entretanto, tudo isso parece ainda não ter sido suficiente para o estudo efetivo da história local nas escolas.

Se as reflexões da academia não chegam à educação básica, o ensino não avança. Os estudantes que chegam a Universidade muitas vezes vêm como o mesmo nível de conhecimento com que os seus professores vieram décadas atrás, retardando a renovação do conhecimento histórico.

Salientamos, todavia, que apesar de promover importante formação, a Universidade não é a única produtora de conhecimento. É possível construir já na educação básica o conhecimento da história local, mesmo que por outros caminhos. Elencamos a seguir algumas sugestões de atividades relativas ao estudo do poder local que podem instrumentalizar o professor de História na sua jornada do ensino de história local.

A política na sala de aula - propostas de atividades

O filósofo e educador Mário Sérgio Cortella, discorre sobre como abordar a política em sala de aula. Para ele, política e cidadania têm o mesmo significado e devem ser trabalhadas juntas, têm a ver com a noção de comunidade, convivência. O primeiro passo seria não impor esse assunto teoricamente, mais vivenciá-lo na prática.

Outros profissionais sugerem que é fundamental que o professor, mesmo quando lhe é solicitado seu posicionamento, permita e aceite os demais posicionamentos. Criar oportunidades para o debate, a pesquisa e os seminários, é uma forma de estimular o pensamento crítico, o respeito e a tolerância entre ideias e opiniões diversas. No entanto, há a necessidade de adaptação e adequação do tema aos diferentes níveis de escolaridade dos alunos. A orientação é que os alunos das séries finais do ensino fundamental, por exemplo, são mais receptivos às questões ligadas à tolerância e respeito às diferentes opiniões, assim como a abordagem histórica e filosófica da política é mais indicada aos alunos do ensino médio.²⁰

Para Cortella, conceitos como o de Ética devem estar presentes, desde a educação infantil, por meio de exemplos, como estes:

Aquilo que se mostra, por exemplo, na educação física. Jogos cooperativos em vez de fazer só competição. Ter um momento para as crianças da educação infantil, do brinquedo partilhado, do lanche coletivo. Tudo aquilo que vai moldando valores de **convivência**, que não precisa ser colocado teoricamente.²¹

O autor conclui que, apesar de algumas pessoas depositarem no professor o poder de doutrinar seus alunos, a psicologia e a pedagogia demonstram que os alunos já trazem suas opiniões e posicionamentos da família, da mídia e de todos outros ambientes de sua convivência. No entanto, eles são capazes de se expressar e conviver com as divergências quando encontram um ambiente em que são respeitados os princípios de ética e cidadania, em que não são impostos a eles uma maneira única de pensar.

Entre as sugestões de atividades dirigidas à sala de aula a *história de vida*, proposta para discussão de diversos temas, é a primeira porta para discussão deste tema. Fazer o estudante se perceber no processo político, mesmo que ele não tenha participação ativa é fundamental para fazê-lo refletir sobre as práticas políticas à sua volta, seja na família, na comunidade ou em outras instâncias. O professor pode sugerir que os estudantes escrevam suas histórias individuais relacionando-as com a política: como a minha família participou da política ao longo da vida? De que forma a relação da minha família com a política interferiu na minha vida? As minhas escolhas políticas são divergentes das escolhas da minha família? Elas mudaram ao longo do tempo? Como percebo a gestão da minha cidade? O resultado dessa atividade pode ser publicado por meio de produção de vídeo/documentário.

20 CORTELLA, Mário Sérgio. *Apud.* Como abordar política em sala de aula. www.canaldeensino.com.br. Acesso em 16 de fevereiro de 2017.

21 *Ibidem.*

A *história dos partidos políticos* é um tema muito pouco explorado, considerado mesmo árido. Segundo Rémond, se há um tema essencialmente político é o dos partidos. A relação com o político está na sua essência, cuja formulação pede de maneira quase mecânica, como um complemento obrigatório, o epíteto político.²² “Os partidos são políticos porque a têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder”.²³

Construir essa história situando o próprio município pode ser uma atividade instigante. Quais partidos já existiram? Quais famílias estão envolvidas? Quais os mais duradouros? Quais os que mais assumiram o poder local? Há lideranças no município que ultrapassam a esfera local? Pedir que eles entrevistem pessoas; busquem fotografias; dados eleitorais no site do TRE; documentos de câmara e prefeitura. Líderes políticos podem ser convidados para entrevista em sala. Esse exercício pode despertar nos estudantes o interesse pela compreensão do tema: conceitos, ideologias, práticas políticas.

Já o fenômeno eleitoral, apesar de se identificar com a política tem outras aplicações além das políticas. As sociedades acadêmicas, clubes, entre outras organizações, recorrem a esse método para preencher as vagas que a morte abre em suas fileiras, sem por isso se tornarem instituições políticas, mesmo que as campanhas assumam aspectos políticos, diz Rémond.²⁴ As *campanhas eleitorais* podem ser uma pesquisa mesmo divertida sem perder a oportunidade de reflexão. Pedir que os estudantes escolham um grupo político, ou uma eleição específica e busquem músicas de campanha, codinomes dos candidatos, slogans, charges, cartazes e apresentem em forma de seminário ou exposição, problematizando as ideias, projetos, símbolos e discursos. O professor pode sugerir que eles observem qual a concepção de política do candidato; quais as semelhanças e diferenças entre os partidos que participam da coligação; quais os argumentos dos apoiadores na propaganda do candidato; qual o índice de popularidade dele. Há uma identificação do candidato com o seu grupo político? Quais os materiais de propaganda? Como são administrados os conflitos com os opositores? O professor pode refletir sobre as estratégias das campanhas, as relações dos candidatos com os eleitores, a coerência entre discurso e prática, a ética no processo político (respeito às leis, transparência nos usos dos recursos etc).

A história do executivo e do legislativo também está muito presente na vida dos cidadãos, embora nem sempre compreendido o seu papel. A turma pode ser convidada a assistir uma sessão da Câmara; conhecer alguns documentos produzidos pela instituição (projetos de leis, atas, código de posturas etc); ma-

22 RÉMOND, Op. Cit. p. 441

23 Ibidem p. 444

24 Ibidem.

pear todas as secretarias e suas funções; entrevistar antigos gestores ou legisladores; coletar fotografias dos diferentes prédios ocupados por essas instituições. Os resultados podem ser apresentados em forma de exposição. Esses são exemplos de velhos temas que podem ser explorados sob novos olhares.

Outras organizações sociais de fundo político também podem ser estudadas. Os sindicatos, por exemplo, estão presentes em quase todas as cidades. O estudo deve iniciar sempre por meio de trabalho de pesquisa dos estudantes. O professor propõe um roteiro de investigação e os estudantes vão a campo. É importante começar sempre pela família: meus pais já participaram de algum sindicato? Conheço algum parente ou vizinho que é filiado? O que eles acham dos sindicatos? Já ocorreu alguma greve de trabalhador na cidade? Como se dão as disputas eleitorais dentro dos sindicatos?

Algumas cidades contêm assentamentos de trabalhadores rurais. Essas áreas de reforma agrária são fortemente marcadas por conflitos políticos. Compreender a constituição dessas comunidades: conflitos, lutas, conquistas, vivências coletivas entre outros fatores podem promover uma reflexão acerca dos problemas sociais do município e das alternativas políticas que foram exercitadas.

Considerações finais

É notório que a renovação da história política chegou à educação básica por meio dos livros didáticos reproduzidos em escala nacional. A presença dos trabalhadores, homens e mulheres comuns como protagonistas da História são exemplos de que as relações de poder são muito mais complexas do que a dicotomia opressor *versus* oprimido; mesmo as elites já aparecem problematizadas nos seus postos de mando.

Entretanto, ainda há um distanciamento em relação à história local. Quando o objeto faz referência ao local os conceitos e referenciais teóricos importantes não chegam à análise de tais objetos. A ausência de material didático sistematizado dificulta essa reflexão tanto pelo professor quanto pelos alunos.

As relações de poder na esfera local ganham outra dimensão. É fácil analisar o político distante, mas quando o aproximamos da nossa família, dos nossos conhecidos ganha outra conotação, pois leva a reflexão sobre as nossas próprias práticas políticas; sobre o reconhecimento das nossas contradições, limitações. Por isso a história local é uma esfera importante de análise da história política. A história da nossa cidade se constitui num laboratório onde as teorias científicas são experimentadas, aproximando o conhecimento do nosso fazer político, do exercício da cidadania.

Segue a sugestão de duas obras que podem auxiliar na abordagem da política em sala de aula:

Ensinando Política a Crianças e Adultos, de Rubem Alves, apresenta em uma linguagem lúdica, explicações acerca de como são feitas as eleições, o que é democracia, como se forma o congresso e para que serve uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Os temas são desenvolvidos a partir de analogias e citações históricas, que facilitam a compreensão e o torna indicado para todas as idades.

Quem Manda Aqui? Um Livro de Política Para Crianças, de André Rodrigues, Larissa Ribeiro, Paula Delgado e Pedro Markum é um livro sobre política, feito com crianças, para crianças. Utilizando o imaginário infantil povoado por reis e rainhas, mestres e aprendizes, o livro fala sobre as diversas formas de controle e poder. O livro é fruto de seis oficinas realizadas com crianças, em que foram compartilhadas noções sobre modos de governar e tomar decisões.²⁵

Fica a convocatória para que transformemos nossas monografias, dissertações e teses em instrumento de ensino e reflexão das histórias dos nossos lugares, da nossa gente.

Referências bibliográficas

ALVES, Luis Alberto Marques. “A história local como estratégia para o ensino de História.” In: *Reseachgate*. Lisboa: University of Porto, 04 de março de 2014. p 65-72.

ALVES, Rubem. *Ensinando política a crianças e adultos*. Curitiba: Nossa Cultura, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *A história política e a tentação culturalista*. S.n.t.

CORTELLA, Mário Sérgio. *Como abordar política em sala de aula*. www.canaldeensino.com.br. Acesso em 16 de fevereiro de 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “A nova “velha História”: o retorno da história política.” In.: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992/10 p. 267

GOMES, Angela de Castro. “Política: história, ciência, cultura etc.” In.: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1996 -17 p. 65

²⁵ Como abordar política em sala de aula. www.canaldeensino.com.br. Acesso em 16 de fevereiro de 2017.

RÉMOND, René. *Por uma História política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RODRIGUES André et al. *Quem Manda Aqui?* Um livro de Política para crianças. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2015.

SANTOS, Lidia Noemia; ARAÚJO, Nicolai Vlademir Gonçalves de; GALVÃO, Roberto. *Construindo Sobral – Ensino Fundamental I*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011. (Projeto Infância e Patrimônio).

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. “História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história.” In.: *Antiteses*, vol. 3, n. 6, jul-dez de 2010, pp. 743-758. [http:// www. Uel.br/revistas/ uel/index.php/antiteses](http://www.Uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses)



O filme e a pesquisa: que tipo de obra é essa?

Nilson Almino de Freitas.

Considerações iniciais

Quero crer que este meu relato mostra experiências comuns a muitos professores do grande campo acadêmico das humanidades nas Instituições de Ensino Superior. Penso que, principalmente, as questões que vou destacar referentes ao sistema de classificações da produção do professor da universidade, acionado para qualificar as obras fílmicas, são importantes para refletir sobre esta prática dentre todos aqueles que produzem filmes neste campo, especialmente na antropologia, área na qual costumo dizer que atuo, mas também nas demais áreas entendidas como integrantes das humanidades. Começo, então, com alguns elementos de minhas lembranças, para depois discutir sobre os sistemas de classificação de produções fílmicas, esquecendo um pouco as fronteiras disciplinares e de linguagem, sem que antes possa justificar o percurso proposto em reflexão mais epistemológica. Comecemos por um breve relato de experiência.

De alguns anos para cá, venho tentando aprender a produzir alguns trabalhos audiovisuais por meio de atividades que venho promovendo com o acervo permanente do Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas – LABOME, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. A IES citada está situada na cidade de Sobral, no interior do estado brasileiro do Ceará. O LABOME é uma espécie de arquivo público de documentos especiais (fotografia, áudio e vídeo). Tem acervo permanente produzido por projetos de pesquisa desenvolvidos, principalmente, mas não exclusivamente, por professores e alunos da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Em função de uma cultura que não valoriza a busca por acervos documentais, nem mesmo daqueles que têm como suporte a fotografia e o audiovisual, pensamos, a partir de 2009, em uma forma alternativa para uso do material que

produzimos e organizamos, para disponibilizá-lo ao público em geral. Desde 2009 venho organizando, com a equipe do LABOME e professores de vários cursos da IES, um programa de extensão designado “Visualidades”, que consiste em cursos de formação, atividades acadêmicas como conferências, minicursos e mesas-redondas, além de mostras e exposições articulando documentários, desenhos, pinturas, instalações e fotografias que expressem atividades de pesquisa. Esta atividade visa exatamente dar visibilidade ao acervo permanente do LABOME e, ao mesmo tempo, incrementar este acervo. Além disso, promove o intercâmbio interinstitucional, a produção de obras que considero acadêmicas, com linguagens diferentes da textual e a divulgação científica para um público que está fora da universidade, principalmente nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, equipamentos relacionados a políticas de assistência sociais, como os CRAS, assim como, praças e ruas de bairros periféricos, visando a democratizar a produção do conhecimento com linguagens mais aceitáveis por este público. Outros municípios da região acabam se envolvendo a partir de escolas públicas que manifestam interesse em agendar exposições de filmes. As obras no suporte audiovisual circulam por vários lugares durante a semana do evento, enquanto as demais artes visuais ficam concentradas no Centro de Ciências Humanas da UVA e na Escola de Cultura, Ofícios e Artes de Sobral, Instituto vinculado à Prefeitura da cidade. A título de exemplo, no ano de 2015, na sétima versão do evento, foram 29 lugares agendados para exibição de filmes, inclusive nas cidades de Sobral, Acaraú, Forquilha, Reriutaba e Massapê.

Na promoção desta atividade de extensão, são ofertados cursos de realização durante o ano nas linguagens envolvidas, com promoção da UVA e demais parceiros, como o SESC/Sobral e ECOA, por exemplo. Destes cursos fui aluno e atualmente sou coordenador, mas sempre procurei ser também proponente de trabalhos, especialmente de documentários, responsabilizando bolsistas de iniciação científica pela função de direção geral. Não seria uma transferência de responsabilidade, já que eles realizam o trabalho mais pesado de produção, sob minha supervisão. Entendo que, de fato, apesar de alguém ter que assumir a autoria, todo o trabalho é coletivo e compartilhado, inclusive com os personagens e interlocutores que proporcionam a realização do filme em suas várias etapas, desde a pré-produção, até a pós-produção.

Desta forma, tenho investido na formação de produtores de artes visuais, articulando esta linguagem com a pesquisa no campo das ciências humanas. Promovo a formação de diretores, sem a pretensão de formar profissionais do cinema, e, ao mesmo tempo, pesquisadores vinculados a projetos que coordeno. Entretanto, em todos os cursos, exerço a função semelhante a de um Diretor

de Produção e ajuda na montagem e edição.¹ Tenho um trabalho desenvolvido com colega de profissão, intitulado “Sobral no plural”;² média-metragem de 51 minutos, lançado em 2010 no *II Visualidades* e também apresentado junto ao meu relatório de Pós-doutorado em Estudos Culturais no Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no início de 2011, instituição com a qual estabeleci vínculo como pesquisador associado. Um segundo trabalho com minha direção foi produzido em 2013 e tem como título “Ciências Sociais UVA (1998/2013): 15 anos de curso em revista”, média-metragem de 51 minutos. Este foi produzido em função da comemoração dos 15 anos do Curso de Ciências Sociais da UVA, portanto, um filme institucional. Outros filmes institucionais dirigidos foram os que se referem à cobertura do IV, do V e do VI *Visualidades* que aconteceram respectivamente nos anos de 2012³, 2013⁴ e 2014.⁵ Também em 2014 fiz um filme chamado “Cheiros, memórias e saberes”, com Wellingta Frota.⁶

“Sobral no plural”, meu primeiro trabalho, é um filme que é resultado de uma atividade de pesquisa que desenvolvo desde 1997, quando entrei no mestrado em sociologia da Universidade Federal do Ceará. O tema tem relação com uma discussão que propõe a flexibilidade dos limites impostos pelo significado do patrimônio histórico na cidade de Sobral, tombada em 2000 como patrimônio histórico nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. A história contada para justificar esta política de preservação fala de uma “sobralidade” genérica, que presunçosamente pretende se referir a todos os “sobralenses”. Fiz o filme pensando em flexibilizar esta noção generalista, incluindo histórias plurais contadas pelos moradores da cidade, misturando a “história dos historiadores” com a dos moradores de diversos lugares da cidade, inclusive dos bairros periféricos, além de histórias daqueles que têm origem em outras cidades e que vieram para Sobral em busca de “melhores condições

- 1 Os documentários referidos são: “Cultura quadrilheira” (25’18” - 2012) de Thiago de Castro (<https://vimeo.com/76535466>), “Drama: uma arte” (22’ - 2012) de Daniele do Nascimento Rodrigues (<https://vimeo.com/album/3704024/video/78551179>), “Dom Expedito: cultura arte e expressão” (9’ - 2011) de Thiago de Castro (<https://vimeo.com/81661391>), “Sumaré: histórias, versões e gerações” (13’ 30” - 2011) de Daniele do Nascimento Rodrigues (<https://vimeo.com/album/3704024/video/84034647>), “Vida e bairro: Vila União” de Josiany Mota (<https://vimeo.com/82281116>) “Lendas urbanas, contos e assombrações” (15’ - 2013) de Sheila Ramos (<https://vimeo.com/album/3704024/video/87463437>) e “Arte e cultura na periferia” de Renato Sousa e Kélia Viana, compartilhado na pós-produção com o Movimento FOME do bairro Terrenos Novos (<https://vimeo.com/album/3704024/video/147530176>). Ainda participei na montagem e edição de “Estivado: as histórias de fé” (15’ - 2012) de Ana Janaína Alcântara Araújo (<https://vimeo.com/album/3196928/video/81630601>), “Juventude nas trilhas do primeiro emprego: não há vagas?” (12’ - 2012) de Maria Isabel Silva Linhares (<https://vimeo.com/album/3196928/video/120681065>) e “Narrando a luta pela terra” (15’ - 2013) de Eliomar Brito (<https://vimeo.com/album/3196928/video/95389502>).
- 2 O documentário teve a direção compartilhada com o professor Paulo Passos de Oliveira e está disponível no site: <https://vimeo.com/80116879>
- 3 O filme pode ser visto no site: <https://vimeo.com/76009604>
- 4 O filme pode ser visto no site: <https://vimeo.com/album/3196928/video/111774813>
- 5 O filme pode ser visto no site: <https://vimeo.com/album/3196928/video/148088370>
- 6 O filme pode ser visto no site: <https://vimeo.com/112743794>

de vida”. Os quase dezoito anos de pesquisa completados em 2015 produziram mais de 80 entrevistas integrantes do acervo permanente do LABOME, no suporte de áudio e algumas em vídeo. Quase todas estão transcritas e disponíveis para consulta. O laboratório que, como já dito, inicialmente, tinha a proposta de ser somente um arquivo público de documentos especiais, ampliou seu apoio para outros professores e alunos de graduação da UVA, assim como também ampliou seus objetivos com o Visualidades.

Após “Sobral no Plural”, acabei optando por usar o acervo também para produção de documentários que visam valorizar espacialidades da cidade que não estavam incluídas na delimitação oficial do sítio histórico. No “Sobral no plural”, ao todo, foram 17 personagens que apareceram como entrevistados no filme. Quem vê, tem a impressão que tudo se passa em um dia. No início do documentário o dia amanhece. Mostra-se a imagem dos diretores conversando sobre as diferentes histórias possíveis que podem ser contadas sobre a cidade. Logo depois, chegamos à igreja matriz de Sobral, onde o primeiro personagem é entrevistado. Depois de vários encontros, no final do filme, o sol se põe e, de modo acelerado, todo o filme retrocede até o começo, como um “flash” de lembranças. É como se 16 anos de pesquisa fossem resumidos em um dia. Logicamente que, nos dois meses de produção, captação de imagem e som, tivemos de pensar na continuidade do filme para efetivar esta proposta de que os encontros, supostamente, aconteceram em um dia somente.

Após este filme, mais sete já foram produzidos, seguindo a proposta de refletir, a partir de especialidades diferentes daquela delimitada como Patrimônio Histórico Nacional, manifestações culturais, sejam artísticas, sejam relacionadas à história do bairro ou relacionadas a narrativas sobre temas específicos escolhidos pelos diretores.⁷ A proposta é fazer uma coleção de obras audiovisuais que possam tratar do tema do patrimônio cultural descolado de visões essencialistas e superar visões homogeneizantes e genéricas do que se discute sobre a identidade coletiva que fundamenta políticas de preservação do patrimônio.

O que quero discutir neste artigo surge exatamente no momento em que começo a enviar, este e os demais trabalhos relacionados aos filmes vinculados ao tema do patrimônio cultural que coordeno, para festivais, especialmente aqueles que têm como tema central os filmes etnográficos. Ao acompanhar as listas de filmes aprovados para exibição nos festivais desta natureza, começo a perceber temas frequentes, como a questão indígena ou rituais específicos, comunidades remanescentes de quilombos e o “exótico de dentro da sociedade do antropólogo”, como festejos populares, comunidades ciganas, dentre outros,

⁷ Veja nota de rodapé número um. O último filme, nesta linha, foi compartilhado com o Movimento Social FOME em 2015 e teve como título “Arte e cultura na periferia – ACP”, de Kélia Viana (<https://vimeo.com/147530176>)

ressaltando aquilo que não se refere ao “douto” ou “erudito”, coisa que acabo fazendo também, de certa forma. É comum aos filmes premiados demonstrar que a pesquisa teve uma intensidade e um tempo longo, dando a entender que o pesquisador teve uma experiência de duração elevada no contato com seus interlocutores.

A literatura existente que trata da discussão sobre a história do campo e a especificidade da antropologia visual, ou antropologia e imagem, ou antropologia da imagem, ou antropologia da imagem e do som, ou ainda antropologia audiovisual, conta um mito de origem que varia entre os registros em desenhos dos primeiros naturalistas europeus do século XVII e XVIII nas colônias, os pintores que acompanhavam as cortes nas colônias e o nascimento da fotografia no século XIX, passando por seu uso na frenologia e antropometria. Na verdade, o que se ressalta é uma história paralela da fotografia e cinema em seus diferentes suportes e a pesquisa no campo da antropologia visual, com alguns encontros e desencontros. Esta história paralela aponta as influências das mudanças da linguagem cinematográfica no campo da antropologia e como as revisões metodológicas desta disciplina afetam na produção de filmes voltados para a pesquisa neste campo.

Nesta história de revisões constantes, alguns temas vão aparecendo e vão sendo usados para classificar diferentes tipos de obras audiovisuais: filme de ilustração, de descrição, de expressão, de explicação, cinema verdade, câmara participante, cinema intertextual, filme espetáculo, dentre outros. Jean Rouch é lembrado sempre como promotor de uma reviravolta no uso da linguagem cinematográfica, especialmente no campo da antropologia visual, apesar de o filme lembrado, “Crônicas de um verão” (*Chronique d'un Été*, 1961) mostrar personagens urbanos de Paris.

Nas demais disciplinas de Humanidades, podemos ver histórias semelhantes, fazendo paralelos entre as discussões no campo do cinema e da fotografia e as trajetórias particulares de cada disciplina. Entretanto, em nenhuma delas existe uma regra que defina uma estética que seja mais correta, apesar de haver uma disputa pela sua definição.

Gostaria de refletir sobre o sistema de classificação das obras fílmicas. Tomo de empréstimo a reflexão clássica de Durkheim e Mauss sobre o tema, indo além de seus limites analíticos, objeto de estudo e método; incluí o movimento das tensões e conflitos inerentes às relações sociais no campo de produção acadêmica, adaptando ao recorte que pretendo explorar, acrescentando nuances inexploradas pela perspectiva dos autores e ampliando a discussão, especialmente pensando na pesquisa videográfica produzida pelos pesquisadores vinculados ao LABOME. Entretanto, esta discussão só vai fazer sentido se rompermos al-

gumas fronteiras que, na cabeça de certos intelectuais, parecem claras no que se referem aos limites disciplinares e seus temas. Passo então a um preâmbulo epistemológico.

Princípios de divisão e agrupamento na produção acadêmica: antecedentes da reflexão

Sabemos que em vários campos de sociabilidade humana utilizamos sistemas de classificação articulados com nossas atividades diárias. O campo acadêmico não foge à regra, obviamente. Disciplinas são criadas e todas elas são pensadas em função de incutir, nos indivíduos envolvidos, competências variadas sobre diferentes espécies de objetos de pesquisa e ação.

Adaptando a discussão de Mauss e Durkheim, já mencionada, as obras produzidas pelas pessoas, em diferentes sociedades, são classificadas por indivíduos que se entendem como integrantes de um mesmo grupo social, fundamentados em um passado mítico. Acrescendo à reflexão dos autores, penso que esta construção é resultado de uma sinergia de relações que nem sempre são consensuais e estão em constante mutação, gerando alteridades que são mutantes e pouco previsíveis. No campo acadêmico, independente das coincidências epistemológicas existentes entre as diferentes disciplinas, é comum nomearmos áreas afins como se fossem distintas, exclusivas e independentes. O poder de nomeação é importante neste processo, pois ajuda a definir fronteiras, mas só faz sentido se o nome da área ou disciplina tiver relação com uma “tradição” intelectual eleita pelos indivíduos que se organizam e se entendem como integrantes de uma determinada formação acadêmica. Uma história é contada para justificar as diferenças, e uma lista de autores que produziram intelectualmente é lembrada como sendo o elementar para que o formando possa se entender como integrado àquela área. Acontece que estas construções passam por tensões que refletem as escolhas individuais, os jogos de vaidade, as dificuldades estruturais, o sistema de financiamento, a relação com os alunos que são disputados pelos “mestres”, a estrutura física do ambiente, os objetos e equipamentos, as relações interinstitucionais, dentre outros aspectos conectados em redes em constante construção, visando fortalecer posições e legitimar pontos de vista. Isso quer dizer que o consenso sobre o que é relevante consolidar como uma tradição de uma determinada área não pode ser visto de forma sólida e definitiva.

Como diria Latour,⁸ a ciência acaba aparecendo para aqueles que estão sendo formados nela, cheia de “caixas pretas” de onde são retirados e mostrados sabe-

8 LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

res prontos e acabados. Este dispositivo de segurança inspirado na cibernética e lembrado pelo autor se caracteriza por ser um local de armazenamento de informações onde o que conta é o que nela entra e o que dela sai. Por mais complexo que seja seu conteúdo e por mais controverso que sejam suas afirmativas, as teorias, os conceitos e o conhecimento produzido, nela acondicionados, passam a ser “o ponto de partida” ou o “porto seguro” de onde todos acham que devem partir em aventuras incertas, mas sustentadas por supostos instrumentais cognitivos sólidos. Por outro lado, isso esconde as tensões e conflitos que passam pela moral, pela discussão sobre a ética e, conseqüentemente, a política, melhor dizendo, a disputa por posições legítimas de como se deve entender a tradição e a definição de fronteiras de cada área em comparação com as demais, assim como os elementos materiais e imateriais usados para tentar consolidar estas construções. Os autores destas delimitações acabam tentando elaborar textos normativos que apontam as diretrizes gerais de cada área e tentam agenciar outros autores, laboratórios, instituições, recursos materiais e imateriais, criando uma rede em busca de adesão para seus argumentos.

Diante destas tentativas de vulgarização de uma normatização de como fazer ciência, é necessário entender que não há como saber fazê-la sem compreender algo dos bastidores do seu processo de produção. Latour⁹ pensa ser necessário trabalhar com o processo cotidiano de produção do conhecimento científico, descrevendo sua produção na prática, o que parece ser uma ideia interessante. O conhecimento pronto está visível nos livros, mas pouco se sabe sobre a ciência quando está sendo produzida no seu cotidiano, em ação, e que pode resultar nesses saberes publicados. Neste sentido, o autor propõe romper dois limites: a organização por disciplinas e por objeto. O primeiro porque limita a possibilidade de entender todos os elementos e forças agenciadas para a execução do processo de experimentação ou relação entre teoria e empiria. Limita também o entendimento das faculdades ou poderes mobilizados neste sentido, assim como as energias utilizadas, os movimentos executados, as atitudes tomadas, expressões criadas, alianças construídas com outros, posturas conquistadas no ato do trabalho científico e os bens materiais usados. E esses componentes não têm como ser entendidos como inerentes a uma área disciplinar específica. Apesar disso, a tematização dessas fronteiras é exemplar para entender as implicações sociais e políticas no campo científico que tende a formar posições e reflexões consolidadas como necessárias, sejam elas classificadas como clássicas, sejam como contemporâneas, escondendo ou escamoteando conflitos, controvérsias e dissensos.

O outro limite a ser rompido na proposta do autor é a impossibilidade de precisão na definição de cada área específica pelo seu objeto de pesquisa ou

9 Ibidem.

linguagem utilizada. Justamente porque a historicidade de sua definição mostra uma inconstância que não permite uma delimitação sólida e definitiva, principalmente quando se pensa no caso das ciências da sociedade. Qual o objeto de estudo específico da sociologia, da antropologia, da história ou da ciência política? Há diferença, na prática científica executada por profissionais de cada uma destas áreas, com relação à delimitação de um objeto? Existe uma linguagem específica que seja exclusiva de uma determinada área? Essas são perguntas que demandam ensaios arbitrários, normativos e pouco analíticos daqueles que tentam executar esse esforço de delimitação.

Neste sentido, proponho aqui um texto que serve para pensar a prática de pesquisa na universidade, a linguagem utilizada para isso e a relação desses profissionais com seus alunos de graduação no processo ensino-aprendizagem da ciência social, sem entender isso como uma prática de uma disciplina em particular, apesar de esta discussão apresentar algumas dificuldades em função da necessidade de nomeação já mencionada, como é o caso do filme, já que minha formação específica cria uma expectativa de pensar o documentário que faço como sendo etnográfico, caso queira legitimar minha obra e ter meu nome reconhecido no meio. Por isso, farei menções a exemplos da “tradição” entendida como sendo desta área. Mas procuro pensar este tipo de produção na linguagem do documentário, independente de falar de obras produzidas pelo historiador, sociólogo, antropólogo, jornalista, cientista político ou qualquer outro tipo de profissional.

O poder de nomeação, portanto, pode ser entendido de forma mais ampla enquanto mecanismo de definição de classificações, onde o “parentesco por afinidade” que identifica o grupo é definido pela disputa pelo poder, como diria Bourdieu,¹⁰ enquanto legitimação referente ao reconhecimento como autoridade, domínio de signos, do sentido e de interpretação mais relevante. Consequentemente, suas obras também encontrariam termos de classificação refletindo um “parentesco” e um lugar determinado de onde se produz. Destes limites não poderei fugir.

O filme, a pesquisa e a linguagem

Pensando o caso do programa de extensão Visualidades, entendo que ele é resultado de uma série de agências que o tornam interdisciplinar. Entretanto, percebo que há alguns preconceitos presentes na academia que ainda precisam ser superados. O primeiro deles é com relação à ideia de que o filme produzido

10 BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. in.: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & Abusos da história oral*. 3ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

no sistema de avaliação do trabalho do professor é uma obra cultural, e não, acadêmica. Há uma proeminência do texto em detrimento de outras formas de comunicação no meio acadêmico, exceto em cursos direcionados exclusivamente para linguagens artísticas. Mas, mesmo nestes, o texto ocupa um papel central.

No caso do LABOME, órgão responsável pela formação no campo do audiovisual daqueles que se envolvem com o programa de extensão Visualidades, tentamos trabalhar a relação entre produção de acervos, conservação, ética na pesquisa e uso das artes visuais como método e/ou repercussão da pesquisa. As imagens produzidas pelos pesquisadores cadastrados e formados na linguagem das artes visuais, quando estão em formato de entrevistas, são transcritas pelo próprio pesquisador e são revisadas pela equipe do LABOME, pensando a padronização elaborada para facilitar o entendimento do contexto de situação da entrevista via cadastro, padronizando o sistema de transcrição também. Depois da revisão, a entrevista é submetida à avaliação do pesquisador que se responsabiliza pela versão final a ser editada para consulta em áudio ou audiovisual. A entrevista é também impressa e preservada em arquivo PDF. As imagens adicionais são guardadas e, se autorizadas pelo seu autor, são disponibilizadas para outros usuários. As fotos são organizadas em coleções vinculadas a um projeto e a um pesquisador que preenche cadastro com as informações necessárias para organização do acervo e disponibilização para novos usuários. Todo material do acervo permanente é autorizado por aqueles que detêm os direitos autorais e patrimoniais do registro, via carta de cessão de direitos ao LABOME. Portanto, tanto o material bruto, quanto o filme são editados. Já existe um sistema de cadastro digital e um site do laboratório, mas estamos trabalhando a integração destes dois instrumentos para facilitar o sistema de consulta do acervo, via internet.

O documento que autoriza a disponibilidade do acervo permanente não é visto somente como uma forma de preservar o pesquisador de futuros processos contra a honra do entrevistado. É uma espécie de contrato onde o pesquisador se resguarda, mas também se vê na obrigação ética de não usar a entrevista contra aquele que o ajudou. Não podemos nos iludir com a ideia de que o registro por áudio ou vídeo intimida aquele que está sendo registrado, entendendo que ele poderia ser mais “verdadeiro”, se não houvesse aparelhos mediando a conversa. O aparelho faz a pessoa ponderar mais o que vai dizer, mas a sua ausência facilita a construção de narrativas livres, que podem ser muito mais enganosas, e o pesquisador acaba não tendo como comprovar a legitimidade da narrativa, caso seja contestado pelo entrevistado. Por isso, a melhor saída que sempre usamos com os pesquisadores cadastrados é o registro por aparelhos. De 2009 para cá, época da realização da primeira versão do Visualidades, o audiovisual vem ganhando mais espaço.

Em alguns casos, o filme não é o resultado do processo de registro. Ele pode ser o começo para novos projetos, pode ser a realização da pesquisa, usando o método videográfico, ou pode ser uma repercussão de projetos desenvolvidos no suporte da escrita. O próprio material bruto pode ser considerado um filme, pois, para ser disponibilizado, apesar de ser editado sem cortes, é resultado de uma agência negociada no momento da gravação pensando o que vai ser gravado, o enquadramento, o ângulo, a luz e tudo mais que é agenciado no processo de produção. O entrevistado é também agente ativo nesta negociação, mesmo em situações em que está envolvido em acontecimentos públicos e privados registrados como se fossem integrantes de rotinas diárias do “personagem”.

No caso dos filmes finalizados, temos, por exemplo, a situação do que conveniei chamar de “filme de entrada” que visa construir pontes para novos projetos. É o caso do filme “Arte e cultura na periferia – ACP”, já citado aqui. A proposta era tratar da forma como coletivos nos bairros da periferia usam a cultura e a relação com o campo político. Mostramos no filme projetos que têm fortes vínculos com a administração municipal, outros com propostas mais assistencialistas e outros com visões mais críticas sobre a relação com o poder público. Convidamos para a produção o coletivo Movimento Social FOME, que tem proposta anarquista e atua nos bairros Vila União e Terrenos Novos, em Sobral. Entretanto, houve problemas no início da produção e a participação dele se restringiu à definição do título e da montagem final, com as imagens que já tínhamos produzido. O ACP, portanto, foi um filme de entrada que favoreceu dois projetos de documentários ainda em desenvolvimento: um sobre o RAP que fala da periferia e outro sobre a visão do FOME sobre os bairros em que atuam. Ambos estão sendo produzidos com o envolvimento do coletivo, desde a pré-produção. Neste caso, a experiência compartilhada pelo documentário ACP foi fundamental para esta agenda compartilhada com o coletivo de jovens, gerando novos projetos.

Outra situação foi a do filme “Lendas urbanas, contos e assombrações”, de Sheila Ramos, já citado aqui também. O documentário resultou no Trabalho de Conclusão de Curso da aluna. O processo de produção do filme foi o “trabalho de campo” da aluna que textualizou esta experiência e trabalhou sua vivência na produção do filme e as fontes audiovisuais registradas como fontes primárias. Deste TCC surgiu o projeto dela para o Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Estes e outros exemplos mostram que a imagem técnica não pode ser entendida somente como forma de entretenimento, repercussão de trabalhos sustentados pela escrita, ou recurso didático adicional mais acessível para discutir algumas questões já pensadas através do texto. Entendo que a imagem técnica tem a potência, suscita o desejo e revela um conceito que se expressa na pro-

dução audiovisual. Não se pode entender a imagem como sinônimo de “reprodução”, ou mesmo “registro objetivo” da realidade. Ela é um registro, mas não é uma identificação fiel do acontecimento filmado, nem mesmo uma síntese de uma combinatória sintática e semântica que junta pedaços de “realidade” e tem a pretensão de mostrá-la. Aliás, penso que nem o texto tem esta prerrogativa.

Vou tomar a liberdade de refletir com Clifford¹¹ e adaptar esta reflexão que ele faz sobre o texto ao filme, já que entendo que, no processo de produção, muita coisa é semelhante. O filme, que tem a pretensão de registrar a experiência, de fato, é uma tradução desta experiência para a forma audiovisual, resultante de múltiplas subjetividades e, posso acrescentar, objetividades e constrangimentos políticos. Com o documentário, o pesquisador, ou melhor, o diretor, encena uma estratégia específica de autoridade e tenta transparecer um poder de verdade na imagem. O autor americano duvida da acentuada ênfase no poder de observação do pesquisador que supostamente tem uma postura quase que heroica na tentativa de “desvendar” a realidade. Penso o mesmo no caso do diretor do documentário. O atalho criado pelo produtor do filme é o uso de “poderosas” ferramentas estéticas que pretendem mostrar acontecimentos singulares, não só restritos à experiência do pesquisador com o contexto pesquisado, mas experiências que poderiam ter sido vivenciadas por várias pessoas, dando a entender que seu filme tem uma significação mais profunda ou supostamente mais geral. Será que o conhecimento, em qualquer suporte ou linguagem, tem profundidade?

Para Flusser,¹² existe uma diferença entre imagem tradicional, imaginação e a imagem técnica, esta última resultante, especialmente, da fotografia e, consequentemente do vídeo. Para o autor, a imagem é uma superfície que pretende representar algo. Com a imaginação, o ser humano codifica fenômenos, pensando altura, largura, comprimento e conceituação, sonho ou espírito, transformando-os em símbolos planos, sabendo decodificar o código, definindo a imagem. A imaginação, portanto, é fazer e decifrar imagens que se apresentam como superfícies, mas que, ao serem escaneadas e analisadas pela imaginação, revelam suas dimensões abstraídas.

Como argumenta Flusser,¹³ a escrita, com o tempo, passou a ser foco de “textolatria”, dando a entender que ela pode ser fiel à realidade. Este movimento teve repercussões na imagem técnica, quando ela surge no século XIX, criando-se a “idolatria”. Para o autor, com esta “idolatria”, a imagem técnica, especialmente a da fotografia e a do audiovisual, produz uma representação que se interpõe en-

11 CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

12 FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta – Ensaios para uma futura filosofia da Fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

13 *Ibidem*.

tre o mundo e o ser humano, criando o “mundo”. As pessoas passam a viver em função da imagem com o advento da fotografia e, logo após, o filme. O mundo passa a ser entendido como um conjunto de cenas, a partir da percepção de que a realidade reflete imagens e vice-versa. O ser humano esquece que a imagem técnica é um instrumento para orientá-lo no mundo, fazendo com que se perca a capacidade de decifrar as dimensões abstraídas dela própria. Esquece também que a imagem técnica é imagem de terceira ordem, pois abstrai uma das dimensões da imagem tradicional para resultar em textos. Depois, reconstitui a dimensão abstraída a fim de produzir imagens. Portanto, de fato, as imagens técnicas imaginam textos, concebem imagens que imaginam o mundo.

O problema é quando o observador entende a imagem técnica como janela e não como imagem. Entendendo a imagem técnica como conceito a ser decifrado, posso crer que ela é um instrumento potente para produção científica, já que o processo de pesquisa se faz também como na produção textual: fruto da interação em rede com vários elementos que se envolvem na experiência do pesquisador que, por sua vez, usa de sua imaginação para produção do documento audiovisual ou fotográfico que não são a expressão fiel do mundo, mas, sim, conceitos. Os textos são imagens expressas de forma linear definindo conceitos e ideias. O deciframento do texto revela imagens que significam conceitos. A escrita, portanto, como nos sugere Flusser,¹⁴ é metacódigo da imagem.

A imagem técnica, por sua vez, tem a capacidade de ilustrar o texto e “remagicizá-lo”, articulando imaginação e conceitualização. A relação entre imagem técnica e texto promove a criatividade e a hierarquia entre escrita, e a imagem técnica vai sendo redefinida. Como diz Flusser,¹⁵ os textos podem ser metacódigos de imagens, mas determinadas imagens podem ser metacódigos de textos.

Pensando nesta lógica é que a pesquisa videográfica se justifica como tendo o mesmo valor que qualquer outra forma de método ou divulgação científica, resguardando sua especificidade e, ao mesmo tempo, contribuindo para reflexibilidade própria e necessária da atividade de pesquisa. É importante ressaltar que o excesso, a velocidade, a tecnociência fazem com que a imaginação seja canalizada para fins institucionalizados, padronizados, fabricados e expostos a variações e desejos efêmeros. A crença em algo sólido e estável está diluída neste movimento. Ela também se torna efêmera, negociável e passível de trocas simbólicas “comercializadas” no cotidiano das relações. As sensações, as pulsões, os desejos passam a ser vítimas da aparência, do brilho da superfície e do fugaz. Logicamente, todo este movimento passa por mediações contextuais. Ele não é homogêneo. Porém, por sua causa, é cada vez mais difícil acreditar com

14 Ibidem.

15 Ibidem.

convicção, se determinada manifestação de indivíduos ou de grupos sociais é crença ou fantasia. Prefiro crer no poder da imaginação e na capacidade de viver inúmeros mundos possíveis.

Por isso, no LABOME fazemos a opção pela imagem técnica que estimula imagens, feita de influências também exteriores e múltiplas. A imaginação, por mais que se esforce, não consegue acompanhar de perto a proliferação exaustiva e excessiva de imagens, que, por sua vez, mostra novos horizontes todo tempo realimentando a imaginação. Neste caso, não é possível dizer que a imagem técnica dá conta de tudo, tornando-se muito mais uma concepção provisória.

É esta orientação, muito pouco pretensiosa, mas passiva de revisões constantes, que a equipe do LABOME pretende seguir ao estimular, no meio acadêmico, a produção de acervos de artes visuais.

Considerações finais

Os problemas apontados sobre o sistema de classificações no campo acadêmico que visam qualificar autores e obras nos apresentam peculiaridades que devem ser discutidas. A princípio, pude perceber que há uma história de recursos organizados ao longo das redes e conexões com pessoas, objetos, discursos e instituições, para acelerar a coesão entre elos fortes e fracos na prática científica, facilitando a mobilidade e vencendo distâncias para a construção de “fatos” significativos neste campo. Desta forma, tenta-se estabelecer as bases da análise de ações multifacetadas e complexas da prática científica. Isso porque, aqui se parte do seguinte pressuposto: a ciência é muito mais do que uma estampa que tem a pretensão de representar exatamente ou analogicamente um objeto produzido por um “saber competente”. Esta estampa deve ser importante referência para qualquer leitor, diante das necessidades construídas no campo científico de produzir não só uma obra que vá ser usada, mas também “fatos”.

Neste processo, há uma necessidade constante de denegar as práticas econômicas tanto no seu sentido estritamente comercial, quanto nas trocas e negociações materiais e imateriais ancoradas no cotidiano das relações sociais.¹⁶ Há uma ideologia do “descobridor”, “criador inspirado”, guiado por uma paixão pela sua profissão, sempre solitária em um corpo quase “predestinado” ou “iluminado” em um determinado campo de atuação. O cientista parece só dispor suas descobertas a uma convicção ou a princípios pautados em uma ética que exclui manobras comerciais e envolvimento com outros “não cientistas” em suas ações. Parece não haver manipulações, pressões sociais, troca de benefícios, re-

16 BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.

lações de vaidade ou reuniões “mundanas” com “pessoas comuns”, a não ser quando estas últimas servem como “objeto” das ações profissionais do cientista.

Outra relação que aparece como componente das práticas sociais são os agenciamentos de classificação e qualificação profissional com base em um enquadramento teórico-metodológico do pesquisador, de uma disciplina, ou ainda, do tipo de linguagem que ele usa para sua prática. É comum pesquisadores tentarem se mostrar subversivos ou inovadores pelo fato de acrescentarem à produção científica uma intenção de desvalorização de uma determinada tendência teórica e metodológica entendida como “ultrapassada”. No campo do uso da linguagem audiovisual, especialmente na antropologia, se discute muito isso. Fazendo desta forma, o cientista se vê obrigado a produzir uma obra por meio de ações científicas consagradas pelas instâncias de celebração, como a universidade, os festivais, ou congressos, por exemplo, sendo forçado a buscar um reconhecimento, apesar da cobrança pela inovação sempre entendida como estando contra uma tradição, não podendo negar o jogo e a crença na ciência que serve de fundamento para sua produção. Acontece que ele entra em um campo de disputas pela legitimação de uma versão exemplar de ciência mediante tentativa de criação de uma crença diferente, acrescida de outros elementos. Mas não poderá ter sucesso sem a base cedida pela tradição, ou o “ultrapassado”.

Desta forma, a “mágica” que ele tenta produzir buscando o reconhecimento coletivo por meio de uma possível inovação bem fundamentada ou abuso de poder contra a tradição, não é nada mais do que o coroamento que se faz com uma construção de legitimação dentro do universo de celebridades e crenças da tradição. Ao fazer um filme, um professor entendido como pertencente ao campo da antropologia visual, por exemplo, se vê na obrigação de construir redes de relação que possam ter elos fortes. Estes elos podem estar ou não no seu campo de atuação, desde que o perfil de seu reconhecimento como pertencente a uma determinada área não seja maculado. Estes elos dão sentido e valor aos argumentos de acordo com a posição diante dos conflitos construídos no campo científico.

Isso parece justificar a conservação de inúmeras correntes de pensamento que compõem a história das obras filmicas e dos textos nas ciências da sociedade. Isso pode ser melhor visualizado nos currículos dos cursos na área de Humanidades e o preconceito com relação à inclusão de novas linguagens. Sem a tradição, a “magia” do “novo” não tem eficácia e a construção de “fatos” condicionados em caixas-pretas fica inviável. A sacralização de autores só acontece porque existe a dessacralização constante pela produção da ideia de “boa” e “má” obra, dando fôlego à concorrência entre os diversos cientistas em busca de reconhecimento, praticando a inovação. Há uma dimensão também carismática por parte do “professor” neste processo de produção de crença entre os crenças do docente pesquisador no seu local de atuação.

Para se compreender esse processo é preciso analisar a ciência como elemento estruturado pela sociedade e construído em constante interação com suas tramas, tensões, movimentos e ambiguidades. A tensão entre o rompimento de fronteiras e a sua preservação e reforço, portanto, não é algo estranho. A ciência é socialmente construída. Desta forma, um de seus produtos, o “fato”, não pode ser entendido fora do contexto das relações sociais. Veyne¹⁷ critica a definição exclusiva de “fato” como algo que pretenda ter organização natural, que esteja pronto e que seja inalterável. O esforço do cientista, portanto, parece ser tentar reencontrar esta organização.

No caso das ciências da sociedade, os “fatos” não podem ser isolados das tramas sociais tanto no que se refere às inerentes ao objeto de investigação, quanto nas construídas na ciência em ação na relação entre o pesquisador e o pesquisado e os demais elementos envolvidos como equipamentos, ambiente social, dentre outros. Com relação ao objeto, essas tramas, nas ciências humanas, para Veyne¹⁸ são misturas pouco “científicas”, no sentido duro desta palavra, e muito humanas de relações materiais, finalidades e acasos. O cientista isola uma fatia da vida social segundo seus interesses, e os fatos aparecem com laços objetivos e importância relacional. A trama composta na narrativa do cientista, seja ela escrita, seja ela em outras linguagens, é organizada em planos diferentes, de acordo com cortes transversais e ritmos temporais distintos como uma análise espectral, pautada em um ponto de vista ou perspectiva. Desta forma, como lembra Veyne, o “fato” nada é sem sua trama. Ele não é um ser, mas um cruzamento de possibilidades de opções metodológicas do observador e sua rede de interações com pessoas, objetos e instituições, assim como acontece em qualquer outro tipo de saber inerente às relações sociais.

O analista também não pode ser visto como isolado de um contexto social de relações. Não é um solitário a refletir sobre o mundo, mas também um agenciador de redes construídas no cotidiano. O saber produzido neste processo é contingente e relativo a um tempo histórico com base em oportunidades heurísticas postas dentre as possibilidades existentes e práticas eficazes no agenciamento de redes de produção, sustentação e difusão. Nestas redes, os pesquisados são também agentes, assim como as instituições, a materialidade e a imaterialidade das relações.

A ciência, o cientista e a sua obra, desta forma, passam a ser vistos como uma realização humana, produzida por pessoas que vivem em uma cultura e em uma sociedade específica. A ciência em ação não é ensinada em manuais. Não existem caminhos melhores, normais e seguros. O processo de construção do saber científico, do “nome” do cientista e de sua obra, não é muito didático, jus-

17 VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4 ed., Brasília: UNB, 1998.

18 Ibidem.

tamente porque o contexto das relações e redes construídas acabam não tendo um modelo fixo e definitivo. Assim, como ensina Veyne,¹⁹ o mérito do cientista não é ser profundo nem descobrir a essência das coisas, mas saber julgar bem o “mediocre”, lidando com os inúmeros sentidos relativos ao tempo e ao espaço concedidos a esse termo.

Para aquele que também é professor a responsabilidade talvez seja maior do que meramente passar um conhecimento acondicionado em caixas-pretas. Mais do que supor que sabe talvez ele deva mostrar que todo aprendizado teve uma forte carga de experiência prática. Ele teve que lidar com os condicionantes sociais envolvidos no processo da ciência em ação, assim como produzir no campo científico, respeitando a sociologia de sua cultura, como acontece com qualquer pessoa ao lidar com instituições e saberes componentes da sociedade.

Por isso, a importância do trabalho com audiovisual passa a ser uma variável a considerar. Especialmente na realidade em que vivemos, na qual a maior parte da população não gosta de ler. Fora do mundo acadêmico a linguagem do audiovisual e da fotografia ganha mais adesão, favorecendo e fortalecendo redes de reciprocidades que ajudam no processo de interação entre saberes diferentes. Por serem conceitos, as imagens fazem as pessoas pensar. Não são meras reproduções visuais da “realidade”. São pontos de vista que promovem a reflexão. Fora dos muros da universidade, o texto é redefinido e, na linguagem da imagem técnica, vai ganhando sentido dentre aqueles que não têm o costume da leitura. Não estamos propondo no LABOME e no programa Visualidades uma substituição, mas uma interação melhor entre as linguagens diferentes, sem hierarquias e sem fronteiras estanques e rígidas. A obra produzida pode ser rígorosa no que se refere ao método, mas não pode ser rígida. A rigidez vai contra a criatividade e a imaginação. Vale a pena pensarmos nisso.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. in.: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & Abusos da história oral*. 3ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

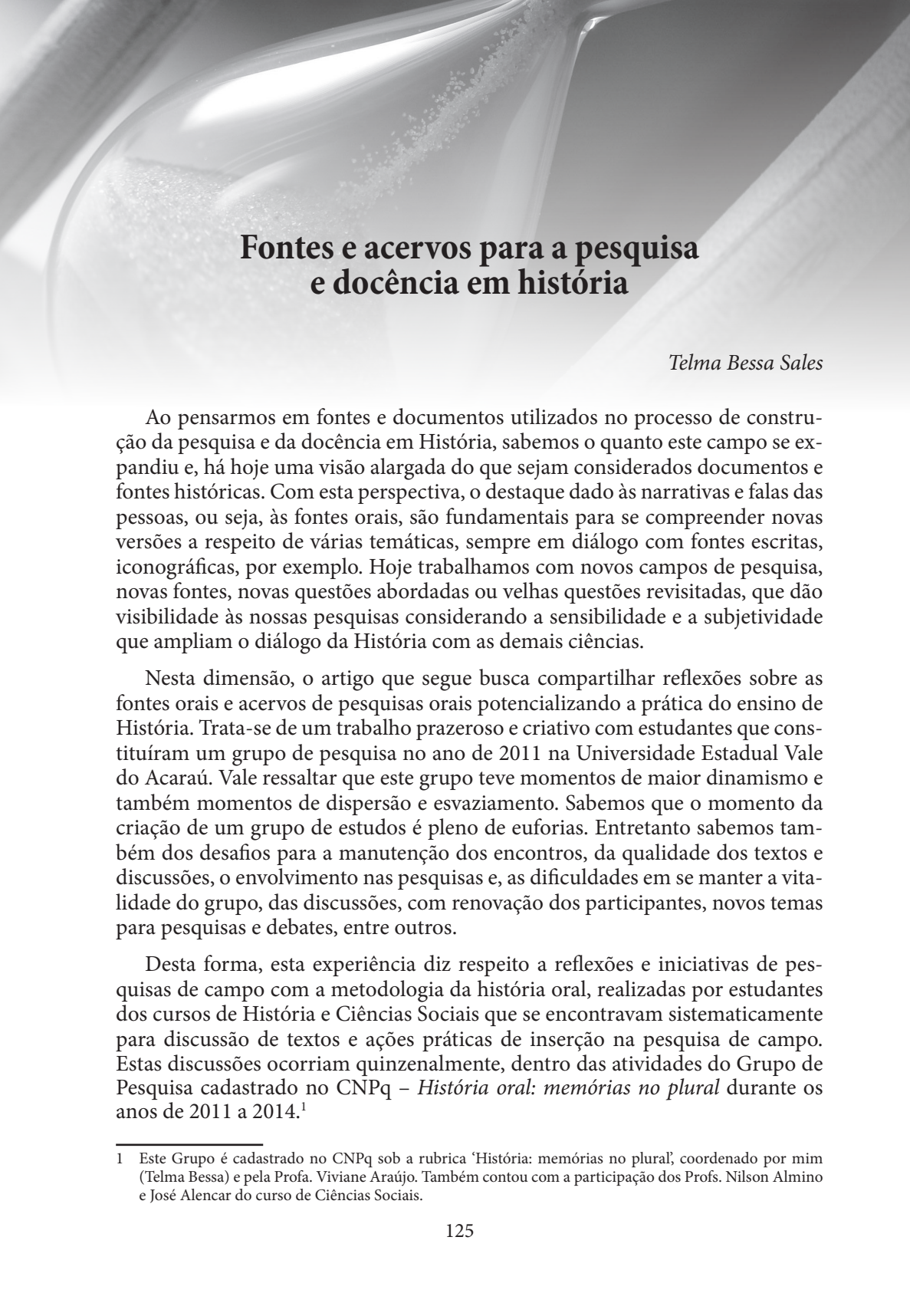
DURKHEIM, E.; MAUSS, M. “Algumas formas primitivas de classificação.” In: RODRIGUES, J. A. (Org) *Emile Durkheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1981. Segunda Edição, pp. 183/203.

¹⁹ Ibidem.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta* – Ensaio para uma futura filosofia da Fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4 ed., Brasília: UNB, 1998.



Fontes e acervos para a pesquisa e docência em história

Telma Bessa Sales

Ao pensarmos em fontes e documentos utilizados no processo de construção da pesquisa e da docência em História, sabemos o quanto este campo se expandiu e, há hoje uma visão alargada do que sejam considerados documentos e fontes históricas. Com esta perspectiva, o destaque dado às narrativas e falas das pessoas, ou seja, às fontes orais, são fundamentais para se compreender novas versões a respeito de várias temáticas, sempre em diálogo com fontes escritas, iconográficas, por exemplo. Hoje trabalhamos com novos campos de pesquisa, novas fontes, novas questões abordadas ou velhas questões revisitadas, que dão visibilidade às nossas pesquisas considerando a sensibilidade e a subjetividade que ampliam o diálogo da História com as demais ciências.

Nesta dimensão, o artigo que segue busca compartilhar reflexões sobre as fontes orais e acervos de pesquisas orais potencializando a prática do ensino de História. Trata-se de um trabalho prazeroso e criativo com estudantes que constituíram um grupo de pesquisa no ano de 2011 na Universidade Estadual Vale do Acaraú. Vale ressaltar que este grupo teve momentos de maior dinamismo e também momentos de dispersão e esvaziamento. Sabemos que o momento da criação de um grupo de estudos é pleno de euforias. Entretanto sabemos também dos desafios para a manutenção dos encontros, da qualidade dos textos e discussões, o envolvimento nas pesquisas e, as dificuldades em se manter a vitalidade do grupo, das discussões, com renovação dos participantes, novos temas para pesquisas e debates, entre outros.

Desta forma, esta experiência diz respeito a reflexões e iniciativas de pesquisas de campo com a metodologia da história oral, realizadas por estudantes dos cursos de História e Ciências Sociais que se encontravam sistematicamente para discussão de textos e ações práticas de inserção na pesquisa de campo. Estas discussões ocorriam quinzenalmente, dentro das atividades do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq – *História oral: memórias no plural* durante os anos de 2011 a 2014.¹

¹ Este Grupo é cadastrado no CNPq sob a rubrica 'História: memórias no plural', coordenado por mim (Telma Bessa) e pela Profa. Viviane Araújo. Também contou com a participação dos Profs. Nilson Almino e José Alencar do curso de Ciências Sociais.

Foi possível perceber dentro e fora da sala de aula o interesse, a dedicação e o compromisso deste grupo, que desenvolveu estudos e pesquisas diversas durante os três anos acima citados. Foi se tornando clara a demanda e o desejo dos estudantes em conhecer melhor a realidade por eles vivida, as problemáticas sociais vivenciadas pelos sujeitos sociais definidos nas pesquisas, além de compreender as narrativas destes sobre acontecimentos e registros do passado, conhecendo as próprias histórias, experiências de trabalho, de moradia, de festividades, religiosidades, lutas sociais, dentre outras possibilidades.

Foi se descobrindo então que um dos caminhos para conhecer as realidades e modos de vidas de diversos segmentos da população seria a utilização da metodologia da história oral. Mas podemos indagar o que é mesmo história oral e recorremos ao que diz Verena Alberti em seu artigo 'História dentro da história' presente nas páginas de *Fontes Históricas* organizada por Carla Bassanezi Pinsky: "A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador de fitas".²

De acordo com Meihy,

História Oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas".³

A partir de diversos textos fomos conhecendo as concepções de história oral e vários estudiosos como Alessandro Portelli (Roma), Alistair Thomson (Inglaterra), Beatriz Sarlo (Argentina) Yara Khoury (Brasil-SP), Carlos Sebe Meihy (Brasil-SP), Verena Alberti (Brasil - RJ) vêm nos inspirando em nossas pesquisas. Obviamente há um destaque para Portelli que esteve conosco na UVA, visitou, conheceu e dialogou com alunos e professores conforme imagem abaixo que registra o encontro com Alessandro Portelli, na ECOA, durante a Semana de História da UVA. O grupo de estudos e pesquisas participou ativamente desta programação.

2 ALBERTI, Verena. "Fontes orais: histórias dentro da história." In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

3 MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 29

Figura 1 – Prof. Alessandro Portelli na X Semana de História da UVA, 2012, ECOA.



Foto: Telma Bessa

No conjunto das pesquisas, os depoimentos são parte fundamental para o desenvolvimento de toda e qualquer análise social, política, cultural. Conforme Portelli a história oral está atrelada a processos culturais, sociais e históricos, que são problematizados por meio do diálogo com as experiências dos sujeitos, narrativas impregnadas de significações apropriadas ao longo da vida. Dessa forma, as narrativas produzidas são representações de sujeitos ou grupos, contendo lembranças e esquecimentos de um tempo passado, que são ressignificados no momento da entrevista. Como resultado, são produzidas as fontes orais, ou seja, narrativas que, formuladas intencionalmente, passam a ser analisadas, criticadas, interrogadas, contextualizadas.⁴

Com esta dimensão, vale ressaltar que,

[...]o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos so-

4 PORTELLI, Alessandro. “Tentando aprender um pouquinho”. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: *Projeto História* n. 15, São Paulo, abril de 1997.

ciais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas.⁵

Portanto, são esses sujeitos sociais que, com suas marcas, desejos, utopias, memórias, subjetividades e esquecimentos, nos conduzem a realidades sociais, contextos, variadas formas de expressões, diversas manifestações culturais, na perspectiva de uma história em construção, da valorização de ‘pessoas comuns’ e não somente santos, heróis ou tiranos como se conhece na história chamada oficial.

Sim, memórias, interpretações, religiosidade, trabalho, são palavras que falam muito dessas histórias em construção (os homens fazem sua própria história) que “para alguns, presos a conceitos-paradigmas antigos, perderiam o sentido”. As novas abordagens e os métodos trazem, por exemplo, para o cerne das discussões historiográficas a relevância dos modos de viver, de trabalho e a relação de sujeitos com a cidade, até então, sem visibilidades.

Por esse viés, procuramos com Verena Alberti compreender que a história oral se insere

Opondo-se à História positivista do século XIX, [tornando-se] a contra-História, a História do local e do comunitário (em oposição à chamada História da nação). Por trás desse movimento, estava a crença de que era possível reconciliar o saber com o povo e se voltar para a História dos humildes, dos primitivos, dos “sem História” (em oposição à História da civilização e do progresso que, na verdade, acabava sendo a História das elites e dos vencedores).⁶

Este é também o trabalho do historiador, dialogar com as narrativas, considerar a pluralidade das falas, interpretar os possíveis sentidos destas, enfim, a opção da metodologia com história oral implica relacionar dentro das várias temáticas apresentadas, as trajetórias dos sujeitos, as memórias e interpretações do vivido de cada um dos narradores interlocutores da pesquisa.

Como assinala Pollak: “A História tal como a pesquisamos pode ser extremamente rica como produtora [...] de novas interpretações”.⁷ A História está se transformando em histórias, histórias parciais e plurais. A pluralidade das narrativas, as diversas experiências demonstram que existem diferentes manei-

5 FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. “Apresentação”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. XIV.

6 ALBERTI, Verena. “Fontes orais: histórias dentro da história.” In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 157-158.

7 POLLACK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 05. Nº. 10. 1992. p. 2002-2012.

ras de viver e interpretar o vivido. Assim, é importante isto ser explicitado para que haja uma potencialização e uma maior percepção da riqueza existente nas narrativas desses sujeitos sociais.

Esta perspectiva esteve presente nas leituras e debates dos textos durante os encontros do grupo. Além das discussões em sala de aula, a dedicação aos encontros do grupo e a sede de conhecimento espriavam-se. Desde o momento da escolha e definição dos textos, traçamos uma trajetória com euforias, decepções, enfim, buscamos envolver alunos e professores para que a história oral fosse uma ferramenta dinâmica utilizada no cotidiano profissional dentro e fora da universidade com textos plurais e abrangentes.

Dessa forma, a pluralidade de temáticas e sujeitos sociais existentes nas pesquisas do grupo de estudos acima citado foi se firmando, tendo assim um leque de assuntos localizados, problematizando temáticas diversificadas como:

- a) Experiências de antigos trabalhadores da extinta fábrica de tecidos de Sobral;
- b) Condições de vida e trabalho de agricultores que se dedicam ao cultivo de carnaúbas no sertão cearense;
- c) As trajetórias de vida de agricultores de Araquém, que se mudaram para Brasília e participaram diretamente da construção desta cidade;
- d) Condições e modos de vida de moradores do bairro Lagoa, que se transformou num espaço de lazer e gastronomia, levando-os para fora do bairro, na luta por uma nova forma de vida e trabalho nos arredores de Sobral;
- e) Movimentos sociais, como o Movimento de Educação de Base (MEB);
- f) As memórias de idosos que ao longo de suas vidas foram conservando o gosto e hábito pela música;
- g) Histórias e memórias de um grupo de moradores de uma ocupação do solo urbano na cidade de Santana do Acaraú;
- h) Modos de trabalho de fábrica de calçados e tecelagem de Sobral.⁸

Gostaria de destacar a pesquisa de Cosma Araújo que realizou entrevistas com moradores da cidade de Araquém, que saíram para a cidade de Brasília na busca por melhores condições de vida e trabalho num momento de grande mobilidade social no nosso país. Trata-se dos migrantes que se deslocaram do interior cearense para trabalhar na construção da cidade de Brasília na década de 1950 atendendo ao chamado de inúmeras propagandas governamentais so-

⁸ Estas pesquisas foram amplamente discutidas em sala de aula especialmente na disciplina METEC (Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica) e alunos que não participavam efetivamente das reuniões do grupo, acompanharam as atividades do grupo de pesquisa como da visita à fábrica de tecidos.

bre as vantagens de viajar e ser construtor da cidade modelo, tão presente nos discursos do então presidente da República Juscelino Kubsticheck.⁹

As notícias da Construção da nova Capital haviam chegado aos quatro cantos do País. As possibilidades de melhores condições de trabalho e vida estimularam os trabalhadores de todos os Estados do país a migrarem para Brasília. Assim, chegavam diariamente na cidade muitos trabalhadores da mais longínqua região do país. Na pesquisa de Araújo, tivemos conhecimento do deslocamento de muitos trabalhadores da região norte do Ceará para Brasília, especialmente moradores de Coreaú (sujeitos de sua pesquisa), Sobral, Santa Quitéria, Fortaleza e Tianguá.

Dessa maneira ela nos conta: “e assim foi a chegada dos trabalhadores a Brasília: saíram de todos os cantos do Brasil, na esperança de uma vida melhor, em busca de ganhar dinheiro, de ter dignidade, de conhecer o novo”. Em seus estudos, Araújo demonstra que as narrativas daqueles trabalhadores são importantes para conhecer os seus caminhos e trajetórias, bem como amplia a pesquisa histórica, com utilização de várias fontes em diálogo com as fontes orais.

Por meio de depoimentos é possível também entender o perfil exigido aos trabalhadores para trabalharem na construção de Brasília (homens jovens, de preferência solteiros, o que implicava nas formas de recrutamento e seleção no setor produtivo de Brasília). Nas falas dos seus narradores constata que os trabalhadores *araqueenses* migrantes eram em sua maioria solteiros, mas há de considerar, embora em menor número, também houve homens casados que migraram. Uns deixaram a família no local de origem, outros as levaram.

A autora apresenta ainda questões subjetivas destes trabalhadores e chama atenção para o fato de que ao trabalhar com a metodologia da história oral, nos remetemos também aos “sujeitos ausentes”, no seu caso, agricultores conterrâneos entrevistados, que como eles, também migraram na mesma época, e estes por serem mais velhos, já não estão mais vivos, mas estão presentes nas falas dos entrevistados. Estas histórias e muitas outras estão presentes no Museu Vivo da Memória Candanga em Brasília (foto abaixo), local em que Cosma Araújo também pesquisou pessoalmente para elaborar sua monografia.

⁹ A autora desenvolveu esta pesquisa durante a graduação, fez entrevistas e filmagens com os migrantes araqueenses. Atualmente continua seus estudos com este tema no Mestrado Acadêmico em História, na UECE.

Figura 2 – Museu da Cultura Candanga em Brasília, em homenagem aos nordestinos que construíram Brasília.



Foto: Cosma Araújo.

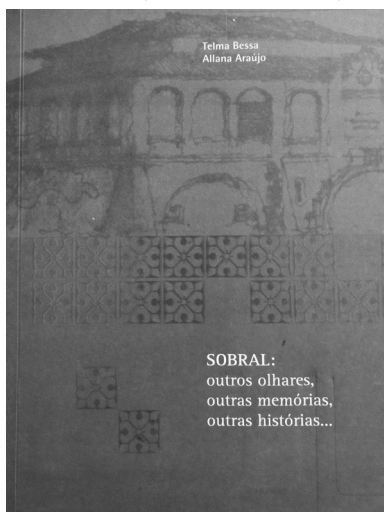
Destaco também outra pesquisa realizada sobre os antigos trabalhadores da fábrica de tecidos de Sobral. O estudo das autoras (Allana Araújo e Telma Bessa) buscou analisar, interpretar e dar visibilidade aos operários de uma indústria têxtil, a Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano (FTED), inaugurada no ano de 1895, em Sobral. A pesquisa pautada na história social, cuja metodologia adotada é a história oral, proporciona análises das narrativas dos trabalhadores. A pesquisa considera suas memórias, lembranças do cotidiano fabril, experiências no decorrer de suas vidas, e visões que se mostram de maneira singular, subjetivas, de cada um dos entrevistados.

Os significados das narrativas colhidas possibilitam discussões, um diálogo com fontes como jornais e fotografias, proporcionando a realização da pesquisa que também viabilizou a elaboração de um documentário,¹⁰ e posteriormente o livro *Sobral: outros olhares, outras memórias, outras histórias*,¹¹ conforme se vê abaixo:

10 Documentário sobre a Fábrica de Tecidos Ernesto Deocleciano: *'A vida entre tecidos, fios e nós'*. Elaborado em 2011 no processo do III VISUALIDADES UVA Sobral

11 SALES, Telma Bessa. *Sobral: outros olhares, outras memórias, outras histórias*. Telma Bessa, Allana Araújo. Sobral, CE, Instituto ECOA, 2012.

Figura 3 –Sobral: outros olhares,outras memórias, outras histórias...(2012)



Livro organizado pela autora.

Figura 4 - A vida entre tecidos, fios e nós (2011)



Documentário produzido pela autora.

Outra atividade na pesquisa de campo sobre a fábrica foi uma visita com antigos trabalhadores e estudantes ao recinto da antiga fábrica, com os operários indicando locais de caldeira, tecelagem, chegada do algodão, e outros. Nesta ocasião dialogamos e registramos este momento conforme imagens abaixo.

Figura 5 - Visita à antiga fábrica com estudantes e ex-trabalhadores da FTED, 2011.



Acervo da autora

Busca-se com a história oral dar ênfase ao conhecimento das experiências dos sujeitos, pois ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes:

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras (...), pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.¹²

Podemos desenvolver uma pesquisa com fontes orais e esta ser uma experiência transformadora tanto para o estudioso, pesquisador, quanto para o narrador, interlocutor na investigação. O compartilhamento desta experiência de grupo de estudos e pesquisas sobre história oral também é um espaço para refletir sobre o andamento de questões como: – Para onde caminha a história oral? Esta é uma nova disciplina, um método, uma técnica? Na relação ativa do passado com o presente, é importante considerar a partilha destes questionamentos e ensinamentos, pois esta é, sem dúvida, a concretização das iniciativas e organização de reflexões sistemáticas na UVA para manter um diálogo profícuo, a respeito da História oral.

Outra pesquisa em debate foi o estudo da professora Viviane Prado que desenvolveu uma reflexão sobre os movimentos religiosos e sociais na região Norte do Ceará. Eis o resumo do seu trabalho que foi apresentado e discutido no

12 THOMPSON, Paul A *Voz do Passado: História Oral*. Tradução. Lálío Lourenço de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 22

grupo pela importância do tema e dos sujeitos sociais com uma nova maneira de escrever História. A autora nos informa a respeito:

A pesquisa *O mundo também era para nós: camponesas dizem de sua vida e trabalho no Movimento do Dia do Senhor em Sobral – CE (1970-1990)* é um desdobramento de minha dissertação de mestrado, em que problematizei dois movimentos católicos da Diocese de Sobral, cidade situada ao Norte do estado do Ceará, leia-se o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento do Dia do Senhor. Com o fazer-se dessa experiência coletiva, nos anos 1970, vislumbra-se a organização de mulheres camponesas, que passaram a se reunir anualmente nos chamados *Encontros de Esposas*, lugar de afirmação da identidade feminina no Movimento, onde suas falas, angústias e sonhos ressoavam nas dificuldades cotidianas e na dura vida de privações, comum às mulheres do campo. O que pretendo problematizar nessa pesquisa é a memória sobre a organização dessas mulheres do Movimento, como também, sobre sua atuação para além deste, como na casa, no trabalho, nos momentos de lazer, ou seja, como se organiza uma memória em torno do passado vivido por algumas dentre tantas mulheres pobres do campo. A pesquisa conta com um universo de documentos escritos sobre o Dia do Senhor, arquivados na Diocese de Sobral, Ceará, bem como já tenho tal documentação digitalizada e em minha posse. Dentre os documentos destacam-se os relatórios dos encontros e reuniões dos camponeses, nos quais se pode vislumbrar a dinâmica do projeto de formação do Movimento e seus princípios norteadores, como conscientização, libertação e autonomia dos pobres. Desse manancial, enfatizo os relatórios dos *Encontros de Esposas*, que venho me debruçando, buscando dar visibilidade às ações femininas e a seu cotidiano no mundo rural, presente nesses escritos, como também, a larga utilização da metodologia de História Oral. Dessa forma, a pesquisa insere-se no setor de estudos História Contemporânea II, ao passo que dialoga com conceitos de primeira ordem para os estudos da História Social e Cultural, destacando-se as tensões de classe e de gênero.¹³

Além destes destaques, vale contar que o grupo teve um projeto de pesquisa aceito para financiamento pela PROEX. No entanto, devido a processos burocráticos os valores financeiros não chegaram.

Hoje, conhecemos algumas análises e balanços acompanhando a produção da história oral no Brasil. Para afirmarmos hoje o respeito por esta metodologia, é necessário ver como se deu este processo. Vale dar ênfase à realização do *X Congresso Internacional de História Oral*, ocorrido no Rio de Janeiro em 1998, fruto das relações e intercâmbio entre os pesquisadores brasileiros, europeus, norte-americanos.

¹³ Fragmento da tese da Profa. Viviane Bezerra, em elaboração.

Daquele congresso participaram expoentes da história oral de vários países em um diálogo de pesquisadores do Brasil e do mundo. Inclusive o Professor da Universidade de Sussex, membro do Conselho da Associação Internacional de História Oral de 1996 ao ano 2000, trata-se de Alistair Thomson, que, fazendo um balanço internacional da prática da história oral assim afirmava: “a história oral combate perpetuamente qualquer tendência para isolar a prática e entendimentos históricos da vida e das necessidades dos homens... Uma maneira de promover a conscientização, histórica e social”.

Com relação a esta assertiva, a pesquisadora Janaína Amado reitera a análise apontando a riqueza da prática de história oral no Brasil com uma importante produção a respeito dos sujeitos sociais, anteriormente à margem dos estudos históricos, quais sejam, os despossuídos, operários, mulheres, marginalizados e suas lutas sociais, enfim, uma variedade temática na história oral, utilizada por diferentes profissionais de diferentes áreas.

Um outro aspecto destacado no referido X Congresso de 1998, que apresenta avanços, foi o diálogo, sempre necessário, entre os próprios historiadores brasileiros e entre estes e os da América Latina que, sabemos, também produzem ricos estudos. Percebemos um grande esforço de diálogo entre estudiosos que, explorando variados temas, se debruçam nos estudos locais e regionais, mas também refletem sobre a História oral em sua amplitude.

Desta maneira, com debate intenso, há o reconhecimento de que há múltiplas visões, que há uma multiplicidade de memórias e de sujeitos. Estes têm experiências sociais vividas e compartilhadas que acontecem num ambiente social, num contexto mais amplo, possuem narrativas únicas que têm dimensão social. O campo de estudo da pesquisa focaliza as práticas sociais, ou seja, o conjunto das ações, e reflexões dos sujeitos sociais através de suas narrativas.

A opção de trabalhar com esta abordagem implica pensar os sujeitos sociais dentro de suas práticas, considerando suas trajetórias, bagagens culturais, relações sociais, e ainda outros aspectos. Tal perspectiva considera a pluralidade, as diferenças entre pessoas e a construção de uma história aberta e participativa, no dizer de Déa Fenelon:

Abre a possibilidade de produzir uma história que será sempre política, porque inserida no seu tempo e comprometida com ele (...) na esperança de estarmos, de alguma maneira com nosso trabalho ajudando a construir o futuro, numa perspectiva transformadora.¹⁴

14 FENELON, Déa Ribeiro. “Cultura e História Social: historiografia e pesquisa” In: *História e Cultura*. n. 10, São Paulo, dezembro de 1983.

A ênfase é dada aos processos e aos significados apresentados pelos sujeitos. As interpretações dos fatos expressam a experiência social vivida por pessoas que se relacionam, e vão além do que é estabelecido e padronizado, influenciando na construção da própria história. Nesse sentido, a opção de estudo com a história oral considera menos os eventos e mais os significados para os sujeitos. Reconhece as interpretações e valoriza as subjetividades considerando que o processo vivido não é um esquema de experiências comuns e sim um “mosaico”, em que cada pessoa é diferente da outra e se buscam as diferenças das experiências vividas internamente. A história oral se coloca, dessa forma, como um “campo de possibilidades” como nos indica Portelli: “A História Oral e as memórias não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim como [as de] um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”.¹⁵

Nessa linha de reflexão, se considera o olhar visto de dentro, e não uma análise do alto, de forma distante. Desta maneira se reconhece que existem múltiplas visões, que há uma multiplicidade de memórias e de sujeitos. Estes têm experiências sociais vividas e compartilhadas que acontecem num ambiente social, num contexto mais amplo, possuem narrativas únicas que têm dimensão social. O campo de estudo da pesquisa focaliza as práticas sociais, ou seja, o conjunto das ações, e reflexões dos sujeitos sociais através de suas narrativas.

O olhar se volta para a contemporaneidade, para o movimento social, impulsionando para a transformação do presente, com a preocupação e compromisso de atuar no tempo presente, embalados pela utopia e esperança, como aponta Sarlo:

Mais do que trabalhar novos temas e abordagens, trata-se de propô-los de forma a reafirmar a contemporaneidade e a vitalidade crítica da reflexão, entendendo que a operação histórica requer um movimento não só retrospectivo, mas fundamentalmente prospectivo, sempre colocando em causa as relações entre memória e história.¹⁶

Vale destacar ainda uma das preocupações de pesquisadores de vários países que trabalham com esta metodologia, e que se encontraram no XVIII Congresso da AIHO, em Buenos Aires, no ano de 2013:

As histórias orais têm documentado transtornos sociais e políticos, movimentos de reformas e suas reações. Como uma ferramenta democrática, os registros de história oral preservam me-

15 PORTELLI. Alessandro. “Tentando aprender um pouquinho”. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: *Projeto História* n. 15, São Paulo, abril de 1997.

16 SARLO. Beatriz. *Paisagens Imaginárias*. São Paulo, EDUSP, 1997. P. 43

mórias, percepções e vozes de indivíduos e grupos em todos os níveis e em todas as atividades. Isso levanta questões sobre o que fazer com essas entrevistas e como compartilhá-las com as pessoas e comunidades que fazem esta reflexão.¹⁷

São várias as questões a respeito das redes de significados que as narrativas podem sugerir, incentivando ações didáticas, pedagógicas, políticas. Também podem ser consideradas dentro de um processo de ação cultural de políticas públicas no sentido de veicular, tratar, preservar as memórias relativas aos espaços fabris, a estruturação destes espaços e do seu entorno, bem como os modos de vida dos que ali residem ou trabalham e como foram vivendo algumas transformações sociais durante longos anos.

Com a metodologia da história oral cada vez mais arraigada nos programas de pós-graduação do país, com um número expressivo de autores que vêm se dedicando a tais temáticas, estes acervos presentes de norte a sul do país, em certa medida, vem contribuindo com a socialização de narrativas, se constituindo também como espaço de afirmação de direitos. Sim, de certa forma, há um reconhecimento da comunidade acadêmica e da sociedade, quanto à importância destes acervos, são diversas experiências de variados sujeitos sociais, registrados através de narrativas orais, valorizadas e sistematizadas para disponibilizar ao público em geral.

Estes espaços atuam de forma simultânea na produção de conceitos e métodos específicos, alargando, assim, o universo da produção histórica nacional e a compreensão dos processos desta metodologia de pesquisa. Apresentam uma seriedade e sistematização das narrativas e fontes historiográficas, que há anos vêm ajudando alunos, todos, interessados nos depoimentos, nas histórias de vida de milhares de personagens importantes para se compreender a nossa história.

Ressaltamos aqui os centros de documentação instituídos pelas universidades. Voltados para o registro de depoimentos e experiências do passado, Laboratórios de Memória e de história oral vem se consolidando em todo país e podemos citar algumas experiências: o Centro de Informação e Documentação Científica (CEDIC), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro; o Núcleo de Documentação Cultural (NUDOC) na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza; o LABOME Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas em Sobral-Ceará, além de ONGs e fundações que também se situam nesta área, tendo em vista a experiência da pernambucana Fundação Joaquim Nabuco.

17 XVIII Conferência da IAHO – “Poder e democracia: as múltiplas vozes da história oral”. Disponível em: [www. http://www.ub.edu/historiaoral.barcelona2014](http://www.ub.edu/historiaoral.barcelona2014). Acesso em: 07/05/2014.

Não há como deixar de mencionar a experiência do CPDOC no Rio de Janeiro. O programa de história oral é ponto de partida de diversas produções do CPDOC, como textos de análise, edição de depoimentos, livros sobre temas tratados em conjuntos de entrevistas entre outras publicações. Os depoimentos cuja liberação foi formalmente autorizada pelos entrevistados encontram-se abertos à consulta, à disposição do público de pesquisadores, na forma de texto ou na forma de áudio. Também presta consultorias a diversas instituições públicas e privadas, seja para a constituição de bancos de entrevistas de história oral, seja para a montagem de programas congêneres. O CPDOC vem produzindo um acervo de depoimentos de importância reconhecida tanto no Brasil como no exterior abertas à consulta *online*.

O Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas – LABOME da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) está vinculado ao Centro de Ciências Humanas e promove a difusão de pesquisas que estão sendo desenvolvidas por professores através da linguagem visual, articulando filmes (documentários), fotografias, artes plásticas, instalações e desenhos. Consegue pautar os acervos orais de pesquisas registradas e catalogadas disponibilizadas para toda a universidade. Este laboratório faz transcrição, catalogação e armazenamento das narrativas, que podem ser acessadas por todos e, são revisitadas para o PROGRAMA VISUALIDADES. Este programa busca “promover novos usos ao arquivo de documentos textuais, orais e visuais já existentes, produzindo obras visuais que possam ser úteis para pensar o tempo e o espaço vivido; contribuir para a criação de uma política pública de produção de obras visuais tendo o LABOME, o Atelier Livre como apoio técnico e administrativo.”¹⁸

Pensando nessas narrativas e em acervos que trabalham com essa espécie de documento, além dos já citados, ligados a instituições de ensino ou não, importa indagar: – O que fazer com estas narrativas, o que nos diz esta documentação? Podemos refletir se seria uma forma de motivação para se incorporar estas falas em nossas pesquisas e, em certa medida, pensar nos caminhos diversos, cruzamentos e frutos que podem suscitar. As fontes orais podem ser consideradas uma documentação que atrai novos pesquisadores envolvendo as pessoas, os estudantes, as escolas, os segmentos sociais, para a produção do saber, estimulando o diálogo entre gerações e novas metodologias, promovendo o alargamento do conhecimento formal pensado pelos meios acadêmicos. Seria uma potência no sentido de mobilizar pessoas e espaços, a partir das memórias das famílias, dos bairros, dos locais de memórias, que significam as identidades que se constituem em espaços onde os sujeitos sociais se reconhecem.

18 Programa VISUALIDADES. Projeto elaborado sob coordenação do Prof. Dr. Nilson Almino de Freitas do curso de Ciências Sociais – UVA Sobral.

Portanto, como assinalam Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, nos interessa enfatizar que a história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas. As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história. Aí se agrupam conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico.¹⁹

Pensando nesta perspectiva, a integração e divulgação de trabalhos com diversas temáticas articuladas a dimensão social é uma realidade, além da introdução de novas questões e abordagens dentro desta sociedade com dimensão social, política, cidadã e profissional.

A história oral poderá ter uma presença no desafio de apontar novas reflexões e valores onde os sujeitos sociais, protagonistas de suas próprias mudanças, se reconheçam em espaços plurais e plenos de direitos. Sim, são sujeitos que se movimentam num ir e vir constante, pessoas que trabalham, amam, rezam, brincam e nos fazem acreditar que a política, por exemplo não acontece somente nos ‘gabinetes ou escritórios, mas também nos quintais, nas vilas, ruas’, sabendo que a história oral é precisamente um método para contestar, para dizer não a uma ideologia hegemônica/individualista, incentivando a participação popular nos acontecimentos históricos.²⁰

Mais ainda, a história oral “tem o grande mérito de permitir que fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato”.²¹ A autora parte da perspectiva de que isso ocorre, por exemplo, ao presenciar o aflorar das sensibilidades do narrador, evidenciado no sentimento de alegria, de emoção ou de pesar, ao trazer as suas experiências do passado.

Apropriamo-nos da narrativa oral, levando em conta suas peculiaridades como um enredo em que as interpretações são construídas pelos sujeitos, pois como bem acentua Khoury, a narrativa oral é:

Como um gênero específico de discurso, impregnado de interrupções, digressões, repetições, correções, constituindo-se mais como um processo do que como um texto acabado, põe em evidência o movimento da palavra, da memória e da consciência, demandando um tratamento específico, que também pode ser proveitoso no

19 FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. “Apresentação.” In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. XV

20 Este assunto foi discutido com Portelli no evento citado. *Revista Historiar* - Universidade Estadual Vale do Acaraú - v.4. n. 4 (jan./jun. 2011). Sobral-CE: UVA, 2010. ISSN 2176-3267 [www.uvanet.br/revistahistoriar] Esta questão está presente em Entrevista com Portelli. História Oral e Memórias In: *História e Perspectivas*. Uberlândia: Edufu, n. 25/26, 2001/2002 p. 45

21 ALBERTI, Verena. *Ouvir e Contar*: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004. p. 9

sentido de ampliar e modificar a noção de fato histórico e, por esse caminho, contribuir para a incorporação de outros sujeitos à história.²²

Por que escolhemos sujeitos e problemáticas sociais para estudar e, de certa forma, entender a realidade social ontem e hoje? Para nós, que chegamos ao século XXI, importa beber ainda, como uma fonte inesgotável, dos ensinamentos e reflexões de estudiosos que marcaram a historiografia contemporânea. Sim, na esteira de E.P. Thompson, Erick Hobsbawm, e outros, nos aventuramos aos desafios da construção do conhecimento a partir das experiências dos sujeitos sociais e seus respectivos processos constituintes. Estes pesquisadores e escritores sempre estiveram atentos aos ‘becos sem saídas’ ou ‘causas perdidas e os próprios perdedores’.

Na investigação dos modos de viver, amar, rezar, festejar e de trabalhar dos sujeitos, procuramos entender a pluralidade de memórias destes que se constituíram em seus espaços de trabalho, de sociabilidades e no campo do simbólico, reconhecendo-as como permeadas de valores, sentimentos e significados.

Com esta dimensão podemos revelar as múltiplas memórias sobre a vida e os modos de invenção do cotidiano destes sujeitos implicados nas pesquisas. Podemos buscar e estimular os sentidos na compreensão da história seguindo uma nova abordagem histórica multidisciplinar, apontando para uma leitura que ultrapasse os limites formais do objeto pelo objeto, de forma descontextualizada.

Entender e dar visibilidade à pluralidade de memórias de sujeitos significa potencializar os pontos de vista dos sujeitos sociais, onde, como, quando, e por que têm se modificado a si, aos seus tempos e seus espaços. Considerar novas temáticas e outros sujeitos atentando para as pulsações que brotam da realidade. Memórias ressignificadas a partir do «olhar de hoje» contemplando momentos de alegrias, revoltas, anseios, comemorações, utopias. Articular momentos do cotidiano, família, o ambiente em que moram, crescem e se firmam, sem esquecer o reforço ao diálogo interdisciplinar e os significados das narrativas que proporcionam discussões, diálogo com diversas fontes de pesquisa como jornais, fotografias, canções e similares.

Nesta dimensão, “É fundamental preservar a memória daqueles que não têm lugar nos manuais de história, salvaguardar os seus testemunhos e depoimentos”, nos diz o filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940), que defendia, como ele próprio chamava, a “história dos vencidos” ou dos excluídos.

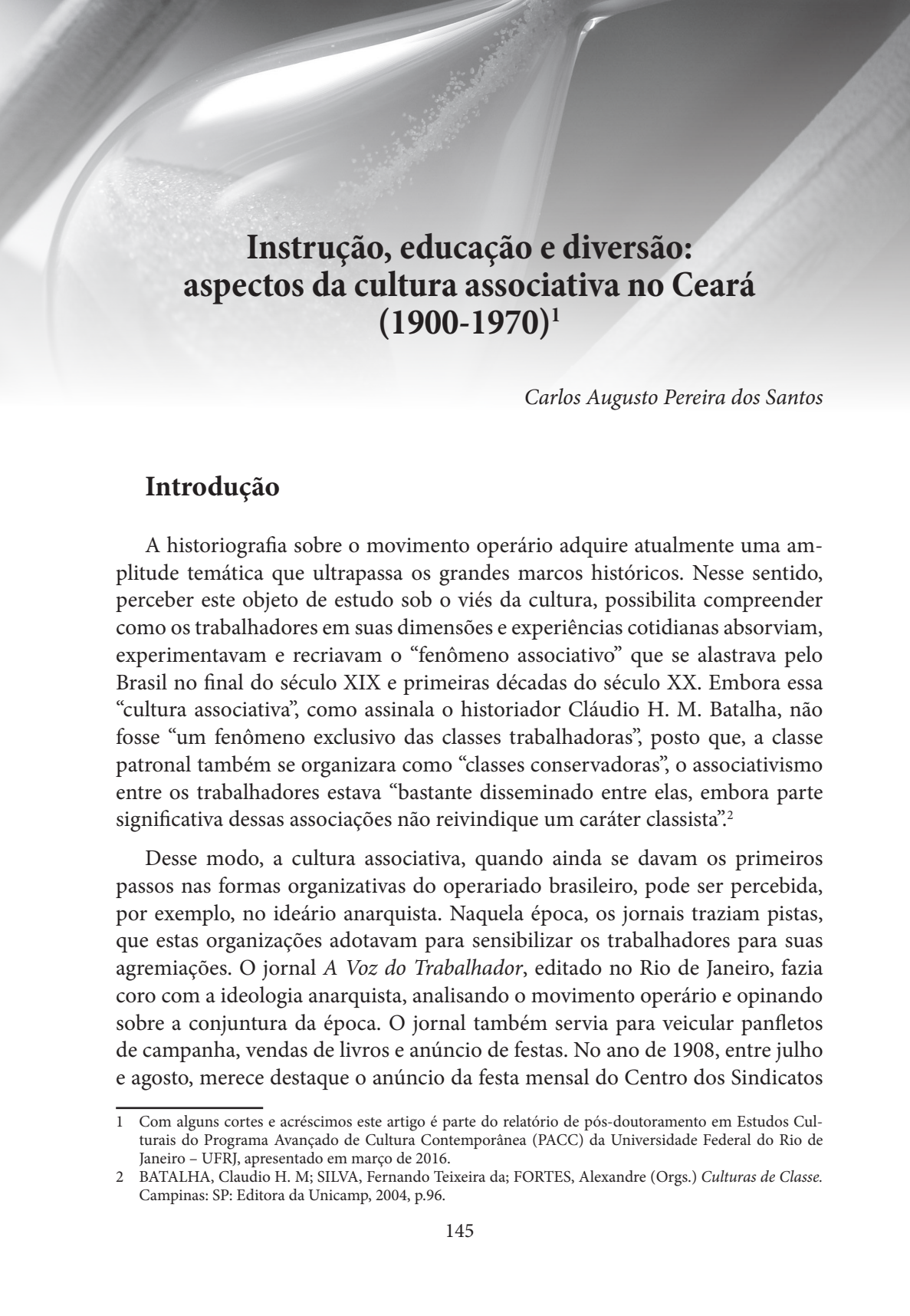
22 KHOURY, Yara Aun. “Narrativas Orais na Investigação da História Social”. *Projeto História*. São Paulo, n. 22, jun/2001. p. 8.0

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *Ouvir e Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004
- _____. “Fontes orais: histórias dentro da história.” In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *Manual de história oral*, Rio, Editora FGV, 2004
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FENELON, Déa Ribeiro. “Cultura e História Social: historiografia e pesquisa.” In: *História e Cultura*. n. 10, São Paulo, dezembro de 1983.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. “Apresentação.” In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos*. v. 1 Lisboa: Presença, 1973.
- KHOURY, Yara Aun. “Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História.” In: *Muitas Memórias, Outras Histórias*. Déa Fenelon Ribeiro, Laura Antunes (Org). São Paulo, Olho D’água, 2004.
- KHOURY, Yara Aun. “Narrativas Orais na Investigação da História Social.” In: *Projeto História*. São Paulo, n. 22, jun/2001.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- POLLACK, Michael. “Memória e identidade social.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 05. Nº. 10. 1992.
- PORTELLI, Alessandro. “Tentando aprender um pouquinho”. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: *Projeto História*. n. 15, São Paulo, abril de 1997.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias*. São Paulo, EDUSP, 1997.
- SCHMIDT, Maria auxiliadora e CAINELLI, Marlene. In *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004
- THOMPSON, Paul A *Voz do Passado: História Oral*. Tradução. Lálío Lourenço de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



Unidade III - Temas



Instrução, educação e diversão: aspectos da cultura associativa no Ceará (1900-1970)¹

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Introdução

A historiografia sobre o movimento operário adquire atualmente uma amplitude temática que ultrapassa os grandes marcos históricos. Nesse sentido, perceber este objeto de estudo sob o viés da cultura, possibilita compreender como os trabalhadores em suas dimensões e experiências cotidianas absorviam, experimentavam e recriavam o “fenômeno associativo” que se alastrava pelo Brasil no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Embora essa “cultura associativa”, como assinala o historiador Cláudio H. M. Batalha, não fosse “um fenômeno exclusivo das classes trabalhadoras”, posto que, a classe patronal também se organizara como “classes conservadoras”, o associativismo entre os trabalhadores estava “bastante disseminado entre elas, embora parte significativa dessas associações não reivindicue um caráter classista”.²

Desse modo, a cultura associativa, quando ainda se davam os primeiros passos nas formas organizativas do operariado brasileiro, pode ser percebida, por exemplo, no ideário anarquista. Naquela época, os jornais traziam pistas, que estas organizações adotavam para sensibilizar os trabalhadores para suas agremiações. O jornal *A Voz do Trabalhador*, editado no Rio de Janeiro, fazia coro com a ideologia anarquista, analisando o movimento operário e opinando sobre a conjuntura da época. O jornal também servia para veicular panfletos de campanha, vendas de livros e anúncio de festas. No ano de 1908, entre julho e agosto, merece destaque o anúncio da festa mensal do Centro dos Sindicatos

1 Com alguns cortes e acréscimos este artigo é parte do relatório de pós-doutoramento em Estudos Culturais do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, apresentado em março de 2016.

2 BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.) *Culturas de Classe*. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2004, p.96.

Operários, por sinal, a sede do referido jornal. Na programação, dividida em três partes, constava: “1ª Parte: Conferência sobre o Teatro Revolucionário. 2ª Parte: 1ª representação da peça em 3 actos de Mota Assunção - O EXEMPLO. 3ª Parte: Baile Familiar”³.

Seja numa festa de alcance mundial ou numa circunscrita ao meio operário carioca, percebe-se que não somente o fato de se agremiar em associações de auxílio mútuo ou de categorias profissionais e festejar as datas máximas faziam parte de uma cultura associativa dos trabalhadores. Como veremos mais adiante, o desejo de instruir, educar formal e profissionalmente, de proporcionar lazer e diversão aos sócios, ou mesmo socorrê-los em momentos de dificuldades, também era parte de uma cultura associativa, que poderia vir dos objetivos estatutários dessas associações ou de suas trajetórias de funcionamento.

Debruçemo-nos agora sobre outras práticas culturais experimentadas pelos trabalhadores da zona noroeste do Ceará, no âmbito dessa cultura associativa, percebida nas trajetórias dessas associações, no cotidiano e nos momentos de lazer daqueles trabalhadores. Concordando com Claudio H. M. Batalha, o conjunto dessas práticas culturais, no movimento operário, influencia e recebe influências de outras culturas e responde pela:

visão de mundo expressa nos discursos, bem como pelos rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdados de formas de organização mais antiga, como as corporações. Em outras palavras, um conjunto de valores compartilhados pelas associações operárias.⁴

Nesse sentido, *cultura* recebe um significado maior, indo para além das interpretações tradicionais que o termo ganhou ao longo do tempo. Procuraremos mostrar a diversidade dessas práticas, não somente realizadas pelos trabalhadores, mas também daquelas pensadas para eles, no âmbito das associações criadas para tal fim. Abordaremos, dessa forma, o que tem de cultural no ingresso de um trabalhador no quadro social de uma associação ou de um sindicato, o que significa a ritualização desse ingresso no meio operário. Observemos o “juramento” proferido por novos sócios aceitos entre os estivadores, no ano de 1971, em Camocim:

Com minha mão direita sobre a bandeira brasileira, prometo obedecer todas as leis vigentes do país, bem assim como as nossas autoridades e hierarquias. Obedecerei fielmente às decisões das

3 Jornal *A Voz do Trabalhador*. Anno I, Nº 2, p.4, 15 de julho de 1908. Rio de Janeiro; Nº 3, p.4, 01 de agosto de 1908 e Nº 4, p.4, 15 de agosto de 1908.

4 BATALHA, Claudio H.M. *Op cit*, p.99.

assembleias e as ordens emanadas da diretoria deste sindicato. Obedecerei com exatidão aos regulamentos estatutários da Entidade e da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Desempenharei com fidelidade e pontualidade minhas atividades profissionais. Serei fiel e unido aos meus irmãos companheiros de atividade. Tudo farei para prestigiar e fazer respeitar o nome desta Entidade que hoje passou a fazer parte da minha vida profissional. Tudo farei para manter o conceito e a estabilidade desta Entidade perante o público, as leis e as autoridades. Enfim, prometo todo esforço no sentido que sejam mantidos a ordem e respeito e o progresso deste sindicato, bem como o desenvolvimento do nosso Brasil.⁵

Nos anos 1970, o país estava mergulhado em um regime ditatorial, os símbolos cívicos em evidência, a hierarquização na estrutura organizacional, uma evocação à propalada solidariedade entre os estivadores, o compromisso com o trabalho, o respeito à classe portuária, enfim, “a ordem, respeito e o progresso do sindicato bem como o desenvolvimento do nosso Brasil” são, por extensão, um arcabouço ideológico dentro de uma entidade que mesmo tendo uma tradição de lutas, adequava-se aos discursos do momento. Por outro lado, a ritualização do ingresso de novos sócios, sob os olhares dos estivadores veteranos e das autoridades presentes, como a representante do INPS e da Capitania dos Portos, dava um caráter solene, digamos, ao protocolo cívico encenado, aliado aos procedimentos administrativos de pagar junto à tesouraria suas respectivas joias de ingresso no sindicato. Nestas oportunidades, a ritualística da comemoração reservava uma homenagem aos sócios fundadores, um minuto de silêncio aos sócios falecidos e uma salva de palmas aos aposentados presentes. A lembrança de um passado de glória e de sacrifício dos primeiros tempos do sindicato fica patente nos discursos proferidos como a relembrar os esforços dos pioneiros. No entanto, o “ritual” mais esperado ainda estaria por vir. Após as formalidades, os novos sócios eram convidados a pagar a tradicional rodada de cachaça para os veteranos na bodega mais próxima. Os “ritos” nos espaços étlicos selavam a inclusão dos novos sócios sem a formalidade sindical e apontavam para outras formas de sociabilidade no meio operário.

Nessas associações, também afluía a “cultura militante” de que fala Claudio H. M. Batalha, diversa e posterior à cultura associativa, ligada às posições ideológicas.⁶ O sócio da Sociedade Beneficente Ferroviária, Luiz Gonzaga Viana, apresentou um pedido “de ser amanhã, dia 03 de janeiro, data do aniversário do grande Senador e batalhador pela causa do operariado Luiz Carlos Prestes,

5 Ata da Assembleia Geral Extraordinário/Sindicato dos Estivadores do Porto de Camocim, 11 de outubro de 1971, Livro 2, (não há paginação neste livro). Camocim-CE.

6 BATALHA, Claudio H. M. *Op. cit.*, p.98.

passado um telegrama pela Sociedade”. Tal moção teve aprovação geral.⁷ Em julho de 1948, o consócio Osvaldo Jorge de Aragão propõe a compra do quadro “Os Oito Mártires de Chicago”,⁸ cuja compra foi efetuada pela Sociedade Beneficente Ferroviária somente em março de 1949.⁹ A compra talvez se explique, para além do significado que tal obra, fato e data representam para os trabalhadores do mundo inteiro, a vanguarda da Sociedade Beneficente Ferroviária em promover e articular as festividades do Primeiro de Maio em Camocim.¹⁰

Figura 1. Os Oito Mártires de Chicago



Disponível em: entrenomadas.wordpress.com. Acesso em 29/03/2015.

O associativismo e seus aspectos culturais e educacionais

O associativismo entre os trabalhadores não foi somente uma moda que percorreu o país, a ponto de qualquer município, por menor que fosse, tivesse

7 Ata de Sessão Ordinária. Sociedade Beneficente Ferroviária, de 02 de janeiro de 1948. Camocim-CE.

8 Idem, de 16 de julho de 1948. Camocim-CE.

9 Idem, de 18 de março de 1949. Camocim-CE.

10 Idem, de 16 de abril de 1948. Camocim-CE. Para saber mais sobre o Primeiro de Maio em Camocim, ver: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Entre o Porto e a Estação*. Cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. Fortaleza: INESP, 2014. p.130

alguma associação; nem tampouco uma simples questão de conferir-lhes uma identidade, de defender uma categoria profissional ou de lutar por uma ideia, bandeira ou melhorias das condições de vida e trabalho. Nas fontes pesquisadas, especialmente os estatutos destas entidades, é recorrente uma preocupação com o item “cultura”, entendido aí na amplitude conceitual que o termo encerra.

Seria mera formalidade estatutária? Como vimos anteriormente, o ingresso nestas entidades dos trabalhadores revela um componente “cultural” de como se processavam os rituais internos e externos inseridos nos estatutos destas associações. No entanto, outros termos precisam ser melhor analisados. O que se entendia por “progresso cultural” ou o zelo pela “cultura” dos sócios? Com efeito, em uma rápida incursão nos documentos cartoriais, vamos encontrar essa preocupação no bojo dos artigos dos referidos estatutos, independente da natureza ou dos objetivos das associações criadas. Por exemplo, o Patronato Tenente Ângelo Siqueira Passos, da cidade de Viçosa, tem como fim, além do caráter beneficente e educativo, o aspecto cultural do público a ser assistido, “as crianças pobres e desamparadas”.¹¹ Na mesma cidade, o Círculo Operário, no artigo segundo de seu estatuto, promete defender a “cultura intelectual” pela “fundação ou adesão de escolas, pela realização de conferências, pela sã imprensa”.¹² Percebe-se aí uma relação entre cultura e educação, que nos faz compreender que a noção de cultura estava muito relacionada com a instrução escolar. Ainda nesta mesma cidade, curiosa é a concepção de cultura na Associação Viçosense da Cultura Popular fundada em 1956, para a qual um dos objetivos é “propagar pelo progresso cultural de todos os viçosenses, fazendo-se necessário, representar perante os poderes públicos, evitando toda e qualquer manifestação política”.¹³ Subtende-se do artigo em questão uma dubiedade: a associação tinha como meta realizar uma harmonização social de seus objetivos com os poderes públicos ou não permitir o posicionamento político de seus sócios? Ou eram os dois aspectos? O certo é que também essa entidade se fundamentava em elevar a cultura dos seus sócios através da manutenção do Ginásio Viçosense Educandário, da organização de uma biblioteca e da criação de escolas isoladas na zona rural do município.¹⁴

Portanto, essa relação entre educação e cultura fomentava a fundação de inúmeras escolas pelo Brasil. No caso de Minas Gerais, por exemplo, num universo de 58 associações mutuais bem documentadas, a historiadora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi assinala:

11 Estatuto do Patronato Tenente Ângelo de Siqueira Passos. Art. 1º. Arquivo: Cartório Walter Vasconcelos. 2º Ofício. Viçosa do Ceará-CE.

12 Estatuto do Círculo Operário de Viçosa. Art. 2º. Arquivo: Cartório Walter Vasconcelos. 2º Ofício. Viçosa do Ceará-CE.

13 Estatuto da Associação Viçosense de Cultura Popular. Art. 2º. Arquivo: Cartório Walter Vasconcelos. 2º Ofício. Viçosa do Ceará-CE.

14 Idem.

a grande maioria delas estabelecia como uma de suas funções o provimento da educação aos sócios e seus descendentes. Era muito comum o investimento na organização de uma biblioteca ou na construção de escolas noturnas e liceus de artes e ofícios, entre outras possibilidades. [...] Muitas delas propunham a realização de cursos profissionalizantes, o que revela o interesse de capacitar melhor as gerações futuras, além de melhor qualificar seus sócios para o trabalho.¹⁵

A relação educação e trabalho era uma preocupação presente na organização dessas associações, com o intuito de oferecer instrução, como legado às futuras gerações. Na fundação da União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberais de Parahyba ficou dito que a mesma se comprometeria a “defender a instrução pelos menores aprendizes de artes e ofícios, compreendendo em três ramos, a saber: leitura, música e desenhos”.¹⁶

Desse modo, uma significativa variedade de associações, que na sua grande maioria tinham como objetivo manter escolas, surgiram nos municípios da zona noroeste do Ceará. As entidades estavam ligadas às associações religiosas, civis e de classes. Relações imensas no Diário Oficial da União (DOU) e as respectivas subvenções ordinárias e extraordinárias confirmam essa prática. A quantidade destas entidades é maior do que a apresentada no quadro abaixo, cujo quantitativo remete apenas ao ano de 1963.

Quadro 1. Relação das entidades educacionais, culturais e religiosas.

NOME DA ENTIDADE	LOCAL
Escola Normal Rural Virgem Poderosa	Acaraú
Escola Normal Rural	Acaraú
Sociedade São Vicente de Paulo	Bela Cruz
Sociedade Senhoras da Boa Vontade	Camocim
Ginásio Imaculada Conceição	Camocim
Ginásio Padre Anchieta	Camocim
Liga Feminina da Ação Católica	Camocim
Sociedade de São Vicente de Paula	Camocim*
Serviço de Promoção Humana (SPH)	Camocim

15 VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “O ethos mutualista: valores, costumes e festividades.” In: MACCORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. (orgs.). *Op.cit.*, p.197.

16 Jornal *O Artista* – Parahyba-PI. 15 de Agosto de 1919. p. 01, *Apud.* SANTOS, José Mauricio Moreira dos; LIMA, Solimar Oliveira. *Mutualismo no Piauí na Primeira República: uma análise da Associação Operária “União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Parahyba”* através do jornal *O Artista* (1919-1922). Artigo apresentado no III Seminário Internacional Mundos do Trabalho / VII Jornada Nacional de História do Trabalho - 26 a 29 de novembro de 2014 • Salvador • Bahia • Brasil - Universidade do Estado da Bahia (UNEB), p.01.

Escola Normal Rural	Crateús
Ginásio de Crateús (Sociedade Educacional)	Crateús
Ginásio Pio X	Crateús
Patronato Senhor do Bonfim	Crateús
Ginásio São José	Granja
Sociedade Educativa de Granja (Ginásio São José)	Granja
Escola Normal Rural	Ipu
Grupo Recreativo Ipuense (Sociedade Dramática)	Ipu
Núcleo Educacional de Ipu (Ginásio Ipuense)	Ipu
Sociedade Nuclear Educacional	Ipu
Sociedade São Vicente de Paulo	Ipueiras
Sociedade de Proteção a Pobreza Desamparada Sociedade	Ipueiras
Sociedade Educacional de Ipueiras (Escola Normal)	Ipueiras
Patronato São José	Itapajé
Escola Normal Rural Joaquim Magalhães	Itapipoca
Patronato Nossa Senhora das Mercês	Itapipoca
Sociedade Evangélica Beneficente	Itapipoca
Escola do Club Social Artístico dos Operários de Massapê	Massapê
Ginásio Massapeense (Campanha Nacional de Educandários Gratuitos)	Massapê
Liga Social de Massapê	Massapê
Sociedade São Vicente de Paula	Nova Russas
Grêmio Mantenedor da Infância	Reriutaba
Sociedade Desportiva e Cultural de Reriutaba	Reriutaba
Sociedade de Assistência a Menores de Reriutaba	Reriutaba
Sociedade de Assistência aos Pobres Dona Denolina Sé	Reriutaba
Centro Social Morrinhense – Licânia	Santana do Acaraú
Patronato Santana	Santana do Acaraú
Posto de Assistência São José	São Benedito
Fundação Raimundo Martins	Santa Quitéria
Ginásio Fonseca Filho	Santa Quitéria
Ginásio Fonseca Lobo (CNEG)	Santa Quitéria
Salão Paroquial de Santa Quitéria (Escola Noturna)	Santa Quitéria
Sociedade Particular de Assist. à Infância Abandonada e aos Pobres	Santa Quitéria

História e ensino
fontes, métodos e temas

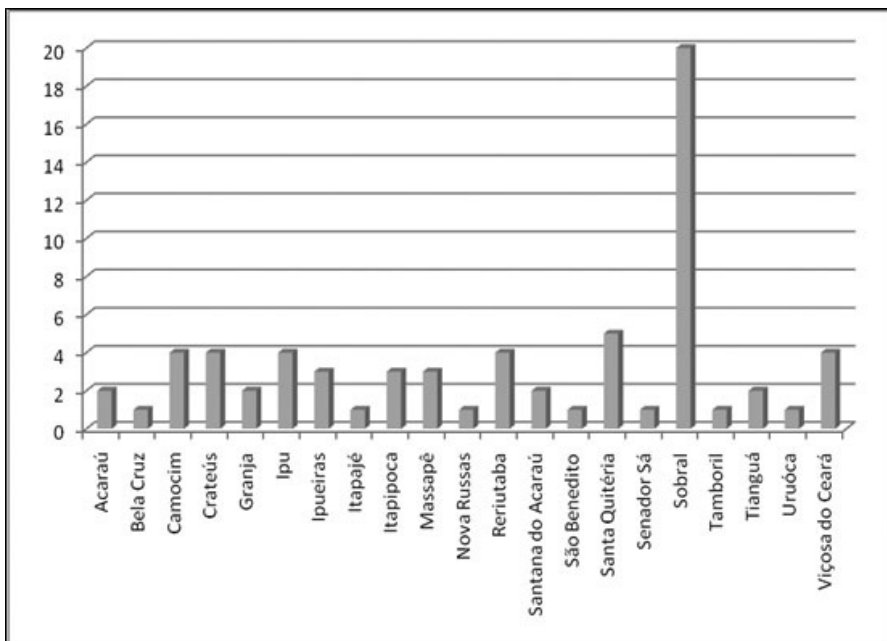
Associação de Educação e Cultura de Senador Sá	Senador Sá
Academia de Comércio Dom José	Sobral
Associação Beneficente das Filhas de Santana	Sobral
Associação Cultural de Taperuaba	Sobral
Centro Artístico e Operário Sobralense	Sobral
Centro Estudantil Sobralense	Sobral
Dispensário dos Pobres	Sobral
Educandário dos Pobres	Sobral
Escola do Clube Social dos Artistas	Sobral
Escola Doméstica Santo Antonio	Sobral
Escola Industrial Doméstica	Sobral
Fundação D. José Tupinambá (obras sociais)	Sobral
Ginásio do Educandário São José	Sobral
Ginásio Municipal de Sobral	Sobral
Ginásio Santana e Escola Normal	Sobral
Grêmio Recreativo Sobralense (Biblioteca Dr. José Sabóia)	Sobral
Instituto Beneficente Santa Teresinha	Sobral
Museu Diocesano	Sobral
Obra das Vocações Sacerdotais	Sobral
Patronato Maria Imaculada de Sobral	Sobral
Pioneiras Sociais de Sobral	Sobral
Serviço Permanente do Estudante Sobralense	Sobral
Sociedade São Vicente de Paula	Tamboril
Patronato São Francisco das Chagas	Tianguá
Escola Apostólica São José	Tianguá
Educandário Waldemar Rocha	Uruoca
Fundação Júlio Carvalho	Viçosa do Ceará
Fundação Major Felizardo Pinho Pessoa	Viçosa do Ceará
Sociedade de Assistência Educacional	Viçosa do Ceará
Sociedade Nossa Senhora do Carmo	Viçosa do Ceará
TOTAL	71

Fonte: Diário Oficial da União (DOU). 9.353. 1963.

* O Serviço de Promoção Humana (SPH), embora fundado em 1962, não consta da lista de subvenções para o ano de 1963. Com hiatos em sua trajetória no campo da educação e na promoção social em mais de 50 anos. O SPH atualmente está em atividade.

No quadro acima é possível verificar que a Diocese de Sobral teve grande influência na emergência destas associações na cidade de Sobral, por exemplo, onde mais de um terço das entidades, segundo a fonte pesquisada, lá se fixou, revelando, por outro lado, a presença da Igreja Católica nos projetos de educação, cultura e desporto, além do socorro aos pobres. Para efeito de comparação entre Sobral e demais cidades da região, vejamos, no gráfico abaixo, como foi feita a distribuição das subvenções governamentais para o ano de 1963:

Gráfico 1 - Entidades da zona noroeste do Estado do Ceará subvencionadas pelo Governo Federal no ano de 1963. Fonte: Diário Oficial da União (DOU). 9.353. 1963.



Como se pode observar, estas entidades estavam concentradas na cidade de Sobral, mas com uma capilaridade em mais de vinte outras cidades. Em muitas delas, como Bela Cruz, Itapajé, Nova Russas, São Benedito, Tamboril e Uruoca, a existência de apenas uma dessas associações talvez fosse a única alternativa para se prestar assistência a pessoas carentes, ou mesmo a oferta de possibilidade de frequência a uma escola.

Vale ressaltar a longevidade de algumas dessas associações. É o caso do Serviço de Promoção Humana (SPH) com mais de cinquenta anos de atividade. Fundada em 06 de maio de 1962, em Camocim, no bairro de São Pedro, habitado principalmente por pescadores e prostitutas. A entidade definiu em seus objetivos lutar para “a promoção humana, sócio-econômica-religiosa das populações pobres dos bairros e do centro da cidade de Camocim”.¹⁷ Além das

17 Estatuto do Serviço de Promoção Humana (SPH). Diário Oficial do Estado do Ceará, 14 de janeiro de 1965, Cap.II, art V. Pasta F - Estatutos, 1965. Fundo SPH. UVA/NEDHIS.

escolas criadas na sede do município de Camocim e na zona rural, vale destacar as atividades culturais, as recreativas, a assistência jurídica, a criação de caixa e auxílio funeral, programas de saúde e higiene, comunicação social, transporte e trabalho com foco na produção, alimentação e habitação.¹⁸

Sem dúvida, a questão da instrução estava na ordem do dia, não somente nas associações de classe, que viam neste expediente uma condição de emancipação dos seus associados, o que lhes garantia respeito diante da sociedade. Como dissemos, em algumas das cidades citadas, as escolas dessas associações, em sua maioria noturnas, às vezes eram a única opção para os associados adquirirem alguma formação. Como nos diz o historiador Kleiton Nazareno Mota em trabalho sobre a Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité-CE:

havia uma vontade de mostrar civilidade ante a sociedade, sendo a educação e a disciplina moral um aspecto de destaque no mundo associativo. Desse modo, os bailes, as festas, as bandas formadas por trabalhadores e as salas de aula integravam a vida associativa do universo familiar e de camaradagem vivida nas sociedades.¹⁹

As sociedades de classe, portanto, tinham esse cuidado com a instrução e a educação formal. Nos estatutos da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió, por ordem de aparição dos seus objetivos centrais, em primeiro lugar vem a preocupação em “(1) ‘ampliar a instrução dos associados’ mediante aulas ou ‘discussão de teses sobre assuntos comerciais’; (2) criar uma biblioteca com ‘obras de reconhecida utilidade’”.²⁰ Da mesma forma, a Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais do Recife, segundo o historiador Marcelo Mac Cord, tinha uma cultura política assentada em duas colunas:

A primeira delas era a oferta de aulas noturnas (francês, português, geometria aplicadas às artes, primeiras letras etc.) aos sócios e, posteriormente ao público em geral. Desde o Iluminismo, como sabemos, os processos regulares de escolarização tornaram-se um instrumento que garantia respeitabilidade pública e progressão da cidadania - e assim eram pensados por aquela associação. A ou-

18 Para o conhecimento aprofundados dessas ações desenvolvidas pelo Serviço de Promoção Humana (SPH) em Camocim, ver: SILVA, Vera Lúcia; AGUIAR, Ana Selma Silva de. “*Um oásis dos menos favorecidos da sorte*”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH). Camocim-CE. 1962-1979. Sobral-CE: EGUS, 2014.

19 MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. *Mutualismo Ferroviário: prover e proteger na Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará – UFC, 2009, p.120.

20 MACIEL, Osvaldo. “Mutualismo e identidade caixeiral: o caso da Sociedade Instrução e Amparo de Maceió (1882-1884).” In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. (orgs.). *Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p.133.

tra coluna era a valorização da ética do trabalho, que motivava os sócios a executarem seus ofícios com inteligência, moralidade e disciplina.²¹

Conforme o tipo de associação, a instrução e/ou a educação formal era dirigida para o melhoramento da classe. Em Sobral, a Academia de Comércio Dom José, que vimos no quadro acima, ser mantida pela Associação dos Empregados no Comércio de Sobral, tinha como objetivo principal a formação de contadores para a atuação nas casas comerciais, escritórios e bancos.²² Os anúncios no jornal *Correio da Semana* eram abundantes, fazendo chamadas para os exames, anunciando os cursos oferecidos, publicando resultados e informando sobre os direitos dos futuros contabilistas. No edital para o ano de 1942, as inscrições para o exame de admissão do *1º Ano do Curso Propedêutico*, admitiam candidatos de ambos os sexos e disciplinavam o horário das aulas: a “Secção Feminina funciona de 7 às 10 hs. da manhã e a Secção Masculina de 6 às 8h da noite”. Outras exigências eram feitas, como a idade mínima de 12 anos, atestado de saúde e vacinação, conforme podemos perceber no recorte de jornal abaixo:

Figura 2: Jornal *Correio da Semana*. 1942. Sobral-CE.,



Fonte: Hemeroteca do NEDHIS/UVA.

- 21 MAC CORD, Marcelo. “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: mutualismo, cidadania e reforma eleitoral de 1881 no Recife.” In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. (orgs.). *Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p.155.
- 22 A Academia de Comércio São José passa a chamar-se posteriormente de Escola Técnica de Comércio Dom José, vindo a ser extinta, compulsoriamente, em 2014, conforme registra o parecer nº 166/2014, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará (DOECE) em 01/07/2014, n. 119, p.32.

Considerações finais

Civilidade, disciplina, moralidade, respeitabilidade, portanto, eram requisitos que os trabalhadores perseguiam com sua preocupação de instrução no seio de suas associações. No Ceará, talvez as iniciativas não tivessem a grandiosidade demonstrada nos estudos das sociedades acima citadas. No entanto, o desejo de instruir é recorrente, independente do tamanho e da tradição dessas entidades. Em Fortaleza, como já foi dito, o Centro Artístico Cearense, cujo corpo associativo estava em torno de mil operários na década de 1930, destinava aos sócios e familiares em sua sede social, o Cine Centro e a Escola Pinto Machado, para ambos os sexos.²³ Com o intuito de bem instruir, esta e outras associações mantinham além das escolas, geralmente noturnas, bibliotecas, cujos acervos eram constituídos principalmente de coleções e enciclopédias, muito difundidos nos meios operários da capital, como a Sociedade Fênix Caixeiral, Círculos de Operários e Trabalhadores Católicos São José e Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité. Segundo Kleiton Nazareno Santiago da Mota os trabalhadores dessas associações, “viam na instrução um meio de redenção social onde o conhecimento era o caminho para a compreensão do mundo”.²⁴

Essa compreensão do mundo poderia estar ligada tanto a uma formação direcionada ao aprimoramento técnico da profissão exercida quanto à simples condição de qualificar os trabalhadores para as primeiras letras, a fim de terem acesso às chamadas “folhas operárias”. Como nos diz a historiadora cearense Adelaide Gonçalves, estas folhas funcionavam como uma fonte de auto-esclarecimento, dando acesso às notícias sobre o mundo do trabalho, suas reivindicações além de romances sociais.²⁵ Outrossim, como assinala Ângela de Castro Gomes, os jornais operários procuravam trazer para si o caráter missionário de instrução dos trabalhadores.²⁶ Nessa perspectiva, em Camocim, a Sociedade Beneficente Ferroviária da Estrada de Ferro de Sobral, também manteve uma escola de primeiras letras para os filhos dos ferroviários. O Club Social Artístico dos Operários de Massapê e o Clube Social dos Artistas de Sobral, também mantiveram escolas nos mesmos formatos.

23 O Centro Artístico Cearense foi fundado em 08 de fevereiro de 1904. Inicialmente a sede localizava-se à Rua Major Facundo, 141 e posteriormente ocupou o prédio na esquina da Avenida Tristão Gonçalves nº 1008 e Avenida Duque de Caxias, em 28/04/1912. Disponível em: http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4336:fundou-se-o-centro-artistico-cearense&catid=297&Itemid=101. Acessado em 27/10/2015.

24 MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. *Op. cit.* p. 163.

25 GONÇALVES, Adelaide. “A imprensa dos trabalhadores no Ceará de 1862 aos anos 1920.” Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2001, p. 304. *Apud* MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. *Op. cit.* p. 156.

26 GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2005, p. 41.

O esforço de instruir e educar, no entanto, no âmbito desse processo associativo, ultrapassava as associações de classe e atingia a sociedade civil. Como se depreende do Quadro 1, várias associações surgiram para manter escolas nos mais diversos municípios da região noroeste do Ceará, sob denominações variadas como: Escola Normal Rural (mas que funcionavam na sede dos municípios, como nas cidades de Acaraú, Crateús, Ipu e Itapipoca; Ginásios (ligados ou não à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), em Crateús, Granja, Ipu, Massapê, Santa Quitéria, Sobral e Uruoca; Sociedades Educacionais, Culturais, Dramáticas, Industrial e Doméstica em Camocim, Ipu, Ipueiras, Senador Sá e Sobral e Fundações, em Santa Quitéria e Viçosa do Ceará. Várias destas escolas ainda hoje funcionam, incorporadas aos sistemas de ensino público ou privado.

Por outro lado, a presença da Igreja Católica nos empreendimentos educacionais também é marcante no fenômeno associativo. Desse modo, só para citar estes como exemplos, baseados no quadro de subvenções do Ministério da Educação e Cultura para o ano de 1963, tivemos a Escola Normal Rural Virgem Poderosa em Acaraú; Ginásio Imaculada Conceição e Ginásio Padre Anchieta, em Camocim; Ginásio Pio X e Patronato Senhor do Bonfim, em Crateús; Patronato São José em Itapajé; Patronato Nossa Senhora das Mercês, em Itapipoca; Patronato Santana, em Santana do Acaraú; Escola Noturna do Salão Paroquial, em Santa Quitéria; Ginásio Santana, Escola Normal, Associação Beneficente das Filhas de Santana, Educandário dos Pobres, Escola Doméstica Santo Antonio, Ginásio do Educandário São José, em Sobral; Patronato São Francisco das Chagas e Escola Apostólica São José, em Tianguá.

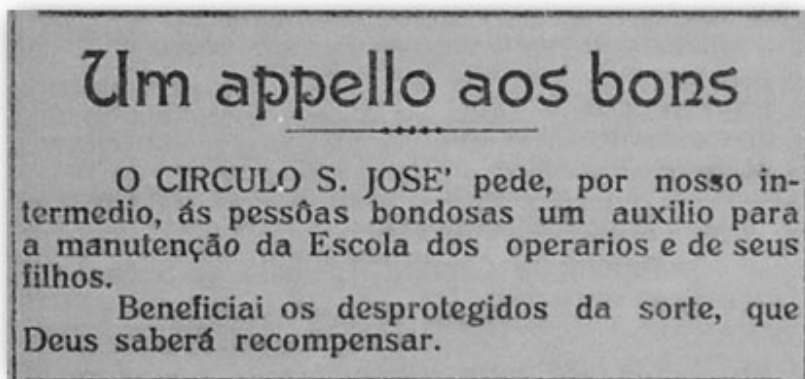
Apesar das doações particulares e subvenções governamentais, a manutenção das escolas, na maioria das vezes era muito precária. O desejo de instruir e educar tinha um preço muito alto, principalmente para aquelas iniciativas que visavam à educação dos filhos dos operários. Na Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité a compra de material escolar parecia sempre um problema para os recursos da associação, que recorria às mencionadas doações e subvenções.

Mantida pela Sociedade, a Escola teve grande parte do seu material de uso escolar doado por empresas e pela iniciativa da própria ferrovia. Como fez Sr. P. Ferreira, que doou “diversos volumes de livros escolares” e os empregados do almoxarifado e do tráfego, que “offertaram utensílios, canetas, lápis, lousas e papel para escrita e uso dos alunos da mesma escola”. Externa à ferrovia, a Escola também recebeu doação de comerciantes, como a impor-

tadora American Locomotive Sales Corporation, que doou “livros de instrução, papel almasso, penas e cadernos.”²⁷

Do mesmo modo, o Círculo São José de Sobral escancarava no *Correio da Semana* suas dificuldades em manter uma escola para os operários católicos e seus filhos. Em várias edições do jornal sobralense, um pedido, como mostra o anúncio abaixo, estampava o apelo:

Figura 3: Jornal *Correio da Semana*. 1931. Sobral-CE.



Fonte: Hemeroteca do NEDHIS/UVA.²⁸

Além de apelar para a caridade pública com promessas de recompensas eternas, outras estratégias eram usadas para a captação de recursos. No caso das subvenções governamentais, as associações se tornavam mantenedoras de escolas para os mais variados fins (instrução formal, primeiras letras, profissional, industrial, prendas domésticas etc.). Nas listas de subvenções, tanto a associação como a escola por ela mantida, recebiam quantias iguais ou diferenciadas. Para exemplificar, no primeiro caso, em 1963 a Sociedade Educativa de Granja, mantenedora do Ginásio São José, recebia para ambos a quantia de Cr\$ 300.000. Em Sobral, na mesma data, o Clube Social dos Artistas de Sobral e a escola mantida pelo referido clube, receberam Cr\$ 200.000 e Cr\$ 50.000, respectivamente.²⁹

Apesar de todos estes esforços, a maioria dessas escolas teve vida efêmera, notadamente aquelas ligadas diretamente a associações e clubes operários. Posteriormente, o estado e os municípios encamparam algumas dessas escolas. As

²⁷ Ata da sessão de 15 de janeiro de 1918 e Ata da sessão de 20 de agosto de 1925. *Apud* MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. *Op. cit.* p.157.

²⁸ Jornal *Correio da Semana*, Sobral-CE, edições de 14/02/1931, p. 2; 21/02/1931, p. 2; 28/02/1931, p. 1 e 21/03/1931, p. 1. Fonte: Hemeroteca do NEDHIS/UVA.

²⁹ Diário Oficial da União (DOU), de 27/12/1963.

confissões religiosas que conseguiram erguer seus ginásios ainda hoje oferecem ensino na rede privada nas principais cidades da região, apesar da oferta crescente de vagas na rede pública de ensino.

Por outro lado, esta é uma pesquisa que está em seu nascedouro. Uma análise mais aprofundada das fontes e o aparecimento de novos acervos poderão nos dar uma ideia mais ampla do fenômeno associativista, de suas particularidades e dimensões no âmbito dos aspectos culturais e educacionais que experimentaram.

Referências bibliográficas

BATALHA, Claudio H. M; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.) *Culturas de Classe*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2005.

MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. (Orgs.). *Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

MACIEL, Osvaldo. “Mutualismo e identidade caixeiral: o caso da Sociedade Instrução e Amparo de Maceió (1882-1884).” In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. (orgs.). *Organizar e proteger: Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. *Mutualismo Ferroviário: prover e proteger na Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará – UFC, 2009.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Entre o Porto e a Estação*. Cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. Fortaleza: INESP, 2014.

SANTOS, José Mauricio Moreira dos; LIMA, Solimar Oliveira. “Mutualismo no Piauí na Primeira República: uma análise da Associação Operária “União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Parnahyba” através do jornal *O Artista* (1919-1922).” In: *III Seminário Internacional Mundos do Trabalho / VII Jornada Nacional de História do Trabalho - 26 a 29 de novembro de 2014 • Salvador • Bahia • Brasil - Universidade do Estado da Bahia (UNEB)*.

História e ensino
fontes, métodos e temas

SILVA, Vera Lúcia; AGUIAR, Ana Selma Silva de. “*Um oásis dos menos favorecidos da sorte*”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH). Camocim-CE. 1962-1979. Sobral-CE: EGUS, 2014.



**Ensino de História Medieval:
história da Idade Média, história de outros
homens e de outros dias.**

Francisco Dênis Melo

SONHO
Olavo Bilac

*Ter nascido homem outro, em outros dias,
- Não hoje, n'êsta agitação sem gloria,
Em traficancias e mesquinhas,
Numa apagada vida merencorea...*

*Ter nascido n'uma era de utopias,
Nos áureos ciclos épicos da História,
Ardendo em generosas fantasias,
Em rajadas de amor e de victoria:*

*Campeão e trovador da Idade Média,
Heroe no galanteio e na cruzada,
Viver entre um idyllio e uma tragedia;*

*E morrer em sorrisos e lampejos,
Por um gesto, um olhar, um sonho, um nada,
Transpassado de golpes e de beijos!*

O soneto acima, de autoria de Olavo Bilac, conhecido poeta brasileiro do Parnasianismo, movimento literário de origem francesa e que primava pela incorporação do Positivismo e do Cientificismo na poesia, buscava inspiração em cânones clássicos, por isso a força do soneto, combatendo assim os arroubos do Romantismo do final do século XIX. Mas ainda que encontremos no soneto características *quase românticas*, como o sonho, não deve nos enganar o fato de

que Olavo Bilac se aliou a movimentos nacionalistas de cunho positivista que entre outras questões, defendia o serviço militar obrigatório, ao mesmo tempo em que apoiou a expulsão dos pobres do centro do Rio de Janeiro para os morros periféricos da cidade, resultando no conhecido “bota abaixo” executado pelo prefeito Pereira Passos. Mas o que nos interessa na poesia são as indicações sobre o que seria um homem *de outro tempo, de outros dias*, como sugere o poeta. Nesse sentido, as nossas reflexões sobre a História Medieval precisam, a princípio, compreender que estaremos tratando de *homens de outros tempos*, de outras vidas vividas em outros dias. Isso, de certa forma, nos afasta daquele período da História, nos distancia no tempo e no espaço. O que procuraremos em nosso texto é discutir sobre a *distância*, sobre o que nos distancia daqueles homens e mulheres, mas ao mesmo tempo refletir sobre o que nos aproxima, sobre o que nos une, apesar da distância e do tempo.

Para o poeta, o seu desejo era “Ter nascido homem outro, em outros dias”, porque o seu presente era sem glória, e apesar de agitado, era melancólico, ou como escreve o poeta, *merencoreo*. O *outro homem* que ele gostaria de ter sido, o *outro tempo* em que ele gostaria de ter nascido, segundo compreendemos na poesia, era o Medieval. Tempo que o poeta idealiza como sendo de utopias, épico e cheio de fantasias. Mas, de onde viria essa visão do poeta que idealiza a Idade Média? Sabemos com o historiador medievalista Jacques Le Goff, que a idealização do período medieval foi construído pelo Romantismo, que “reabilita a Idade Média, um período de vida, de paixões positivas; o gótico [...] entra na moda, assim como o estilo trovador, a catedral aparece como uma espécie de personagem ideal”.¹ Na medida em que o Romantismo na Europa buscava inspiração no passado das nações em formação, voltava-se para o período medieval, entendido por ele como uma época de liberdade, alimentada por uma espécie de “pureza” social e política. O passado, desse modo, era idealizado, ou seja, os românticos inventaram o passado que melhor lhes serviria para efeito de suas produções. Eis aqui um dado importante para nós, historiadores, que lidamos constantemente com as injunções do passado, seus limites e considerações: a de que o passado pode ser inventado para servir às necessidades do presente. O passado, que para o historiador Eric Hobsbawm é:

uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.²

Ao lidar com o passado, importa para o historiador procurar perspectivar suas dimensões, encontrar os seus múltiplos sentidos, porque analisar o passa-

1 LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 52.

2 HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 22.

do não é saber o que “realmente aconteceu”, tarefa por si impossível em nossos dias de mudanças de paradigmas, mas desvendar as representações desse passado, ou dito de outra forma, precisamos analisar como determinado discurso constrói sentidos múltiplos para o passado. Podemos pensar ainda o passado, na perspectiva de Eric Hobsbawm, como um elemento político de formação das sociedades humanas. Interpretar o passado, portanto, é uma atividade também política.

Com relação às invenções da história, ou melhor, como o passado pode ser inventado na seara das atividades interpretativas, as reflexões do historiador Stephen Bann foram fundamentais, pois estabeleceram o campo historiográfico como um espaço aberto às representações inventivas do passado, pois para o autor, “As invenções da história são, portanto [...] decididamente plurais”.³ E ainda de modo mais claro, podemos refletir com Albuquerque Junior, do seguinte modo:

Os homens inventariam a História através de suas ações e de suas representações. Essa expressão remete a uma temporalização dos eventos, dos objetos e dos sujeitos, podendo se referir tanto à busca de um dado momento de fundação ou de origem, como a um momento de emergência, fabricação ou instituição de algo que surge como novo. O termo invenção, portanto, também remete a uma dada ruptura, a uma dada cesura ou a um momento inaugural de alguma prática, de algum costume, de alguma concepção, de algum evento humano.⁴

Estamos tratando de mudanças de paradigmas da história, ou seja, mudanças de modelos de entendimento do passado. Assim, o passado que aparentemente é tão distante por sua própria dimensão temporal, se aproxima de nós por sua construção de sentido para o presente. Com relação ao soneto do poeta e a citação do historiador, podemos inferir que Olavo Bilac *inventou* uma dada Idade Média, utilizando para isso elementos advindos do Romantismo, que viu no período medieval um tempo de combates gloriosos em nome da mulher amada, tempo de galanteios em vista dos trovadores e de suas damas, sendo, nesse sentido, um lugar de *origem*, de institucionalização de um dado passado. O poeta, desse modo, descreve em seu soneto uma “Idade Média dos sonhos”, de encantos e de liberdade. Portanto, o passado medieval foi idealizado para servir melhor aos ditames políticos do presente.

3 BANN Stephen. *As invenções da história*. Ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Unesp, 1994. p. 19. Esta obra é o marco inicial da perspectiva de entendimento da história como um campo de possibilidades aberto a invenção, ou seja, a construção da história como uma força imaginativa e constitutiva do passado como um dado da identidade de determinados grupos.

4 ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História*. A arte de inventar o passado. Bauru/SP: EDUSC, 2007. p. 19-20.

Nossa tarefa de historiadores, cheia de complexidade, mas também repleta de beleza, aponta para uma relação com o passado em que se estabelece uma “Tensão presente e permanente a marcar nossa profissão[...]: falar de um tempo que não vivemos, torná-lo presente pelo ato criativo da palavra”, e assim “incorporá-lo à vida de amplas coletividades, que desta relação necessitam para prosseguir na invenção cotidiana da vida social”.⁵ Por outro lado, o senso comum constantemente nos adverte sobre o peso do passado, insinuando que “quem vive de passado é museu”, pedindo-nos que não olhemos para trás, ou seja, para o que passou, e sim para frente, para o futuro, pois o futuro é que interessa. O nosso trabalho, desse modo, além de ensinar história, refletir sobre o que passou tomando como ponto de partida as necessidades do presente, é lidar com aquilo que Hobsbawm chama de “presente contínuo”, manifestado entre outras coisas no que nós chamaríamos de *despolitização do passado*.

Assim, acreditamos que ensinar história antiga, história medieval, história moderna é, antes de qualquer coisa, refletir sobre “o que significa elaborar o passado”, na feliz expressão de Jeanne Marie Gagnebin. Mas o que de fato significa elaborar o passado? Essas inquietações pensadas sobre o período conhecido como Idade Média servem também para qualquer período da história, pois precisamos ter clareza de que:

o que está em jogo é a relação do presente com o passado, uma interrogação que busca redefinir o sentido das experiências passadas para os homens do presente; uma questão cujos desdobramentos são fundamentais para constituir um campo de investigação para a disciplina histórica.⁶

Com a chamada História Medieval aconteceu exatamente isso, um modo como uma dada sociedade do presente entrou em relação com o passado, no caso específico, os Românticos, que acabaram por transformar a Idade Média em “idade da luz”, contrariando os postulados levantados pelos teóricos do Renascimento e do Iluminismo, que anteriormente haviam transformado o período em “Idade das Trevas”. Nem “idade da luz”, nem “idade das trevas”, a Idade Média foi *a idade do seu tempo*, ou seja, foi um período que conviveu intensamente com as injunções culturais e sociais de seu tempo. O homem medieval foi um homem de seu tempo, não foi *moderno* nem *antigo*. Nesse sentido, podemos pensar que:

5 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história.” In: RIOS, Kênia Sousa. FILHO, João Ernani Furtado. (Orgs.) *Em tempo*. História, memória, educação. Fortaleza: Imprensa Universitária-UFC, 2008. p. 39-40.

6 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história.” Op. Cit. p.51.

A Idade Média é bem o nosso antimundo: um mundo de tradição (ante a concepção moderna da história), um mundo de onipotência da Igreja (ante a laicização), um mundo da fragmentação dos poderes (ante o Estado), um mundo fundado sobre as relações sociais interpessoais (ante o mercado), um mundo das regulamentações corporativas que odiava a concorrência, um mundo fundado sobre o vínculo das pessoas com seus lugares (ante a afirmação duma lógica geral de *deslocamentos*), um mundo de imagens-objetos (ante as imagens-em-tela).⁷

Somos diferentes de homens e mulheres que viveram o período medieval, isso está claro. Mas a diferença que a princípio poderia nos afastar, de certo modo nos aproxima na medida em que entendermos a história numa perspectiva de continuidades e rupturas. Por exemplo, as *imagens-tela* de nosso mundo contemporâneo, distribuídas entre os suportes de TV, internet e demais mídias digitais, não se comparam, evidentemente com as *imagens-objetos* da Idade Média. E se o nosso tempo é conhecido como “civilização das imagens”, o período medieval foi chamado muito acertadamente de um período do “regime das imagens”, ou seja, um período em que as imagens pintadas, esculpidas, entalhadas, lapidadas na pedra e na madeira, tiveram importância fundamental. Nesse sentido, dizer que hoje vivemos um tempo rico em imagens:

É esquecer que a cultura ocidental, por suas ligações com as civilizações antigas e mais ainda com o cristianismo medieval e seu velho apego à representação antropomórfica, há muito tempo situa as imagens no centro de seus modos de pensar e de agir.⁸

Os homens da Idade Média, podemos dizer, de maneira geral *pensavam por imagens*, assim como os homens do nosso tempo, assim como nós, que nos ocupamos horas a fio em fotografar obsessivamente, apenas para citar um exemplo, com nossas câmeras digitais ou celulares, e que de fato já não sabemos quantas fotos acumulamos nos arquivos e memórias de nossos computadores ou nas páginas das redes sociais.

7 BACHET, Jérôme. “Idade Média, nosso antimundo.” In: *Cadernos IHU*. Instituto Humanitas Unisinos, 2008. p. 20.

8 SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens*. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru-SP: EDUSC, 2007. p. 11.

Figura 1- Criação de Eva, detalhe de *A criação do mundo*. Final do século XII.



Bíblia de Soulvigny, Moulins, Biblioteca Municipal

Os homens medievais situavam as imagens (de santos, santas, da criação, de Maria, de anjos, da queda, da tentação, entre outras imagens paradigmáticas), “no centro de seus modos de pensar e agir”, fato que nos aproxima deles no tempo. Imaginemos a importância da imagem acima, que representa uma parte de uma pintura maior chamada *A criação do mundo*, em que vemos Eva sendo criada da costela de Adão. Essa imagem-objeto não se encerra em si mesma. Por trás delas temos uma concepção religiosa e teológica de mundo profunda: a de que a humanidade é criação de Deus, de que Deus é nosso Pai. E mais: a de que a narrativa contida no Gênesis, que por sua vez compõe a Bíblia, *de fato* significa a verdade. O que o pintor anônimo quis demonstrar foi a vontade de Deus imposta aos homens, suas criaturas.

A sociedade contemporânea, especialmente nas cidades, para sermos mais específicos, espande-se de imagens. Quase tudo é dado a *ver* e, como consequência, dado a *ler*. As imagens se sucedem com tanta velocidade que a naturalização de suas presenças acaba por não exigir de nós uma leitura de seus sentidos. Hoje, vemos muitas imagens, mas geralmente não nos detemos para analisá-las. No período medieval, ao contrário, de maneira geral, as imagens precisavam ser lidas para que o “perfeito” entendimento de sua mensagem fosse captada,

pois todos os acontecimentos, imagens e representações, eram entendidos como uma mensagem divina, por isso a necessidade de compreendê-las, já que antes como hoje, de certa forma, “O caráter mágico das imagens [era] essencial para a compreensão das suas mensagens”.⁹ Em nossos dias talvez nada seja mais apelativo ou *mágico* do que as páginas do Facebook. Praticamente todos estão conectados. Praticamente todos estão “curtindo” essa *aproximação distante*.

Figura 2 – Mundo virtual versus real



Imagem retirada da internet

Voltando ao soneto do poeta, vemos que o passado relativo ao que seria a Idade Média não está claro. Não há uma única expressão que recorra diretamente ao período em questão. Por que sabemos então que o poeta idealiza o período medieval? Pelo vocabulário. Algumas palavras, ou melhor, alguns conceitos, fazem parte do arsenal construído pela historiografia ligada ao Romantismo para identificar a Idade Média, tais como *glória*, *herói*, *galanteio*, *trovador*, *épica*, *melancolia*. Portanto, podemos apontar para o fato de que o poeta *inventou* a sua Idade Média a partir de leituras paralelas forjadas pelos românticos. Claro que esse trabalho de invenção não coube somente aos poetas. Por exemplo,

Se utilizássemos numa conversa com homens medievais a expressão Idade Média, eles não teriam ideia do que isso poderia significar. Eles, como todos os homens de todos os períodos históricos, se viam vivendo na época contemporânea. De fato, falarmos em Idade Antiga ou Média representa uma rotulação *a posteriori*, uma satisfação da necessidade de se dar nome aos momentos passados. No caso do que chamamos Idade Média, foi o século XVI que ela-

9 FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*. Ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 8.

borou tal conceito. Ou melhor, tal preconceito, pois o termo expressava um desprezo indisfarçado pelos séculos localizados entre a Antiguidade Clássica e o próprio século XIV. Este se via como o renascimento da civilização greco-latina.¹⁰

Vemos assim que o termo Idade Média foi inventado, mais precisamente, pelos filólogos do chamado Renascimento, ou seja, pelos estudiosos do latim, que entendiam que o período anterior ao século XVI, foi um “tempo médio” na linguagem, ou como se dizia em latim, *media tempestas*, por isso o termo “idade média”. Fora do Renascimento, para eles não haveria vida cultural, intelectual, “artística”. Por isso não deve nos causar surpresa a citação acima, que fala de “homens medievais” que não viveram na “Idade Média”, simplesmente porque a Idade Média ainda não existia.

O que pensar então sobre o ensino de História Medieval na Universidade e na Escola? E ainda: o que pensar sobre o conceito de Idade Média? Por isso é muito importante refletir que tudo o que ensinamos em sala de aula, depende basicamente de duas coisas fundamentais: de *nossa concepção de história* e do que *entendemos por ensino-aprendizagem*. Precisamos pensar também que ensinar história medieval é, primeiro, superar preconceitos sobre o período, ou seja, fazer saber e discutir os debates e embates em torno de conceitos. Podemos entender os conceitos como “abstrações utilizadas pelos historiadores para compará-las com a realidade; nem sempre tal procedimento é explicável. De fato, eles orientam a reflexão a partir da diferença entre os modelos conceituais e as realizações concretas”.¹¹ Desse modo, refletimos que o conceito dado ao período conhecido como Idade Média foi resultado de embates ideológicos e políticos, a respeito do que seriam os melhores usos para certo passado. Ao afirmar que a Idade Média foi a “idade das trevas” estava sendo construído um presente em tudo diferente e melhor do que aquele passado representado, já que o presente em que o conceito foi criado era visto como cheio de “luz”. Por outro lado, dizer que a Idade Média foi a “idade da luz”, é enxertar no tempo um discurso que, também utilizado politicamente, transforma o presente do conceito numa *arma* de afirmação de uma dada *realidade* considerada superior.

Em segundo lugar, ensinar história medieval é atribuir a grandes parcelas do presente vivido pelos estudantes, partes de um passado aparentemente invisível, que nós chamamos de *medieval*, por falta de outra nomeação. Ainda *somos medievais* em várias frentes. *Somos medievais* quando acreditamos no Deus representado nas páginas do Novo Testamento, isso porque aqueles textos, especialmente algumas cartas de Paulo e os Evangelhos sinóticos, foram escritos entre

10 JUNIOR, Hilário Franco. *A Idade Média*. Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 17.

11 PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 123.

o fim da Antiguidade e o começo da Idade Média. Naquele período de certo modo foi superada a visão judaica sobre *Jeová dos Exércitos* e um *novo Deus* foi representado como o *Deus de amor*. Somos medievais quando ouvimos uma música romântica como a canção *Sutilmente*, do Skank, vista em parte, logo abaixo, isso porque o *amor romântico*, ou o *morrer de amor*, são uma invenção medieval:

E quando eu estiver triste
 Simplesmente me abrace
 Quando eu estiver louco
 Subitamente se afaste
 Quando eu estiver fogo
 Suavemente se encaixe
 E quando eu estiver triste
 Simplesmente me abrace
 E quando eu estiver louco
 Subitamente se afaste
 E quando eu estiver bobo
 Sutilmente disfarce
 Mas quando eu estiver morto
 Suplico que não me mate, não
 Dentro de ti, dentro de ti
 Mesmo que o mundo acabe, enfim
 Dentro de tudo que cabe em ti
 Mesmo que o mundo acabe, enfim
 Dentro de tudo que cabe em ti
 E quando eu estiver triste
 Simplesmente me abrace
 E quando eu estiver louco
 Subitamente se afaste
 E quando eu estiver bobo
 Sutilmente disfarce
 Mas quando eu estiver morto
 Suplico que...

Somos medievais quando acreditamos nos milagres *realizados* por santos e santas ou mesmo naqueles *realizados* por Jesus. Somos medievais porque os milagres são concepções medievais de mundo no sentido do que entendemos hoje por esse termo, na perspectiva de Santo Agostinho, o mais importante teólogo da Igreja Medieval (junto com Santo Tomás de Aquino), que nos disse: “Chamo de milagre a tudo o que parece duro [de entender] e insólito, e ultrapassa as

expectativas e capacidades do homem, que fica maravilhado”.¹² O milagre, na concepção medieval (e até nossos dias) é algo *maravilhoso*, ou seja, é algo que impressiona por sua condição não-natural aos nossos olhos. O milagre é um acontecimento que foge à normalidade da vida. *Somos medievais* quando ouvimos de algumas pessoas mais velhas que é preciso *manter a palavra*. Empenhar a palavra, garantir o cumprimento de um acordo a partir da palavra dada, uma das principais normas de conduta dos homens medievais.

As reflexões que fizemos até aqui nos colocam diante da possibilidade do entendimento do passado como um campo aberto para embates em torno da memória, da história e do esquecimento. Estudar a Idade Média, para nós, é superar a *naturalização* de uma história escolar, representada em muitos livros didáticos que de forma geral apresentam o período como um tempo marcado somente pelo que a historiografia mais tradicional chama de Feudalismo. É como se o período medieval fosse tão somente o lugar do Senhor Feudal, geralmente visto como opressor. Por outro lado, a Idade Média que habitou os nossos dias escolares foi apresentada também como o “tempo da Igreja”, como se só houvesse existido padres, vistos como os “donos” da cultura, do poder e do saber. Por isso precisamos refletir sobre a história e o esquecimento. A memória, é bom enfatizar, era uma das faculdades mais cultivadas e importantes da Idade Média. Nesse sentido, sabemos que:

O clero, particularmente o clero regular, era o especialista medieval da memória. Seus membros não só tinham a obrigação de comemorar o passado, mas eram também encarregados de selecionar, dentro de um conjunto de *memorabilia* possíveis, as que eram *memoranda*, quer dizer, dignas de serem lembradas.¹³

Como lemos acima, o clero regular, ou seja, os monges, eram os “senhores da memória e do esquecimento”, para utilizarmos uma expressão de Eric Hobsbawm. E se os monges é que decidiam o que lembrar do passado e o que comemorar, o que imaginamos que eles escolhiam para lembrar e comemorar e, como consequência, o que escolhiam para ser esquecido? Precisamos, portanto, situar os embates no tempo e no espaço, evitando olhar o passado com os olhos do presente. O presente é que nos oferece o combustível para as inquietações que nos conduzem ao passado, mas não os modelos e padrões de entendimento desse passado. As respostas possíveis para as questões relativas ao que os monges transformavam em memória e em esquecimento só podem ser encontradas

12 Santo Agostinho de Hipona. *Da utilidade de crer* I, 16, 34.

13 GEARY, Patrick. “Memória.” In: LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru-SP: EDUSC, 2002. p. 168.

no passado vivido por eles. Desse modo, para finalizar, podemos refletir com Le Goff, um dos mais importantes medievalistas do século XX:

A Idade Média certamente não me trouxe soluções para o tempo presente. Em compensação, ela trabalhou em mim como homem militante tanto no século XX como agora no XXI. Para adaptar uma fórmula de Stanislas Fumet, há uma história da Idade Média em minha vida, nas “dádivas” que a história faz ao historiador. A história me empurrou para a ação.¹⁴

A História Medieval vive de textos e de imagens, e “perguntar como é possível compreender um texto já é investigar em que sentido e de que maneira se convive com esse texto.¹⁵ Conviver com um texto é buscar de certo modo uma “comunidade de sentido”. Mesmo que seja uma “caçada em território alheio”, como sugere Certeau, essa convivência deve ser marcada pelo desejo de se chegar aos “sujeitos”,¹⁶ aos modos de vida e de pensamento, mesmo que saibamos que precisamos:

substituir a leitura impressionística dos textos medievais por outra refinada, que supere a obviedade do documento, que não fique limitada à superfície. Deve-se ir além da mensagem consciente e premeditada de seus atores, para se chegar ao implícito, aos silêncios, aos atos falhos, àquilo que está dito à revelia do eclesiástico. Somente uma leitura documental desse tipo pode alcançar aquilo que não é produto cultural de apenas um grupo, e sim expressão da sensibilidade coletiva.¹⁷

Romper a superfície do documento, entender que ele “já não fala por si mesmo mas necessita de perguntas adequadas”,¹⁸ é condição essencial para o trabalho do historiador, professor e pesquisador. Pensando assim, poderemos romper a pesada crosta que de certo modo teima em encobrir o sentido da História Medieval para as nossas vidas e para a vida dos estudantes. Quem sabe possamos entender com Jacques Le Goff que “[...] A ESPERANÇA PERMA-

14 LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 19.

15 Idem, p. 13.

16 Há um discussão bastante interessante sobre a existência da categoria “sujeito” na Idade Média. Sabemos que o “nascimento do sujeito” é atribuído a Modernidade, e que de certa forma esse “nascimento” é uma das grandes diferenças a marcar os tempos – o “sujeito pensante” da Modernidade seria assim completamente diferente do “sujeito medieval”, religioso e supersticioso.

17 JÚNIOR, Hilário Franco. *As utopias medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992. O prof. Hilário Franco Júnior é um dos medievalistas mais importantes do Brasil. Tendo sido aluno do mais importante medievalista francês, Jacques Le Goff, “é autor de relevantes trabalhos sobre história medieval realizados no Brasil”. Seus últimos trabalhos revelam “como sociedades imaginárias coexistem com as reais em todos os tempos”.

18 VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. Et all. *A pesquisa em história*. São Paulo: Editora Ática, 1998. p. 15.

NECE A PRINCIPAL HERANÇA DA IDADE MÉDIA”¹⁹ (Grifo nosso). Uma esperança que teima em se manifestar às vezes sutilmente, outras vezes mais explicitamente, porque acreditamos no *ensino* como uma forma de produção de conhecimento, como um ponto privilegiado de observação da realidade e do mundo em nossa volta. Nesse sentido pensamos entretanto:

que todo historiador autêntico deve, como todo homem de saber, ter dentro de si um desejo de verdade. Se não creio que haja *uma* verdade histórica, creio que o historiador deve se esforçar para construir uma história verdadeira. [...] Como medievalista, pude viver mais intensamente o meu presente [...]. Minha Idade Média se formou através de uma reflexão comum sobre o passado, o presente e o futuro.²⁰

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História. A arte de inventar o passado*. Bauru/SP: EDUSC, 2007

BACHET, Jérôme. “Idade Média, nosso antimundo.” In: *Cadernos IHU*. Instituto Humanitas Unisinos, 2008

BANN Stephen. *As invenções da história*. Ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Unesp, 1994.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*. Ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

GEARY, Patrick. “Memória.” In: LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru-SP: EDUSC, 2002

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história.” In: RIOS, Kênia Sousa. FILHO, João Ernani Furtado. (Orgs.) *Em tempo*. História, memória, educação. Fortaleza: Imprensa Universitária-UFC, 2008.

JUNIOR, Hilário Franco. *A Idade Média*. Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1999

JUNIOR., Hilário Franco. *As utopias medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

¹⁹ GOFF Jacques Le. Op. Cit. p. 217. Jacques Le Goff é o principal responsável pela mudança na perspectiva do ensino e da pesquisa sobre a História Medieval. É “um dos mais importantes historiadores franceses e figura central da corrente historiográfica conhecida por “Nova História””.

²⁰ Idem. p. 212.

LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

Santo Agostinho de Hipona. *Da utilidade de crer* I, 16, 34

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens*. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru-SP: EDUSC, 2007

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. Et all. *A pesquisa em história*. São Paulo: Editora Ática, 1998



O PT apresentado como Partido dos Trabalhadores (1980-1988)¹

Geovan Nobre de Araújo

Em documentos do PT, o partido aponta para o discurso de que surgiu da necessidade dos trabalhadores lutarem contra a situação social que os oprimia. No Manifesto de Fundação do PT, sessão de 22 de março de 1980, logo nas primeiras palavras, lê-se o seguinte, com relação ao surgimento do partido:

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.²

Portanto, essa é uma forma de apresentar o partido e o que o fez surgir, sendo que essa ideia de luta dos trabalhadores contra uma situação de opressão, que seria combatida com a participação desses mesmos oprimidos, estará presente em vários documentos do partido, a nível nacional, durante o período analisado aqui. Argerich faz colocações interessantes sobre o Manifesto as quais nos ajudam a entendê-lo melhor, situando-o no tempo:

O Manifesto do PT reflete vozes do seu tempo que representam o simulacro de sociedade existente, na contraposição “dominador/explorador/privilegiado” frente a “dominado/explorado/não privilegiado”. O léxico traz essas e outras marcas que confirmam a heterogeneidade constitutiva do seu discurso, como saldo da luta entre a velha e a nova ideologia, ao atualizar contraposições dualistas próprias das análises do marxismo clássico (“massas/

1 Com pequenas modificações, este artigo é parte da minha dissertação de mestrado em História e Culturas, na Universidade Estadual do Ceará.

2 SECRETARIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO(Org.). *Programa, manifesto e discurso da convenção de 81*. 1986. p. 3.

elites”, “oprimidos/opressores”, “trabalhadores/não trabalhadores”, “povo/não povo”, “maioria/minoria”, etc.³

Podemos perceber, então, no discurso no Manifesto de Fundação, contraposições importantes que faziam parte de uma identidade partidária que estava se formando, com uma proposta nova, combativa e de princípios democráticos. No discurso do PT de Quixadá, também estão presentes esses elementos, sendo que poderíamos acrescentar aqui uma contraposição que também faz parte do PT no nível local (Quixadá) e no nacional, que é “patrões/trabalhadores”. O Partido dos Trabalhadores, principalmente, nos seus primeiros anos de existência, apresentou-se nos seus discursos escritos como defensor dos interesses dos trabalhadores. Seu Programa diz que o PT é “baseado nos trabalhadores da cidade e do campo”.⁴ No famoso discurso de Lula, na Primeira Convenção Nacional do partido, em 1981, consta o seguinte: “somos um Partido dos Trabalhadores da cidade e do campo. E é desta união que germinam as sementes de nossa proposta partidária”.⁵ Nesse discurso, Lula ainda faz ver que “os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual”.⁶

Em um parágrafo do capítulo em que trata especialmente do surgimento do partido no município de Quixadá, Alencar diz que:

O processo de construção do PT em Quixadá começa no ano de 1981 e vai da cidade para o campo. Surge a partir de um pequeno grupo de trabalhadores, que resolvem se unir em torno de uma proposta política, voltada para o interesse da classe trabalhadora. Inicialmente à frente dessa proposta de formação do partido dos trabalhadores quixadaenses está um ilustre representante da oligarquia agroindustrial, o bioquímico e ex-prefeito de Quixadá, o Sr. José Baquit. Mesmo sendo membro da oligarquia local, Zé Baquit, era também conhecido no universo popular, como - o pai dos pobres, em alusão a Getúlio Vargas e em decorrência de suas práticas políticas que tinha um - componente populista, enquanto esteve à frente do executivo local.⁷

O discurso de José de Freitas Neto, quando candidato a prefeito de Quixadá, em 1982, era um exemplo muito forte de discurso que fazia forte referência à

3 ARVERICH, Miguel Espar. “Ler a sociedade em chave dialógica: amostra em discursos do Partido dos Trabalhadores (PT).” *Revista Investigações*. Vol. 22, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1350/1022>>. Acesso em 03 jun. 2011. p. 53-54

4 SECRETARIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO (Org.). *Programa, manifesto e discurso da convenção de 81*. 1986. p.6

5 *Ibid.*, p. 36.

6 *Ibid.*, p. 40.

7 ALENCAR, Francisca Elenir de Oliveira. *A importância da formação do Partido dos Trabalhadores quixadaense na visão de seus fundadores*. 2009. Monografia (Graduação em História) – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, Ceará. 2009. p. 13.

defesa dos interesses dos trabalhadores. Além dos trechos já citados, podemos dar aqui, a parte em que diz:

Como candidato a prefeito do Partido dos Trabalhadores o que lhes deveríamos dizer? Porventura, deveríamos dizer que, se eleito, construiríamos um ginásio de esportes, como promete o PDS, ou o campo de aviação, como deseja um candidato a deputado federal do PMDB? Evidentemente que não, Companheiros. [...] O candidato do Partido dos Trabalhadores não diz aos trabalhadores o que vai fazer, mas sim pergunta aos trabalhadores o que deve ser feito, porque, efetivamente, o Partido dos Trabalhadores é o único partido democrata realmente de todos esses partidos hoje existentes, apesar de toda a propaganda em contrário por parte dos inimigos da classe trabalhadora.⁸

É interessante notarmos que, em todo o discurso de quatro páginas de José de Freitas Neto, a sigla PT só é usada duas vezes, enquanto a expressão “Partido dos Trabalhadores” aparece doze vezes, três, só na citação acima. Esse é um fato significativo, que mostra a relação com os trabalhadores, que se quer colocar no discurso. Nesse discurso, está presente a marca forte do PT nacional daquele período. Dessa forma, o partido procura colocar-se em contraposição aos outros partidos quanto à questão da democracia. Gonçalves, observa:

Feito pelos, com e para os trabalhadores, essa era a grande novidade e a principal relevância do PT, cujo discurso estava, em todo tempo, situado junto às bases. Era preciso, para consolidar uma democracia de fato e de direito, que sujeitos comuns pudessem participar das tomadas de decisões e da organização política diária. As decisões não podiam vir mais de cima para baixo. No PT a ordem era fazer o inverso da histórica política elitista brasileira (grifos do autor).⁹

Assim, a atuação dos parlamentares petistas deveria também ter relação com os anseios dos trabalhadores, com suas lutas, sem distanciamento entre atuação institucional e suas bases. Então, o regimento interno, documento do 3º Encontro Nacional de 1984, quando trata das “atribuições das bancadas parlamentares”, diz serem elas as seguintes:

8 Discurso de José de Freitas Neto, o Freitinhos, então candidato à prefeitura de Quixadá pelo Partido dos Trabalhadores em 1992. Material encontrado no Arquivo do PT de Quixadá.

9 GONÇALVES, Maxlander Dias. *Veja - uma História do PT e do Primeiro Governo Lula sob a ótica das notícias*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2009. p. 39-40 Disponível em<<http://www.historia.ufes.br/content/dissertações-turma-2007-texto-integral>>. Acesso em: 09 jul. 2012.

a) promover o entrosamento da atividade partidária no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais com as lutas e as manifestações dos trabalhadores; b) participar das lutas e movimentos dos trabalhadores; c) denunciar, nos parlamentos, as arbitrariedades e as violências contra os trabalhadores, defendendo os seus direitos de expressão, e de organização e autonomia; e d) tomar a iniciativa de projetos de lei e outras medidas institucionais, visando a consolidação das conquistas dos trabalhadores, bem como a sua ampliação segundo o espírito do Programa do Partido.¹⁰

Podemos perceber que, em todos os quatro itens, se fala em “trabalhadores”, deixando claro que deveria existir forte relação partidária com as bases, em sua atuação parlamentar, no sentido de se obterem conquistas para os trabalhadores, de modo que essas conquistas, como indica o item “d”, deveriam levar em consideração “o espírito do Programa do Partido”. Portanto, de certa forma, o partido defendia que em relação a essas conquistas, dever-se-ia levar em consideração a identidade partidária petista, devendo sua prática política parlamentar também ser de acordo com esta identidade. Nas palavras de Borges, a identidade partidária é:

Entendida como conjunto de concepções e práticas que os sujeitos do partido atribuem ao mesmo e nas quais se reconhecem. Parte do entendimento de que essa identidade é, simultaneamente, causa e efeito do conjunto de escolhas que o partido vem fazendo ao longo de sua trajetória e que lhe conferem características específicas. Escolhas referidas aos objetivos ou projeto político do partido, dos critérios de recrutamento, formas organizativas, processos decisórios, relações com os movimentos sociais e com o Estado e às definições quanto a aliados e inimigos.¹¹

A Carta de Princípios

Um documento em que é muito forte a apresentação do partido como referência para os interesses dos trabalhadores é a Carta de Princípios do PT, lançada publicamente no dia 01 de maio de 1979. Esse famoso documento foi publicado em um ano de muita mobilização dos trabalhadores no Brasil, sendo

10 III ENCONTRO NACIONAL DO PT: Regimento Interno. Referência obtida via base de dados: In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo. p. 8. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/regimentointernodopt.pdf>>. Acesso em: 17.09.2016

11 BORGES, Arleth Santos. *PT Maranhão 1980-1992: origens, organização e governos municipais*. São Luíz: EDUFMA, 2008. p.13.

que, no ano referido, “o surto grevista atingiu maior vulto, uma vez que se generalizou para o resto do país, abrangendo um leque de assalariados urbanos e rurais, ao contrário de 1978, quando as greves se concentraram em grande parte no Estado de São Paulo”.¹²

Keck observa que “em 1979 as greves pipocaram por todo o Brasil”. Ela informa que as greves daquele ano, “atingiram quinze estados e espalharam-se muito além do setor metalúrgico, afetando os trabalhadores dos serviços urbanos, da indústria têxtil, do setor de mineração, dos bancos, da construção civil, professores e muitos outros”. Foi um momento em que os trabalhadores avançaram politicamente, e não só economicamente, o que se articulou com o fortalecimento da ideia de criação de um partido “de trabalhadores”. Assim, a apresentação que o partido fazia de si, na Carta de Princípios, se referia bastante à ligação do partido com a luta dos trabalhadores. Nessas greves de 1979, houve reivindicação por salário, luta por objetivo a curto prazo, mas, também vontade de que fossem conseguidas conquistas políticas de longo prazo para os operários. Para Keck, naquele ano, “a questão dos direitos dos trabalhadores e sua participação passou a ser colocada na agenda do debate sobre a democracia não mais de maneira abstrata, mas explicitamente, através das ações e reivindicações dos próprios operários”.¹³

Era um contexto realmente bastante propício para o surgimento de um partido que pretendia representar os interesses da classe trabalhadora, mas com um viés democrático, como foi o PT, sem deixar ao mesmo tempo de defender o socialismo e de ser influenciado por elementos presentes na esquerda tradicional. Lacerda aborda a Carta de Princípios do PT, comentando o seguinte sobre o seu lançamento:

A primeira vez que a idéia sobre a formação do PT foi discutida aconteceu na conferência dos Petroleiros na Bahia, apresentada por Lula. Posteriormente, em dezembro de 1978, a idéia de um Partido dos Trabalhadores foi discutida em reunião com 12 importantes líderes sindicais, dentre os quais apenas quatro, devido à uma cisão interna forte existente no movimento sindical, apoiavam a idéia: Lula, Paulo Skromov, José Cicote e Jacob Bittar. Em janeiro do ano seguinte a proposta do Partido é lançada formalmente durante o IX Congresso dos Metalúrgicos, mecânicos e eletricitários do Estado de São Paulo realizado em Lins. Esse congresso fez com que a cisão dentro do movimento sindical quanto a forma do partido fosse ainda maior e essas divergências foram

12 ANTUNES, Ricardo. *Crise e poder*. São Paulo: Cortês: Autores Associados, 1984. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 11) p.50.

13 KECK, Margareth E. *PT: A lógica da diferença*. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo, Ática, 1991. p. 81-82.

traduzidas num documento chamado Carta de Princípios, que foi elaborado por um comitê composto por alguns sindicalistas como Jacob Bittar, Henos Amorina e Wagner Benevides. Esse comitê lançou no dia 1º de maio de 1979 nas maiores cidades brasileiras esse documento, no sentido de comemorar o dia do trabalhador, mas sem uma discussão prévia com as lideranças sindicais. Fato que fez com que o comitê fosse intitulado de vanguardista por terem lançado previamente o documento e também por serem seus membros pertencentes ou próximos de organizações de tendência trotskista.¹⁴

Como o partido trazia uma proposta diferente da esquerda tradicional, no sentido do diálogo com as bases, seria normal que esse comitê fosse intitulado de “vanguardista”. A Carta de Princípios pregava, entre outras coisas, uma união dos trabalhadores no seu próprio partido, para enfrentar as classes dominantes, que também tinham tendência a se unir, barrando os avanços rumo a uma sociedade que seria mais justa. Os discursos do PT de Quixadá, particularmente o discurso de José de Freitas Neto, na campanha de 1982, já citado, vai, em geral, ao encontro do que tinha sido escrito na Carta de Princípios, pregando a união entre os trabalhadores no seu próprio partido. A Carta é um documento importante para compreendermos a história do partido. Em seu último parágrafo, diz que “O PT manifesta alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo”. Essa solidariedade incluía a “solidariedade com os trabalhadores do mundo”.

Solidariedade com os trabalhadores do mundo

O PT se manifestou em defesa de questões que envolviam trabalhadores de outros países em seus documentos, sendo que em documento do II Encontro Nacional do Partido, há a afirmação de que “a luta dos trabalhadores é a mesma em todo o mundo”.¹⁵ Assim, no V Encontro Nacional, em 1987, uma das moções era em defesa dos trabalhadores da Polônia:

No momento em que o Partido dos Trabalhadores realiza seu V Encontro, os trabalhadores poloneses acabam de impor uma derrota ao governo do General Jaruzelsky, dizendo não ao apelo de apoio às reformas econômicas. Tais reformas visam adequar a economia polonesa às exigências do FMI, portanto implica medidas

14 COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979, p. 6.

15 II ENCONTRO NACIONAL DO PT: Plataforma eleitoral nacional. Referência obtida via base de dados: In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, p. 7. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/plataformaeleitoral.pdf>>. Acesso em: 17.09.2016.

contrárias às aspirações das massas da Polônia, agravando ainda mais as condições de vida do país.¹⁶

Para o partido, essas eram reformas que não beneficiariam os trabalhadores e, sim, as classes dominantes, nas quais estavam incluídos os patrões, sendo que, para o PT, essa contraposição entre “patrões” e “trabalhadores” era fortemente presente.

A contraposição patrão/trabalhadores nos discursos do PT

Já nos referimos à existência, nos discursos escritos do PT de Quixadá, da busca de contraposição entre “patrão/trabalhadores”. Assim, o discurso de José de Freitas Neto, na campanha de 1982, observa:

Os outros partidos apenas se servem da classe trabalhadora como escada para subir ao poder, mas, de fato, o seu compromisso é com os patrões e os interesses dos patrões são o oposto dos interesses dos trabalhadores. Afinal, o bangalô do dono da usina não é o casebre do carreteiro, o lucro do comerciante não é o salário minguado do balconista nem o carro bonito do latifundiário é o jumento cançado [sic] do agricultor sem terra.¹⁷

Nesse trecho é feito um jogo de contrários, que coloca a situação do trabalhador, diferente da do patrão. “Bangalô, lucro e carro bonito” fazem parte de uma realidade que se opõe a “casebre, salário minguado e jumento cansado”. Dessa forma, quer-se ressaltar que, se a realidade é oposta, os interesses também são opostos, devendo os trabalhadores ficar do lado do partido que os representaria.

Ao ser questionado sobre o discurso escrito de José de Freitas Neto, no qual há a afirmação sobre o PT ser o partido dos trabalhadores e os outros partidos os dos patrões, Everton Lopes justifica: “o Freitinhas levava essa ideia, ele tinha, mas eu não cheguei a ter acesso a esse discurso do Freitinhas, mas, o nosso ideal era esse, era dizer quem era trabalhador e dizer quem era patrão, dizer quem era sacrificado e quem era que sacrificava. O nosso discurso era esse”.¹⁸ Ele, que usava o PT como uma “válvula de escape”,¹⁹ quando fala em “dizer quem era sa-

16 V ENCONTRO NACIONAL DO PT: Moções. Referência obtida via base de dados: In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo. p. 1. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/5mocoos87.pdf>>. Acesso em: 17.09.2016.

17 Discurso de José de Freitas Neto, o Freitinhas, então candidato à prefeitura de Quixadá pelo Partido dos Trabalhadores em 1992. Material encontrado no Arquivo do PT de Quixadá.

18 LOPES, Everton. Quixadá-CE, 09 out. 2011. Entrevista concedida ao autor.

19 Expressão usada pelo próprio Everton Lopes, em entrevista realizada em 05.10.2011.

crificado e quem era que sacrificava”, vai ao encontro do discurso de Freitinhas, quando da diferenciação de realidade entre patrão e trabalhador. Luiz Oswaldo fala de forma interessante sobre o discurso do PT como sendo “partido dos trabalhadores”:

Eu acho que o PT levou uma marca muito forte de ser um partido... quase seria um... um PET... Partido Exclusivo dos Trabalhadores... no começo. Eu acho que foi um caminho correto a ser seguido, as coisas vão se construindo pouco a pouco. Acho que no primeiro momento a gente precisava mostrar que havia um partido que não era dos patrões, essa era a ideia... e que não era o temido partido comunista, comedor de figado de criança, aquele negócio todo... conforme o mito que se espalhou pelo Brasil.²⁰

Realmente havia essa necessidade, sentida pelo PT, de modo geral, nos seus primeiros anos, de se apresentar como “partido dos trabalhadores” e não “dos patrões”, sendo que o discurso do candidato a prefeito do PT em Quixadá seguiu essa linha.

Na Carta de Princípios do PT, diz-se logo no primeiro parágrafo: “A ideia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora”. Chama muito a nossa atenção, nesse trecho, a referência a um “partido só dos trabalhadores”, pois dá a impressão de ser “exclusivo dos trabalhadores”. Em seguida, já há uma referência aos “explorados e oprimidos”:

Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes. Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de obstáculos se contrapõe a seus esforços.²¹

Em determinado momento, fala-se, então, em “lideranças dos trabalhadores e oprimidos”. Há uma contraposição na Carta de Princípios entre classe dominante/oprimidos, e entre classe dominante/trabalhadores, de modo que, das classes dominantes fariam parte os patrões e o governo, o que aumentava a necessidade de união entre os “trabalhadores e oprimidos” em torno de um partido político.

20 SOUZA, Luiz Oswaldo Moreira de. Quixadá-CE, 26 abr. 2011. Entrevista concedida ao autor.

21 COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Carta de princípios*, 1979, p. 1. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portalpt/dados/bancoimg/c091003192854cartadeprincipios.pdf>>. Acesso em: 16 jun.2011.

Após as eleições de 1982, primeira da qual o partido participou, a Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores escreveu uma carta “Ao povo cearense”, falando da votação do partido, de modo que, em certo trecho, fala-se que o partido não se posicionava ao lado do “regime de exploração”, sendo tal regime a favor dos “interesses dos grandes patrões”:

[O PT] Alegra-se com muitos que desconhecaram as mentiras dos que diziam estar o P.T. do lado deste regime de exploração, que só defende os interesses dos grandes patrões. Sente-se honrado em ter sido votado por cidadãos de consciência livre, que descobriram que o caminho da libertação dos trabalhadores só será construído pelas mãos e inteligência dos próprios trabalhadores. E que este caminho é cheio de pedras e espinhos, mas é belo e único.²²

O PT de Quixadá no boletim *A luta*, de setembro de 1985, também faz uma contraposição entre “patrão” e “trabalhador” ao abordar um “caso da Fazenda Aracê”, em Quixadá, que, para o partido, estava relacionado a uma questão entre um fazendeiro e um morador. O PT se coloca, nessa matéria, como solidário “com o trabalhador”, filho do Sr. Pedro Pereira, morador, que teria uma questão com o fazendeiro, Sr. João Carneiro, e diz que houve “calúnia” e “violência” nesse caso. Em um trecho da matéria, diz-se que:

o fazendeiro tem uma questão com um morador, Sr. Pedro Pereira, e quer, a todo custo, exotá-lo da fazenda. É sempre assim. Toda vez que o trabalhador reclama seus direitos o patrão o julga perigoso no meio dos outros e faz tudo para ver-se livre dele. Persegue, oprime, ameaça, espanca e calúnia.²³

É uma generalização que é feita nesse trecho, mas que vai ao encontro dos discursos do PT nacional sobre a contraposição entre trabalhadores e patrões. Uma instituição que o PT julgava como muito importante para as conquistas dos trabalhadores era a CUT (Central Única dos Trabalhadores), da qual vamos falar um pouco agora.

O PT e a CUT

Como partido que dizia representar os interesses dos trabalhadores, foi forte a relação entre o PT e a CUT (Central Única dos Trabalhadores), entidade criada em 28 de agosto de 1983.²⁴ Para Lima:

22 Carta da Executiva do Partido dos Trabalhadores no Ceará, intitulada “Ao povo cearense”. 21.11.1982, Fortaleza. Fornecido por Cristiano Goes, membro do Comitê Jovem ligado à candidatura a prefeito de Ilário Marques.

23 Boletim *A luta*, Quixadá, ano 1, set. 1985. Arquivo do diretório do PT de Quixadá.

24 CAMARGO, Wander Amaral. “A Igreja Católica e a CUT.” *Revista Varia Scientia*, v. 5, n. 9, 2005. p.12. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/44-130-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 jun.2011.

Tanto o Partido dos Trabalhadores como a CUT surgiram sob a forma de embriões da organização necessária dos trabalhadores, em um momento de crise do antigo regime militar brasileiro. Ambos adotavam um posicionamento de rompimento com o capitalismo e mantinham-se favoráveis ao socialismo.²⁵

O PT refere-se à CUT em seu documento intitulado “Teses para a atuação do PT”, do seu 3º Encontro Nacional, realizado em 1984, referência acompanhada de forte menção aos “trabalhadores”:

Ao lado da organização partidária, é preciso ajudar o fortalecimento do movimento sindical e popular. Daí a necessidade de o PT usar todos os meios que contribuam para a consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como expressão dos setores mais combativos e dinâmicos do movimento sindical; ao PT cabe contribuir para que a CUT se consolide e amplie suas bases o mais rapidamente possível, tomando iniciativas com vistas à realização da mais ampla unidade do movimento concreto dos trabalhadores. Aí estão, nas lutas sindicais de julho de 1983, os sinais de que o movimento dos trabalhadores se prepara para lutas de caráter cada vez mais amplo, que podem vir a desembocar na greve geral. É, pois, no rumo do reforço das organizações dos trabalhadores que devemos, nós do PT, lutar para enfrentar a crise.²⁶

A cartilha “O que é o Partido dos Trabalhadores”, publicação da Secretaria Nacional de Formação Política do PT, refere-se à CUT, do seguinte modo:

O PT considera que a CUT é o grande instrumento de luta da classe trabalhadora no plano sindical. Seu fortalecimento é a principal meta estratégica do movimento sindical brasileiro. Nela precisam se unificar todas as forças honestas e realmente comprometidas com os trabalhadores, que existam no movimento sindical brasileiro.²⁷

25 LIMA, Cristiane Leyendecker de. *Relação Partido/Sindicato: um estudo de caso*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2004. p. 43-4. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7508/1/2004_CristianeLeyendeckerdeLima.pdf>. Acesso em: 7 jun.2011.

26 I ENCONTRO NACIONAL DO PT: Teses para a atuação do PT. Referência obtida via base de dados: In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, p. 8-9. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/tesesparaaatuacaodopt.pdf>>. Acesso em: 17.09.2016.

27 SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA. *O que é o Partido dos Trabalhadores*. 4. ed., São Paulo: 1995. p. 35.

Mesmo sendo um texto de 1995, portanto, atualizado, em relação à CUT, não vemos diferença no trecho citado quanto à forma com que o PT se referia à CUT, durante o período por nós estudado.

Em Quixadá, Miguel Benedito Peixoto, um dos militantes mais atuantes do partido no período em análise, era presidente da CUT, regional Sertão Central, quando foi candidato a vereador em 1988. Apesar de não ter sido eleito, criou-se uma expectativa em torno da sua candidatura, relativa à possibilidade de vitória.

Partido dos Trabalhadores Rurais?

O PT, principalmente em grande parte da década de 1980, buscou ter ligação com as lutas rurais, como, por exemplo, a da reforma agrária, que, para o partido, deveria acontecer “sob controle dos trabalhadores”.²⁸ É interessante vermos a fala de Luiz Oswaldo, que se refere à atuação do PT no Ceará e em Quixadá:

eu sempre lutei muito no partido, desde que eu entrei pra fazer esse partido crescer, se ampliar, procurar as pessoas de boa vontade com relação à causa, que não necessariamente teriam que ser taxados de trabalhador rural. Naquela época era muito comum aqui no Ceará, nos discursos que a gente ouvia pelo campo, e o PT começou muito pelo campo, aqui no Ceará, é o PT, o partido do trabalhador rural... Então, era muito comum nas comunidades a gente ouvir isso, eu até fazia uma certa crítica ao partido que... se recusava um pouco a ir para as periferias da cidade... como que desprezando, como se aquilo fosse um [lupem]... desprezível, e se concentrar apenas na organização do homem do campo. Aqui, como a gente tem uma influência muito forte do Ilário, que era advogado dos trabalhadores rurais, aí eu acho que a gente começou muito por aí, também. Mas pouco a pouco, o Freitinhos aqui, conseguiu fazer um meio-campo, porque o Freitinhos começou a agregar a questão dos... dos comerciários.²⁹

A ligação do PT local com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá foi bastante considerável, nesse período, tendo Ilário Marques atuação marcante como seu advogado. Na matéria do boletim *A luta*, já comentada, sobre a Fazenda Aracê, no município de Quixadá, na qual o partido fala de uma questão, envolvendo um fazendeiro e um morador, o PT de Quixadá “louva a assistência prestada” pelo “Dr. Ilário Marques”. O mesmo atuou como advogado em dife-

28 II ENCONTRO NACIONAL DO PT: Teses para a atuação do PT. Referência obtida via base de dados: In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo. p. 9. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/tesesparaatuacaodopt.pdf>>. Acesso em: 17.09.2016.

29 SOUZA, Luiz Oswaldo Moreira de. Quixadá-CE, 26 abr. 2011. Entrevista concedida ao autor.

rentes Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de vários municípios, o que contribuiu para sua vitória como deputado estadual em 1986, quando ainda tinha 25 anos de idade. O seu colega, durante o mandato (1897-1990), de partido e na Assembleia Estadual do Ceará, João Alfredo, também tinha uma atuação como advogado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de vários municípios, segundo diz moção aprovada no V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, em 1987. Os dois advogados foram os deputados estaduais petistas do Ceará, na legislatura de 1987 a 1990.

O PT de Quixadá teve uma relação considerável com os trabalhadores rurais, na década de 1980, buscando, nas eleições de 1988, o apoio destes para a sua campanha. Porém essa era uma luta difícil, como já falamos.

O PT dos “trabalhadores” nas eleições municipais de 1988

Em Quixadá, o PT teve forte interesse em se mostrar defensor dos trabalhadores, o que vemos tanto em materiais escritos ligados à candidatura majoritária de Luiz Oswaldo para prefeito de Quixadá, como nos de candidaturas de vereadores pelo partido. O mesmo se constata também em material do então deputado estadual Ilário Marques, filiado ao PT de Quixadá, no início do segundo semestre daquele ano eleitoral. Esse material trata das eleições municipais, consideradas por Ilário, naquele momento, como importantes para a construção, pelos trabalhadores, de uma “nova sociedade”. Seu título já mostra o foco desse discurso escrito: “Eleições 88 e a luta dos trabalhadores”. Ele começa com o famoso uso da saudação “companheiros”, que fazia parte da identidade partidária petista:

Companheiros, estamos reiniciando nossas atividades parlamentares neste ano de 1988. É o início do II semestre. Semestre este que será marcado por importantes acontecimentos políticos, tais como: conclusão e promulgação da nova Constituição, início da elaboração da Constituição Estadual e eleições municipais. Queremos aqui fazer algumas reflexões sobre este último ponto, eleições municipais, abordando sua importância no atual momento para o avanço da luta da classe trabalhadora rumo à construção da NOVA SOCIEDADE [sic].³⁰

30 Discurso escrito do então deputado estadual Ilário Marques, intitulado “Eleições 88 e a luta dos trabalhadores”. 1988. Arquivo do PT de Quixadá. 1 p.

Ilário Marques iria se envolver com as eleições municipais em Quixadá em 1988,³¹ defendendo a candidatura de Luiz Oswaldo para prefeito. Mas, nesse discurso, ele trata da importância das eleições municipais na conjuntura nacional.

Nos discursos petistas, relacionados à campanha de 1988, em Quixadá, havia referência considerável aos interesses dos trabalhadores, assim como também do povo em geral. Muitos dos materiais de campanha dos candidatos a vereador continham um slogan em defesa dos trabalhadores, como, por exemplo, “a voz e a vez dos trabalhadores”,³² do candidato a vereador Manoel Luis Filho; “Acredite no novo, em defesa dos trabalhadores”, do candidato “Mestre Chagas”; “trabalhadores, juntem-se a nós”, do candidato Zé Alberto e “trabalhador vota em trabalhador”, do candidato Nilo Nonato.

Partido dos Trabalhadores e a Constituinte

Uma nova constituição que melhorasse as condições de vida dos trabalhadores era defendida pelo PT, que se colocava nos discursos escritos como um partido que lutava para que a Constituição, que acabaria sendo promulgada em 1988, propiciasse avanços nesse sentido. No boletim *A luta*, nº 08, de maio e junho de 1987, do PT de Quixadá, vemos uma matéria intitulada “Constituinte - sem ilusões”. Nesta, existe a ideia de que, mesmo que o Congresso Constituinte tenha sido, segundo a perspectiva do partido, “eleito à sombra da corrupção, do casuísmo e do poderio econômico”, não bastava que ele fosse apenas denunciado. Então, “para desmascara-lo [sic]”, e também que fosse conseguida “alguma coisa dele”, observa-se o seguinte: “é necessário que levemos a ele [o Congresso] as nossas propostas, as reivindicações dos trabalhadores, aprovadas em congresso com mais de 5 mil pessoas”.³³ Isso vai ao encontro do que era defendido oficialmente em nível nacional, pois o PT queria mostrar que os parlamentares eleitos por partidos que contribuíram para uma transição conservadora, em pacto com o Regime Militar, sem ligação com as reais necessidades dos trabalhadores e o povo, teriam posturas na Constituinte que fugiriam aos compromissos com mudanças que trouxessem avanços significativos na situação dos oprimidos, sendo que, inclusive, não haveria mudanças significativas nas condições de vida e de trabalho das pessoas, em geral. Segundo esse pensamento

31 O resultado foi o seguinte: o médico Francisco Martins de Mesquita, do PDT obteve 16.117 votos contra 10.364 votos de Renato Carneiro do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); Luiz Oswaldo Santiago Moreira (PT) obteve 1.960 votos, a maior votação até aquele momento de um candidato do PT no município; José Policarpo do PSB (Partido Socialista Brasileiro) obteve 1.270 votos. (Cf. PINHEIRO, op. cit., p. 35). Naquele ano, o PT de Quixadá elegeu seu primeiro vereador, Antônio Airton.

32 Material encontrado no Arquivo do PT de Quixadá, com slogans de candidatos a vereadores do PT de Quixadá, na eleição de 1988.

33 “Constituinte - sem ilusões”. *Boletim A luta*, nº 08, de maio e junho de 1987, PT de Quixadá.

oficial, o Congresso eleito teria compromissos com o “poderio econômico”, com a mesma política que provocava arrochos salariais, inflação, desemprego, contribuindo para que o país continuasse comprometido com o grande capital internacional. Mas outra postura também equivocada, segundo esse documento, seria não levar as reivindicações dos trabalhadores ao Congresso, abrindo mão de lutar para que os mesmos obtivessem conquistas. Isso está de acordo com o que já dizia documento do IV Encontro Nacional do PT, realizado em 1986:

o PT deverá evitar, ao mesmo tempo, as concepções constitucionalista e doutrinaria. A concepção constitucionalista consiste em supor que a Constituinte permitirá, por si só, a conquista das mudanças necessárias, ignorando as suas limitações e a hegemonia que sofrerá da burguesia, e que deve ser quebrada. O doutrinismo consiste em afirmar que a Constituinte nada resolve e que devemos, portanto, apenas denunciá-la, ignorando o papel que ela pode jogar na mobilização de massas. A concepção constitucionalista cria ilusões nas massas, desmobiliza e nada faz para tornar a Constituinte uma arena de luta real pelas aspirações e reivindicações populares e democráticas. A concepção doutrinaria nos coloca num beco sem saída, quanto mais não seja pela simples razão de que nos impossibilita de explicar para as massas porque, afinal de contas, se a Constituinte nada resolve, devendo ser firmemente denunciada, vamos participar dela. Na luta contra essas concepções, deveremos nos esforçar, também, para mostrar aos trabalhadores as limitações do Congresso Constituinte e nosso esforço para superá-las através de ampla participação popular.³⁴

Assim, para o PT, deveria haver luta do partido nos vários espaços onde fosse possível lutar, defender os interesses dos trabalhadores. Nesse mesmo documento, já se lia também, que:

Apesar de suas limitações, o Congresso Constituinte será um momento importante do processo de transição política que ocorre no País. Isso por duas razões essenciais: para a burguesia, trata-se de constituir a base de legitimidade política dos seus projetos de transição conservadora; para os trabalhadores e a massa dos explorados pelo sistema capitalista, trata-se não só de deslegitimar os projetos político institucionais da Aliança Democrática, como de fazer avançar a luta por uma concepção alternativa de organização econômica e social e de democracia; ou seja, uma concep-

34 VI ENCONTRO NACIONAL DO PT: Plano de ação política e organizativa. Referência obtida via base de dados: In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, p.32-33. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/planodeacaopolitica.pdf>>. Acesso em: 17.09.2016

ção que exprima os interesses dos trabalhadores e a sua decisão de manter a sua independência de classe no processo de transição.³⁵

O PT sabia: “os direitos dos trabalhadores não serão assegurados apenas com garantias constitucionais e legais”. Mas, e apesar disso, também orientava no mesmo documento:

a experiência das últimas décadas de luta nos mostra, também, que inscrever direitos e garantias na Constituição é uma forma de assegurar que a luta pela implementação e pela sua realização possam crescer e se ampliar ainda mais. Talvez o melhor exemplo seja o do direito de greve. Nos últimos anos, os trabalhadores não precisaram esperar que o efetivo direito de greve estivesse reconhecido na Constituição para se organizarem e lutarem. O ciclo de greves dos últimos dez anos mostra que a prática combativa rompe muitos obstáculos. No entanto, todos sabemos que, reconhecidos os direitos de greve e a autonomia sindical, se torna mais difícil que ocorram intervenções do Estado nos sindicatos e, como tantas vezes aconteceu durante a Ditadura, que o avanço do próprio movimento sindical seja dificultado com intervenções, cassações e medidas punitivas.³⁶

Porém, a obtenção de grandes conquistas para os trabalhadores nessa Constituinte era realmente difícil. No boletim *A luta*, de novembro de 1987, alguns meses depois do boletim comentado anteriormente, o PT de Quixadá, diante do que noticiava o *Jornal do Brasil* sobre quais “as principais mudanças nos direitos dos trabalhadores aprovadas na comissão de sistematização” da Assembleia Constituinte, comenta de como, até às discussões do momento, estaria ficando a situação do “trabalhador” na Constituição que estava sendo tratada no Congresso. Assim, o título da matéria era “Trabalhador x Patrão na Constituinte”. Nesse boletim é analisada a situação daquele momento para os trabalhadores e como ficaria a situação, se fosse aprovado o que estava sendo proposto na Constituinte. Vejamos alguns trechos da citação do *Jornal do Brasil* feita pelo boletim *A luta* do PT de Quixadá:

Conforme publicação do *Jornal do Brasil*, essas são, até agora, as principais mudanças nos direitos dos trabalhadores aprovadas na comissão de sistematização: Trabalhadores rurais Como é hoje - possuem direitos trabalhistas e previdenciárias [sic] menores do que os trabalhadores urbanos. Como fica - passam a ter os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos. Demissão Como é hoje - a empresa tem o poder de demitir o empregado, que dela recebe

35 *Idem*, 20-21.

36 *Ibid.*, p.21.

o equivalente a um salário a título e aviso prévio. O trabalhador pode retirar o seu FGTS. Como fica - o trabalhador só pode ser demitido por falta grave ou justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou infortúnio na empresa. O FGTS foi mantido e o aviso prévio passa a ser proporcional ao tempo de serviço e nunca inferior a um salário. [...] Semana de trabalho Como é hoje - a semana de trabalho tem a duração de 48 horas. Como fica - a duração máxima da semana passa a ser de 44 horas. [...] Estrutura sindical Como é hoje - o Estado pode intervir nos sindicatos. É ele quem autoriza sua criação, através do Ministério do Trabalho. A estrutura sindical baseia-se na unicidade - só um sindicato por categoria profissional numa mesma base territorial. Como fica - o Estado não pode mais interferir ou intervir em sindicatos. A criação, funcionamento ou extinção de sindicatos serão decididos pelas assembleias de trabalhadores. O princípio da unicidade sindical foi mantido. Greve Como é - a Constituição reconhece o direito de greve, mas estabelece inúmeras restrições, como a necessidade de avisar os patrões com 10 dias de antecedência e quórum de dois terços nas assembleias para sua decretação. Funcionários públicos e trabalhadores de serviços considerados essenciais, eletricidade, gás, sistema bancário, não podem entrar em greve. Os tribunais do trabalho julgam se a greve é legal ou não. Como fica - a greve é livre para todas as categorias profissionais. As restrições caíram. Não haverá julgamento da legalidade por tribunais. [...].³⁷

A avaliação do PT de Quixadá, nessa matéria, é a de que poucos foram os avanços para os trabalhadores. Dessa forma, aconteceu o que o partido já esperava, pois os deputados, em sua maioria, tinham práticas desvinculadas dos interesses dos movimentos sociais, e não assumiam as posições pregadas pelo PT. Assim, no boletim diz o seguinte:

Convenhamos, apenas algumas vantagens, se compararmos com as leis da Ditadura. Mesmo assim, os patrões, inconformados - pra eles explorar nunca é demais - estão alardeando aos quatro ventos que só falta decretar o socialismo. E os seus fiéis serviçais já caíram em campo: o senhor Virgílio Távora, constituinte biônico, considera desastrosa a proibição da demissão imotivada. Quer dizer, pra ele é um desastre que o trabalhador não seja tratado pelo empresário como uma simples máquina, substituível, a qualquer hora por outra de modelo mais novo. [...] Mas, o pior é que não tem nada assegurado ainda a essa altura. Ainda é preciso muita luta, do contrário, o empresariado dá a volta por cima na plenária e fica tudo como estava.³⁸

37 Boletim *A luta*, Quixadá, nov. 1987. Arquivo do diretório do PT de Quixadá.

38 *Idem*.

Esse discurso do boletim não só coloca os interesses dos patrões como bastante diferentes dos dos trabalhadores, como também os defende, pregando a luta para consolidar as conquistas que, mesmo sendo poucas, comparando-se ao que defendia o partido, correriam o risco de ser perdidas, por conta dos defensores dos patrões, sendo que o partido aponta que um deles seria o ex-governador do estado do Ceará, Virgílio Távora. A nova constituição, assim como outros assuntos, não interessava somente aos trabalhadores, mas também ao povo em geral, de modo que o PT, como um partido que pretendia chegar ao poder, tinha que defender os interesses da população. A referência ao povo foi também muito presente nos discursos do PT de Quixadá.

Considerações finais

Procurou-se enfatizar, neste trabalho, os discursos escritos do PT de Quixadá, mesmo que saibamos que a prática de um partido pode ser bastante diferente do seu discurso.

O PT, tanto nacionalmente, como em nível de Quixadá, apresentou o próprio partido como uma novidade, um partido diferente dos outros, que surgiu da luta dos trabalhadores e dos anseios populares, constituindo-se como importante instrumento na luta pela superação das condições de exploração dos oprimidos, isso se dando juntamente com a luta pela democracia. O partido, assim, era apresentado como diferente dos outros, também pelo seu funcionamento interno, que teria de ser democrático.

Consideramos que a referência aos “trabalhadores”, na forma de se apresentar o PT, durante os seus primeiros anos, deve ser levada em consideração para se compreender a história desse partido político brasileiro tão polêmico.

Podemos dizer que variadas são as pesquisas sobre o Partido dos Trabalhadores, cada uma com um enfoque diferente, dando sua valiosa contribuição para o entendimento da trajetória deste intrigante partido. Este nosso trabalho procurou dar a sua contribuição para os debates acadêmicos sobre os discursos petistas. Sabendo que a história desse partido causa muitas inquietações, estamos certos de que outros esforços virão por parte dos historiadores e profissionais de outras áreas, revendo os discursos com os olhares que o lugar social permite.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Francisca Elenir de Oliveira. *A importância da formação do Partido dos Trabalhadores quixadaense na visão de seus fundadores*. 2009. Monografia

(Graduação em História) – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, Ceará. 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Crise e poder*. São Paulo: Cortês: Autores Associados, 1984. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 11)

ARVERICH, Miguel Espar. *Ler a sociedade em chave dialógica: amostra em discursos do Partido dos Trabalhadores (PT)*. Revista Investigações. Vol. 22, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1350/1022>>. Acesso em 03 jun. 2011.

BORGES, Arleth Santos. *PT Maranhão 1980-1992: origens, organização e governos municipais*. São Luís: EDUFMA, 2008.

CAMARGO, Wander Amaral. “A Igreja Católica e a CUT.” *Revista Varia Scientia*, v. 5, n. 9, 2005. Disponível em: <<file:///C:/Users/usuario/Downloads/44-130-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 jun.2011.

COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Carta de princípios*, 1979. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portalpt/dados/bancoimg/c091003192854cartadepincipios.pdf>>. Acesso em: 16 jun.2011.

GONÇALVES, Maxlander Dias. *Veja - uma História do PT e do Primeiro Governo Lula sob a ótica das notícias*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2009. Disponível em<<http://www.historia.ufes.br/content/dissertações-turma-2007-texto-integral>>. Acesso em: 09 jul. 2012.

KECK, Margareth E . *PT: A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática, 1991.

LACERDA, Gislene Edwirges de. “O retorno ao pluripartidarismo brasileiro: a fundação do Partido dos Trabalhadores e a “Carta de Princípios”” In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 set. 2008. CDROM. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/st25_xix_prog.htm>. Acesso em 7 jun.2011.

LIMA, Cristiane Leyendecker de. *Relação Partido/Sindicato: um estudo de caso*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7508/1/2004_CristianeLeyendeckerdeLima.pdf>. Acesso em: 7 jun.2011.

PINHEIRO, Eudes Johnson. *Práticas políticas de Quixadá – de 1985 a 1998*. 1998. Monografia (Graduação em História). – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, Ceará. 1998.

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA. *O que é o Partido dos Trabalhadores*. 4. ed., São Paulo: 1995.

SECRETARIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO (Org.). *Programa, manifesto e discurso da convenção de 81*. 1986.

Participação política, lideranças indígenas e identidade coletiva: índios de Barreiros na Insurreição Praieira (Pernambuco, década de 1840)

Mariana Albuquerque Dantas

Na primeira metade do século XIX indígenas de diferentes aldeamentos de Pernambuco e Alagoas se envolveram em conflitos iniciados pelas elites provinciais, tais como a Insurreição de 1817, a Confederação do Equador, a Guerra dos Cabanos ou Cabanada (1832-1835) e a Praieira (1848-1849). Apesar de serem citados pela historiografia sobre as revoltas, foram muitas vezes vistos como parte de um grupo maior, composto por escravizados, pobres e despossuídos de maneira geral, que agiam apenas em função das ordens dos líderes e das autoridades não indígenas. Neste artigo temos o objetivo de traçar um caminho diferente de análise ao focar a participação ativa de um grupo indígena, os índios do aldeamento de Barreiros, localizado na zona da mata sul de Pernambuco, nos conflitos e nas articulações políticas da Praieira. Iremos demonstrar que esses indígenas atuaram a partir de seus interesses próprios, na maioria das vezes relacionados à defesa das terras do aldeamento, tornando-se motivados a se envolver em embates armados, ainda que estivessem inseridos em posição subordinada em uma sociedade escravocrata e hierarquizada.

A própria participação armada na Praieira e outras táticas utilizadas, como a invasão de engenhos, revelam o uso da violência como instrumento político para esses indígenas, tornando possível acelerar, modificar ou frear processos sociais e políticos. Dessa forma, tais usos da violência podem deixar de ser vistos como destruturadores e provocadores da desordem, para virem a ser percebidos como conformadores de diferentes ordens sociais, dinâmica fundamental na formação de Estados nacionais na América Latina.¹ As ações políticas dos indígenas antes e durante a Praieira, além de apontar para o uso da vio-

1 IRUROZQUI, Marta. "Presentación. La institucionalización del Estado en América Latina. Justicia y violencia política en la primera mitad del siglo XIX". In: *Revista Complutense de Historia*. Dossier: La institucionalización del Estado en América Latina. Justicia y violencia política en la primera mitad del siglo XIX. Madrid. Vol. 37. 2011. p. 19-20.

lência, também indicam as transformações identitárias e culturais vivenciadas. Conforme seus interesses e necessidades, indígenas poderiam exaltar as fragmentações dentro da aldeia, o que configurava a formação de facções internas nos grupos. Ou poderiam escolher se mostrar como uma unidade, caso assim fosse interessante para alcançar seus intentos. Ao mesmo tempo, disputas pela identidade étnica do grupo² surgiram em função dos conflitos pelas terras dos aldeamentos. Assim, era preciso ratificar a condição de indígena em face das classificações impostas de mestiços pelas autoridades e políticos locais.

Nesse sentido, a construção da identidade coletiva estava profundamente relacionada ao acesso às terras do aldeamento, uma vez que esse espaço, mesmo que entendido como uma área limitada e imposta no período colonial pelo governo português, foi o palco central dos intensos processos de reelaboração identitária protagonizados pelos indígenas da atual região Nordeste.³ A manutenção das terras coletivas assegurava aos indígenas, ainda durante o século XIX, um lugar específico nas sociedades pernambucana e brasileira. Como demonstrou Maria Regina Celestino de Almeida, os grupos indígenas aldeados adquiriram direitos específicos durante o período colonial e chegaram ao Oitocentos reivindicando-os.⁴ Nos aldeamentos, os indígenas garantiam a sua sobrevivência material, a realização e a criação de seus ritos e costumes e um certo grau de autonomia em relação aos potentados locais. Diferentemente dos agregados, moradores e escravos dos engenhos da zona da mata, os indígenas, ainda que estivessem em posição subordinada, possuíam outros meios para negociar e reivindicar seus direitos. Líderes indígenas tiveram importante papel na atualização desse lugar específico no contexto de desenvolvimento da Praieira.

Ao relacionar questões locais e específicas sobre os indígenas de Barreiros aos movimentos regionais, como a Praieira, é possível também, a partir de um jogo de escalas,⁵ marcar sua participação em processos mais amplos, como a formação do Estado brasileiro no século XIX. Isso não significa que os indígenas conseguiram fazer das suas reivindicações as demandas mais gerais das

2 BOCCARRA, Guillaume. "Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo". In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Debates, 2001. <http://nuevomundo.revues.org/index426.html>. p. 5-6.

3 OLIVEIRA, João Pacheco de. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". In: *A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p. 13-42.

4 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. "Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX)". In: *Memoria Americana*. 16 (1). 2008, pp. 30-32. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. "Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México-séculos XVIII e XIX)". In: ABREU, Martha. SOIHET, Rachel. GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 205.

5 REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

revoltas encabeçadas por líderes não indígenas,⁶ na maioria das vezes membros das elites. Mas sim que souberam se articular a outras arenas de disputas em escala nacional, sendo o seu envolvimento fundamental para a constituição da província e, por consequência, do Estado nacional oitocentista.

Para analisar tais questões faz-se necessário acompanhar os motivos de eclosão da revolta, bem como as desavenças locais em Barreiros entre índios e não índios, que receberam novos significados com as mudanças no panorama político.

Diversidade de interesses envolvidos na Praieira

Durante o “Quinquênio liberal” (1844-1848) em Pernambuco, a apropriação do aparato policial da província era uma preocupação tanto dos que faziam parte do governo (praieiros), quanto de seus adversários. Ser subdelegado, delegado e chefe de polícia representava a institucionalização do poder de potentes locais, como também o acesso a armamentos e munições providenciados e financiados pelo Estado. Além disso, os atributos das funções policiais se tornaram instrumentos políticos nas querelas entre senhores de engenho, tais como realizar investigações, prender suspeitos, iniciar inquérito, por exemplo. Ao assumir a administração da província, os políticos liberais demitiram mais de 650 indivíduos que ocupavam funções de repressão e eram seus adversários políticos, alinhados ao partido conservador na Corte.⁷

Em 1847, os proprietários conservadores armaram sua clientela e partiram para o contra-ataque, tentando articular uma revolta mais organizada contra o governo praieiro, no intuito de destitui-lo da presidência da província. O movimento que passou a ser conhecido como “Revolta Guabiru” foi liderado por João do Rego Barros, irmão do Barão da Boa Vista, político conservador que governara a província antes dos praieiros, e José Pedro Veloso da Silveira. A “Revolta Guabiru” foi abafada em abril de 1848 pela queda do praieiro Antônio Pinto Chichorro da Gama da presidência da província e a ascensão de Manoel de Souza Teixeira, outro político liberal, mas que fazia parte de uma dissidência do partido praieiro. O novo presidente decidiu demitir vários praieiros dos cargos policiais, com isso os senhores de engenho conservadores viram a diminuição dos ataques às suas propriedades e deixaram de se levantar com armas. No entanto, os 41 praieiros exonerados de seus cargos se negaram a entregá-los,

6 IRUROZQUI, Marta. “El bautismo de la violencia. Indígenas patriotas en la revolución de 1870 en Bolivia”. In: SALMÓN, Josefa. DELGADO, Guillermo. (editores). *Identidad, ciudadanía y participación popular desde la colonia al siglo XX*. Bolivia: Plural editores, 2003, p. 116-117.

7 CARVALHO, Marcus J. M. de. *A Guerra do Moraes: A Luta dos Senhores de Engenho na Praieira*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986. p. 40-41.

bem como as armas e munições que possuíam, o que levou à situação de permanecerem nos cargos mas sem as vantagens e benefícios proporcionados pelo Estado.⁸

Com a queda dos liberais na Corte em setembro e a ascensão dos conservadores que estavam desde 1844 fora do poder, a situação em Pernambuco se inverteu. Aqueles que haviam sofrido os ataques mais duros da polícia praieira agora voltavam aos cargos provinciais, inclusive para as funções daqueles 41 praieiros que foram exonerados. Os senhores de engenho praieiros começaram a se armar no intuito de defender suas vidas e propriedades, argumentação, aliás, também usada pelos conservadores quando se viram debaixo do fogo e das intervenções policiais praieiras.⁹

A Insurreição Praieira começou quando uma tropa do governo conservador tentou prender à força um desses praieiros demitidos, Manuel Pereira de Moraes, senhor do engenho Inhamam em Igarassu. A resistência armada de Moraes impulsionou a mesma atitude em outros proprietários praieiros. Como argumenta Marcus Carvalho, “a raiz da Praieira foi esta disputa pelo poder local, principalmente pelos cargos na Polícia Civil, e secundariamente na Assembleia Provincial, nas Câmaras, na Justiça de Paz e Guarda Nacional”.¹⁰

Após a eclosão dos combates armados tanto na zona da mata sul quanto na norte, alguns deputados liberais chegaram a Recife para aderir ao movimento dos senhores de engenho, embora alguns deles já tivessem feito duras críticas ao governo praieiro, como Borges da Fonseca.¹¹ Embora criticasse a relação dos praieiros na Corte, ele tornou-se o mais radical do movimento, escrevendo o “Manifesto ao Mundo”, com propostas que causaram divergências entre as elites liberais na província.¹²

As contradições dentro do partido eram frequentes, existindo muitos interesses divergentes envolvidos, o que conferiu um caráter frentista à insurreição. Izabel Marson e Marcus Carvalho destacam que o partido reuniu desde ex-conservadores até republicanos, o que em parte dava força ao movimento, pois fazia convergir adversários do governo no poder, mas, por outro lado, o enfraquecia já que era comum a falta de consenso entre os rebeldes.¹³

8 Idem, pp. 81-83.

9 CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. Cit. 1986, pp. 82-85.

10 CARVALHO, Marcus J. M. de. “Os nomes da *Revolução*: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 23, nº 45, 2003, p. 212.

11 Idem, p. 215-216.

12 CARVALHO, Marcus J. M. de, CÂMARA, Bruno Dornelas. “A Rebelião Praieira”. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 371.

13 CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. Cit. 1986, pp. 86-87. MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, pp. 189-190.

Mesmo discordando em vários aspectos, muitos praieiros apoiaram o Manifesto de Borges que possuía propostas que iam muito além da defesa do constitucionalismo e demanda por maior autonomia política da província reivindicados pela maioria dos deputados praieiros. Ainda que fosse um homem da sua época, Borges da Fonseca desenvolveu uma proposta radical, fazendo várias exigências, tais como o voto livre e universal do povo brasileiro, o comércio a retalho exclusivo para cidadãos brasileiros e a extinção do sistema de recrutamento, então, vigente.¹⁴ De fato as suas exigências traduziam, em parte, as necessidades da população pobre e livre da cidade do Recife.

Por outro lado, nas áreas rebeldes produtoras de açúcar, a população rural envolvida na Praieira era composta por moradores de engenho e agregados dos potentados locais, escravos que eram armados por seus senhores para defendê-los, e por índios de aldeias próximas. Muitas vezes tratada pela historiografia como uma massa uniforme, desprovida de motivações próprias, esse grupo de rebeldes pobres do meio rural era heterogêneo e, tal como as elites que comandavam o movimento insurrecional, tinham diferentes interesses para se envolver na revolta.

Os indígenas das aldeias localizadas na região dos conflitos, embora estivessem inseridos nas malhas das relações de clientelismo, como os moradores e agregados, partiam de uma posição diferente na hierarquia da sociedade escravista pernambucana de meados dos Oitocentos. Com a posse e o usufruto do território coletivo podiam se posicionar de maneira muito especial nos conflitos e nas negociações, se recusando a apoiar um lado dos conflitos, ou conferindo ajuda ao grupo político que lhes interessasse. Podiam, também, resistir aos recrutamentos forçados, entrincheirando-se nas aldeias e negando-se a sair delas. Em todas essas situações, as lideranças indígenas cumpriam um importante papel de intermediação entre os comandantes não indígenas e as comunidades que chefiavam. Acompanhando os meandros da participação indígena na última grande revolta armada no contexto do Brasil Imperial, podemos compreender como a defesa das aldeias implicava na manutenção de uma identidade coletiva diferenciada no seio de um Estado em formação que se pretendia homogêneo.

Enfrentamentos armados na Praieira

Com o início dos conflitos armados da Praieira, senhores de engenhos situados ao norte e ao sul de Recife se envolveram a fundo no confronto. Marcus Carvalho demonstra que os senhores da zona da mata sul contribuíram mais

14 CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. Cit. 2003, p. 217. CARVALHO, Marcus J. M. de. CÂMARA, Bruno. Op. Cit. 2011, p. 376.

intensamente do que os que tinham propriedades mais ao norte. Estes últimos, de fato, tiveram um importante papel no início da revolta, resistindo com firmeza às pressões da polícia conservadora e conferindo um conteúdo ideológico ao movimento por terem assinado o supracitado “Manifesto ao Mundo”.¹⁵

Já ao sul da província, a revolta encontrou o apoio de senhores de engenho, que arremeteram suas clientelas, e também a ajuda dos índios situados na grande área pernambucana produtora de açúcar. Em Barreiros, os índios se movimentaram formando uma tropa para dar continuidade à resistência armada aos avanços da polícia conservadora. Testemunhas do processo contra os rebeldes encaminhado pelo chefe de polícia conservador, Figueira de Melo, em 1849, afirmaram que junto aos líderes rebeldes estava Bento Duarte, capitão-mor dos índios de Barreiros, pois este havia tomado parte da revolta e comandado tropas.¹⁶ Em novembro de 1848, quando a revolta apenas eclodira na mata sul, as autoridades de Porto Calvo, em Alagoas, demonstravam preocupação, com medo de que as ações dos índios de Barreiros contagiassem os de Jacuípe, aldeamento localizado em Alagoas. De acordo com as autoridades locais, as desordens ocorridas na província de Pernambuco eram também de responsabilidade dos índios de Barreiros, e antes que o seu “espírito de pilhagem e roubo” acometesse os outros indígenas que viviam na fronteira, foi sugerido o envio de uma força maior para Jacuípe no intuito de “tranquilizar os espíritos” contra o medo da influência daqueles índios de Pernambuco.¹⁷

No início de 1849 as tropas rebeldes passaram a ter uma estrutura militar bem organizada. Intituladas de “Exército Liberal”, as forças rebeldes foram compostas nas matas de Una, Água Preta e Barreiros e organizadas por Nunes Machado, Félix Peixoto e Villela Tavares. A necessidade de organizar esse exército na parte sul da província surgiu após os vários combates nos arredores de Recife, nos quais as forças praieiras sentiram o seu despreparo, falta de disciplina e planejamento diante das tropas governistas bem abastecidas de munições pelo Estado e bem treinadas.¹⁸ Segundo Izabel Marson, ali seria possível reunir forças disponíveis e organizar um exército, composto em sua maioria por “índios, caboclos ou dependentes dos engenhos”, para fazer frente às tropas do governo, tendo em vista que estavam longe do Recife, receberiam mais facilmente alimentos e munições e poderiam se refugiar nas matas.¹⁹

15 CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. Cit. 1986, p. 99.

16 Apeje. Revolução Praieira, vol.1. 11/04/1849. Depoimento da testemunha 4. fl.500-502, 484. Revolução Praieira, vol.2. 31/03/1849. Inquirição de testemunhas. Depoimento da 1ª. Testemunha. fl. 1140.

17 AN. Série Interior. IJJ9 282. 25/11/1848 Correspondência de João Capistrano Bandeira de Mello para o presidente e os vereadores da Câmara municipal da vila do Porto Calvo. Fl.294-294v.

18 MARSON, Izabel Andrade. Op. Cit., p. 74-76.

19 *Idem*, p. 82.

O Exército Liberal era composto por três divisões que, por sua vez, continham os batalhões. A segunda Divisão estava sob o comando do brigadeiro Pedro Ivo Velloso da Silveira, que liderava do quinto ao oitavo batalhões. Este último era comandado pelo tenente-coronel Bento José Duarte, congregando os índios de Barreiros e Jacuípe.²⁰ Após um ajuste no exército rebelde, Bento Duarte assumiu o comando do terceiro batalhão e, nessa posição fez indicações de oficiais para funções dentro de seu contingente, revelando quem seriam seus aliados.

A origem das tropas rebeldes era bastante variada e heterogênea, e estas eram compostas em sua maioria por arrendatários, lavradores e moradores de engenhos habituados a seguir as ordens dos proprietários das terras. Mas, os indígenas liderados por Pedro Ivo e Bento Duarte formavam, de acordo com Marson, o “contingente mais fiel e disciplinado”, cuja experiência militar era proveniente da participação em conflitos armados desde a Independência.²¹ Com certeza a participação em vários combates conferia aos indígenas a referida experiência, no entanto vários potentados vizinhos aos aldeamentos e, inclusive, diretores de índios, queixavam-se da indolência e da resistência dos índios ao trabalho, principalmente no que se refere ao serviço militar. O que explicaria a disciplina e fidelidade dos índios liderados por Bento Duarte e Pedro Ivo nos combates da Praieira desenvolvidos na zona da mata sul? A meu ver, a motivação estava na tentativa de manter a posse coletiva sobre as terras dos aldeamentos, que no caso de Barreiros foi conseguida com a proteção dada por uma autoridade praieira, como veremos a seguir.

No momento, podemos levantar a hipótese de que a lealdade dos indígenas de Barreiros ou a sua aparente submissão para com as lideranças não indígenas foram ações constituídas a partir de seus próprios interesses. Eles procuravam se inserir nos debates e conflitos nacionais partindo de suas necessidades, especialmente no que dizia respeito às terras. Nesses conflitos, escolher um lado e contribuir para que seus aliados vencessem poderia garantir a existência da aldeia por mais alguns anos, como argumentou Marcus Carvalho.²²

Após várias escaramuças entre as forças do governo conservador e dos praieiros pelos engenhos ao sul e ao norte de Recife, os líderes praieiros receberam a notícia de que Recife estaria desguarnecida, pois o contingente do presidente Manuel Vieira Tosta que assumira em setembro de 1848, estava se deslocando em três colunas para cercar e atacar a vila de Água Preta numa tentativa de en-

20 Apeje. *Revolução Praieira*, volume 1. 14/01/1849. Ordem do dia nº 1 do Comando Geral das tropas liberais acampadas no engenho Tintugal. P.337-338. *Revolução Praieira*, volume 2. 09/03/1849, p. 990.

21 MARSON, Izabel Andrade. *Op. Cit.*, p. 92.

22 CARVALHO, Marcus J. M. de. “Os índios e o ciclo das insurreições liberais em Pernambuco (1817-1848): ideologias e resistência”. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. GALINDO, Marcos. (Orgs.). *Índios do Nordeste: temas e problemas*. Maceió: Edufal, 2002, p. 69.

frentar o exército praieiro na região sul da província. De posse dessas informações, no final de janeiro de 1849, os praieiros que estavam na mata sul marcharam em direção à capital da província, passando antes pela vila de Bonito, onde reuniram mais homens, inclusive Pedro Ivo e alguns dos seus liderados. Tendo conhecimento de que o contingente de Pedro Ivo era formado em sua maioria por índios e caboclos que viviam nas margens do rio Una, é viável admitir que muitos indígenas de Barreiros e Jacuípe tenham participado do ataque à capital pernambucana. Fato este que foi ressaltado por Marson quando afirmou que embora Pedro Ivo tenha conseguido avançar sobre território inimigo, suas forças desconheciam o campo em que lutavam, pois “seus índios e caboclos jamais haviam posto os pés em Recife”.²³ Essa ideia também é corroborada pelo depoimento de uma das testemunhas do processo estabelecido em 1849 contra os rebeldes. De acordo com a testemunha, o “caboculo Bento Duarte” e Caetano Alves haviam comandado “forças quando atacaram a Cidade no dia dois de fevereiro último”.²⁴

Ao tomar conhecimento das intenções e do deslocamento dos rebeldes e suas forças, o presidente da província montou a defesa de Recife com todo o efetivo disponível. No dia 2 de fevereiro o contingente praieiro atacou a capital, mas não obteve sucesso, principalmente pela falta de reforços. Os principais líderes se refugiaram em casas de amigos e esperaram por sua prisão, enquanto Pedro Ivo reuniu seus homens e retornou para Água Preta.²⁵ Antes de ali chegar, Pedro Ivo se reuniu com outros líderes em Igarassu, onde passaram a discutir quais estratégias adotar a partir de então. Alguns comandantes defendiam a aquisição de recursos na Paraíba para enfrentar novamente as forças governistas. Já Pedro Ivo argumentou sobre a necessidade de voltar às matas no sul, área que conhecia e onde poderiam ter maiores possibilidades de sucesso. As diferenças entre os líderes não foram sanadas, e Pedro Ivo resolveu retornar para o sul da província, onde tinha propriedades, abandonando seus aliados de então e começando uma luta própria.²⁶ Após momentos de enfraquecimento e desgaste das tropas rebeldes remanescentes, alguns líderes praieiros retornaram às suas propriedades para recobrar forças e retomar os ataques pelo sul. De acordo com Marson, era um retorno às circunstâncias iniciais da revolta. O governo, por sua vez, usou outra estratégia. Em vez de usar mais força e violência para reprimir os últimos focos da revolta, ofereceu concessões, anistia e exílio aos líderes rebeldes. O que foi aceito pela grande maioria deles.²⁷

23 MARSON, Izabel Andrade. Op. Cit., p.102.

24 Apeje. Revolução Praieira, vol.2. 31/03/1849. Inquirição de testemunhas. Depoimento da 1ª. Testemunha, p. 1140.

25 Idem, p. 97-99.

26 Apeje. Revolução Praieira, vol.2. 31/03/1849. Inquirição de testemunhas. Depoimento da 1ª. Testemunha, p. 100.

27 MARSON, Izabel Andrade. Op. Cit., p. 103-105.

Durante esse momento de negociação entre líderes rebeldes e governo, os índios de Barreiros continuaram agindo na zona da mata sul. As autoridades de Alagoas, em conjunto com as de Pernambuco, continuavam em busca de Pedro Ivo, pois havia notícias de que ele havia se deslocado de Água Preta para Atalaia, em Alagoas. As primeiras medidas foram a de reforçar o contingente na fronteira entre as duas províncias, e enviar uma parte das forças para averiguar o deslocamento dos rebeldes. Não os encontrando, a força destacada se deparou com um grupo de índios rebeldes em Barreiros, num total de pouco mais ou menos de cem indivíduos.²⁸ Para averiguar a situação dos índios rebeldes, foi enviado em diligência o comandante superior José Antônio de Mendonça.

Ao indagar sobre notícias dos índios que teriam saído do acampamento rebelde em Água Preta, o comandante superior recebeu a informação de que os índios de Barreiros haviam assassinado o portador dos ofícios que o presidente de Alagoas lhes enviara. Os referidos índios tinham atacado o engenho Araguaras, matando sua proprietária, tendo antes a maltratado “barbaramente”. De acordo com o relato de José Antônio de Mendonça, os índios também mataram um sobrinho da senhora do Araguaras e roubaram tudo de precioso que havia na casa do engenho. No caminho para o engenho Tentugal, conhecido refúgio praieiro localizado na comarca de Una, causaram grande destruição e, por fim, se reuniram ao coronel Alecrim, um mulato que comandou um grupo rebelde na invasão e saque a engenhos, no final de 1848.²⁹ O coronel Alecrim, saindo do norte de Pernambuco, desembarcou naquela região com um grupo de cerca de vinte indivíduos carregando armamento e munição.³⁰ Parte das forças do comandante superior José Antônio de Mendonça foi deslocada para fazer buscas a esses grupos nas casas de pessoas que teriam ajudado os rebeldes, mas apenas encontrou poucas armas e as mulheres. Não havia notícia dos homens. Diante disso, as forças do comandante foram deslocadas para Porto Calvo para ajudar na “pacificação do país, livrando-nos desta sorte dos horrores da guerra civil”.³¹

Apesar dos indígenas continuarem agindo no sentido de dar continuidade aos combates, bem como alguns poucos rebeldes, a revolta estava perto do seu fim com a morte de alguns líderes, a deserção de grande parte das tropas, e a aceitação pelas outras lideranças das condições de anistia e exílio concedidas pelo governo após o malfadado ataque a Recife. Em abril de 1849 alguns índios e outros membros das tropas de Pedro Ivo e Caetano Alves começaram a se en-

28 AN. Série Guerra. IG¹ 97. 12/03/1849. Ofício do presidente de Alagoas, Antônio Nunes de Aguiar, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello. Fl.27-28v; 33.

29 AN. Série Guerra. IG¹ 97. 05/03/1849. Ofício do Comandante superior da comarca, José Antônio de Mendonça, para o presidente e comandante das Armas de Alagoas, Antônio Nunes de Aguiar. Fl.29-31. MARSON, Izabel Andrade. Op. Cit., p. 87.

30 Idem.

31 Ibidem.

tregar, ao serem cercados por um destacamento das forças governistas em Rio Formoso e pela falta de apoio dos seus partidários que já haviam se entregado.³²

A “caça” aos últimos praieiros continuava, principalmente em busca dos que se internaram nas matas ao sul de Recife, originando conflitos que duraram até o final de 1849. Os embates armados nesse momento foram nomeados pelas fontes da época como a “nova cabanada”, em referência à Guerra dos Cabanos ocorrida na mesma região entre os anos de 1832 e 1835. Pedro Ivo ainda conseguira resistir por muitos meses após a derrocada da Praieira anunciada em abril de 1849. Ele desmobilizou suas forças, deixando seus homens nas matas, que voltariam ao combate a qualquer sinal seu. Nesse ínterim, recebeu propostas de rendição e exílio do presidente da província de Pernambuco, Honório Hermeto Carneiro Leão, as quais recusou, mantendo-se entrincheirado em propriedades de sua família. Mesmo estando do lado que perdera os conflitos e a revolta, os índios de Barreiros permaneceram armados e prontos a atender às ordens de seus líderes, tanto indígenas quanto não indígenas, como Pedro Ivo. Numa busca na região de Mutuns, foi encontrado um grupo de sessenta homens armados, dos quais vinte eram “caboclos de Barreiros”, provavelmente preparados para contra-atacar qualquer investida das tropas do governo.³³

Ao final daquele ano de 1849, o comandante das armas de Pernambuco, o mesmo que chefiou a repressão ao final da Praieira, tentava recrutar indígenas para fazer parte das fileiras governistas, logrando êxito com os de Pesqueira, dos quais cerca de 120 se colocaram sob o seu comando. Mantendo o seu posicionamento ao lado dos rebeldes liberais, era de se esperar que os índios de Barreiros não cooperassem com o recrutamento do comandante das armas, José Joaquim Coelho. Este tampouco confiava naqueles índios, afirmando que “jamais lançarei mão enquanto me restar o mínimo recurso, por causa das más qualidades que de ordinário caracterizam tais indivíduos”.³⁴ Aparentemente, os índios de Barreiros não estavam mais em posição belicosa, prontos para atacar, mas o seu envolvimento nos conflitos e na invasão de engenhos havia criado uma desconfiança sobre eles entre as autoridades provinciais que encabeçaram a repressão.

Convém, nesse momento, uma reflexão sobre as motivações e os interesses que impulsionaram os índios do aldeamento de Barreiros a participar dos conflitos armados da Praieira. Elencamos a defesa das terras coletivas como um motivo importante para esse grupo. No entanto, é imprescindível relacionar a

32 MARSON, Izabel Andrade. Op. Cit., p. 106-107.

33 Apeje. Comando das Armas, publicado em Revista do Apeje. 26/06/1849. Ofício do tenente comandante do terceiro batalhão de artilharia a pé, José Ferreira de Azevedo, para o comandante das armas de Pernambuco, José Joaquim Coelho, p. 500-501

34 Apeje. Comando das Armas, publicado em Revista do Apeje. 28/10/1849. Ofício do comandante das armas de Pernambuco, José Joaquim Coelho, para o presidente da província, Honório Hermeto Carneiro Leão, p. 699.

questão fundiária aos jogos políticos locais e regionais, nos quais os indígenas de Barreiros se envolviam e participavam como sujeitos ativos.

Arrendamento de terras e lideranças indígenas na década de 1830

Os índios do aldeamento de Barreiros, nos momentos de rixas políticas entre as elites de Pernambuco e de disputas armadas eivadas de violência, basearam-se em suas culturas políticas de negociações com não indígenas, transformando-as para adaptarem-se às novas condições políticas advindas com o governo praieiro constituído na província de Pernambuco entre os anos de 1844 e 1848.

Após a morte do líder indígena Agostinho José Pessoa Panaxo Arcoverde, que ajudou na repressão à Cabanada,³⁵ Bento José Duarte assumiu o comando do aldeamento de Barreiros. Ele conseguiu construir sua liderança dentro do aldeamento a partir das suas escolhas e enfrentamentos, evidenciando o faccionalismo dentro do grupo e a insatisfação de alguns indígenas com a direção anterior de Agostinho. Tal como fizera na década de 1830, quando questionou algumas posturas do seu superior militar, Bento voltou a problematizar as escolhas políticas de seu antecessor na década de 1840, principalmente no que se referia ao arrendamento das terras coletivas, sendo apoiado por um grande número de índios do aldeamento. Bento se constituiu como uma outra liderança a partir dos conflitos internos ao aldeamento e das disputas com proprietários de engenhos vizinhos.

Assim, em 1845 Bento Duarte liderou um movimento que passou a questionar o arrendamento de parte de terras do aldeamento feito em 1832 por Agostinho Panaxo Arcoverde a Francisco Santiago Ramos, senhor de engenho vizinho.

35 Agostinho José Panaxo Arcoverde era descendente das importantes famílias indígenas Arcoverde e Camarão, dos grupos Tabajara e Potiguara respectivamente, das quais surgiram importantes lideranças que tiveram participação ativa na vida política da capitania de Pernambuco durante o período colonial, inclusive no processo de expulsão dos holandeses da região. Ao longo do século XIX, Agostinho construiu seu forte comando junto aos demais índios de Barreiros através da atualização da liderança de seus antepassados, bem como da sua inclusão em cargos políticos importantes na administração da vila e do aldeamento. Em decorrência das redes de relacionamento que estabeleceu com políticos locais, Agostinho ascendeu a cargos da administração local: entre os anos de 1829 e 1841 assumiu os cargos de juiz de paz, capitão da Guarda Nacional e subprefeito da vila de Barreiros, além de ter sido diretor e comandante do aldeamento. RAMINELLI, Ronald J. “Nobreza indígena – os chefes potiguares, 1633-1695”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011pp. 49-50. SILVA, Geysa Kelly Alves da. *Índios e identidades: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. DANTAS, Maria Albuquerque. *Dimensões da participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015, p. 36-44; 205-213.

Um grupo de índios, liderado por Bento Duarte, começou a se queixar de perseguições que sofriam de Santiago Ramos, que era apoiado pelo juiz municipal de Rio Formoso, localidade próxima, por causa do aforamento de terrenos na aldeia. O juiz municipal, na tentativa de repelir as acusações, retomou algumas das justificativas usadas para realizar tal aforamento, inclusive a de que os índios aceitaram pacificamente o acordo, do qual Agostinho Panaxo tirou proveito particular ao tomar para o si o valor de 120 mil réis referentes ao contrato.³⁶

Além desse contrato, Agostinho Panaxo também arrendou outras partes do aldeamento para outros foreiros que construíram cerca de três ou quatro engenhos, totalizando, junto com o arrendamento de 1832, 275 mil réis em renda para a aldeia. Embora os aforamentos resultassem nessa soma significativa para o aldeamento, o juiz municipal não tinha conhecimento de onde o dinheiro tinha sido investido e quais eram os responsáveis por recebê-lo dos foreiros.³⁷ Poucos dias após os esclarecimentos fornecidos ao presidente da província, o aforamento de Santiago Ramos foi validado oficialmente pelo juiz municipal do Rio Formoso.³⁸ Em defesa de sua decisão, o juiz municipal argumentou que o referido foreiro se encontrava em posse pacífica dos terrenos em questão e, além disso, que o aforamento era útil para a agricultura, para a população da região e também para os índios, tendo em vista que a área não era usada por eles para as suas plantações. Os indígenas estavam, segundo o juiz, “todos aglomerados na meia légua de terra pertencente ao patrimônio de Santo Antônio da dita povoação, cuja meia légua de terra é contígua ao patrimônio dos mesmos índios”.³⁹ Pelos fatos que ocorreram durante a validação do aforamento e nos dois anos seguintes, percebe-se que a opinião dos índios não era a mesma do juiz municipal: eles precisavam daquelas terras e passaram a defendê-las.

Antes da validação e arrematação das 800 braças do terreno a Santiago Ramos em 1845, vários índios de Barreiros capitaneados por Bento José Duarte se apresentaram na vila para impedir esse processo.⁴⁰ Nos trâmites judiciais foram representados por seu curador *ad litem*, o advogado Francisco da Silva Leitão, e através dele informaram que não foram ouvidos no processo de aforamento, desejando, por isso, tomar conhecimento do processo de arrematação para entrar com possíveis embargos de nulidade.⁴¹ Através de seu representante jurídico, os

36 Apeje. JM 2B. 04/10/1845. Ofício do juiz municipal de órfãos de Rio Formoso, Fernando Afonso de Mello, para o presidente da província de Pernambuco, Antônio Pinto Chichorro da Gama. Fl. 229-232.

37 Apeje. JM 2B. 15/02/1845. Ofício do juiz municipal e de órfãos do Rio Formoso, Fernando Afonso de Mello, para o presidente da província de Pernambuco, Thomaz Xavier Garcia de Almeida. Fl.39-40.

38 Apeje. JM 2B. 21/02/1845. Sentença do juiz municipal de Rio Formoso, Fernando Afonso de Mello. p. 239.

39 Apeje. JM 2B. 04/10/1845. Ofício do juiz municipal de órfãos de Rio Formoso, Fernando Afonso de Mello, para o presidente da província de Pernambuco, Antônio Pinto Chichorro da Gama. Fl.229-232.

40 Idem.

41 Apeje. JM 2B. 19/02/1845. Requerimento dos índios de Barreiros representados por seu curador *ad litem*. Fl. 239-239v.

índios apresentavam domínio dos meandros da justiça imperial em busca da conservação de seus direitos.

O juiz municipal de Rio Formoso aprovou o pedido dos índios para que tomassem conhecimento da avaliação sobre o aforamento, mas eles apenas poderiam ter acesso à documentação depois da arrematação ser concluída. A decisão do juiz municipal diminuiu a efetividade prática da ação dos indígenas em reverter o processo, pois uma vez validada a arrematação, como de fato ocorreu em 21 de fevereiro de 1845, os índios teriam muita dificuldade em reaver os terrenos sob litígio. A dificuldade de questionar o aforamento através dos meios legais e jurídicos aumentou quando o curador *ad litem* dos índios deu o seu parecer no sentido de não interferir mais no processo de validade da arrematação. Após tomar conhecimento dos autos e sanar as nulidades que pretendia usar para fazer a defesa dos seus curados, o advogado Leitão não apresentou mais nenhuma oposição ao processo. Por outro lado, informou que não deveria ser privado de ser ouvido quando fosse realizada a demarcação do referido território, talvez na tentativa de conseguir um último momento de defesa para os indígenas. Sem informar quais eram as possíveis nulidades à validação do aforamento ou mesmo como estas foram resolvidas, já que as descreveu como “sanadas”, o curador dos índios deu um passo atrás e abriu caminho para a oficialização da posse sobre terrenos da aldeia para Francisco Santiago Ramos.

Diante da validação do arrendamento, a situação ficou mais tensa no aldeamento de Barreiros e em seus arredores, quando poucos meses depois cerca de cem índios armados se dirigiram à povoação de Rio Formoso. Segundo o já citado juiz municipal, em decorrência da ação armada dos índios, muitas pessoas foram mortas e outras feridas. Por conta disso, o chefe de polícia, autoridade máxima da hierarquia dos aparelhos de repressão da província foi enviado para a vila para apurar os acontecimentos.⁴²

Em seguida ocorreu outro episódio em que os índios se apresentaram armados com o objetivo de defender as suas terras. Segundo o relato do comandante interino, Francisco de Barros Rego, os índios tinham comprado dois barris de pólvora para transformá-la em cartuchos, estando, assim, armados para resistirem “a qualquer proprietário de suas terras”.⁴³ Levando em consideração as disputas entre eles e Santiago Ramos, a resistência deveria ter sido organizada contra esse proprietário de engenhos vizinhos ao aldeamento.

Os índios de Barreiros não estavam atuando sozinhos, recebiam apoio de antigos aliados que, segundo o comandante interino, eram os que “acompanharam

42 Apeje. JM 2B. 04/10/1845. Ofício do juiz municipal de órfãos de Rio Formoso, Fernando Afonso de Mello, para o presidente da província de Pernambuco, Antônio Pinto Chichorro da Gama. Fl.229-232.

43 Apeje. JM 2B. 27/08/1845. Ofício do Comandante superior interino, Francisco de Barros Rego, para o juiz municipal de Rio Formoso, Fernando Afonso de Mello. Fl.247-247v.

Vicente de Paula”, o mais conhecido líder popular da Guerra dos Cabanos ou Cabanada. Os aliados de Bento, ainda durante a Cabanada entre os anos de 1832 e 1835, se refugiaram em Barreiros depois de terem feito um ataque às tropas da província de Alagoas, permanecendo na vila “com as mesmas ideias e más intenções”, conforme opinião do comandante interino.⁴⁴ É importante lembrar que ao final da Guerra dos Cabanos quase todos os indígenas desertaram, morreram ou fugiram das fileiras rebeldes, apenas restando para Vicente de Paula o apoio dos conhecidos “negros papa-méis”, sendo possivelmente estes que se colocaram ao lado de Bento e dos índios de Barreiros em 1845 na disputa com Santiago Ramos. Os cabanos remanescentes ainda circulavam entre as vilas da zona da mata sul de Pernambuco.

Mas, para o juiz municipal de Rio Formoso, Fernando Afonso de Mello, não eram todos os índios daquela região que estavam aliados aos cabanos remanescentes. De acordo com sua perspectiva, havia uma divisão interna no grupo indígena pois, ao contrário do grupo liderado por Bento Duarte, a maioria dos índios de Barreiros estariam vivendo em paz com seus vizinhos e felizes com os arrendamentos realizados em sua aldeia. Em sua opinião, a movimentação contrária aos arrendamentos era realizada por outro grupo de índios.

Bento José Duarte, e mais 12 apóstolos da perversidade que a posteriori se querem encaixar no dito Engenho Tibiri, por não poderem achar acolhimento entre os demais índios de Barreiros, que sinceramente os detestam, por serem eles os autores do incêndio que sofrera a sua própria matriz em 1832, quando principiou a guerra dos Cabanos, e das muitas outras atrocidades passando-se depois para as forças do caudilho Vicente de Paula.⁴⁵

Nesse trecho, Fernando Afonso de Mello informou que os índios capitaneados por Bento tentavam se instalar no engenho Tibiri, também de propriedade de Francisco Santiago Ramos. Bento Duarte e seus liderados avançavam sobre as posses de Santiago Ramos, no intuito de retomar através da força a área que haviam pleiteado judicialmente alguns meses antes. Se Bento Duarte conseguiu ser seguido por uma quantidade expressiva de índios, é sinal de que o seu pleito era legítimo e respaldado pelo apoio dos seus liderados, o que ajudava a consolidar o seu comando entre uma parte dos índios do aldeamento.

Por sua vez, o juiz municipal tentava deslegitimar a liderança e a atuação de Bento Duarte tendo em vista que outros tantos índios de Barreiros o detesta-

44 Apeje. JM 2B. 27/08/1845. Ofício do Comandante superior interino, Francisco de Barros Rego, para o juiz municipal de Rio Formoso, Fernando Afonso de Mello. Fl.247-247v.

45 Apeje. JM 2B. 04/10/1845. Ofício do juiz municipal de órfãos de Rio Formoso, Fernando Afonso de Mello, para o presidente da província de Pernambuco, Antônio Pinto Chichorro da Gama. Fl.229-232.

vam, de acordo com sua opinião. Ao lidar com as facções existentes dentro do aldeamento, o juiz de paz tentava criar um discurso de convivência pacífica na vila e de contentamento dos índios em relação aos aforamentos de suas terras, de modo a justificar a sua ação em conjunto com os posseiros e senhores de engenho.

Com isso, percebemos que a divisão interna na aldeia fazia com que antigos acordos sobre o uso das terras fossem revistos e questionados pelos próprios indígenas e revigorava antigas alianças. Naquele momento, Bento Duarte construiu seu protagonismo baseado em suas escolhas passadas, em suas alianças com não índios e ao reunir a insatisfação de uma parcela dos índios de Barreiros sobre as usurpações feitas nos terrenos da aldeia.

Em meados de 1846, Santiago Ramos começou a realizar as demarcações das suas terras que, como já vimos, pertenciam à aldeia e foram aforadas em 1832. É provável que nessa demarcação, o proprietário dos engenhos Tibiri e Linda Flor não tenha respeitado os limites das terras aforadas, e que tenha invadido um pouco mais as que eram de uso indígena. Diante dessa situação, os índios sob a liderança de Bento Duarte reagiram e passaram a atacar com flechadas a casa do engenho Tibiri, matando um oficial, o que obrigou o proprietário a contratar capangas para protegê-lo e depois fugir. Os índios ameaçaram invadir a vila de Barreiros, mas logo em seguida desistiram.⁴⁶

O ataque de parte dos índios de Barreiros a um engenho de um importante proprietário da região pode ser compreendido a partir do histórico de relações conflituosas vivenciadas entre ambas as partes, tal como viemos tratando até o momento. O avanço indígena em direção à casa grande do engenho contou com uma certa audácia, especialmente quando levamos em conta que havia outro grupo de índios que era favorável à posse de Santiago Ramos, provavelmente seguindo ainda o posicionamento tomado por sua antiga liderança Agostinho Panaxo Arcoverde. Outra questão a ser levantada é que, tendo em vista que alguns cabanos remanescentes viviam nas matas de Barreiros e apoiavam a facção indígena de Bento Duarte, é possível que o ataque ao engenho Tibiri tenha contado com ajuda de “negros papa-méis”, o que deve ter intensificado a violência do ataque e o medo do proprietário, fazendo-o fugir, já que os cabanos tinham larga experiência em conflitos armados e guerra de guerrilha.

Além disso, naqueles anos entre 1845 e 1847 estava se tornando cada vez mais comum os ataques a engenhos motivados por disputas políticas entre adversários da política provincial. Uma das políticas da polícia praieira, durante o quinquênio liberal em Pernambuco, foi a de investir sobre os engenhos de seus

46 CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. Cit. 1986, p. 28-29. CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. Cit., 2002, p. 79-80.

inimigos considerados conservadores com a justificativa de resgatar escravos roubados.⁴⁷ Os índios de Barreiros assumiram postura parecida e recorrente entre as elites do período para defender o seu pleito em relação ao uso das terras da aldeia.

No entanto, as ações armadas dos indígenas tiveram uma consequência inesperada. Os habitantes das vilas de Una e de Barreiros pediram ao Imperador que os índios de Barreiros fossem transferidos “para outro qualquer lugar” devido aos insultos que vinham sofrendo destes. Por isso, o presidente de Pernambuco, Antônio Pinto Chichorro da Gama, exigiu mais informações do chefe de polícia da província.⁴⁸ Em sua resposta, o chefe de polícia deu parecer contrário à solicitação dos moradores de Una e Barreiros, argumentando que aqueles mesmos índios haviam ajudado as tropas liberais a combater a Guerra dos Cabanos. Os índios haviam apoiado os mesmos praieiros que na década de 1840 voltaram ao poder e comandavam a província e isso deveria lhes garantir a posse sobre as terras coletivas do aldeamento, segundo o chefe de polícia da província.⁴⁹

Portanto em 1846, quando a aldeia sofria com a possibilidade de ter seus habitantes deslocados para “qualquer outro lugar” devido aos conflitos com o dono do Tibiri, as escolhas e o posicionamento político de Agostinho Panaxo Arcoverde durante a Cabanada, na década de 1830, contribuíram para salvar o destino de seu adversário Bento Duarte e dos demais índios por ele liderados, e que haviam ajudado e recebido apoio dos cabanos. Percebemos que a complexidade das alianças estabelecidas entre índios e não índios não dependia somente das condições políticas e econômicas locais, provinciais e nacionais, mas também das próprias dissensões internas ao aldeamento, das cisões e faccionalismos revelados através da emergência de lideranças indígenas que ganharam visibilidade e importância na vida local a partir das próprias disputas internas.

Dessa forma, a vida da aldeia interferia diretamente na forma como as elites locais se relacionariam com seus habitantes, atingindo, por sua vez, as redes de dependências e relações das próprias elites locais. Em alguns momentos, o aldeamento de Barreiros era compreendido pelas autoridades não indígenas por meio das suas divisões internas e, em outros momentos, os benefícios e o histórico de relacionamento de um dos grupos que compunham o aldeamento ajudavam à coletividade como uma unidade. É muito provável que as mudanças da identidade coletiva e de posicionamento político desse grupo, entendida ora enquanto unidade, ora de maneira fragmentada, desencadeadas pelos acontecimentos políticos e relações com não indígenas, tenham sido apropriadas pelas

47 CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. Cit. 1986, p. 42-43.

48 PC 327. 09/06/1846. Ofício do presidente da província de Pernambuco, Antônio Pinto Chichorro da Gama, para o chefe de polícia interino, Joaquim Teixeira Peixoto de Abreu e Lima. Fl.173.

49 CARVALHO, Marcus J. M. de. Op. Cit. 2002, p. 80.

lideranças indígenas e também por seus comandados. Retomando a proposição de Max Weber sobre a importância da ação política em torno de objetivos comuns na constituição do sentimento de comunhão étnica⁵⁰, podemos inferir que a identidade desse grupo, diante de situações de conflitos e disputas, poderia se mostrar de maneira dinâmica e flexível, adotando formas diferentes e adequando-se a seus intentos políticos. Além da ação política, as interações e trocas entre grupos também são aspectos constitutivos das identidades étnicas, sendo estas elaboradas de maneira contrastiva e relacional, conforme as proposições de F. Barth.⁵¹

Podemos afirmar, então, que os índios de Barreiros apresentavam-se de maneira unitária ou fragmentada em função dos seus próprios interesses, das circunstâncias políticas e das relações que construíam com outros agentes sociais. Tanto a situação política quanto as alianças e rivalidades podiam se transformar, levando a reelaborações e atualizações por parte dos indígenas em suas identidades e estratégias políticas.

Não é de causar surpresa que Bento Duarte não tenha se manifestado sobre a decisão do chefe de polícia em manter a aldeia, em decorrência das ações daqueles que tinham apoiado os liberais sob as ordens de Agostinho Panaxo na década de 1830. Era de interesse de ambas as facções que o aldeamento permanecesse em Barreiros, onde estabeleceram sua vida de acordo com seus costumes e a posse das terras coletivas há séculos. Serem vistos como unidade pelas autoridades não indígenas naquele momento, ainda que houvesse sérias divergências dentro do aldeamento, foi fundamental para manterem o acesso coletivo às suas terras.

Frente ao argumento do chefe de polícia, a atitude do presidente de Pernambuco foi menos enérgica do que a desejada pelos moradores de Una e de Barreiros. Deu ordens para que o subdelegado de Barreiros continuasse na diligência de prender os índios que foram pronunciados e desarmar os que fossem encontrados armados. Além disso, tornou-se necessário providenciar “por meios brandos a que eles se conservem tranquilos nas suas aldeias e se entreguem ao trabalho”.⁵² Portanto, os índios não seriam severamente punidos com o seu deslocamento para um local desconhecido. Além do reconhecimento pela ajuda conferida por eles durante a Cabanada, as autoridades locais e senhores de engenhos deviam temer o início de mais um levante indígena ou ataque violento às propriedades da região.

50 WEBER, Max. “Relações comunitárias étnicas”. In: *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009, p. 270-274.

51 BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 25-68.

52 Apeje. PC 327. 28/08/1846. Ofício do presidente da província de Pernambuco, Antônio Pinto Chichorro da Gama, para o chefe de polícia interino, Joaquim Teixeira Peixoto de Abreu e Lima. Fl. 260.

Não obstante, seriam os índios de Barreiros que sofreriam outra investida do dono do engenho Tibiri no ano seguinte, dando continuidade aos conflitos em torno daqueles terrenos. Acompanhar os conflitos entre índios e Santiago Ramos acerca dos terrenos da aldeia e dos engenhos de açúcar nos ajuda a compreender a inserção desses índios nas disputas políticas da província.

No ano seguinte do ataque ao engenho Tibiri, isto é, em 1847, novamente houve divergências e conflitos relacionados aos limites entre engenhos e aldeamento. Nesse ano, Santiago Ramos mandou proceder à demarcação judicial das terras de seus engenhos, entre os quais estava o Tibiri, cujo território, como já vimos, era parte da aldeia que fora aforada em 1832, sendo o processo confirmado em 1845. As questões referentes aos limites do engenho Tibiri ficam mais claras na década de 1870, com o relatório do engenheiro Luiz José da Silva. Apesar de ser um documento muito posterior ao período tratado no presente artigo, sendo inclusive de um momento em que todos os aldeamentos de Pernambuco haviam sido extintos,⁵³ torna-se importante fazer sua análise para compreender a extensão do avanço de não indígenas sobre as terras coletivas do aldeamento de Barreiros.

Durante o processo de reconhecimento dos limites do antigo aldeamento, o trabalho do engenheiro foi questionado por um dos proprietários de engenhos inseridos naquele espaço. Na década de 1870, caso um dos limites em questão fosse reconhecido como pertencente ao aldeamento, as terras onde o engenho Tibiri estava localizado passariam ao patrimônio do Estado, conforme a Lei de Terras de 1850, já que eram da aldeia antes da sua extinção. Assim, a demarcação judicial realizada em 1847 a mando de Santiago Ramos seria anulada. Pela planta da extinta aldeia, que estava sendo estudada pelo engenheiro, e pelo tombo de demarcação e delimitação daquele engenho, Luiz José da Silva identificou que o Tibiri “apodera-se da maior parte de sua superfície [aldeamento], restando aos índios a pior e a mais insignificante”.⁵⁴

53 Em Pernambuco, ao longo das décadas de 1860 e 1870 foi intensificado o processo de extinção dos aldeamentos indígenas. Entre os argumentos articulados para justificar o processo, o mais utilizado foi o de que já não havia “índios puros” nas aldeias, mas apenas os seus remanescentes misturados à sociedade envolvente que, por isso, não teriam direito ao acesso coletivo às terras das aldeias instaladas ainda no período colonial. Todo esse processo foi permeado pelo uso de diferentes estratégias pelos indígenas na luta pela manutenção das suas terras. Sobre a extinção das aldeias em Pernambuco, consultar: VALLE, Sarah Maranhão. *A Perpetuação da Conquista: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no século XIX*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 1992. SILVA, Edson Hely. *O Lugar do Índio*. Conflitos, esbultos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. 1995. FERREIRA, Lorena de Mello. Op. Cit. DANTAS, Mariana Albuquerque. *Dinâmica social e estratégias indígenas: disputas e alianças no aldeamento do Ipanema (1860-1920)*. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense. 2010.

54 Apeje. Diversos II, 29. 16/08/1873. Ofício do engenheiro, Luiz José da Silva, para o presidente da província, Henrique Pereira de Lucena. Fl. 194-204v.

A referida demarcação de 1847 fora praticada pelo poder judiciário, mas com prejuízo dos índios e, àquela altura, também do Estado brasileiro. Retomando o histórico do processo de 1847, o engenheiro Luiz José informou que a demarcação foi julgada em 22 de junho desse ano pelo juiz de direito de Rio Formoso, Custódio Manoel da Silva Guimarães, não sendo intimadas as partes interessadas. Por isso, os índios não foram comunicados nem fizeram parte do processo de demarcação. O engenheiro também informou que os marcos implantados para estabelecer os limites entre os engenhos Tibiri, Linda Flor e Cachoeira Alta, e o aldeamento de Barreiros foram arrancados e destruídos pelos próprios índios, que “assim solenemente protestavam contra a usurpação e espoliação do que lhes pertencia”. Na época da demarcação, o curador dos índios, José Antônio Pimentel, fez um protesto mostrando como todo o processo fora ofensivo aos direitos indígenas. Para legitimar as suas posses sobre aqueles terrenos, Santiago Ramos retomou doações de sesmarias realizadas nos séculos XVII e XVIII que, segundo ele, não contemplavam o aldeamento de Barreiros, colocando os indígenas como usurpadores das terras dos engenhos. Essa argumentação foi negada e questionada pelo engenheiro Luiz José da Silva.⁵⁵

Concluiu o engenheiro que a demarcação do engenho Tibiri em 1847 não foi verdadeira e que mesmo assim o fizera Santiago Ramos para satisfazer suas vontades, pois por não conseguir expandir suas posses ao norte devido à resistência de outros senhores de engenhos vizinhos, tratou de avançar em direção às terras dos índios. Além do engenho Tibiri, pelos estudos para demarcação realizados em 1873, havia outros engenhos que estavam inseridos na área do aldeamento. Eram eles Cachoeira Alta, São Pedro, Pau Ferro, Serra d'Água e Araticum, além de partes de outros engenhos que também ocupavam trechos da área indígena.⁵⁶ As disputas pelos limites entre as terras do aldeamento e dos engenhos vizinhos, primeiro de propriedade de Santiago Ramos e depois de Paulo Amorim de Salgado, continuaram pela década de 1850, quando o presidente da província de Pernambuco, Francisco Antônio Ribeiro, anulou o aforamento das terras do aldeamento e a demarcação de 1847.⁵⁷

Como podemos observar, as relações entre índios e não índios, as disputas pela construção da identidade étnica e o posicionamento político dos indígenas estavam entrelaçados aos conflitos em torno das terras do aldeamento. Quando eclodiram os conflitos da Praieira, os índios de Barreiros, principalmente os liderados por Bento Duarte, tentaram defender as terras do seu aldeamento, apoiando-se no posicionamento do chefe de polícia liberal. A partir de então, articularam e refabricaram suas alianças com não indígenas, fossem políticos

55 Idem.

56 Ibidem.

57 Apeje. Diversos II, 29. 04/11/1874. Ofício do engenheiro encarregado da medição das terras públicas, Luiz José da Silva, para o presidente da província, Henrique Pereira de Lucena. Recife. Fl. 372-379v.

liberais, autoridades policiais ou cabanos remanescentes dos embates da década de 1830. Em busca da defesa de seus interesses e suas necessidades, mantiveram, em parte, a aliança estabelecida por uma de suas lideranças, Agostinho Panaxo Arcoverde, com os liberais durante a Cabanada, o que lhes garantiu a continuidade da existência do aldeamento em reconhecimento à sua importante ajuda. Por outro lado, as suas alianças eram matizadas pelo avanço e usurpações sofridas em seus territórios diante da expansão dos engenhos, consequência do crescimento da economia açucareira do período. Mais terras eram necessárias na zona da mata sul, e as dos aldeamentos ali localizados seriam preferencialmente atingidas.

Conclusões

A participação de indígenas em rebeliões, como a Praieira, garantiu a sua inserção em movimentos com um alcance mais amplo do que proporcionavam as disputas por terras nas localidades. Fizeram parte de algo maior, participando de revoltas que contestavam sistemas políticos, ainda que boa parte das elites provinciais apenas reclamassem o retorno de seus membros aos cargos perdidos em decorrência das mudanças políticas, como ocorreu no início da Cabanada e na Praieira. De maneira geral, esses movimentos defendiam ou o retorno a um tipo de regime político e social, ou priorizavam o debate para a construção de novas formas de administrar o público, com mais ou menos autonomia provincial. Embora algumas revoltas tenham se iniciado devido a discordâncias em relação ao poder centralizado diante de demandas locais e conflitos regionais por cargos políticos e propriedades, todas ganharam uma amplitude nacional, em que as intrigas mais localizadas se conectaram com questões nacionais.

A contribuição dos indígenas se deu nessa teia de conexões em que a sua participação os alçou a disputas num panorama mais amplo. As contendas e demandas dos indígenas tiveram um caráter localizado, na maioria das vezes relacionados aos usos dos territórios das aldeias. Mas através do seu envolvimento nas revoltas, em alguns casos realizando alianças com importantes lideranças rebeldes, os indígenas conseguiram atrelar os seus interesses aos movimentos com projeção regional e nacional. As alianças e rivalidades construídas em suas relações com não indígenas nas localidades foram atualizadas com outros significados políticos advindos dos diferentes contextos de revolta. Conforme as estratégias utilizadas para participar dos movimentos revoltosos, os indígenas encontraram formas variadas de interferir nos destinos políticos da província e do Estado nacional em formação.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México-séculos XVIII e XIX). In: ABREU, Martha. SOIHET, Rachel. GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 189-212.

_____. “Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX). In: *Memoria Americana*. 16 (1). 2008, pp. 19-40.

BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, pp. 25-68.

BOCCARRA, Guillaume. “Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo”. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Debates, 2001. <http://nuevomundo.revues.org/index426.html>. Visitado em 29 jul 2016. 43 p.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *A Guerra do Moraes: A Luta dos Senhores de Engenho na Praieira*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

_____. “Os índios e o ciclo das insurreições liberais em Pernambuco (1817-1848): ideologias e resistência”. In: *Índios do Nordeste: temas e problemas - III*. Maceió: Edufal, 2002, pp. 67-96.

_____. “Os nomes da *Revolução*: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 23, nº 45, 2003, pp. 209-238.

CARVALHO, Marcus J. M. de, CÂMARA, Bruno Dornelas. “A Rebelião Praieira”. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 355-390.

DANTAS, Mariana Albuquerque. *Dinâmica social e estratégias indígenas: disputas e alianças no aldeamento do Ipanema (1860-1920)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense. 2010.

_____. *Dimensões da participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro : revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

FERREIRA, Lorena de Mello. *São Miguel de Barreiros: uma aldeia indígena no Império*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2006.

IRUROZQUI, Marta. “El bautismo de la violencia. Indígenas patriotas en la revolución de 1870 en Bolivia”. In: SALMÓN, Josefa. DELGADO, Guillermo. (editores). *Identidad, ciudadanía y participación popular desde la colonia al siglo XX*. Bolivia: Plural editores, 2003, pp.115-150.

_____. “Presentación. La institucionalización del Estado en America Latina. Justicia e violencia política en la primera mitad del siglo XIX”. In: *Revista Complutense de Historia*. Dossier: La institucionalización del Estado en América Latina. Justicia y violencia política en la primera mitad del siglo XIX. Madrid. Vol. 37. 2011.

MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: *A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, pp. 13-42.

RAMINELLI, Ronald J. “Nobreza indígena – os chefes potiguares, 1633-1695”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, pp. 47-68.

REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

SILVA, Edson Hely. *O Lugar do Índio*. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. 1995.

SILVA, Geysa Kelly Alves da. *Índios e identidades: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

VALLE, Sarah Maranhão. *A Perpetuação da Conquista: a destruição das aldeias indígenas em Pernambuco no século XIX*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 1992.

WEBER, Marx. “Relações comunitárias étnicas”. In: *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009, pp. 267-277.

Sobre os organizadores



Edvanir Maia da Silveira

Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará (1997), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), Doutorado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013) e Pós-Doutorado pela UFC (2018). É professora Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú. É líder do Grupo de Pesquisa – História e Cultura Política, cadastrado no CNPq. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história, cidade e cultura política. E-mail: didisilveira@bol.com.br



Raimundo Nonato Rodrigues de Souza

Possui graduação (1987) e especialização 1995 e 1997) em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Mestrado em História Social (2000) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em História (2015) pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professor e coordenador do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e Ceará, notadamente nas temáticas: colonização, escravidão de africanos e afrodescendentes no século XVIII e primeira metade do século XIX. E-mail: raisouza2013@hotmail.com



Tito Barros Leal

Possui licenciatura e bacharelado em História (2003) e especialização em Estudos Clássicos (2005) pela Universidade Federal do Ceará, mestrado em Filosofia, concentração em Ética e Filosofia Política (2009), pela Universidade Estadual do Ceará e Doutorado em História na especialidade de História e Cultura do Brasil pela Universidade de Lisboa (2014).

Tem se dedicado a investigar a correlação entre História e Literatura e, neste específico divide suas leituras em torno de três temáticas: 1) o Romantismo e sua contribuição para a construção da nacionalidade brasileira; 2) a literatura portuguesa medieval e a residualidade histórica na cultura popular do nordeste brasileiro; e 3) a simbiose ético-estética e teórico-metodológicas entre Literatura e História nos universos culturais grego e latino. É Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral-CE) e líder do Grupo de Estudos em Residualidade Antigo-Medieval (GERAM-UVA), inscrito no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq desde 2016. Presidente da ANPUH-Ceará (Biênio 2016-2018) e Vice-Presidente do SINDIUVA (Biênio 2017-2019). E-mail: tito_barros@uvanet.br

Sobre os autores



Ana Amélia R. de Oliveira

Possui graduação em História (2004) pela Universidade Estadual do Ceará, mestrado (2008) e doutorado em História Social (2015) pela Universidade Federal do Ceará. Professora substituta na Universidade Estadual Vale do Acaraú (2015-2017). Coordenadora do PIBID-História da UVA (2015-2017). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas culturais, cultura popular, patrimônio cultural, memória e museus. E-mail: ameliahist@gmail.com



Carlos Augusto P. dos Santos

Possui graduação em Estudos Sociais (1990) em História (2015) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, mestrado em História Social (2000) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutorado em História do Norte e Nordeste do Brasil (2008) pela Universidade Federal de Pernambuco e pós-doutorado (2016) em Estudos Culturais no Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ. É professor adjunto da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: militância comunista, ditadura, cotidiano, cultura, trabalhadores urbanos e ensino de história. E-mail: augustus474@hotmail.com



Francisco Dênis Melo

Possui licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (1996), mestrado em História do Brasil - pela Universidade Federal de Pernambuco (2001), doutorado em História, na Linha de Pesquisa Cultura e Memória, da Universidade Federal de Pernambuco (2013) e Pós-Doutorado em História (UFRJ). Tem experiência na área de História, com ênfase em Ensino, História e Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino, religiosidade, cultura e memória, educação e história. É professor Adjunto do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú desde 2003. E-mail: melofranciscodenismelo@yahoo.com.br



Francisco José G. Damasceno

Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará (1989), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004) e estágio pós-doutoral junto a Universidade Nova de Lisboa, no Instituto de Etnomusicologia (2011). É professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Contemporâneo, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, experiência juvenil, cidade, atores sócio-históricos, História e Música. Coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em História e Culturas - DÍCTIS, onde desenvolve pesquisas sobre culturas populares em épocas modernas. E-mail: francisco.damasceno@uece.br



Geovan Nobre de Araújo

Possui graduação em História (2007) e Especialização em Perspectivas e abordagens em História, (2013) pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC/UECE). Possui mestrado em História com concentração em História e Culturas, pela Universidade Estadual do Ceará (2012). Foi professor substituto no Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (2015-2017). Atua principalmente nos seguintes temas: História política e História do PT. E-mail: geovannobre@hotmail.com



Jailson Pereira da Silva

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1997). Mestrado (2002) e doutorado (2009) em História pela mesma Instituição. Atualmente é professor efetivo da Universidade Federal do Ceará, atuando na graduação e na pós-graduação. Líder do Grupo de Pesquisa “História e Documentos: Reflexões sobre fontes Históricas”, do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Pesquisa, primordialmente, as relações entre os historiadores e suas fontes. Atua principalmente nos seguintes temas: fontes históricas, história e interdisciplinaridade, história da propaganda e da publicidade, décadas de 1960 a 1980. E-mail: jailsonsilva@ufc.br



Mariana Albuquerque Dantas

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2006), mestrado (2010) e doutorado (2015) em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, onde exerce a função de tutora do PET-História e Diretora do Núcleo de Documentação em História (NEDHIS). Desenvolve pesquisa sobre grupos indígenas no século XIX, enfocando dinâmicas sociais, reelaboração de identidades coletivas, estratégias indígenas, participação política, espaços informais de exercício da cidadania e formação do Estado nacional brasileiro. E-mail: mariana_albuquerque@uvanet.br



Nilson Almino de Freitas

Possui bacharelado em Ciências Sociais(1994), mestrado em Sociologia(1999) e doutorado em Sociologia(2005) pela Universidade Federal do Ceará, além de pós-doutorado em Estudos Culturais no Programa Avançado em Cultura Contemporânea(2011) na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor Adjunto do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú e professor do quadro permanente do Mestrado Acadêmico em Geografia desta mesma Universidade. Bolsista de Produtividade em Pesquisa e Estímulo a Interiorização da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico e pesquisador Associado do Pós-doutorado em Estudos Culturais do Programa Avançado em Cultura Contemporânea da UFRJ. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: cotidiano, cidade, cultura, memória, patrimônio histórico e espaço urbano. Coordena o Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas – Labome/UVA, um arquivo de documentos orais e imagens. Coordena também o Visualidades, evento anual, mostra de documentários, exposições fotográficas e artes plásticas, vinculados à pesquisa. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cidades da Região Norte do Estado do Ceará. E-mail: nilsonalmino@hotmail.com



Telma Bessa Sales

Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000), doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006) e Pós-Doutorado na Universidade de Évora Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, historia oral e reestruturação produtiva. E-mail: telmabessa@hotmail.com



Filiada a



Este livro foi composto em fonte Minion Pro, impresso no formato 16 x 23 cm,
com miolo em papel off set 75 g e capa em supremo 250g,
tiragem de 500 exemplares em novembro de 2018.

Neste livro:

1. Abordagens das tradições populares no contexto contemporâneo: jovens cantadores, ciberantropologia e a utilização da netnografia - usos documentais na pesquisa histórica.

Francisco José Gomes Damasceno

2. História e subjetividades: a intensão de tocar “a pele que habito”.

Jailson Pereira da Silva

3. A construção da sociedade sertaneja na Ribeira do Acaraú.

Raimundo Nonato Rodrigues de Souza

4. A ὄβρις do Rei Deus contra a ἀρετή dos livres homens: resíduos de Salamina na poética historiográfica esquiliana.

Tito Barros Leal

5. O potencial educativo dos museus históricos.

Ana Amélia Rodrigues de Oliveira

6. História política na sala de aula: reflexões sobre ensino de História e poder local na educação básica.

Edvanir Maia da Silveira

7. O filme e a pesquisa: que tipo de obra é essa?

Nilson Almino de Freitas

8. Fontes e acervos para a pesquisa e docência em História.

Telma Bessa Sales

9. Instrução, educação e diversão: aspectos da cultura associativa no Ceará (1900-1970).

Carlos Augusto Pereira dos Santos

10. Ensino de História Medieval: história da Idade Média, história de outros homens e de outros dias.

Francisco Dênis Melo

11. O PT apresentado como Partido dos Trabalhadores (1980-1988).

Geovan Nobre de Araújo

12. Participação política, lideranças e identidade coletiva: índios de Barreiros na Insurreição Praieira (Pernambuco, década de 1840).

Mariana Albuquerque Dantas

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-9539-024-9



9 788595 390249